



ARTIGOS COMPLETOS	3517
RESUMOS DE PESQUISA	3671
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	3676

19 a 23 de outubro de 2020
Anais do ENEPE
ISSN 1677-6321

Unoeste

ARTIGOS COMPLETOS

A CERÂMICA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CASTELINHO – PRESIDENTE EPITÁCIO, SP	3518
A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM DA RUA TENENTE NICOLAU MAFFEI - PRESIDENTE PRUDENTE (SP)	3532
A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE ESTUDO PARA A AGRICULTURA URBANA	3544
ANÁLISE DO CÓRREGO DO CEDRO - PRESIDENTE PRUDENTE/ SP : PERFIL TRANSVERSAL DAS SEÇÕES, GEOMETRIA HIDRÁULICA, GRANULOMETRIA E LIMNOLOGIA...	3554
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BAIROS DO JARDIM JOÃO PAULO II E PARQUE ALEXANDRINA	3569
HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E ATUAÇÃO DO MRV: O CONJUNTO HABITACIONAL DO ANA JACINTA EM PRESIDENTE PRUDENTE	3576
MAPA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL E USLE/EUPS DAS BACIAS: CÓRREGO PEREIRA E CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP	3584
MATAS E FLORESTAS: ANÁLISE DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 E 2017 COM OS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO PIRAPÓ NO PARANÁ	3594
O CONCEITO DE ‘LUGAR’ EM SUAS MÚLTIPLAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS.....	3606
OS KAINGANG DO OESTE PAULISTA – COSMOLOGIA E CERÂMICA.....	3619
POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA: CONDEPHAAT, IPHAN E CONDEPHAAPASA	3631
TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ABORDAGEM GEOGRÁFICA E A ABORDAGEM ETNOLÓGICA NA ANÁLISE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INDÍGENAS.....	3647
TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DAS MORTES, DO MEDO E DAS RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR CORPOS DISSIDENTES	3660

A CERÂMICA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CASTELINHO – PRESIDENTE EPITÁCIO, SP

Beatriz Mercês de Souza dos Santos, Neide Barrocá Faccio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: beatriz.merces@unesp.br

RESUMO

Esse artigo busca evidenciar as características da cerâmica do Sítio Arqueológico Castelinho, que está localizado em Presidente Epitácio, SP, no Alto Curso do Rio Paraná, próximo à foz do Rio Santo Anastácio. O Sítio Arqueológico Castelinho possui 117 fragmentos bem conservados de cerâmica. Para a análise dos fragmentos, utilizamos o modelo tecnotipológico proposto por Faccio (1992) e, a partir dele, conseguimos fazer correlação com uma possível influência jesuítica na cerâmica de Tradição Tupiguarani, apesar de ainda não possuir datação.

Palavras-chave: Geografia; Arqueologia; Cerâmica Guarani; Jesuítas

THE CERAMICS OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE CASTELINHO – PRESIDENTE EPITÁCIO, SP

ABSTRACT

This article aims to highlight the characteristics of the ceramics collected from the Castelinho Archeological Site, located in Presidente Epitácio, SP, in the upper Paraná River, near the mouth of the River Santo Anastácio. The Castelinho Archeological Site has 117 ceramic fragments all well preserved. To analyse these fragments we used the techno-typological model suggested by Faccio (1992) that allowed us to correlate a possible Jesuit influence at the ceramic from the Tupiguarani tradition, even though not yet dated.

Keywords: Geography; Archeology; Guarani ceramics; Jesuits

INTRODUÇÃO

O Sítio Arqueológico Castelinho está localizado no município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, região do alto curso do Rio Paraná, próximo à foz do Rio Santo Anastácio (Mapa 1)

Mapa 1. Localização do Sítio Arqueológico Castelinho, Presidente Epitácio-SP

Fonte: Rosa (2020)

A análise da cerâmica do Sítio Castelinho teve como base o estudo do material cerâmico de outros sítios arqueológicos resgatados na área do Projeto Paranapanema, lado paulista, onde foram evidenciadas aldeias Guarani pré-históricas, por Moraes (1983, 1986, 1995, 1999/2000), Pallestrini (1968, 1969, 1974, 1975, 1988, 1979) e Faccio (1992, 1998, 2011)¹

O Sítio Arqueológico Castelinho encontra-se fortemente impactado pela formação do Lago da Usina Sérgio Motta. Da área do sítio foram doados 117 fragmentos de cerâmica para o Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem do Museu de Arqueologia Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp (Presidente Prudente).

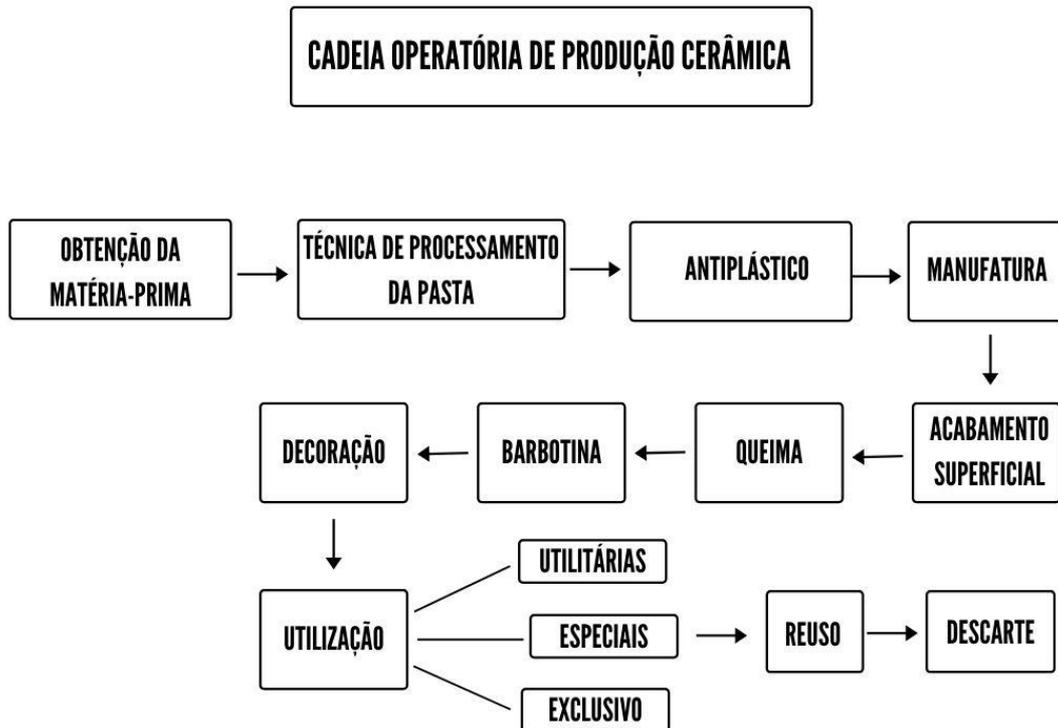
Na análise geográfica, podemos perceber, na localização dos sítios arqueológicos, que os indígenas procuravam locais com solos férteis, geralmente, em encontros de rios, já que, ali, podiam encontrar a principal matéria prima para a cerâmica: argila.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

No caso da cerâmica Guarani, o uso de acordelamento, de acordo com La Salvia e Brochado (1989, p. 154), “é o mais comum mesmo durante o contato com o europeu onde continuam produzindo para atender suas necessidades com as técnicas nativas (...)”. A produção é dividida em etapas: obtenção da matéria-prima, técnica de processamento da pasta, antiplástico, manufatura, acabamento superficial, barbotina, decoração, queima e, por último, o modo de utilização (Figura 1).

¹ O Projeto Paranapanema é um programa regional de pesquisas arqueológicas que tem como objetivo o estudo das sociedades indígenas no trecho paulista da bacia do Rio Paranapanema por meio de objetos produzidos por elas. Tais objetos, principalmente utensílios de pedra lascada, pedra polida, vasilhas e fragmentos de cerâmica, são recuperados nos sítios arqueológicos descobertos na região (MORAIS, 1992, p.1 apud FACCIO, 2011, p.43).

Figura 1. Cadeia operatória de produção cerâmica



Fonte: La Salvia e Brochado (1985) **Organização:** Santos (2020)

A produção da cerâmica constitui um conjunto de etapas que corresponde à técnica e à tradição do artesanato. Com isso, o primeiro passo é a obtenção da argila e, quando necessário, para alterar sua plasticidade são adicionados materiais que não são plásticos, como o caco moído, a estes materiais chamamos de antiplástico. Posteriormente, o artefato é confeccionado de acordo com determinada função, classificado, por La Salvia e Brochado (1989, p. 11), como utilitárias (artefatos fabricados para atender as necessidades mais gerais do cotidiano), especiais (artefatos fabricados para determinados produtos de uso especial) e exclusivas (artefatos para uso definidos em ritos religiosos sociais, não podendo ser utilizado para outro fim).

Levando em consideração a cadeia operatória de produção da cerâmica de La Salvia e Brochado analisamos o material cerâmico utilizando o modelo proposto por Faccio (1992):

O pressuposto básico é tornar a vasilha cerâmica enquanto unidade de estudo (...). No entanto, na arqueologia brasileira, a grande maioria do material cerâmico é coletado na forma de fragmentos, sendo raros os potes que conseguem ser recuperados inteiros. Assim, o encaminhamento proposto é agrupar os fragmentos provenientes de uma mesma vasilha através de análises de sua distribuição na área do sítio, dos planos de fratura e dos diferentes atributos tecnológicos e estilísticos (características da pasta, decoração, forma e dimensões) (FACCIO, 1992, p.82).

A análise foi adaptada às especificidades da área de estudo, sendo os atributos analisados: o antiplástico, a pasta, a espessura da parede, o tratamento de superfície, a decoração, a queima e a classe, de forma relacionada.

O uso dessas metodologias permitiu a caracterização do modo de produção da cerâmica, correlaciona-la com o grupo étnico Guarani, assim como compreender as formas das cerâmicas, além de suas funções. Esta análise permite-nos contribuir para o conhecimento dessas ocupações indígenas no Oeste Paulista.

RESULTADOS

O material cerâmico da área do Sítio Arqueológico Castelinho corresponde a 16 bases, 31 bordas, uma borda com parede angular, sete borda/base, duas bordas/paredes, uma borda/parede/base, 56 paredes, um suporte para panela, uma tigela com incisão e um vaso com pedestal, totalizando 117 peças. O antiplástico com mineral caco moído está presente em todo material, sendo este, o principal atributo para a resistência da cerâmica, além de ser um identificador da Tradição Tupiguarani².

Observamos cerâmicas com apêndice, suporte para encabamento, recipiente com base na forma de pedestal e decoração plástica escovada. Estas características levam-nos a considerar a hipótese de um contato entre o grupo indígena e a cultura do grupo europeu jesuíta (Foto 1 e 2).

Fotos 1. Cerâmica do Sítio Arqueológico Castelinho com base em formato de pedestal



Fonte: LAG (2019)

A **Foto 1** mostra um recipiente da área do Sítio Castelinho com base em pedestal. Forma semelhante foi apresentada por Chmyz (1972) em sua tese de doutorado e Faccio (1992) em sua dissertação de mestrado.

Foto 2. Vaso com incisão e suporte para cabo



Fonte: LAG (2019)

² A Tradição Tupiguarani se destaca pelas suas estruturas tecnológicas e formais, como a decoração, morfologia, função e acabamento estético. Essas características estão diretamente ligadas ao comportamento cultural do grupo durante a confecção da cerâmica.

A **Foto 2** apresenta uma cerâmica incisa da área do Sítio Castelinho com suporte para cabo. O tipo de implantação do Sítio Castelinho é semelhante ao dos Sítios Alvim e Taquaruçu, localizados na área do Baixo Rio Paranapanema, além da semelhança com a cerâmica desses locais. Thomaz (1995) e Faccio (1992), respectivamente, relatam que os Sítios Taquaruçu e Alvim possuem influência jesuítica. Segundo Thomaz (1995), as missões jesuítas funcionavam como

(...) poder religioso, político, econômico e social, produzindo uma subversão total e uma radical reestruturação, que não permitia fugas. Tirava o índio de suas aldeias seculares nas florestas e de seu modo de vida tradicional com predomínio de liberdade e lazer, para obrigar a construir cidades modernas baseadas em comunidades fortemente estruturadas, onde a regra era disciplina e trabalho (THOMAZ, 1995, p.24).

Nos séculos XVI e XVII, as características de assentamento das Missões e Reduções Jesuíticas dos Guarani eram locais privilegiados para a ocupação e distribuição espacial dessas reduções, tendo em vista que a incompatibilidade do grupo indígena com o local escolhido poderia motivar seu abandono (FACCIO, 2011; CYPRIANO, 2004). Sendo assim, os jesuítas buscavam locais com os quais fosse possível cativar os indígenas para garantir sua permanência nas reduções.

Evidentemente, os jesuítas alteraram toda a estrutura social das aldeias, ou seja, o objetivo não era apenas a catequização dos nativos. De acordo com Borelli (1984), a divisão de trabalho foi atingida, além disso, os aspectos organizadores da vida social e econômica daqueles grupos também foram alterados.

No Vale do Rio Paranapanema, foi identificado na cerâmica Guarani modificações associadas a interferência dos jesuítas, ocorrendo nos Sítios Alvim e Taquaruçu. De acordo com Faccio (1992), como exemplo dessas modificações nos artefatos da cultura material Guarani, após o contato, está a presença de apêndices – ou alças – e a decoração escovada na cerâmica. Zuze (2009) relata a preferência dos missionários jesuítas pelo acabamento de superfície da cerâmica no tipo liso, com engobo vermelho e a granulometria do antiplástico mais fina, dando origem a uma pasta lisa e homogênea.

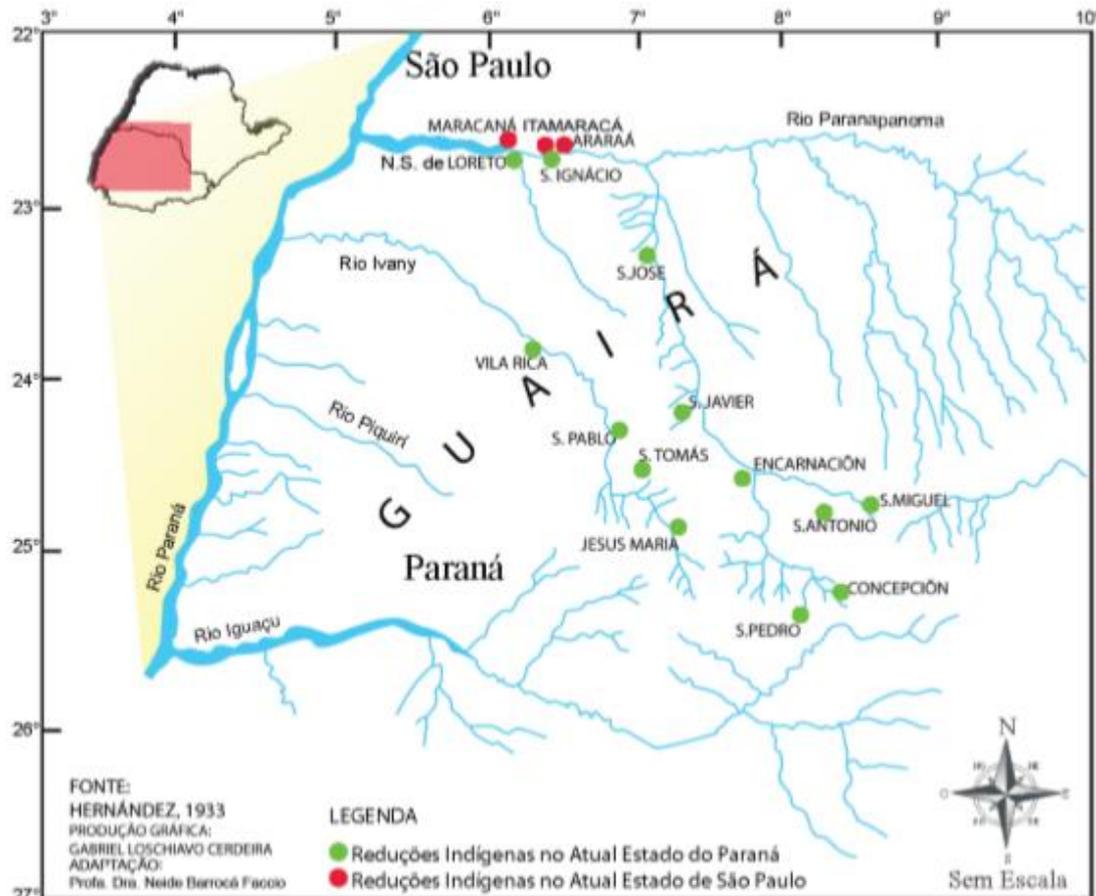
Sobre a decoração escovada, Chmyz (1972) e Schimitz (1980) alegam que foi “contemporânea à chegada do europeu, de quem recebe várias influências, sendo mais restrita em sua posição geográfica. Dos poucos sítios conhecidos, alguns correspondem a reduções jesuíticas” (CHMYZ, 1972; SCHIMITZ, 1980, apud THOMAZ, 1992, p. 9).

De acordo com Montoya (1985), a catequização na região do rio Paranapanema teve início a partir da Redução de Santo Inácio de Loyola, já que os jesuítas perceberam ali existirem inúmeros povoados e aldeias:

Fundò la primera reduccion que La Compañia hizo en aquella Provincia (llamamos reducciones a los pueblos de Indios, que viviendo a fu antigua fança em montes, lierras, y valles, em efcondidos arroyos, em tres, quatro, feis cafas folas, leparados a legua, dos, tres y mas de otros, los reduxo La diligencia de los Padres a poblaciones grandes, y a vida política y humana, a beneficiar algodón con: porque comunmente vivian em desnudez, aun lio cubrir lo que La naturaleza ocultó.) Llamaffe ehta reduccion S. Ignacio (MONTROYA, 1639, p. 6).

Para a área do Sítio Arqueológico Castelinho, não encontramos registro histórico de assentamento jesuítico, como foi encontrado em relação aos Sítios Alvim e Taquaruçu. A **Figura 2** mostra a localização das reduções jesuíticas no Guaíra, atual Estado do Paraná. Nesse mapa, é possível ver a localização das reduções instaladas no atual Estado de São Paulo, na margem direita do Rio Paranapanema.

Figura 2. Reduções indígenas no Guaira 1610-1630



Fonte: Faccio (2011, p. 17)

O Sítio Arqueológico Castelinho está localizado a, aproximadamente, 80 km da Redução Maracanã e foi impactado pela formação do Lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Não existe registro desse sítio no IPHAN/SP (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, Superintendência de São Paulo). Esse registro está sendo providenciado pelo LAG (Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem).

Na área do Alto Paraná, lado Paulista, muitos sítios arqueológicos Guarani foram registrados, sobretudo no Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Figura 3), mas não encontramos publicações sobre esses sítios. No Sistema Eletrônico de Informações, o SEI, também não encontramos o relatório desse Salvamento. Exceções são registradas para o Sítio Lagoa São Paulo-2, objeto da tese de doutorado de Jean Cabrera (2009). Essa pesquisa foi realizada sob a orientação da arqueóloga Ruth Kunzli, da FCT/UNESP e faz parte das pesquisas do Projeto de Salvamento Arqueológico Porto Primavera, atual UHE Sérgio Motta (Figura 3).

Figura 3. Projeto de Salvamento Arqueológico de Porto Primavera, com destaque para as áreas do lado Paulista



Fonte: Cabrera (2009, p.17)

No Município de Presidente Epitácio, registra-se, também, a presença, de acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, 38 sítios arqueológicos: 19 sítios Tupiguarani e 19 líticos (Mapa 2 e Quadro 1 e 2). Não encontramos outras informações, além daqueles presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos:

Quadro 1. Sítios Tupiguarani em Presidente Epitácio, SP

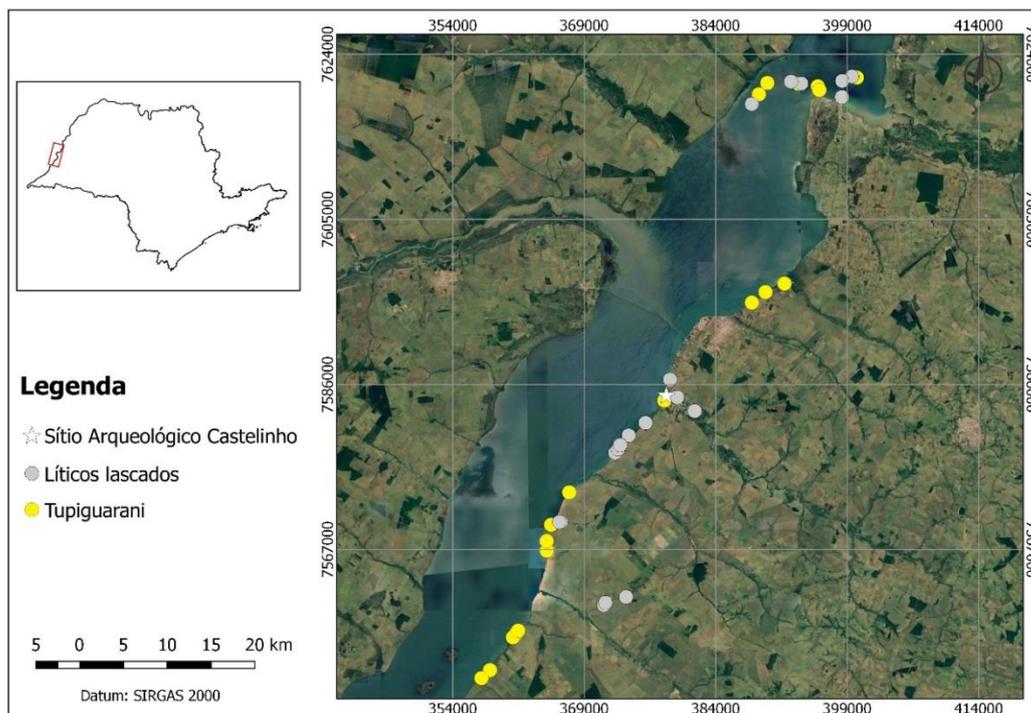
Nome do Sítio	Tradição	Materiais	Coordenadas
Sítio Lagoa São Paulo - 2	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	391834/7597615
Sítio Alma de Gato	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	395632/7620308
Sítio Aningá	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	361212/7557357
Sítio Arará	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	388111/7595426
Sítio Biguá	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	360848/7556902
Sítio Colhereiro	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	389665/7596637
Sítio Garça Moura	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	361451/7557675
Sítio Garça Real	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	364710/7566876
Sítio Maçarico Preto	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	400081/7621317
Sítio Maçariquinho	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	358232/7553130
Sítio Papagaio	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	393406/7620605
Sítio Pato D'água	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	378128/7584163
Sítio Sem-Fim	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	395807/7619890
Sítio Siriri	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	357260/7552209
Sítio Socó Boi	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	364699/7567985
Sítio Socozinho	Tupiguarani	Lítico e cerâmico	365208/7569863
Sítio Cegonha	Tupiguarani	Cerâmica	367269/7573586
Sítio Talha-Mar	Tupiguarani	Cerâmica	388920/7619398
Sítio Trinta-Réis	Tupiguarani	Cerâmica	389871/7620701

Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN-SP).

Quadro 2. Sítios Arqueológicos Líticos encontrados em Presidente Epitácio, SP

Nome do Sítio	Tradição	Categoria	Coordenadas
Sítio Cabeça Seca	-	Lítico	399539/7621448
Sítio Caburá	-	Lítico	378772/7586563
Sítio Fogo Apagou	-	Lítico	398390/7619081
Sítio Irerê	-	Lítico	379595/7584520
Sítio Maçarico de Coleira	-	Lítico	388094/7618263
Sítio Margozinha	-	Lítico	393755/7620637
Sítio Maria Faceira	-	Lítico	372515/7578153
Sítio Marreca Cabocla	-	Lítico	398422/7620941
Sítio Martin Pescador	-	Lítico	375973/7581579
Sítio Mutum	-	Lítico	374051/7580127
Sítio Pernalonga	-	Lítico	392575/7620859
Sítio Tapicuru	-	Lítico	381597/7582945
Sítio Tucano	-	Lítico	372854/7578579
Sítio Urubu	-	Lítico	373089/7579033
Sítio Córrego da Jacutinga 1	Umbu	Lítico	373751/7561551
Sítio Córrego da Jacutinga 2	Umbu	Lítico	371227/7560616
Sítio Córrego da Jacutinga 3	Umbu	Lítico	371412/7560895
Sítio Córrego do Macaco 1	Umbu	Lítico	366341/7570172
Sítio Córrego do Macaco 2	Umbu	Lítico	366148/7570172

Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN-SP)

Mapa 2. Localização dos sítios arqueológicos Tupiguarani e líticos no município de Presidente Epitácio – SP

Fonte: SEI (2020) **Elaboração:** Rosa (2020)

Analisando o Mapa 2, verifica-se que alguns sítios localizados no norte do Município de Epitácio estão, atualmente, submersos. Antes da formação do Lago da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, esses sítios estavam emersos, motivo pelo qual foi possível identificá-los.

O Sítio Arqueológico Castelinho, objeto desta pesquisa é classificado como Guarani, Tradição Tupiguarani. Partindo desse pressuposto, o estudo da cultura material do período pré-histórico, nesse caso a cerâmica Tupiguarani, pôde ser realizado por meio das características tecnológicas e formais: a decoração, a morfologia, a função e o acabamento estético (FACCIO, 1992, 1998, 2011, 2019; DAVES, 2014). Oliveira (2008) destaca que “o estudo das cerâmicas, de um modo geral, para a arqueologia é relevante, pois a utilização destes artefatos está diretamente vinculada a comportamentos culturais e sociais” (p.14)

De acordo com Schimitz (s/d), as aldeias com tradição Tupiguarani

serviram de base para a implantação de reduções jesuíticas, vilas, colônias, já que facilitavam o empreendimento devido à sua localização em pontos estratégicos, por um lado, próximo de rios que eram utilizados como meio de transporte e abastecimento e por outro, porque representavam um ponto central entre várias aldeias, facilitando o arrebatamento dos indígenas para a catequização (SCHIMITZ s/d apud THOMAZ, 1995, p.14).

A partir da análise da cerâmica do Sítio Arqueológico Castelinho, podemos perceber que as decorações presentes no sítio são: face interna liso e face externa escovado; face interna liso e face externa liso; face interna liso e face externa corrugado; face interna com engobo vermelho e face externa com engobo branco; face interna liso e face externa com engobo branco e pintura vermelha; face interna liso e face externa ungulado; face interna com engobo vermelho e face externa também com engobo vermelho; face interna com engobo vermelho e face externa com engobo vermelho e inciso; face interna com engobo vermelho e face externa com branco e pintura vermelha; face interna liso e face externa com engobo vermelho; face interna liso e face externa inciso e escovado; face interna liso e face externa inciso com aplique mamimolar e suporte; face interna liso e face externa corrugulado, além face interna com engobo vermelho e face externa com inciso. Três peças não foram identificadas (Tabela1).

Tabela 1. Decorações identificadas nas cerâmicas do Sítio Arqueológico Castelinho

Face interna liso e face externa escovado
Face interna liso e face externa liso
Face interna liso e face externa corrugado
Face interna com engobo vermelho e face externa com engobo branco
Face interna liso e face externa com engobo branco e pintura vermelha
Face interna liso e face externa unglado
Face interna com engobo vermelho e face externa também com engobo vermelho
Face interna com engobo vermelho e face externa com engobo vermelho e inciso
Face interna com engobo vermelho e face externa com branco e pintura vermelha
Face interna liso e face externa com engobo vermelho
Face interna liso e face externa inciso e escovado
Face interna liso e face externa inciso com aplique mamimolar e suporte
Face interna liso e face externa corrugado
Face interna com engobo vermelho e face externa com inciso

Fonte: A autora (2020)

Tabela 2. Classes da cerâmica do Sítio Arqueológico Castelinho

Classes	Número de peças
Base	16
Borda	31
Borda angular	1
Borda/base	7
Borda/parede	2
Borda/parede/base	1
Parede	56
Suporte para panela	1
Tigela com incisão e suporte para cabo	1
Vaso com pedestal	1
Total	117 peças

Fonte: A autora (2020)

A classe mais presente foi a parede (56 peças), seguida das demais como a borda (31 peças), base (16 peças), borda/base (7 peças), borda/parede (2 peças) e as peças unitárias (tigela com incisão, vaso com pedestal, suporte para panela, borda angular e borda/parede/base). No quesito decoração, o corrugado e unglado foram os mais frequentes. Foram destacadas, também, duas peças raras no sítio: o suporte para panela e os apliques mimolares, levantando a hipótese já discutida no presente artigo, pela interferência cultural jesuíta.

A partir do programa de computador CorellDraw, foi possível a reconstituição gráfica das bordas, permitindo, assim, a reconstituição gráfica das formas dos potes. Apesar de essas reconstituições serem muito eficazes

(...) em desvendar a forma do vaso, não garantem assim, que consigamos chegar a sua função. Isso porque acreditamos que além dos elementos como forma, diâmetro da boca e altura, a função a qual se destina o vaso, também é determinada pelo tratamento de superfície, composição da pasta de argila, detalhes importantes para a sua compreensão. (FACCIO, 2011, p.119)

Mesmo com essa da problemática, o método continua sendo ideal para analisarmos a cerâmica. No Sítio Arqueológico Castelinho, foi possível a reconstituição gráfica das formas dos potes em duas cerâmicas (**Fotos 3 a 6**):

Foto 3 e 4. Cerâmica original e reconstituição gráfica do Sítio Castelinho

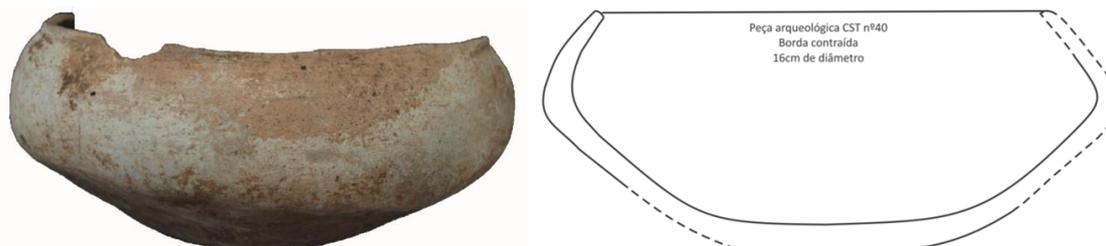


Fonte: LAG (2020)

Na Foto 3, a borda é extrovertida inclinada interna com 6 cm de diâmetro e 0,7 cm de espessura. Na Foto 4, com sua reconstituição gráfica, traz a ideia de que é, provavelmente, uma miniatura de *yapepó*, utilizado, se não fosse uma miniatura, como panela. A espessura da parede fina é explicada por ser uma miniatura, mas em sua função original, precisaria de uma maior espessura para sua sustentação.

A Foto 5 apresenta uma borda contraída com 16 cm de diâmetro e 1,9 cm de espessura e antiplástico mineral caco moído. Em sua reconstituição gráfica (Foto 6), podemos levantar a hipótese de que esta cerâmica se trata de um *cambuchicaguaba*, utilizado para o armazenamento de água. A espessura da vasilha é mais grossa, devido ao seu tamanho.

Foto 5 e 6. Cerâmica original e reconstituição gráfica do Sítio Castelinho



Fonte: LAG (2020)

Com isso, podemos dizer que o Sítio Arqueológico Castelinho é extremamente importante, já que, no Alto Paraná Paulista, sabe-se muito pouco sobre os sítios Guarani, embora ações de resgate tenham ocorrido nos anos 1990. Além disso, esse sítio apresenta cerâmica com características semelhantes às do Sítio Arqueológico Alvim, estudado na dissertação de Faccio (1992) e às do Sítio Arqueológico Taquaruçu, estudado na dissertação de Thomaz (1995) e, em ambos os sítios, houve contato dos Guarani com jesuítas.

DISCUSSÃO

A partir da análise da cerâmica e do contexto de implantação, o Sítio Arqueológico Castelinho foi caracterizado como pertencente à Tradição Tupiguarani, grupo indígena Guarani, por apresentar motivos geométricos, pintura vermelha sobre engobo branco e antiplástico caco moído.

Comparando a cerâmica do Sítio Castelinho com aquelas dos Sítios Alvim e Taquaruçu, que tiveram a presença confirmada dos jesuítas, verifica-se a presença da cerâmica escovada em ambos os sítios e no Sítio Castelinho. Segundo Chmyz (1972) e Schimitz (1980), a cerâmica escovada é característica da cerâmica indígena produzida a partir do contato com o europeu.

Quanto ao apêndice mamilar encontrada na cerâmica do Sítio Castelinho, verifica-se esse mesmo tipo no Sítio Aguinha localizado na área da Bacia Paranapanema. Esse tipo de apêndice também é encontrado na Tradição Pantanal no Mato Grosso do Sul, de acordo com Bepalez (2015), mas também pode ser ter sido produzida a partir do contato dos indígenas com o europeu – hipótese que precisa ser melhor investigada.

A datação do Sítio Castelinho ainda não foi realizada, mas assim que tivermos esse dado, poder-se-á fazer referências sobre a influência jesuítica na área do Sítio Castelinho. De qualquer forma, a caracterização da cerâmica do Sítio Castelinho traz dados que contribui para o conhecimento do Sistema de Ocupação Guarani no Vale do Rio Paraná.

AGRADECIMENTOS

Ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem por todo o suporte;

Ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;

À minha família que sempre me apoiou.

REFERÊNCIAS

BORELLI, Silvia Helena Simões. “Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada” In: VÁRIOS AUTORES. **Índios em São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo, Ed. Yankatu e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

CABRERA, Jean Ítalo de Araújo. **O Sítio Arqueológico Lagoa São Paulo – 02: uma Análise Geoarqueológica de uma Ocupação Pré-Histórica do Oeste Paulista** / Jean Ítalo de Araújo Cabrera. Presidente Prudente, 2009, 147f.:il.

CHMYZ, Igor. **Pesquisas Paleetnográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema – Paraná e São Paulo**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1972.

CYPRIANO, D. A. Assentamento e Construção de Missões Jesuíticas junto aos Guaicuru e Guarani. In. SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Trabalhos apresentados pela Equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas no XIX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Leopoldo, 2004, p. 49-58.

DAVES, Larissa Figueredo. **Estudo da produção cerâmica no Sítio Piracanjuba, Piraju, SP** Proposta de Projeto de Pesquisa encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para a Solicitação de Bolsa de Iniciação Científica, 2014, São Paulo

FACCIO, Neide Barrocá. **Arqueologia Guarani área do Projeto Paranapanema: estudo dos Sítios de Iepê**, SP. V. I, 2011 La Salvia e Brochado, Cerâmica Guarani, 1989, 2ª edição.

FACCIO, Neide Barrocá. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. 1992. 154 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Neide Barrocá. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudos dos Sítios de Iepê**, SP. Vol. 1. 401p. Tese de Livre Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCIO, Neide Barrocá. **Paisagens dos sítios arqueológicos no Município de Iepê**, Estado de São Paulo, Brasil. Relatório de pós-doutorado. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2017.

FACCIO, Neide Barrocá. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR**. In: Revista Confins, USP, São Paulo – SP, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21188> ; DOI : 10.4000/confins.21188. Acessado em 17 de nov de 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.21188>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php > Acesso em 18 de ago. de 2019 às 15:45

KASHIMOTO, Emília Mariko. **Várias ambientais e arqueologia no alto Paraná**, 1997, São Paulo.

KASHIMOTO, Emília Mariko. **Arqueologia e Paleoambiente no rio Paraná em Mato Grosso do Sul**, Life Editora, 2009.

LA SALVIA e BROCHADO, **Cerâmica Guarani**, 1989, 2ª edição

MONTOYA, Antonio Ruiz. **Conquista Espiritual – Feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MORAES, Camila Azevedo de. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

MORAIS. José Luiz. **Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista**. USP. São Paulo. 2011

OLIVEIRA, Kelly de. **Estudando a cerâmica pintada da tradição Tupiguarani: a coleção Itapiranga**, Santa Catarina/Kelly Oliveira. Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, David Lugli Turtera; FACCIO, Neide Barrocá. **A Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Santo Anastácio, SP: estudo da variabilidade cerâmica no sítio Célia Maria**. R.. *Museu Arq. Etn.*, 24:77-90. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2014.109370>

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A tradição cerâmica Tupiguarani: as Subtradições e Sua Origem In: SCHIMITZ, P.I. et al. **Temas de Arqueologia Brasileira**. Goiânia: IGPA, 1980.

SEPP, Antonio. **Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**, EDUSP, 1980.

THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez. Arqueologia da Influência Jesuítica no Baixo Paranapanema: estudo do Sítio Taquaruçu, 1995, **Revista USP**.

ZUSE, Silvana. **Os Guarani e a Redução Jesuítica**: tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do Sítio Pedra Grande e entorno. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 200

A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM DA RUA TENENTE NICOLAU MAFFEI - PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Tamires Aparecida Souza Silva, Breno Vasconcelos de Oliveira

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP. E-mail: tamires.0010@hotmail.com

RESUMO

A ocupação da região que hoje sedia os limites do território do município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo, Brasil, ao menos ao que se refere a ocupação humana que se deu após a dos povos indígenas nativos da região, data da metade do século XIX. A cidade de Presidente Prudente, com nome diferente à época de sua fundação, é fruto de dois loteamentos: um pertencendo ao coronel Francisco de Paula Goulart (ano de 1917) - a Vila Goulart - e o segundo empreendido pelo Coronel Marcondes (ano de 1920) - a Vila Marcondes. Ao longo de pouco mais de um século dessa frente de ocupação da região, a cidade de Presidente Prudente e, especialmente, a Rua Tenente Nicolau Maffei (centro da cidade), tiveram sua paisagem modificada em função dos sucessivos ciclos econômicos atravessados por esta região. Admitindo como verdadeira a alteração tanto de caráter estético quanto funcional dessa área de estudo, o presente trabalho pretende realizar uma análise paisagística a partir de um olhar geográfico - buscando identificar tais modificações a partir de registros fotográficos de diferentes épocas para, finalmente, as correlacionar com fontes bibliográficas e documentais que dissertam sobre a formação sócio-econômica dessa parcela de análise.

Palavras-chaves: Paisagem, Expansão Urbana, Fotografia.

LANDSCAPE EVOLUTION OF THE STREET TENENTE NICOLAU MAFFEI - PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

ABSTRACT

The occupation of the region today hosting the limits of Presidente Prudente city territory, in the state of São Paulo, Brazil, at least as regards the human occupation occurred after that of the indigenous peoples of the region, dates from the middle of XIX century. The city of Presidente Prudente, with a different name at the time of its founding, is the result of two subdivisions: one belonging to Colonel Francisco de Paula Goulart (in the year of 1917) - named as Vila Goulart - and the second undertaken by Colonel Marcondes (on the year of 1920) - named as Vila Marcondes. Over a little more than a century of this front of occupation in the region, the city of Presidente Prudente and, especially, the street Tenente Nicolau Maffei (located in city center), had their landscape modified due to the successive economic cycles crossed by this region. Assuming the alteration of both the aesthetic and functional character of this study area as true, the present work intends to carry out a landscape analysis from a geographical perspective - seeking to identify such changes from photographic records of different times to finally correlate them with bibliographic and documentary sources that relates to the socio-economic formation of this study area.

Keywords: Landscape, Urban expansion, Photography.

INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se ao trabalho desenvolvido ao longo da disciplina de 'Análise da Paisagem', oferecida ao quinto ano do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente- SP, no primeiro semestre de 2019. A disciplina foi ministrada pelo Professor Doutor Antonio Jaschke Machado.

A proposta da disciplina de Análise da Paisagem era de realizar o exercício de leitura de uma paisagem sob uma perspectiva geográfica, isto é, almejando a integração dos elementos físicos, bióticos, antropogênicos, históricos e espaço-temporais.

Deste modo, este artigo objetiva realizar uma análise do contexto da paisagem da Rua Tenente Nicolau Maffei, em Presidente Prudente- SP, especialmente ao que se refere a construção/composição histórica dos elementos dessa paisagem. Esta análise estará pautada em um levantamento de caráter documental (através de fotografias de diferentes momentos históricos).

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

A ocupação da região que hoje sedia os limites do território do município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo, Brasil, ao menos ao que se refere a ocupação humana que se deu após a dos povos indígenas nativos da região, data da metade do século XIX. Esta primeira fase é denominada como “mineira”, e é caracterizada pela chegada de “desbravadores” de outras regiões do país, de origem social referente à colonização europeia da região. Em 1856, José Teodoro de Souza, foi um dos primeiros mineiros a chegar a região, legitimando a posse da terra através de artifícios como o suborno de funcionários públicos, de favores da máquina governamental, falsificação de documentos, etc (BITTENCOURT, 1988).

Conforme afirma LEITE (1972), a debandada de mineiros para a região se deveu a decadência da mineração e fuga da convocação para a Guerra do Paraguai. As glebas que possuíam tais mineiros eram muito maiores do que as de sua região originária, mas a forma de uso e ocupação da terra se efetivou da mesma forma que ocorria em Minas Gerais - pequena produção agrícola e de cabeças de gado, basicamente trabalhadas pelos próprios entes familiares.

A segunda fase de ocupação da região é denominada de “frente pioneira”, a qual deu origem aos núcleos urbanos da região, naquele tempo conhecida como Alta Sorocabana. A mata nativa da região, até então virtualmente inalterada pela primeira fase de ocupação, é drasticamente alterada em sua segunda fase, já que a ocupação, agora realizada pelos negociantes de terras, pretendia a delimitação e venda de glebas para eventual produção agrícola, intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de núcleos urbanos (SPOSITO, 1983).

BITTENCOURT (1988), ressalta a importância do avanço da estrada de ferro Sorocabana na região, que guiava o próprio local de surgimento de cada núcleo urbano, às margens dessa ferrovia. O transporte ferroviário se consolidou como o transporte adequado para o escoamento da produção agrícola do interior paulista, bem como o meio de transporte de pessoas mais eficiente naquele tempo.

A cidade de Presidente Prudente, com nome diferente àquela época, é fruto de dois loteamentos: um pertencendo ao coronel Francisco de Paula Goulart (1917) - a Vila Goulart - e o segundo empreendido pelo Coronel Marcondes (1920) - a Vila Marcondes.

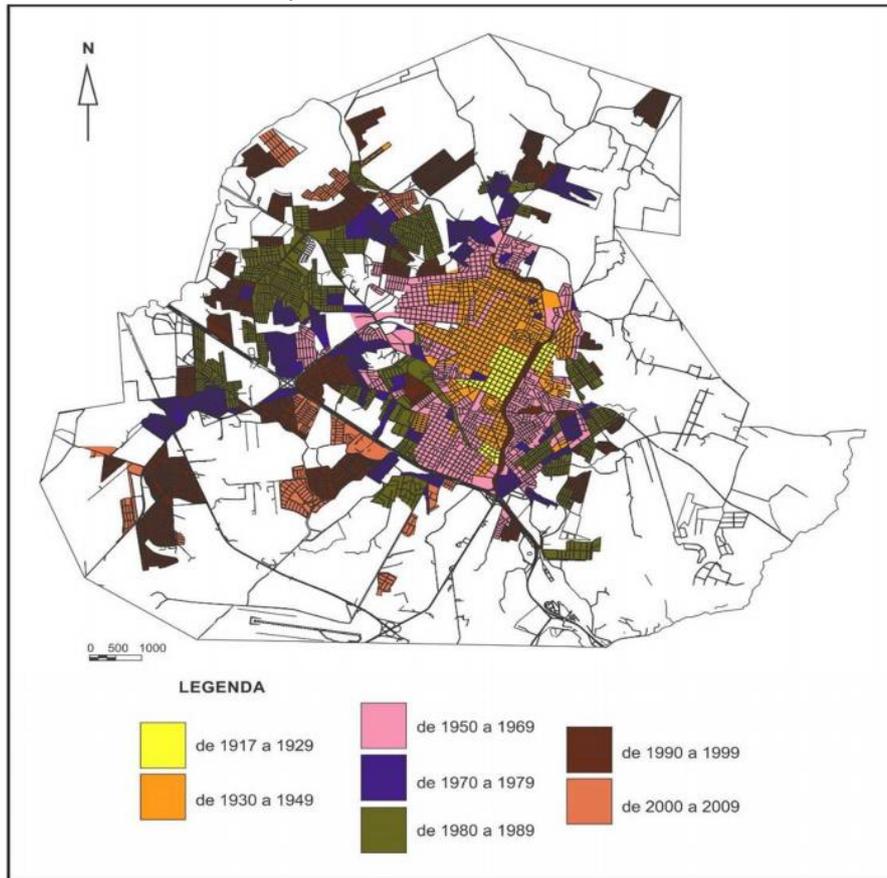
Os loteamentos de Goulart foram caracterizados pelo não-acionamento do tamanho das parcelas, sendo determinado principalmente pelo poder de compra e demanda do comprador. Sua pretensão era a de ocupar sua área com propriedades urbanas o mais rápido possível. Marcondes, por outro lado, por conta de um maior suporte financeiro e visão empreendedora, vendia pequenas parcelas de terra, investindo em uma forte propaganda nas regiões vizinhas e também longínquas. (ABREU, 1972)

Em 1922, a comarca da já então renomeada Presidente Prudente (fato ocorrido em 1919, sugestão de Antônio Prudente de Moraes, filho do ex-presidente Prudente de Moraes) se desmembrou de Assis. Da época de sua fundação até o final da década de 20, pouco se alterou na cidade, com sua economia prioritariamente voltada a produção de café e a dependência econômica atrelada a iniciativa privada do local. A década de 30 apresentou melhoras administrativas significativas e, apesar do período de crise na produção de café, o município pouco sentiu o efeito graças ao início da produção de algodão e também de menta. Na década de 40 o plantio do amendoim também se somou ao uso do solo da região. A década de 50 e 60, época em que a produção agrícola começava a ceder lugar para o gado, apresentou o contexto de industrialização no país. Resultante das práticas agrícolas da época que combinavam o manejo inadequado do solo e a falta de conhecimento das pragas tropicais sob as lavouras e rebanhos, a produção de café,

amendoim e algodão decaíram, gerando na região uma paralisação no processo de implantação de loteamentos (SPOSITO, 1983; BITTENCOURT, 1988).

BITTENCOURT (1998), também defende que é a partir da década de 70 que a área urbana de Prudente acelera sua expansão (Figura 1), de forma a consumir as áreas rurais, centrais, e melhor servidas de infraestrutura pública e privada e que, por consequência, modificaram o uso do solo urbano neste período através, por exemplo, do processo de verticalização.

Figura 1. Esquema das tendências da expansão territorial urbana



Fonte: Honda, 2011 apud Nascimento, A. S.; Fernandes, J. A. R., 2016

Hoje, Presidente Prudente é uma cidade de médio porte, localizada no oeste do estado de São Paulo, possui a estimativa de 225.271 mil habitantes, com densidade demográfica de 389,81 habitantes/km². Desta população, 97,96% localizam-se na porção urbana, e apenas 2,04% na rural. Em termos de qualidade de vida, seu IDH é de 0,806 - considerado muito alto -, o PIB per capita é de R\$ 31.877,17 em reais correntes. O município possui um nível de atendimento de 99,44% em coleta de lixo, 97,96% em esgoto sanitário e 99,01% em abastecimento de água. Ao que se refere aos setores da economia, Presidente Prudente possui apenas 0,44% do total de seu valor adicionado em Participação Agropecuária, 16,27 na Participação Industrial e 83,29 no setor de serviços. Seu PIB é de R\$ 6.847.376,24, sendo este valor o equivalente a aproximadamente 0,35% do PIB do estado de São Paulo (IBGE, 2017).

PAISAGEM E A FOTOGRAFIA

“A paisagem é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural o resultado”, afirma Sauer (1998, p.59). Para Dardel (1990, p. 54), “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”.

A paisagem não se apresenta tão-somente como um reflexo do funcionamento passado ou presente da sociedade. As relações emocionais entre a paisagem e o observador são analisadas. O papel da

paisagem nas estratégias de poder e de dominação é explorado. A significação da paisagem na construção ou na preservação das identidades é ressaltada (CLAVAL, 2002).

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho será baseado na análise de registros fotográficos. Segundo PASSOS (2004), a fotografia não tomou unicamente o lugar da pintura, ela, ao mesmo tempo, modificou as especificidades operatórias, o caráter do dispositivo de artealização. As fotografias de paisagens tomadas sobre o terreno, por exemplo, representam, indiscutivelmente, uma paisagem real, mas não são menos fortemente dependentes da reflexão dirigida sobre esta paisagem. A escolha do território fotografado, as condições da tomada da foto (distância, época etc.), tudo é determinado em função de uma vontade precisa de análise e de demonstração (PASSOS, 2004 p.179)

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. [...] (SANTOS, 1996, p.92)

A partir desses registros, podemos entender o percurso do tempo como sendo “duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua” (NOBERT, 1998, p.13), associando eventos físicos, sociais e individuais que podem contar histórias a partir do que foi modificado, desconstruído, reestruturado, construído e restituído.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente artigo configura uma análise descritiva. A pesquisa descritiva tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 51). Assim, a pesquisa busca descrever um fenômeno ou situação em detalhes.

Ainda se utiliza de uma arguição descritiva, pois visa realizar uma leitura histórica da paisagem da Rua Tenente Nicolau Maffei (Presidente Prudente – SP) a partir de uma perspectiva geográfica.

Deste modo, para a análise dos elementos presentes na Paisagem realizamos também uma pesquisa documental. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Mediante a esta perspectiva o trabalho pautou-se em documentos como, fotografias, mapas, trabalhos acadêmicos, imagens de jornais, notícias e outros documentos que refere-se a Paisagem da Rua Tenente Nicolau Maffei.

Para Lakatos e Marconi (2003) os documentos utilizados para a pesquisa “podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”, assim, os documentos utilizados para a análise datam desde a década 1920 até 2019. Neste sentido, também pautamo-nos no levantamento bibliográfico a fim de compreender os conceitos de paisagem e fotografia, e a própria constituição da cidade de Presidente Prudente- SP, com foco na Rua Tenente Nicolau Maffei. Para o trabalho, também foi realizado um estudo dos registros fotográficos e cartográficos da cidade.

O ponto de estudo foi delimitado através do levantamento bibliográfico, em que escolhemos um dos pontos mais antigos da cidade para análise (Rua Tenente Nicolau Maffei). A delimitação proporcionou a observação de diferentes fisionomias da paisagem, através dos registros fotográficos. Ademais, ferramentas “Google Earth” e “Google Maps” tiveram grande importância para realização deste trabalho por proporcionarem a delimitação da área de estudo, a comparação das modificações feitas na paisagem e também a construção de mapas.

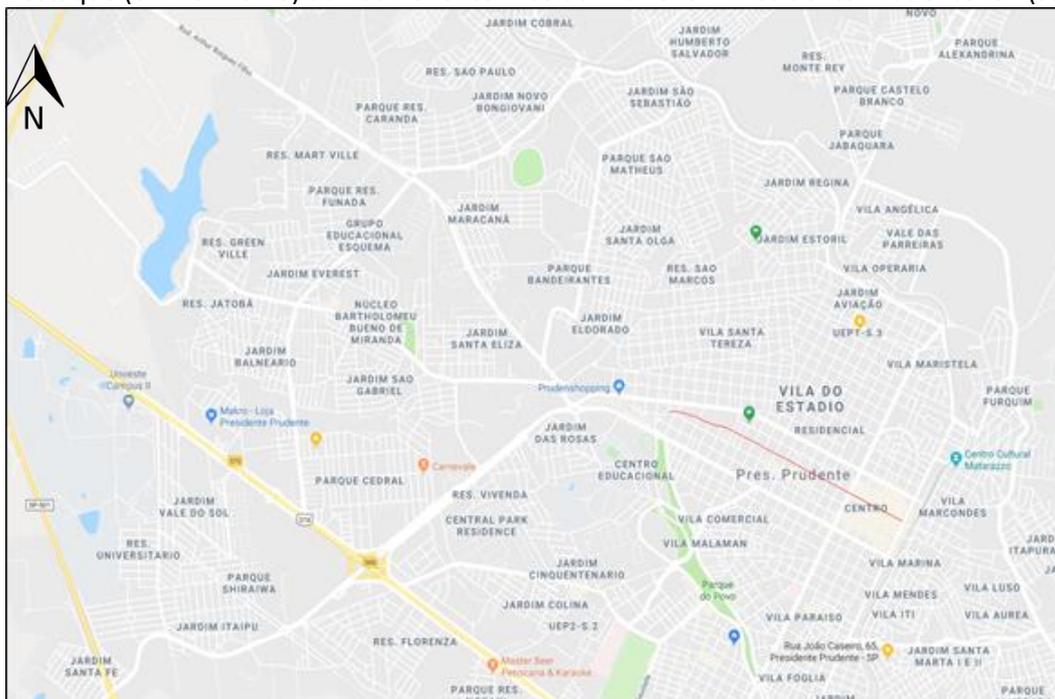
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da Paisagem da Rua Tenente Nicolau Maffei (Calçadão)

O *Calçadão* tem, atualmente, por característica uma extensa atividade comercial e de serviços bancários. Esse trecho é compreendido como a área Central da cidade de Presidente Prudente. Em tal área também está localizada a Praça Nove de Julho, onde se encontra a Igreja Matriz da cidade “Catedral de São

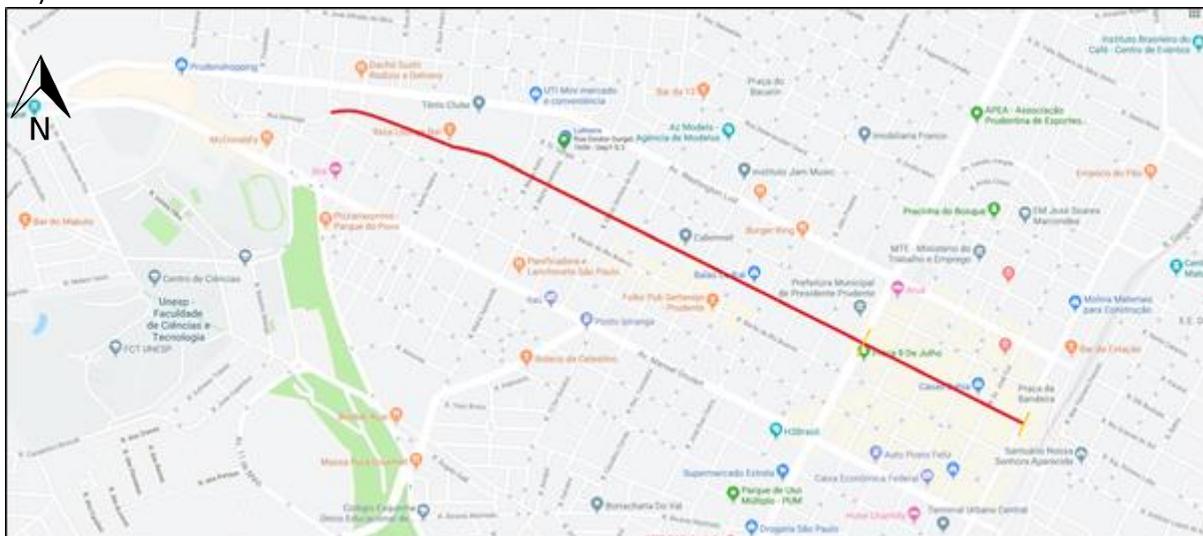
Sebastião”. Em torno da praça há também pontos de ônibus que interligam a área central as áreas residenciais.

Figura 2. Destaque (em vermelho) da Rua Tenente Nicolau Maffei em Presidente Prudente- SP (sem escala).



Fonte: Google Maps, 2019.

Figura 3. Destaque (em vermelho) da Rua Tenente Nicolau Maffei e o limite do calçadão (em laranja) (sem escala).



Fonte: Google Maps, 2019.

Santos (2001), referindo-se a forma de aquisição dos lotes situados nas ruas Nicolau Maffei e também na rua Barão do Rio Branco, relata que estes eram vendidos por Francisco Goulart a 30 mil réis, com pagamento em longas prestações. O comprador fica obrigado a construir a casa dentro de certo tempo, sob pena de perder o direito sobre o imóvel.

Outra característica dessa rua é ressaltada por Santos (2001), ao afirmar que a Rua Nicolau Maffei, que à época possuía outro nome, era a principal do lugar, embora com poucas casas e todas de

tábuas, afora os bancos de areia e lama. No Calçadão¹³ houve uma mudança significativa no perfil funcional do espaço, as ruas que atravessam essa região foram asfaltadas, atendendo ao pedido dos comerciantes da época.

Segundo Silva (2000, p. 114),

Com suas atividades econômicas ali localizadas, o asfalto nas ruas tanto garantia aos comerciantes a possibilidade de um maior atrativo para se ir ao centro consumir, quanto à valorização de seus imóveis e outras propriedades, como as residências e os terrenos, assegurando a elevação do preço do solo e dos aluguéis.

Essa transformação trouxe algumas consequências, pois houve uma supervalorização da área, excluindo comerciantes que não possuíam condições de adquirir um imóvel comercial. O Calçadão, ao longo do tempo, se constituiu como uma área de atividades comerciais e de serviços, sendo a principal via do centro tradicional da cidade.

A princípio, o projeto que foi desenvolvido para a “reforma” do Calçadão ocorreu em 1980. O projeto previa o fechamento do tráfego de veículos nas duas principais vias, a Rua Tenente Nicolau Maffei e a Rua Barão de Rio Branco, mas apenas a primeira foi fechada.

Segundo Hirao (1990, p.6),

O calçadão existente foi baseado em projetos de Rua de Pedestres das cidades de São José dos Campos, Curitiba e São Paulo. Não se realizou nenhuma avaliação das reais necessidades e costumes do habitante prudentino, nem se considerou as condicionantes climáticas, os sistemas construtivos usuais da região e a paisagem urbana já existente. Mas, ao mesmo tempo, temos a implantação de edifícios modernos de concreto e vidro, dos bancos e das grandes lojas de departamentos alterando a paisagem do entorno, bem como a comunicação de massas alterando os usos e costumes dos habitantes locais.

Registros fotográficos da Rua Tenente Nicolau Maffei

Rua Tenente Nicolau Maffei. Seu nome é uma homenagem da cidade ao tenente do Batalhão Constitucionalista (1932) de Presidente Prudente, morto em combate. Mas a foto tirada em 1925 (figura 2), chamava-se Rua Mantiqueira, teve mais dois nomes: Rua Washington Luiz e Rua João Pessoa, após a primeira denominação de Rua Mantiqueira (SANTOS, 2001).

Figura 4. Rua Tenente Nicolau Maffei, em 1925.



Fonte: Santos, 2001

³ Calçadão: Nome popular do trecho mais densamente ocupado pelo comércio da Rua Tenente Nicolau Maffei

Rua Tenente Nicolau Maffei, em 1930 (Figura 3), quando chamava-se Rua Washington Luiz. Na época o município vivia em grande crescimento na agricultura e para atender a demanda, surgiram os grandes armazéns de secos e molhados. Através da imagem é possível observar a esquina dessa via com a Joaquim Nabuco.

Figura 5. Rua Tenente Nicolau Maffei, em 1930.



Fonte: Santos, 2001

No ano de 1945, a zona rural ainda representava a força econômica da cidade de Presidente Prudente (figura 4). A maioria da população passava o dia nas roças, o que pode ser observado pelo vazio das ruas, embora o local já contasse com prédios de alguma suntuosidade, sugerindo um comércio forte.

Figura 6. Rua Tenente Nicolau Maffei, em 1945.



Fonte: Santos, 2001

Através da fotografia é possível observar a reforma das duas ruas (Figura 5). Este serviço foi realizado na gestão do prefeito Felício Tarabay, que iniciou o calçamento da cidade a partir das ruas Barão de Rio Branco e João Pessoa (atual Nicolau Maffei) até a Avenida Brasil, incluindo as travessias de todo setor (SILVA, 2001).

Figura 7. Esquina das Ruas Siqueira Campos e Nicolau Maffei.



Fonte: Santos, 2001

Figura 8. Rua Tenente Nicolau Maffei, década de 1960.



Fonte: IBGE, 2019.

Rua Tenente Nicolau Maffei, na década de 1960. Destaque para a lanchonete *Tio Patinhas*, com mais de cinquenta anos de funcionamento (Figura 7). O estabelecimento foi aberto em 1964, por Osair Pires e Acácio dos Santos.

Figura 9. Rua Tenente Nicolau Maffei, na década de 1960.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, 2019.

Figura 10. Rua Tenente Nicolau Maffei, na década 1970.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, 2019.

Fotografia registrada na década de 1980/1990 (Figura 9). O projeto desenvolvido para a reforma do *Calçadão* ocorreu em 1980, prevendo o fechamento do tráfego de veículos nas duas principais vias (Rua Tenente Nicolau Maffei e Rua Barão de Rio Branco). Apenas a primeira foi fechada.

Figura 11. Calçada década de 1980/ 1990.



Fonte: Autoria Desconhecida.

Figura 12. Fotografias atuais da rua Tenente Nicolau Maffei mais conhecido como Calçadão



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, 2017.

CONCLUSÕES

As consequentes percepções promovidas pelo estudo do calçadão de Presidente Prudente caracterizam este perímetro do centro da cidade como uma frutífera fonte de análise para a ciência geográfica. Tal capacidade decorre do fato de, ao realizar o levantamento bibliográfico e fotográfico referente ao registro histórico da cidade, fazer-se possível compreender as mudanças de caráter estético e funcional desta rua - uma das primeiras da cidade -, e como esta mudança foi promovida tanto pela movimentação dos atores sociais locais, como por aqueles a nível nacional e mesmo internacional.

No período histórico de fundação de Presidente Prudente, o próprio contexto econômico determinou o local e os pretendidos rumos produtivos deste aglomerado urbano, já que a expansão em direção ao interior do país – e mais especificamente do estado de São Paulo -, vislumbrando a busca por novas terras agricultáveis e guiadas pelo adentramento da estrada de ferro, e ademais regida pelas necessidades advindas da expansão industrial e urbana no país, foram os determinantes necessários para a chegada do empreendimento de parcelamento de terras à esta referida região. Não se restringindo à uma dinâmica particularmente nacional, a busca pelo crescimento econômico e desenvolvimento social era tanto orquestrado pelos modelos de desenvolvimento importados da Europa e dos Estados Unidos, quanto ao longo do tempo modificados pelo papel relegado ao país, segundo as influências do mercado internacional.

Deste modo, embebida de tais influências e dinamicidades, a cidade de Presidente Prudente fundou suas bases pautadas, primeiramente, na produção agrícola de algumas culturas específicas, mais

tardamente na criação de cabeças de gado, para enfim se consolidar como um núcleo urbano tendo sua economia pautada nos serviços e comércios - sobremaneira mais especializados que nas cidades circundantes - e, por consequência, centro de atração de demandas dessa circunvizinhança.

Acompanhando essa transição, o centro da cidade - como um todo - acompanhou a mudança dos modelos econômicos que fundamentam os serviços oferecidos. A análise histórica da transformação do espaço da Rua Tenente Nicolau Maffei evidencia a articulação do poder público em concordância às demandas advindas daqueles que se estabeleceram nesta rua. A sucessão de residentes e comerciantes que ali se estabeleciam determinou, ao longo do tempo, a transformação estética e arquitetônica da rua, seja pelo fechamento ao tráfego de veículos, seja pela inserção de aparatos que servissem condizentemente a um local de compras urbano. Mais tardiamente, graças a expansão da malha urbana e do contingente populacional, sua zona de influência se reproduziu pelas suas redondezas, caracterizando o desde-sempre centro da cidade como, atualmente, altamente constituído por estabelecimentos de caráter comercial.

Um último ponto a ser ressaltado é o de que, graças a centralidade histórica condicionada a esta rua e pelo fluxo de pessoas ali existente, ao que se refere a movimentação política - seja da sociedade ou dos próprios políticos, em campanha, por exemplo -, esta rua se constituiu como o principal palco deste tipo de manifestação. A rua Tenente Nicolau Maffei segue a carregar uma importante parcela de importância econômica para a cidade e região, havendo somente o que se esperar pelas futuras demandas de acomodação do tecido urbano - devido a sua contínua expansão, e também pelas influências das lógicas de um mundo globalizado capazes de alterar em escala espaciais estruturas econômicas e sociais das localidades às estas lógicas atreladas.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FFCLPP, 1972.

BITTENCOURT, M. R. **Presidente Prudente: A habitação de madeira e o desenvolvimento do Oeste Paulista**. Universidade de São Paulo Escola Politécnica, 1988.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009. p. 11-43.

DARDEL, E. **L'homme et la terre – nature de la réalité géographique**. Paris: CTHS, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE MAPS. **Rua Tenente Nicolau Maffei em Presidente Prudente- SP**. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/place/R.+Ten.+Nicolau+Maffei++Vila+do+Estadio,+Pres.+Prudente++SP/@22.1200037,51.3958294,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9493f44a397fb203:0xa74fe91b09db83dc!8m2!3d-22.1200087!4d-51.3936407>> Acesso em: jun. 2019.

HIRAO H. **Rua de Pedestres: o planejamento visual urbano das propostas públicas adequados ao contexto regional, o caso de Presidente Prudente**. 1990 FAU/USP.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade de Presidente Prudente**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/historico>> IBGE. 2019. Acesso em: jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História e Fotos de Presidente Prudente**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/presidente-prudente.html>> IBGE. 2017. Acesso em: jun. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, J. F. **A alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FFCLPP, 1972.

NASCIMENTO, A. S; FERNANDES, J. A. R., 2016. Os espaços não construídos e a expansão urbana: reflexões entre um estudo de caso em Presidente Prudente e o futuro das cidades. In: FERNANDES, J.R., FERREIRA, C., CHAMUSCA, P., MENDES, T. E CARDOSO, V. (Org.). **A Geografia na Construção do Futuro Desejado**. 1ed.Porto: GEGOT -Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2016, v. 1, p. 147-159.

PASSOS, M. M. dos. **A paisagem do Pontal do Paranapanema – uma apreensão geofotográfica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v.26, n.1, p.177-189, 2004.
<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v26i1.1573>

Presidente Prudente (SP). Prefeitura. 2019. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br>. Acesso em: jun. 2019.

Presidente Prudente (SP). Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=37068>. Acesso em: jun. 2019.

SAUER, O, C. A Morfologia da Paisagem. Carl O. Sauer. In: CORRÊA, R, L e ROSENDAHL, Z (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, V. **Documentário de Presidente Prudente- A história contada em fotos- Um acervo raro, com 63 fotografias da cidade tiradas nos primórdios de sua fundação**. Mais, o texto: Presidente Prudente em 1918. 2001.

SILVA, M. **O poder local em Presidente Prudente- SP, o comerciante e suas representações sociais. Presidente Prudente**. FCT/UNESP, 2000.

SPOSITO, M. E. B. **O chão de Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. (Dissertação de mestrado) Rio Claro, Unesp, 1983.

A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE ESTUDO PARA A AGRICULTURA URBANA

Daiara Batista Mendes

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita FILHO – UNESP. E-mail: daiaramendes@outlook.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a aplicação da metodologia de pesquisa qualitativa denominada história oral nos estudos de agricultura urbana, tomando como base uma pesquisa realizada no município de Pirapozinho, Estado de São Paulo. Os objetos de análise deste trabalho são as entrevistas em que compareceram elementos da história oral realizadas no âmbito desse projeto, buscando estabelecer um diálogo entre diferentes autores que tratam da história oral enquanto ferramenta metodológica para estudos científicos que objetivam captar através da memória dos sujeitos suas percepções sobre os fenômenos do tempo pretérito com base nas suas vivências. Por fim, esta metodologia revelou-se como um importante recurso para se apreender as principais motivações no desenvolvimento dessas práticas agrícolas urbanas, a origem dos conhecimentos sobre as técnicas de cultivo dos entrevistados e a importância pessoal da produção de alimentos na cidade, principalmente através de aspectos identitários e da transmissão de saberes entre as gerações.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Agricultura Urbana; Pirapozinho.

ORAL HISTORY AS A STUDY METHODOLOGY FOR URBAN AGRICULTURE

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the application of the qualitative research methodology called oral history in studies of urban agriculture, based on a research carried out in the municipality of Pirapozinho, State of São Paulo. The objects of analysis of this work are the interviews in which elements of oral history were carried out within the scope of this project, seeking to establish a dialogue between different authors who deal with oral history as a methodological tool for scientific studies that aim to capture their perceptions through the subjects' memory about the past time phenomena based on their experiences. Finally, this methodology proved to be an important resource for understanding the main motivations in the development of these urban agricultural practices, the origin of knowledge about farming techniques and the personal importance of food production in the city, mainly through identity aspects and the transmission of knowledge between generations.

Keywords: Oral History; Memory; Urban Agriculture; Pirapozinho.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana é entendida como as atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) desenvolvidas dentro do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para comercialização ou autoconsumo. Sua prática é bastante antiga, visto que o surgimento deste fenômeno urbano acompanha a história das primeiras cidades no mundo. Atualmente, a atividade se apresenta em constante expansão, tanto em grandes quanto em cidades de pequeno porte, obedecendo a dinâmicas próprias conforme a finalidade principal da produção de alimentos nessas áreas urbanas.

A prática é amplamente associada à questão do abastecimento alimentar das populações pobres urbanas em países subdesenvolvidos, considerando-a, assim, como uma amortecedora das situações de insegurança alimentar a que estão expostos esses povos e como estratégia de geração de emprego e renda, nos casos de comercialização. Em outros casos, como na área delimitada para este estudo, observa-se a agricultura urbana como uma atividade relacionada à perpetuação dos antigos hábitos rurais do segmento

da população do município que a desempenha, constituído em larga escala por praticantes originalmente rurais.

Nesse sentido, em cidades interioranas, o perfil dos praticantes é constituído sobretudo por idosos que tiveram uma vivência no campo, principalmente em sua infância e juventude, e que desempenham práticas agrícolas nos pequenos espaços que dispõem em sua vida urbana, seja para manter os vínculos com o seu local de origem, para suplementar a renda das famílias ou simplesmente na busca por uma alimentação saudável. Essa constatação nos leva a considerar que no plano de fundo dessa prática estão processos que ocasionaram transformações profundas no meio rural e que, conseqüentemente, tiveram rebatimentos no processo de formação das cidades, além desse caráter identitário que está implícito em seu desenvolvimento. Todas essas faces são passíveis de serem apreendidas pela história oral.

A história oral é uma modalidade de entrevista onde se privilegia os aspectos históricos das trajetórias dos sujeitos, buscando captar em suas narrativas elementos da memória que remetam a processos de formação no qual eles estiveram inseridos, acontecimentos históricos, tradições perpetuadas ao longo do tempo, entre outros fenômenos que reportam ao tempo pretérito.

Ela pode ser definida também como uma ferramenta metodológica que apreende a “[...] percepção do passado que tem continuidade hoje e cujo processo não está acabado” (MEYHY, 1996, p.10), proporcionando aos entrevistados a consciência do seu papel como sujeitos sociais e construtores da sua própria história, além do entendimento a respeito da “[...] seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem” (MEYHY, 1996, p.10). De acordo com Paula e Hespanhol (2018, p. 305), esse resgate tem como base a memória dos indivíduos estudados, a qual é exposta por eles através da oralidade, nos diálogos e entrevistas.

A utilização dessa metodologia nos meios acadêmicos, a partir da pesquisa científica, remonta à década de 1970, “como um novo fenômeno metodológico e político” (HALL, 1992, p.01), que trouxe à tona a história de atores sociais silenciados nas documentações escritas, por se encontrarem à margem da sociedade que é retratada nesses livros e documentos históricos.

Diante disso, escolhemos a história oral como metodologia de estudos para coletar nas falas dos praticantes de agricultura urbana elementos que nos levem à gênese da sua prática no município, partindo do entendimento destes como agentes sociais geralmente desconsiderados no cotidiano das cidades e pelas políticas públicas voltadas ao fomento dessa prática, mesmo diante de sua relevância na produção de alimentos nas cidades, em meio ao advento de novos meios de consumo.

A partir dessa explanação, temos como objetivo central para este estudo demonstrar a aplicação da metodologia de pesquisa qualitativa denominada história oral nos estudos de agricultura urbana. Para tal, tomamos como base os resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada “As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e de geração de renda no município de Pirapozinho/SP” (Processo FAPESP 2017/25606-0), tendo como objeto de análise as entrevistas em que compareceram elementos da história oral realizadas no âmbito desse projeto.

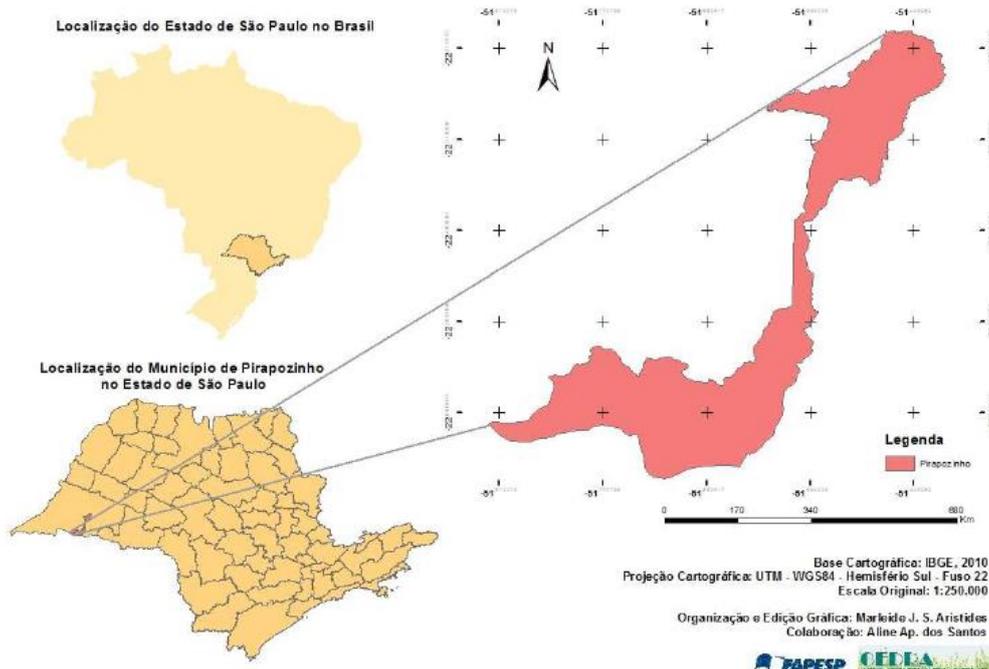
Neste trabalho busca-se estabelecer um diálogo entre diferentes autores que tratam da história oral enquanto metodologia de pesquisa, abordando aspectos como a sua gênese no meio acadêmico, suas tipologias, modos de aplicação nas pesquisas científicas, sobretudo de cunho qualitativo, e os riscos que apresenta enquanto uma ferramenta de coleta de dados baseados na memória dos sujeitos. Apoiados nessa discussão de caráter teórico, partiremos para a análise de sua aplicabilidade nos estudos de agricultura urbana tendo como enfoque os resultados da pesquisa desenvolvida no município de Pirapozinho.

METODOLOGIAS

O recorte espacial delimitado para este estudo é o município de Pirapozinho, localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo (Mapa 1). Este é constituído por uma área total de 477,673 km², onde residem 24.694 habitantes, conforme dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE-, em 2010. Desse total, 23.462 habitantes (95%) residem na área urbana e apenas 1.232 habitantes (5%) estão instalados na área rural do município. A estimativa populacional do

município no ano de 2019 foi de 27.527 habitantes, demonstrando um crescimento de cerca de 12% desde o último censo.

Mapa 1. Localização do Município de Pirapozinho no Estado de São Paulo.



Fonte: ARISTIDES, 2013, p. 110.

Desde a gênese do seu processo de formação, analisamos que Pirapozinho sempre se constituiu como um município essencialmente agrícola, em que grande parte da população se estabelecia na área rural, sobretudo até a década de 1960, e que sua economia estava voltada estritamente para a agricultura. Em fins da década de 1960, as atividades agrícolas entraram em decadência, principalmente diante do cenário de uma modernização conservadora no campo brasileiro, alavancando, assim, o processo de migração campo-cidade.

É nesse cenário de expansão do processo de urbanização do município, marcado pelo aumento da população na cidade, que estas passam a praticar a agricultura (cultivo, criação de animais de pequeno porte, etc.) nos pequenos espaços ociosos presentes no seu perímetro urbano, para manter o vínculo com o rural e garantir alimentos frescos e de qualidade, produzidos por eles próprios, além de suplementar a renda das famílias.

Diante dessa descrição inicial do nosso objeto de análise, elencamos como procedimentos metodológicos para este estudo: uma revisão bibliográfica a respeito das temáticas que darão embasamento para as análises pretendidas, tais quais a história oral e a agricultura urbana; a elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturadas com uma amostra de 10 (dez) praticantes de agricultura urbana no município de Pirapozinho; e a posterior transcrição e análise dos dados obtidos por meio das metodologias selecionadas, a partir do aporte teórico adquirido com base nas leituras científicas.

Para a elaboração do presente artigo, delimitamos quatro entrevistas com praticantes de idades entre 53 e 71 anos, nas quais adotou-se a metodologia da história oral, onde são narrados o processo de desenvolvimento das práticas a partir de suas trajetórias de vida, bem como os seus conhecimentos sobre a agricultura urbana adquiridos entre as gerações.

HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA

Para se pensar na história oral enquanto metodologia de pesquisa, conforme é empregada atualmente, precisa-se considerar que sempre houve a história oral, porém não “[...] nos moldes de hoje,

pois os procedimentos não eram minimamente discutidos em termos de critérios e de relação com um projeto inicial executado com auxílio de máquina e equipamentos eletrônicos” (MEIHY, 1996, p.88).

O marco de sua utilização com certo rigor metodológico se deu após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1948, na Universidade de Colúmbia, em Nova York, em um contexto onde se combinaram “[...] os avanços tecnológicos com a necessidade de se propor formas de captação de experiências como as vividas então, tanto por combatentes como por familiares e vítimas dos conflitos da Segunda Guerra Mundial” (MEIHY, 1996, p.89). Através do advento dessa metodologia, alavancou-se o processo de reconhecimento da identidade e sentimentos de pertencimento por parte dos sujeitos, proporcionando a eles o entendimento como participantes fundamentais da história.

No Brasil, a utilização da história oral na pesquisa científica teve sua gênese no contexto pós - Ditadura Militar (1964-1985), gerando materiais históricos para o momento de abertura política, diante do fato de que anteriormente eram proibidos “projetos e registros que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos” (MEIHY, 1996, p.101).

De um modo geral, segundo Bidinoto e Tommasiello (2013), a história oral enquanto metodologia de pesquisa qualitativa surgiu no sentido de “[...] valorizar as memórias e experiências de pessoas comuns que a história tradicional não leva em conta, deixando à margem” (p.285).

Conforme Meihy (1996) em seu livro Manual da História Oral, essa metodologia pode ser classificada em três tipos: como ferramenta, onde seus relatos são utilizados apenas como exemplos para o fenômeno que deseja demonstrar e, assim, o rigor científico é dispensável; como técnica, na qual os depoimentos são complementares ao referencial teórico e a análise é construída a partir do seu diálogo com esse último; e, como método, que tem enfoque nos depoimentos para a construção da análise, sendo a história oral o único meio de coleta das informações na pesquisa. Nesse estudo nos apoiaremos na história oral como técnica, considerando que os dados apreendidos a partir dela não serão centrais na pesquisa, mas contribuirão na construção das análises através da combinação com a discussão científica.

Como apresentamos anteriormente, a base da história oral é a memória, pois é através dela que o sujeito é capaz de captar elementos do passado que influenciaram na sua trajetória de vida. No entanto, é importante pontuar que mesmo existindo uma relação intrínseca entre ambas, “[...] a memória é um suporte para as narrativas da história oral, mas não é ela” (MEIHY, 1996, p.53). Nesse sentido, existem algumas especificidades da memória que a tornam um recurso primordial para a apreensão de fenômenos no tempo pretérito.

A memória pode ser dividida em memória individual e memória coletiva. Na memória individual, Meihy (1996) aponta que “[...] só tem sentido os exames individuais, das pessoas isoladamente” (p.54), enquanto a memória coletiva, para Halbawachs (1990), “ é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo” (apud ABREU, 1998, p.84).

A fim de considerarmos qual delas torna-se objeto de interesse para a história oral é oportuno atentar-se ao fato de que “[...] a memória individual só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias” (MEIHY, 1996, p.54), uma vez que essa é formulada a partir dos referentes sociais. Assim, mesmo sendo própria do ser humano, a memória individual também carrega o seu caráter familiar, grupal e social.

RISCOS DA HISTÓRIA ORAL

Por se tratar de uma metodologia que tem como base a memória dos sujeitos, deve-se tomar algumas precauções em se utilizar as informações transferidas por ela, sobretudo por ser subjetiva (ABREU, 1998, p.83), ou seja, o sujeito direciona suas memórias conforme aquilo que lhe apetece. Em “História Oral: Os Riscos da Inocência”, Hall (1992) chama atenção para alguns desses cuidados na aplicação desse procedimento metodológico, tendo como ponto de partida o fato de que a memória dos indivíduos abarcados pela pesquisa muitas vezes se encontra “[...] extremamente falível em relação aos acontecimentos específicos, e sobretudo à sua sequência” (HALL, 1992, p.01).

Esse primeiro risco apontado acontece em virtude do público-alvo da história oral ser constituído principalmente por pessoas de idade avançada, que frequentemente eram muito jovens na época dos acontecimentos que estão sendo narrados.

Essa questão inicial tem rebatimentos diretos no segundo ponto de discussão sobre os riscos da história oral que diz respeito à “[...] transferência de opiniões atuais para o passado” (HALL, 1992, p.02), seja por meio da distorção intencional dos fatos para caber em seu posicionamento atual ou por uma confusão instintiva entre ideias do presente com o passado.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a “[...] tentação de ignorar o fato de que a memória é sempre uma reelaboração, socialmente determinado, e que a história oral corre o risco de fazer um uso extremamente inocente dos relatos por ela produzidos” (HALL, 1992, p.04).

Também nessa linha de raciocínio, é importante considerar que, em alguns casos, o pesquisador pode se deparar com [...] o entrevistado que já tem uma história pronta, um número ou uma linha sobre o passado, que vai recitar a qualquer custo (HALL, 1992, p.02), sendo normalmente uma versão dos fatos que é amplamente veiculada pelos documentos históricos e que não trazem nenhum elemento novo para a análise pretendida, ocultando, assim, as particularidades desses acontecimentos com base nas vivências desses sujeitos.

O envolvimento do pesquisador também pode se tornar perigoso para o desenvolvimento dessa metodologia, considerando que “há entrevistados que respondem de maneira diferente segundo a identidade do entrevistador: sexo, idade, classe e outros elementos podem influenciar significativamente no resultado” (HALL, 1992, p.03). Além disso, a interferência constante do pesquisador durante a fala do indivíduo, sobretudo para direcionar a conversa conforme suas intencionalidades de pesquisa, pode comprometer na veracidade das informações transmitidas por ele, principalmente por se sentir pressionado a oferecer detalhes de caráter particular ao estudo.

Na concepção adotada por Meihy (1996) esses riscos são tomados como potencialidade para apreender elementos que estão implícitos nas narrativas dos sujeitos sobre os processos investigados pela pesquisa, seja no ato de ocultar informações, nos esquecimentos ou nas interferências emocionais.

O autor aponta que “quando acontece de um colaborador indicar datas, lugares ou números diferentes do conhecido e provável, isso pode significar várias coisas: que a pessoa simplesmente não se lembra com exatidão; que a informação não tem importância para a narrativa; que há um equívoco ou que se opera uma “mentira”” (MEIHY, 1996, p.50). No entanto, nesse ponto de vista, o objetivo da história oral não seria estritamente a busca pela verdade, mas sim a experiência dos entrevistados diante de certos processos históricos, sejam eles fenômenos de conotação internacional, nacional, regional ou local.

Nesse sentido, “desprezar a narrativa nostálgica, mentirosa, encantada implica, pois, esfriar o lado humano das versões narradas” (MEIHY, 1996, p.50), pois quanto mais o indivíduo se sente confortável em contar as suas vivências do seu modo, mais fundamentadas serão as informações expostas por ele, até mesmo para os objetivos da pesquisa que busca captar essa subjetividade presente na memória dos sujeitos em relação aos acontecimentos.

REGRAS GERAIS DA HISTÓRIA ORAL

Para a aplicação desta metodologia, os teóricos indicam uma série de regras básicas a serem seguidas rigorosamente para que as informações obtidas para a pesquisa sejam validadas cientificamente. No Manual de História Oral, Meihy delimita quatro etapas para a execução das pesquisas que a adotam como ferramenta metodológica.

Em um primeiro momento, se dá a elaboração do projeto, que consiste em “definir critérios de procedimentos” (MEIHY, 1996, p.76), definindo também nessa etapa se os depoimentos coletados comporão um banco de dados ou se farão parte das análises de um determinado estudo. Na segunda etapa é realizada a gravação do material, geralmente de 2 a 4 horas de duração.

A terceira etapa da história oral é a confecção do documento escrito, na qual o autor recomenda que “deve estabelecer com clareza o tipo de transcrição” (MEIHY, 1996, p.77), se transcrição literal ou apenas transcrição (ou tradução) do material coletado. Por fim, realiza-se a análise das informações, que depende dos objetivos do projeto inicial, ou seja, se o material será analisado como parte de uma pesquisa, o que demanda do pesquisador fazer uma discussão a partir do referencial teórico proposto para o estudo, ou apenas divulgado em sua transcrição literal, como um documento a ser disponibilizado em um banco de dados, conforme já mencionamos.

A escolha dos depoentes também é uma fase importante da história oral, onde são pré-selecionados e verificados sobre sua concordância em participar da pesquisa, considerando que é sempre importante deixar claros os objetivos do projeto e as motivações que levaram aqueles sujeitos em específico a serem abarcados pela pesquisa. Estes podem ser desde uma pessoa, um grupo definido de pessoas ou um conjunto grande de entrevistados (MEIHY, 1996, p.68), dependendo das intencionalidades do pesquisador.

Sobre o desenvolvimento de entrevistas, Colognese e Mélo (1998) apresentam que a conversa não necessita de um roteiro de questões fixadas, reforçando que esta metodologia centra-se nas memórias do entrevistado a respeito do contexto histórico em que está inserido, podendo deixá-lo livre para estruturar sua narrativa. Na perspectiva dos estudos de agricultura urbana, como no caso deste estudo, a conversa foi norteadada por questões que instigassem os entrevistados a resgatarem em sua memória elementos como as motivações que os levaram ao interesse em cultivar alimentos na cidade e a aprendizagem das técnicas de cultivo, os quais trouxeram os aspectos históricos do desenvolvimento dessa prática no município.

Durante a conversa é comum certos tipos de interferências tomadas por Colognese e Mélo (1998) como “fatores perturbadores”, que se referem a sons, objetos, pessoas e até mesmo ambientes que podem influenciar negativamente no desenvolvimento da entrevista, correndo o risco de alterar a naturalidade do entrevistado. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de preparar um ambiente propício para a aplicação das entrevistas, onde “(...) o ideal é sempre haver condições adequadas para a pureza do som, evitando-se interrupções e outros impedimentos que perturbem a concentração” (MEIHY, 1996, p.80) e que consequentemente impactem nas informações.

Dessa forma, recomenda-se que a conversa se desenvolva na casa da pessoa ou em outro ambiente onde ela se sinta confortável e que possa aguçar a memória a fim de que traga elementos em sua exposição sobre o fenômeno que deseja-se captar. No nosso caso, grande parte das entrevistas ocorreu nas próprias hortas e demais áreas de cultivo no perímetro urbano, como um ambiente que lhes oferece pontos de referência para se recordar de acontecimentos e conhecimentos adquiridos no tempo pretérito.

História Oral e Agricultura Urbana

Conforme já discutimos anteriormente, a história oral é uma importante ferramenta metodológica para estudos de agricultura urbana por esta se tratar de uma atividade que revela uma intrínseca ligação com a perpetuação de antigos hábitos do modo de vida rural, sobretudo quando praticada por pessoas originárias do campo. Essa questão pode ser observada principalmente em cidades do interior, como no município de Pirapozinho, tomado como recorte espacial para esse estudo, em virtude da forte vinculação com as atividades agrícolas desde o seu processo de formação.

Partindo desse pressuposto, Meihy (1996) indica que “a memória, contudo, é fundamental também para confirmar o presente, pois sem ela não podemos garantir as regras da vida social que se baseiam em repetições de atitudes definidas no passado” (p.66).

Diante disso, nesse momento nos voltamos à análise das entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa que buscou compreender as diferentes práticas de agricultura urbana desenvolvidas no município como estratégia de garantia da segurança alimentar e de geração de renda para a população local que a desenvolve, tendo como base para esse estudo os aspectos históricos de sua constituição, a partir da memória dos praticantes.

Para essa análise foram selecionadas quatro entrevistas que tiveram como base elementos da história oral, realizadas com praticantes de agricultura urbana com idades entre 53 e 71 anos, sendo três homens e uma mulher, todos eles de origem rural e que desempenham atividades agrícolas na sede do município há cinco e doze anos.

É importante pontuar também que os registros orais foram gravados sob o livre consentimento dos próprios indivíduos abarcados pela pesquisa e posteriormente transcritos. No que se refere aos locais em que elas foram desenvolvidas, destaca-se que duas entrevistas foram realizadas nas próprias residências, próximo aos locais de cultivo ou dos quintais produtivos; uma no estabelecimento comercial da entrevistada; e outra na própria horta, o que nos possibilitou acompanhar as diferentes etapas da produção e comercialização no momento da aplicação.

A metodologia elencada para esta pesquisa foi executada por meio de um roteiro semiestruturado de questões que privilegiaram, em um primeiro momento, o perfil do sujeito e os aspectos produtivos da agricultura urbana como os tipos de alimentos cultivados, a procedência das mudas, o volume da produção, a destinação (autoconsumo e/ou comercialização), entre outros. Após isso, integramos ao roteiro questões mais abertas para que os entrevistados narrassem suas experiências de vida que o levaram ao desenvolvimento de práticas agrícolas no perímetro urbano de Pirapozinho, abordando suas principais motivações, a origem dos conhecimentos sobre as técnicas de cultivo e a importância pessoal da produção de alimentos na cidade.

No quadro abaixo evidenciamos algumas questões relativas ao perfil dos entrevistados, apresentando as suas profissões e principais motivações no que tange à prática da agricultura urbana no município.

Quadro 1. Profissões e motivações dos praticantes de agricultura urbana em Pirapozinho/ SP.

Praticantes entrevistados	Profissões	Motivações
Entrevistado A	Funcionário público municipal	Saúde e lazer
Entrevistado B	Verdureiro	Agregação na renda familiar
Entrevistada C	Comerciante	Lazer e terapia ocupacional
Entrevistado D	Aposentado	Agregação na renda familiar, lazer e terapia ocupacional

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Autora.

Segundo essas informações, é possível apreender as especificidades desses praticantes, traçando suas principais características. Destaca-se a atuação do aposentado (entrevistado D) que faz da agricultura urbana uma maneira de se manter ativo, tanto do ponto de vista físico e psicológico quanto da interação social, ao comercializar os seus produtos nos mais diferentes meios de comercialização informal, levando-o a estar em contato constantemente com os consumidores, além da possibilidade de adquirir uma renda extra.

Entre aqueles que ainda se encontram inseridos no mercado de trabalho, identificamos o entrevistado B que tem como profissão a própria prática da agricultura, comercializando os produtos cultivados na área, e dos outros que possuem profissões totalmente diferentes dessa dinâmica (funcionário público municipal e comerciante) e que veem nesta atividade a possibilidade de encontrarem um “refúgio” ao chegar do trabalho e aos fins de semana.

Sobre a aprendizagem das técnicas de cultivo, no relato do entrevistado A, 60 anos, fica evidente que o ensino nas escolas do campo tinha algumas vezes um caráter preparatório a fim de que os estudantes atuassem nas lavouras, conforme já era praticado por eles e seus familiares como estratégia de reprodução social e econômica. Assim, ele pontua:

Na realidade eu aprendi quando eu tinha mais ou menos uns 6 anos de idade. Morava na roça, estudava na escola primária rural, a professora ensinou nós desde a preparação do adubo, usar esterco de gado e plantando alface, então a merenda escolar quando eu tinha 6, 7 anos até uns 10 anos de idade é nós que preparava na horta da escola. Foi ali que eu aprendi (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Atualmente ainda é possível detectar instituições de ensino infantil e básico, até mesmo no município de Pirapozinho, que desenvolvem hortas escolares para suplementar a merenda escolar ou como parte de projetos de educação alimentar e nutricional. Essa iniciativa revela-se como uma atividade que além de ter um potencial educacional, visa a garantia da segurança alimentar e nutricional por parte dos estudantes, proporcionando a eles o acesso à alimentos de qualidade, estimulando-os a consumirem e possibilitando que essas crianças e adolescentes percebam que os alimentos podem ser produzidos nos quintais de suas próprias residências.

Também nesse sentido, encontram-se aqueles que adquiriram conhecimentos sobre o cultivo de alimentos dentro do ambiente familiar, como no caso da Entrevistada C, 71 anos:

Ah eu acredito que veio do meu avô, meu avô era “hortalista”, ele tinha sítio, ele plantava e eu via ele plantar repolho, verdura. Ele plantava para vender mesmo. Vendo de pequeninha, eu via ele plantando alho, plantando cebola, tudo (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A respeito dessa propagação de conhecimentos intergerações, é importante pontuar que “[...] a agricultura urbana familiar permite uma acumulação e uma transmissão da herança natural e cultural, material, mas também oral, o que nós chamamos aqui de transmissão de conhecimentos e de cultura” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.16), que são preservadas nas práticas e na memória dos indivíduos e, conseqüentemente, irradiadas para as gerações que se sucedem, seja por meio do ensinamento prático ou oral desses conhecimentos.

Um exemplo factível disso pode ser analisado no caso do entrevistado B, 53 anos, que compartilha em sua narrativa os ensinamentos de caráter familiar que adquiriu sobre a técnica da compostagem, um composto formado por resíduos orgânicos em decomposição, muito utilizado para a adubação do solo na produção agrícola em geral. Para ele:

Já vem [de família]. Meu pai sempre juntou, porque ele foi da roça. O pai então tinha cultura de sempre amontoar sujeira. Quando a gente plantava milho aqui, ou outras coisas que nós chegamos a plantar aqui, sempre na limpeza depois de colhido, na limpeza a gente fazia a “leira”. Nós “leirava” tudo aquilo que nós íamos carpir, braquiária, o milho depois de carpir, a gente fazia as “leira”. Coisa que era antiga, que a gente utilizava por ser normal. Muitos ‘tacavam’ fogo, a gente “leirava”. E plantava outra cultura, no meio de uma “leira” e outra a gente plantava outra cultura. E por assim foi indo que aquilo apodrecia, depois de um certo tempo a gente devolvia pra terra (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Nesta perspectiva, Meihy reforça que “de pais para filhos, de geração para geração, na vida cotidiana, através dos séculos, as pessoas transmitem suas experiências, seus preceitos e ensinamentos” (MEIHY, 1996, p.88) e a história oral tem a responsabilidade de captar esses referenciais históricos na memória dos indivíduos e difundi-los posteriormente nos documentos escritos ou audiovisuais.

Outro elemento observado a partir dos depoimentos coletados refere-se ao caráter identitário da agricultura urbana, conforme representa o entrevistado D, 71 anos, indicando que:

Isso aqui já vem de família porque eu fui criado no sítio, meu pai tinha sítio perto de Anhumas. Então a gente foi criado no sítio e de pequeno o meu pai já plantava horta, plantava lavoura e eu fui aprendendo. Depois casei e sai para as fazendas e uma hortinha sempre me acompanha porque serve para despesa da casa, evita estar comprando. [...] E eu gosto muito, toda vida desde criança eu fui criado na roça né. Depois que eu passei a trabalhar de empregado, cidade, essas coisas, então eu gosto muito, é um hobby que eu tenho que nem que eu não vendo, eu dou para um, para outro, eu gosto de ter fartura (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Em alguns casos, sobretudo na perspectiva familiar, as “[...] atividades agrícolas nas zonas urbanas e periurbanas correspondem à natureza bio-sociocultural da pessoa e às suas necessidades mais profundas (ligação com a natureza [...])” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.14), tratando nesse sentido de uma atividade que não traz apenas retorno econômico, mas também social e psicológico, por exemplo.

Nesse cenário, o sujeito carrega consigo a identidade que adquire a partir de seu local de origem para os demais espaços que ocupa. Mesmo se apropriando de outras culturas e práticas urbanas, sobretudo no caso dos idosos, o modo de vida rural expresso por esses referenciais identitários seguem intrínsecos a muitas de suas ações, como na prática da agricultura urbana, através da “[...] memória como um elemento essencial da identidade de um lugar” (ABREU, 1998, p.82).

Com base nessas narrativas, observamos as potencialidades da história oral em obter informações privilegiadas quanto à agricultura urbana, principalmente quando seu desenvolvimento está associado à perpetuação de hábitos e tradições do modo de vida do campo nas cidades, constituindo-se como verdadeiras ruralidades nos espaços urbanos. Por meio desses exemplos, concluímos que os seus

praticantes carregam em sua memória muitos aspectos identitários e conhecimentos passados entre as gerações que os auxiliam no desenvolvimento atual das práticas agrícolas urbanas.

CONCLUSÃO

Para os apontamentos finais desse artigo, vamos retornar à questão inicial que norteou o desenvolvimento das nossas análises, a saber: Quais as características da história oral que a tornam uma metodologia de estudo para a agricultura urbana? Nesse sentido, adotamos a perspectiva das práticas agrícolas urbanas como perpetuação do modo de vida rural por parte do segmento da população do município de Pirapozinho que a desempenha, constituído em larga escala por praticantes originários do campo, conforme comparece em nossa pesquisa. A partir disso, a aplicação da história oral nos possibilitou apreender o quanto o desenvolvimento dessas práticas está associado às questões identitárias e à herança familiar, presentes na lembrança sobre fatos de sua infância e juventude narrados durante a entrevista.

Conforme apresentamos, por se tratar de uma metodologia que explora a memória dos entrevistados e, conseqüentemente, retoma detalhes pessoais sobre suas trajetórias de vida, é recomendável certa atenção ao abordá-los e no tratamento dos dados, muitas vezes impregnados de interferências emocionais, opiniões atuais e confusões cronológicas, mas que não deixam de retratar a percepção desses indivíduos sobre fenômenos de conotação internacional, nacional, regional, local e até mesmo pessoal, que tiveram seus rebatimentos diretos em determinados momentos de suas vidas.

Em suma, através deste estudo é possível observar o potencial da história oral em pesquisas que tem como plano de fundo as relações campo-cidade e sua repercussão no cotidiano urbano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro que possibilitou a execução da pesquisa que serviu como base para este artigo.

A autora declara não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.
- ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP)**. 2013. 194f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BIDINOTO, V. M.; TOMMASIELO, M. G. C. A História Oral de Vida de Moradores de um Bairro Rural do Estado de São Paulo: Contribuições à Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, Rio Grande, v. 30, n. 1, p. 281 – 301, jan./ jun. 2013
- BOUKHARAIEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.) **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.
- HALL, M.M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades – Pirapozinho/SP**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pirapozinho/>> Acesso em: 17 ago. 2020.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

MENDES, D. B.. **As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP**. 2018. 115 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MENDES, D.B. Panorama da agricultura urbana no município de Pirapozinho- São Paulo: um olhar a partir das políticas públicas e das ações governamentais voltadas à sua prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24., 2018., Dourados. **Anais [...]**. Dourados: UFGD, 2018. p. 175-188.

PAULA, L. A. C. de; HESPANHOL, R. A .de M. Na memória das Marias: história oral, migrações, gerações e lugar no contexto de formação do assentamento Tucano em Euclides da Cunha Paulista/SP. **Revista Formação (ONLINE)**, Presidente Prudente, v.25; n.44, p. 301-323, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.33081/formacao.v25i44.4764>

ANÁLISE DO CÓRREGO DO CEDRO - PRESIDENTE PRUDENTE/ SP : PERFIL TRANSVERSAL DAS SEÇÕES, GEOMETRIA HIDRÁULICA, GRANULOMETRIA E LIMNOLOGIA

Gleice Santana Pereira, Sinthia Silvestre Gonçalves, Diana Mirela da Silva Toso, Thiago De Moraes Dos Passos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: gleicesantanapereira@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como finalidade analisar as características hidráulicas e limnológicas do Córrego do Cedro localizado no município de Presidente Prudente - SP. A metodologia foi fundamentada nos aportes teóricos específicos ao tema e práticas de campo e laboratório para obtenção das variáveis físico-químicas hidráulicas. Após análise dos dados concluiu-se que o córrego está diretamente sujeito às influências decorrentes das atividades no entorno da bacia.

Palavras-chave: Dinâmica fluvial. Recursos hídricos. Ações antrópicas.

ANALYSIS OF THE CÓRREGO DO CEDRO - PRESIDENTE PRUDENTE/ SP: CROSS SECTION PROFILE, HYDRAULIC GEOMETRY, GRANULOMETRY AND LIMNOLOGY

ABSTRACT

This article aims to analyze the hydraulic and limnological characteristics of the Córrego do Cedro located in the municipality of Presidente Prudente - SP. The methodology was based on theoretical contributions specific to the theme and field and laboratory practices to obtain hydraulic physical-chemical variables. After analyzing the data, it was concluded that the stream is directly subject to the influences resulting from the activities surrounding the basin.

Keywords: Fluvial dynamics. Water resources. Anthropic actions.

INTRODUÇÃO

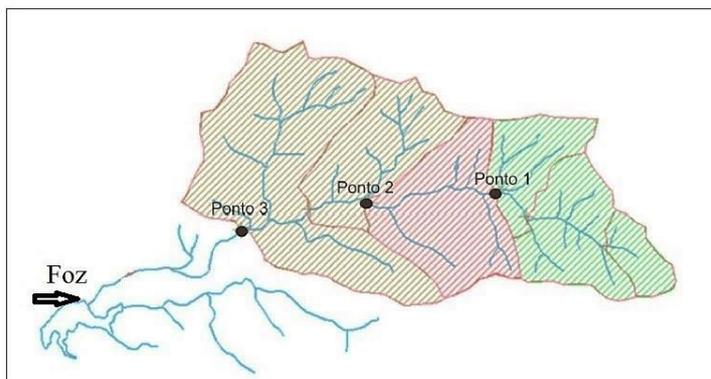
Este trabalho pretende analisar parâmetros quantitativos do córrego do Cedro em Presidente Prudente situado no oeste do estado de São Paulo. Foram realizadas coletas em três pontos de análise, sendo eles o baixo, médio e alto curso do rio. Neste contexto, foram feitas medidas para analisar o comportamento hidrológico e para compreender as dinâmicas fluviais, assim como as características do corpo hídrico, compondo a análise espacial. Para Rezende, Sant'Anna Neto e Spinosa (1999) a bacia hidrográfica, seria uma unidade integradora, no qual a água seria um indicador ambiental das condições que refletem seu uso e ocupação, tornando-se “possível entender os processos nela desenvolvidos e suas alterações, [...], que desencadeiam processos fluviais que se expressam em diferentes trechos e podem ser observados no regime hidrológico dos rios” (ROCHA; ARAÚJO, 2016).

O estudo do regime hidrológico tenciona “um entendimento mais completo, baseada na aplicação de índices de alteração hidrológica (IAH), focando a identificação de alterações em diferentes estados [...] provocadas por ações antrópicas ou naturais” (ROCHA; ARAÚJO, 2016). Nesse sentido,

[...] o homem, como ser social, interfere criando novas situações ao construir e reordenar os espaços físicos com a implantação de cidades, estradas, atividades agrícolas, instalações de barragens, retificações de canais fluviais, entre inúmeras outras. Todas essas modificações inseridas pelo homem no ambiente natural alteram o equilíbrio de uma natureza que não é estática, mas que apresenta quase sempre um dinamismo harmonioso em evolução estável e contínua, quando não afetada pelos homens (ROSS, 2012, pág. 12).

O trabalho de campo foi realizado no dia 21/11/2019, no período da manhã, permitindo um reconhecimento da paisagem e das condições que se encontra o córrego e sua rede de drenagem. Foram tomados como pontos amostrais 3 seções (alto, médio e baixo curso do rio), como indicado na Figura 2.

Figura 2. Localização das seções amostrais.



Fonte: Rocha (2019).

COLETA DE ÁGUA E SEDIMENTOS

As coletas de água e sedimentos foram feitas no mesmo momento nas três seções de estudo. A água foi coletada em um galão de cinco litros diretamente do rio no sentido à montante e é importante ressaltar que nos três pontos a profundidade média era baixa. Os sedimentos foram coletados diretamente do rio com um saco envolto nas mãos. O material foi armazenado no mesmo saco e enumerado de acordo com a sua localização.

ANÁLISE LIMNOLÓGICA: FILTRAGEM DA ÁGUA

A análise das características da água foi feita diretamente no rio com os aparelhos de medição: Turbidímetro, Phmetro, Óxímetro – mensurador de oxigênio dissolvido na água. Foram tomadas as medidas de turbidez, Ph, oxigênio dissolvido e temperatura da água no próprio aparelho Phmetro.

Foto 1. Análise da água.



Fonte: Os autores

Foto 2. Análise da água.



Fonte: Os autores

Em laboratório foi feita a filtragem da água coletada nos galões das três seções. O procedimento inicia com a medição de 500 ml de água separada em béqueres maiores com a mesma quantidade em ambos. Os filtros para filtragem da água são previamente calcinados e pesados antes e depois para obtermos a diferença no peso da matéria inorgânica que permanece. Após a separação, a água é levada ao filtro de motor a vácuo, onde dentro do aparelho há um suporte para colocar o filtro já calcinado, o qual a água irá passar por ele, deixando o sedimento suspenso no corpo d'água. Ao levar os dois béqueres ao mesmo tempo ao filtro com a bomba já ligada espera-se que toda água seja filtrada e desliga-se a bomba.

Logo depois, os filtros são retirados e levados ao papel alumínio para manuseá-lo e dobrá-lo ao meio para que então seja levado para calciná-los novamente e então obter o novo peso da matéria inorgânica do filtro e então calcular a diferença entre eles. O procedimento é feito em duplica e nas três seções, somando em seis filtros totais.

Quantificação batimétrica

As análises referentes à geometria hidráulica foram efetuadas segundo o método descrito por Suguio (1973), sendo cálculos que abordam a largura, profundidade, velocidade, para que então fosse calculada a vazão. Para calcular a largura, foi usada uma trena métrica para delimitar tamanho total. A profundidade foi mensurada por uma régua (metro), considerando a margem esquerda, centro e margem direita, dividida pela sua largura total, para que então fosse calculada a profundidade média. A velocidade foi calculada a partir de uma extensão média de 1 metro, dessa forma, fazia o cálculo de quanto tempo um determinado objeto (galhos leves) demorava em fazer o percurso durante essa extensão, levando em conta três vezes a repetição do processo para que então pudesse calcular a média (Fotos 3 e 4).

Fotos 3 e 4. Medição de largura, profundidade e velocidade (Seção 3).



Fonte: Acervo de fotos Toso (2019).

Após a obtenção dos resultados, foi feito o cálculo da velocidade (V) e área (A) para chegar à vazão (Q). Onde, velocidade é calculada pela $V = P_m/T_m$, onde P_m é a profundidade média e T_m é o tempo médio que o objeto percorreu durante dada extensão, resultando em metros por segundos (m/s). A área é calculada por $A = L \times P_m$, onde L é a largura total e P_m é a profundidade média, resultando em metros quadrados (m²). A vazão é calculada pelo resultado da área e da velocidade, ou seja, $Q = A \cdot V$ (SUGUIO, 1973), resultando em metros cúbicos por segundo. Abaixo, na **tabela 1**, seguem os dados obtidos da batimetria hidráulica:

Tabela 1. Resultados da geometria hidráulica das seções.

	Vazão (m ³ /s)	Largura (m)	Profundidade média (m)	Velocidade (m/s)	Área (m ²)
S1	0.0066	0.5	0.06	0.22	0.03
S2	0.011858	2.2	0.049	0.11	0.1078
S3	0.0356895	4.5	0.103	0.077	0.4635

Fonte. Os autores (2019).

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

A análise granulométrica foi feita para entender a frequência de cada tipo de sedimento em determinada seção. No laboratório, as amostras foram separadas em recipientes de alumínio para proporcionar a secagem natural das mesmas. Após sete dias, o próximo passo foi a pesagem dos sedimentos, já destorroados as partículas para chegar em um peso de 100 gramas para peneirar no agitador mecânico, passando por peneiras de 2.000, 1.000, 0.500, 0.250, 0.125, 0.062 e < 0.062mm (SUGUIO, 1973) para serem filtrados de acordo com o tamanho da sua granulometria e gerar a interpretação dos dados.

Foto 5. Secagem.



Fonte: Os autores (2019).

Foto 6. Destorroamento.



Fonte: Os autores (2019).

Foto 7. Agitador mecânico.



Fonte: Os autores (2019).

Conforme apontado pela tabela acima, os sedimentos possuem valor granulométrico diferenciado em um mesmo ponto, variando pelo seu tamanho, assim, indicando a nomenclatura adequada para cada qual. Como por exemplo, os grânulos possuem uma granulometria de 2mm, ao ser peneirado, sendo o maior dentro desta tabela. O menor material particulado é o silte e argila, estes possuem o tamanho inferior a 0.0062mm ao ser peneirado, pois sua característica extremamente fina faz com que seja pequeno dentro deste parâmetro.

Tabela 2. Classes granulometria dos sedimentos e malha das peneiras utilizadas.

Diâmetro da Peneira (mm)	Granulação do Material
2.000	Grânulos
1.000	Areia muito grossa
0.500	Areia Grossa
0.250	Areia Média
0.125	Areia Fina
0.062	Areia Muito fina
<0.062 (fundo)	Silte e argila

Fonte: Rocha (2012).

As Tabelas 3, 4, e 5 indicam os valores da granulometria referentes às amostras retiradas de cada seção.

Tabela 3. Granulometria da seção 1.

Textura	Frequência	Frequência Corrigida (%)	Frequência Acumulada
4	0	0	0
2	43.45	43.52	43.52
1	14.37	14.39	57.91
0.5	8.98	8.99	66.90
0.25	13.91	13.93	80.83
0.125	13.73	13.75	94.58
0.063	4.93	4.94	99.52
0.004	0.48	0.48	100.00
	99.85	100.00	-

Fonte: Os autores (2019).

Nesta tabela 4, podemos observar que na seção 1 a maior quantidade encontrada de sedimento é o de granulometria – textura 2, ou seja, grânulos. Em menor quantidade é o silte e argila (4.93). A areia média e areia fina possuem os valores semelhantes em aproximadamente 13.8. Porém, a areia grossa ainda aparece em 2º lugar na frequência de granulometria.

Tabela 4. Granulometria da seção 2.

Textura	Frequência %	Frequência Corrigida	Frequência Acumulada
4	0	0	0
2	40.09	40.12	40.12
1	7.55	7.56	47.68
0.5	5.14	5.14	52.82
0.25	25.83	25.85	78.67
0.125	19.16	19.18	97.85
0.063	1.83	1.83	99.68
0.004	0.32	0.32	100.00
	99.92	100	-

Fonte: Os autores (2019).

A seção 2 apresentou valores semelhantes à seção 1. Mantendo os grânulos com maior quantidade (40.09), logo em seguida, na sequência, a areia média (25.83) e areia fina (19.16). O menor valor encontrado foi novamente os materiais finos, como silte e argila, com a frequência de 1.83.

Tabela 5. Granulometria da seção 3.

Textura	Frequência %	Frequência Corrigida	Frequência Acumulada
4	0	0	0
2	51.44	51.68	51.68
1	9.34	9.38	61.06
0.5	6.52	6.55	67.61
0.25	16.64	16.72	84.33
0.125	13.93	13.99	98.32
0.063	1.36	1.37	99.69
0.004	0.31	0.31	100.00
	99.54	100	

Fonte: Os autores (2019).

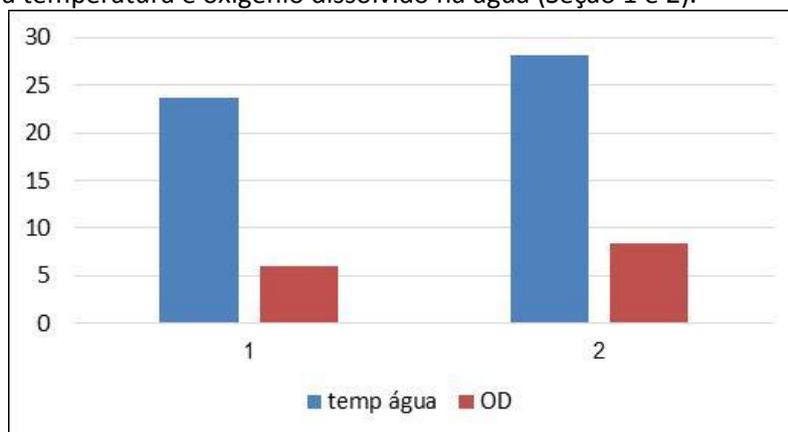
Na última seção, os grânulos aparecem em maior quantidade do que as outras seções (51.44), ou seja, mais de 50% dos sedimentos encontrados são grânulos. Em seguida, a areia média também possui uma elevação (16.64), a areia fina vem logo atrás, com 13.93 e novamente em última colocação, o silte e argila possuem menos quantidade, ficando padronizado nas três seções como inferior a 2.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE LIMNOLÓGICA

A análise das variáveis limnológicas em cada seção permitiu-nos a observar a variação espacial das mesmas, que são condições importantes para compreender a biota presente ao longo do curso d'água. As variáveis analisadas corresponderam a temperatura, oxigênio dissolvido, material em suspensão total, pH e turbidez. Buscamos correlacionar os parâmetros com as condições observadas em campo. A temperatura e o oxigênio dissolvido foram medidos nas duas primeiras seções, os demais parâmetros foram coletados em todas as seções. Observamos como demonstrado no gráfico a seguir que a temperatura e o oxigênio dissolvido aumentaram de uma seção para a outra.

Gráfico 1. Relação da temperatura e oxigênio dissolvido na água (Seção 1 e 2).



Fonte: Os autores (2019).

Na seção 1, há presença de vegetação arbórea com copas grandes que se interligam de uma margem à outra, o que acaba impedindo a incidência de radiação solar de chegar ao curso d'água, tornando a área correspondente a seção 1 sombreada e, portanto, apresentando temperatura mais baixa. O sombreamento também pode ser limitante para a produtividade de oxigênio dissolvido (Foto 8).

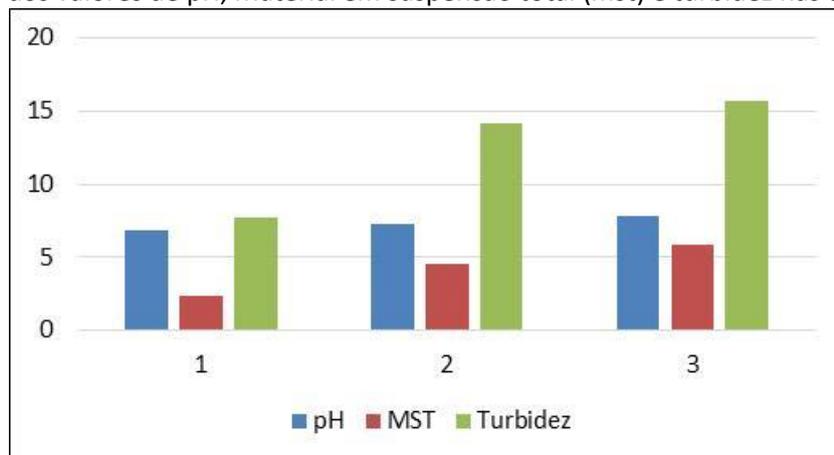
Foto 8. Seção 1 do Córrego do Cedro.



Fonte: Os autores (2019).

Já na seção 2, observamos a presença de macrófitas aquáticas e organismos bentônicos, seção essa com temperatura e oxigênio dissolvido maior. Esses organismos vivos estão ausentes na seção 1 também, devido à característica erosiva do trecho representado pela seção 1 onde o leito é predominantemente rochoso e a velocidade d'água é maior. A análise dos valores de pH, material em suspensão total e turbidez indicam um aumento gradativo das variáveis entre a seção 1 e a seção 3, segue gráfico demonstrando os valores medidos.

Gráfico 2. Relação dos valores de pH, Material em suspensão total (mst) e turbidez nas três seções.



Fonte: Os autores (2019).

Na seção 3, observamos a incidência direta dos raios solares na lamina d'água, e a presença de macrófitas aquáticas. Notamos a cor esverdeada da água e bolhas que indicam descarga de efluentes (Fotos 9 e 10).

Fotos 9 e 10. Seção 3 do Córrego do Cedro / Destaque para a cor esverdeada da água.

Fonte: Os autores (2019).

A seguir (tabela 6) está indicado o peso dos filtros com material em suspensão total referente às amostras coletadas em campo.

Tabela 6. Peso dos filtros coletados em campo.

Nº filtros	Peso filtro	Peso filtro + MST	Peso MST em 500 mL	Seção do córrego
16	0,1349	0,1361	0,0012	1
18	0,1341	0,1352	0,0011	1
19	0,1362	0,1385	0,0023	2
21	0,1322	0,1344	0,0022	2
22	0,1352	0,1382	0,0030	3
23	0,1338	0,1367	0,0029	3

Entende-se que material em suspensão é o material particulado não dissolvido, suspenso na massa d'água, composto por substâncias orgânicas e inorgânicas (Deberd, 2005). Por definição, as partículas com diâmetro maior que 0.45 μ m são consideradas quimicamente em suspensão e com diâmetro menor são classificadas como dissolvidas (Baumgarten, 1996). Para o calculo do MST = $P2 - P1 / V \cdot 1000$ são levadas em consideração valores onde: P1 = peso do filtro após a calcinação em mufla (g); P2 = peso do filtro com o material filtrado após estufa (g) e V = volume do material filtrado (litros). Conforme os dados referentes à pesagem, é possível aferir que os maiores valores são referentes aos filtros 22 e 23 correspondentes a sessão 3 do córrego.

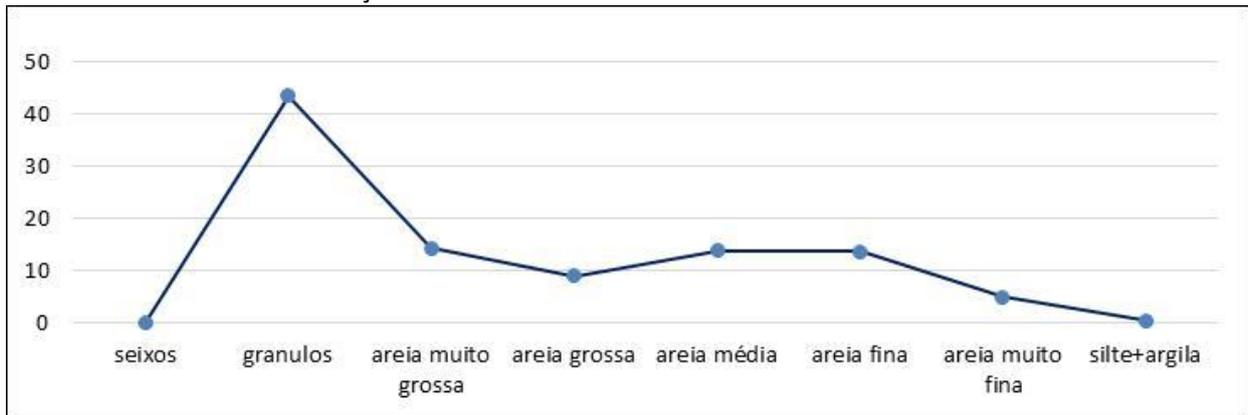
ANÁLISE DOS SEDIMENTOS

A análise dos sedimentos que estão sendo transportados pelo córrego do cedro é fundamental para compreendermos a dinâmica fluvial do mesmo e como essa dinâmica tem sido influenciada pela chegada de sedimentos do entorno, no vale do córrego. Como sabemos, "O transporte de sedimentos pela água é regido pela relação entre a capacidade de carregamento do escoamento e a força necessária para deslocar as partículas sólidas disponíveis em seu curso" (ROCHA, 2016, p. 252), ou seja, analisar os sedimentos é compreender como está a dinâmica de transporte do córrego. Para tanto destacamos que as partículas mais finas e leves (argilas e siltes) precisam de menos energia que as partículas de areia para serem carregadas, e só o escoamentos muito veloz e turbulento possui grande capacidade de carregamento de sedimentos, com pouca seleção, deslocam sedimentos finos e grossos (ROCHA, 2016).

Analisando os dados obtidos dos sedimentos que estão em transporte na seção 1, podemos avaliar que há predominância dos grânulos, que embora seja relativo por conta do peso dos grânulos, observamos que provavelmente houve pouco tempo antes do campo um escoamento concentrado, veloz e turbulento

devido a chuvas, que possivelmente carregou os sedimentos mais grossos junto com os finos, também evidenciados na amostra analisada.

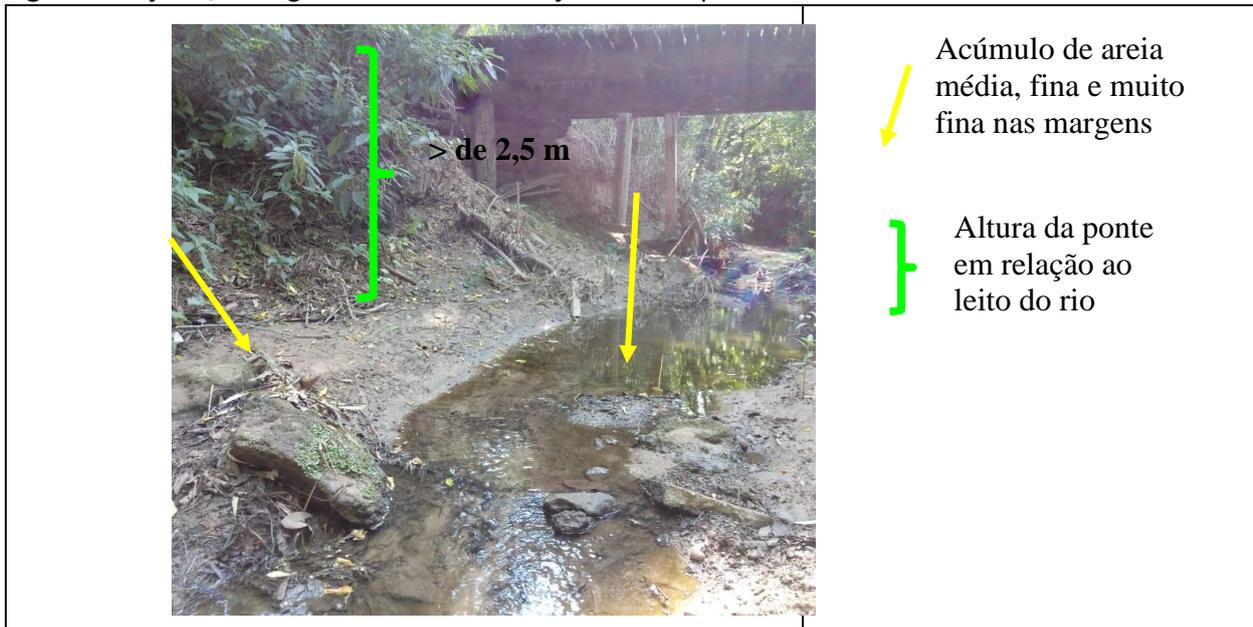
Gráfico 3. Granulometria da Seção 1.



Fonte: Os autores (2019).

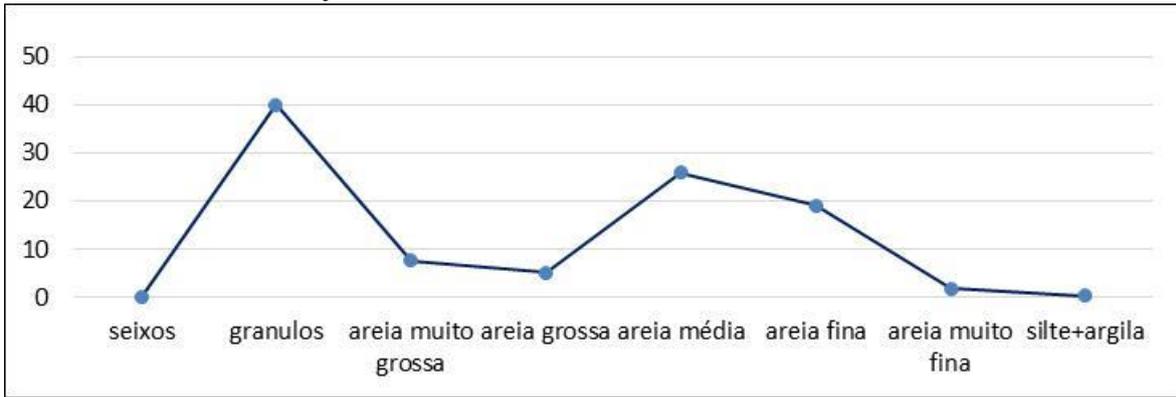
Em campo foi possível observar que na seção 1, como havia muito material grosseiro no leito, houve acúmulo de areia média e grossa nas margens, indicando chegada de sedimentos em grande quantidade. Isso está relacionado principalmente a construções de residenciais no entorno da área. Notamos também que há a presença de sacos plásticos nas copas das árvores indicando o nível da água em períodos mais chuvosos.

Figura 3. Seção 1, córrego do cedro e observações de campo.



Fonte: Os autores (2019).

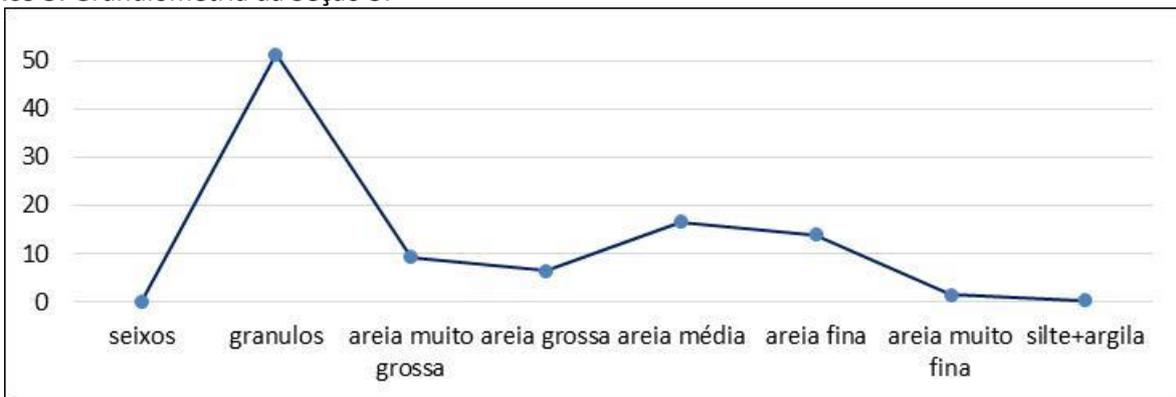
Os dados obtidos em laboratório, com a análise dos sedimentos permitiu-nos observar também um transporte de materiais grosseiros devido ao período de chuva. Porém, areia média é sobressalente ao valor de areia fina, diferente da seção anterior, na qual areia fina e média tinham valores muito próximos.

Gráfico 4. Granulometria da Seção 2.

Fonte: Os autores (2019).

Na seção 2, observamos erosão vertical e horizontal, evidenciando a força da água em períodos de cheia. O perfil de solo exposto nas margens do curso d'água, assim como no leito expõe a chova matriz da área, arenito adamantina, rico em carbonato de cálcio e extremamente friável, nesse trecho entre o leito e o limite da chegada da água em períodos de cheia chega a mais de 3 m.

A seção 3, correspondente ao trecho mais próximo da foz (baixo curso do córrego), também apresentou sedimentos grosseiros (grânulos), confirmando o entulhamento causado pelo último período de chuva.

Gráfico 5. Granulometria da Seção 3.

Fonte: Os autores (2019).

Observamos em campo, que nesse trecho há um acúmulo de materiais antropogênicos tanto antigo quanto recente, indicando um período intenso de chegada de materiais nessa área que já foi antigo leito e hoje está sendo escavado pelo rio, o qual expõe as camadas antigas de depósitos tecnogênicos e em algumas partes depósitos de sedimentos quaternários, da antiga planície de inundação (Foto 11).

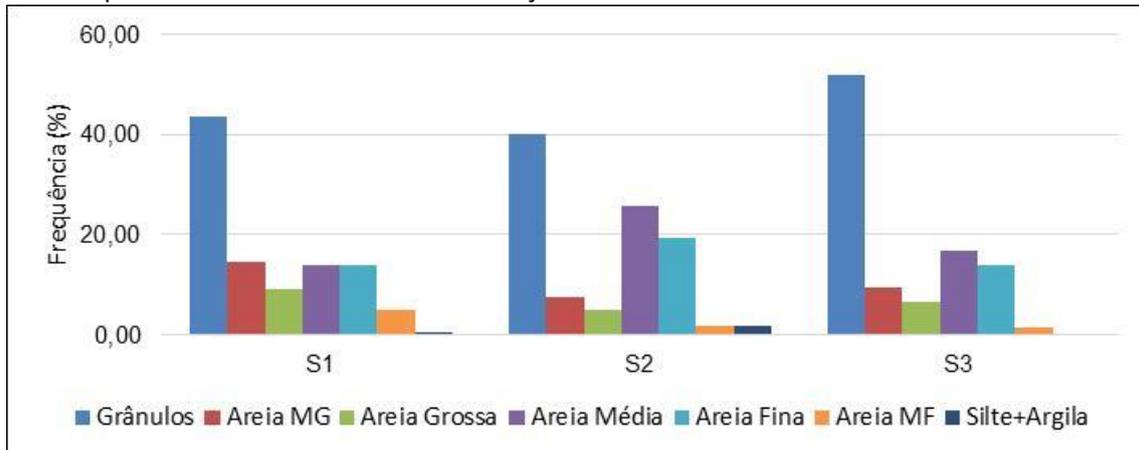
Foto 11. Perfil de solo nas margens do córrego (Seção 3) / Camadas antigas de depósito tecnogênicos.



Fonte: Os autores (2019).

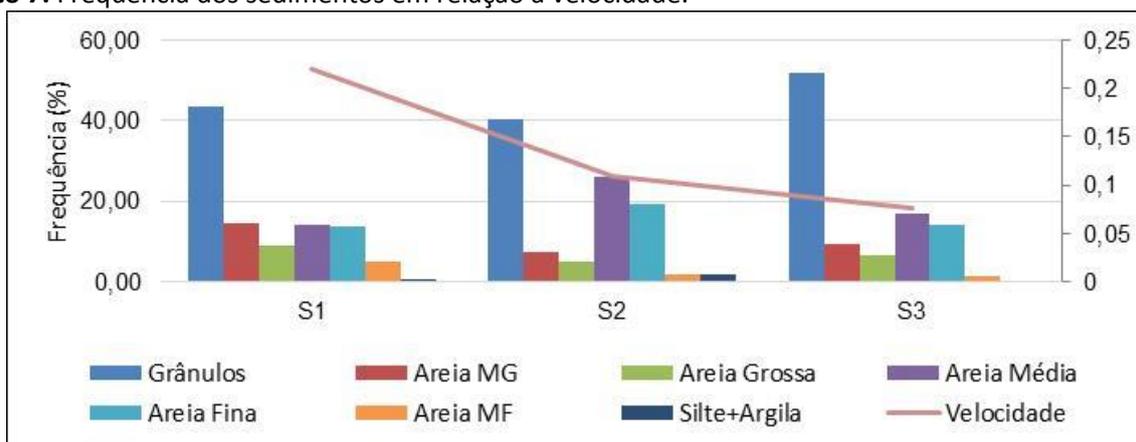
O Gráfico 6 traz a relação entre os sedimentos das três seções e a característica granulométrica de ambos. Podemos notar a configuração em cascata do gráfico, resultando em um declínio da quantidade de sedimentos tendenciada dos grânulos aos materiais finos. Quando seixos são inexistentes, havendo um crescimento simultâneo de grânulos da seção 1 para seção 3. A areia muito grossa e areia grossa comportam-se de modo padrão nas três seções, um em maior quantidade que o outro, respectivamente. Em relação a areia média, nota-se um crescimento na seção 2 e mantendo quase o mesmo valor nas outras duas seções, assim como a areia fina. A areia fina vai perdendo sua quantidade também com as três seções. Silte e argila, não muito diferente das outras seções enquanto padrão de ocorrência tende a apresentar maior valor na seção 2 e mantendo a quantidade nas demais.

Gráfico 6. Frequência dos sedimentos em cada seção.



Fonte: Os autores (2019).

Observamos com esses resultados que o córrego apresenta alto grau de degradação, com o acúmulo de sedimentos ao longo do curso, causado por erosões no entorno da bacia hidrográfica, é perceptível nos dados, assim como em observações de campo a chegada de sedimentos finos e muito finos, transportados pelos processos erosivos ao longo das vertentes.

Gráfico 7. Frequência dos sedimentos em relação à velocidade.

Fonte: Os autores (2019).

Nota-se uma queda na velocidade, porém o curso do rio não apresentava altos valores em relação a esta variável. Acompanhando a declividade e a tendência dos corpos hídricos. O leito mais próximo à nascente apresentou valores de areia, tanto grossa, média e fina muito próximos aos valores das demais seções, indicando que há uma tendência de desperenização do curso d'água, já que a chegada de sedimentos tem sido intensa, devido ao uso e ocupação do solo no entorno.

ANÁLISE DO PERFIL TRANSVERSAL DO CÓRREGO

A análise do perfil transversal permite-nos entender o comportamento da dinâmica física do córrego ao longo do espaço, referindo-se às características geométricas que compõem os canais fluviais. Rocha (2012), explica que "essas características são determinadas por meio de relações estabelecidas entre o perfil transversal de uma seção fluvial e as condicionantes do fluxo d'água" (ROCHA, 2012, p. 252).

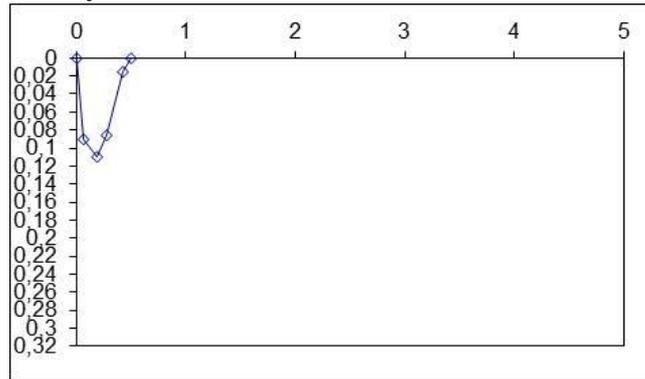
No nosso caso, a análise do perfil transversal, permitiu-nos uma visualização do comportamento do curso d'água em relação aos parâmetros de vazão, largura, profundidade, velocidade e área. Como podemos observar na Tabela 7, a área do córrego do Cedro aumenta gradativamente, no sentido nascente – foz, assim como vazão, profundidade e largura. Ao passo que a velocidade diminui.

Tabela 7. Geometria hidráulica das seções.

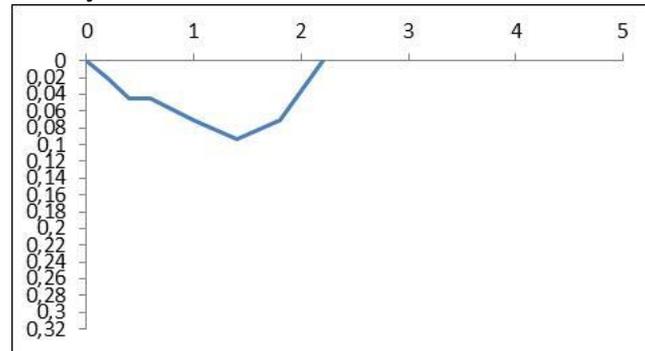
	Vazão (m ³ /s)	Largura	Profundidade média	Velocidade (m/s)	Área
S1	0,0066	0,5	0,06	0,22	0,03
S2	0,011858	2,2	0,049	0,11	0,1078
S3	0,0356895	4,5	0,103	0,077	0,4635

Fonte: Os autores (2019).

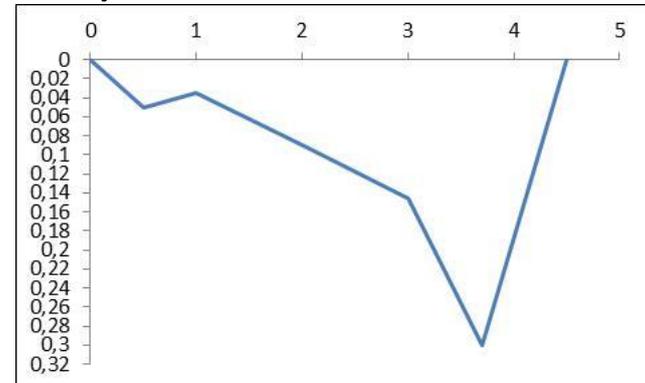
Os gráficos 8, 9 e 10 representam o perfil transversal de cada seção. Podemos observar o aumento da largura, ao longo do curso d'água.

Gráfico 8. Perfil transversal da seção 1

Fonte: Os autores (2019).

Gráfico 9. Perfil transversal da seção 2.

Fonte: Os autores (2019).

Gráfico 10. Perfil transversal da seção 3.

Fonte: Os Autores (2019).

Podemos observar com a análise do perfil transversal, e com os dados coletados que da nascente para a foz a relação largura e profundidade (L/P) aumenta.

CONCLUSÕES

Foi possível identificar a predominância de areias (grossas, médias e areias finas) em transporte. A correlação de índices (análise das variáveis de geometria hidráulica) indicam que o canal apresenta um comportamento de busca pelo equilíbrio, ajustando seus atributos, diante da carga de sedimentos, efluentes e lixos que estão chegando ao leito.

A presença de resíduos sólidos, depósitos tecnogênicos nas margens do córrego, principalmente na área da seção três, indicam um processo de contaminação do córrego nos últimos anos, assim como uma excessiva chegada de sedimentos que, por momentos aumentaram o nível de base do rio e atualmente, estão sendo escavados, principalmente na direção lateral, nos períodos de cheia. Por fim, este trabalho

permitiu-nos compreender o comportamento do córrego do cedro diante da dinâmica decorrente do uso e ocupação do entorno e da bacia hidrográfica de qual faz parte. Elucidou a importância da análise espacial do rio e como a mesma permite-nos compreender como um sistema fluvial funciona.

AGRADECIMENTOS

Os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, M. G. Z. Gravimetria. **Manual de análises em oceanografia química**. 1996.

BRAGA, L. D. S. **Análise da qualidade da água através da Metodologia BMWP aplicada a macroinvertebrados no córrego do Cedro**. Monografia de Bacharelado em Engenharia Ambiental, Presidente Prudente, 2011.

DEBERD, A. J. **Qualidade de água**. 2005. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/qagua.htm>.

DIBIESO, E. P. **Planejamento ambiental e gestão dos recursos hídricos**: estudo aplicado à bacia hidrográfica do manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio/SP. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. 283 f. Tese (doutorado).

ROCHA, P.C; ARAÚJO A.P. **O regime hidrológico na unidade de gerenciamento de recursos hídricos Paranapanema: Variabilidade interanual e espacial**. Estudos ambientais aplicados em bacias hidrográficas, 2016, p. 1-14.

ROCHA, P.C. Geometria hidráulica e transporte de sedimentos em canais do sistema fluvial do alto rio Paraná, centro-sul do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 61, p 249-269, jan./jun. 2016.

SUGUIO, K. **Introdução à sedimentologia**. São Paulo-SP: Edgard Blücher. 1973.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BAIRROS DO JARDIM JOÃO PAULO II E PARQUE ALEXANDRINA

Laércio Yudi Watanabe Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: yudisilva92@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa as desigualdades socioespaciais existentes entre dois bairros com origens distintas: um loteamento fechado, Jardim João Paulo II, e um conjunto habitacional, o Parque Alexandrina. Nossas análises se iniciam por uma cartografia sintética entre o mapa de inclusão/exclusão social em Presidente Prudente, extraído do CEMESPP, e a localização desses bairros, para averiguarmos a existência, ou não, de coincidência territorial entre os bairros e as principais áreas de inclusão/exclusão social. Posteriormente, focamos nossas análises na quantificação e estabelecimento de conceitos de quatro indicadores sociais em ambos os bairros, para confirmar, ou não, nossas primeiras inferências. Sintetizamos as informações levantadas sobre os indicadores sociais em gráficos radares, elaborados no Excel. As visualizações das disparidades existentes entre ambas as localidades são claras e visíveis, indícios do acirramento da diferenciação socioespacial.

Palavras-chave: Desigualdade Socioespacial; Loteamento Fechado; Conjunto Habitacional; Exclusão Social; Diferenciação Socioespacial

SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES AND SOCIAL EXCLUSION IN PRESIDENTE PRUDENTE: COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN JARDIM JOAO PAULO II AND PARQUE ALEXANDRINA NEIGHBORHOODS

ABSTRACT

This study analyzes the socio-spatial inequalities in two distinguished backgrounds neighborhoods: an exclusive lotissement named Jardim Joao Paulo II and a social housing complex called Parque Alexandrina. Our analyzsis began with a summarised cartography of the social inclusion and exclusion map in Presidente Prudente obtained from CEMESPP and these two neighborhoods' sites, to verificate the existence of territory matching between them and the main social inclusion and exclusion areas. Subsequently, we focused our analysis on quantificating and setting up concepts from four social indicators in both neighborhoods to confirm or not our initial inferences. We summarised the social indicators informations in spider graphs using Excel. The existing disparities from both locations are visible and clear, demonstrating the scalation of socio-spatial distinction.

Keywords: Socio-spatial Inequality; Exclusive Lotissement; Housing Complex; Social Exclusion; Socio-spatial Distinction

INTRODUÇÃO

Segundo Vasconcelos (2013), as desigualdades sociais se materializam no espaço urbano e variam de acordo com o contexto em questão, ou seja, em uma sociedade capitalista e dividida em classes, as desigualdades se refletem no urbano, impreterivelmente. Em uma sociedade de classes, considerando-se a disputa entre elas, as dominantes norteiam, direta e indiretamente, a produção e conformação dos espaços urbanos (VIEIRA et al., 2010), por isso, nas cidades, os espaços são bastante desiguais e contraditórios. Bourdieu (1997, p. 160) também reitera a hierarquização social materializada nas cidades, para ele “Não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima a hierarquia e as distâncias sociais [...]”.

Tendo em vista essa produção descontínua e desigual do espaço, os mais vulneráveis socioeconomicamente, quase sempre, são forçados a residir em áreas geralmente periféricas e desvalorizadas pela classe dominante e pela especulação imobiliária, seja de forma ilegal e irregular ou por meio de ação do poder público, por meio das habitações de interesse social. A falta de acesso a moradia ou, até mesmo, sua oferta, porém em localidades desfavoráveis, descontínuas e dispersas, acirram o sentimento de exclusão social e também são reflexos da desigualdade social.

Na produção do espaço urbano em cidades médias, como Presidente Prudente, a desigualdade socioespacial também é visível, pois, nessas cidades, os movimentos sociais e a luta social, como um todo, não são tão intensas como em metrópoles, favorecendo a produção desigual do espaço com pouca resistência e enfrentamento, na comparação com cidades maiores (MELAZZO, 2010). A complexificação do espaço urbano da cidade, associados a, cada vez mais, maior atuação do mercado imobiliário na produção do espaço, não permitem que o direito à cidade⁴ se aplique a todos os sujeitos urbanos.

Tem-se como objetivo geral do trabalho, a identificação das desigualdades existentes entre o loteamento fechado do Jardim João Paulo II e o Parque Alexandrina, este último um conjunto habitacional, portanto proveniente de habitações de interesse social. Os objetivos específicos são: correlacionar o mapa de exclusão/inclusão social da cidade e a localização dos bairros; identificar as desigualdades existentes por meio de cinco indicadores sociais; criar gráficos radares de ambos os bairros, sintetizando o levantamento de dados sobre os indicadores sociais.

METODOLOGIA

Para essa pesquisa, utilizamos o mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente no ano de 2010, obtido no CESMESPP⁵, para, tendo ele como base, localizar os bairros do Jardim João Paulo II e Parque Alexandrina. Assim, identificamos possíveis relações entre a inclusão/exclusão social nesses bairros. A sobreposição dessas duas informações, exclusão/inclusão social e localização dos bairros analisados neste trabalho, apontam-nos para possíveis inferências, relativas as desigualdades entre essas duas localidades, as quais serão investigadas na análise de indicadores sociais, logo após.

A análise de indicadores sociais foi realizada por meio do levantamento de dados por setores censitários, ferramenta oferecida pelo IBGE⁶, censo e dados datados de 2010. Por meio dela, obtemos as informações necessárias para a quantificação das variáveis utilizadas na análise dos bairros, Jardim João Paulo II e Parque Alexandrina; o primeiro possui um setor censitário próprio; o segundo é composto por dois setores censitários, portanto as quantificações das variáveis são resultantes da soma nesses dois setores, que correspondem os limites do bairro.

Por fim, para sintetizarmos nossas análises referentes aos indicadores sociais, elaboramos gráficos radares para cada bairro, objetivando melhor visualização e também para efeito comparativo. A elaboração dos gráficos apoiou-se na classificação da análise dos indicadores sociais, por meio do estabelecimento de conceitos para cada indicador, que variam de 1 (um) a 5 (cinco). O estabelecimento e classificação dos conceitos são citados nas legendas das respectivas tabelas, estas foram elaboradas para cada indicador social. O *Microsoft Excel* foi a ferramenta utilizada para a elaboração dos gráficos, tendo como base esses conceitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

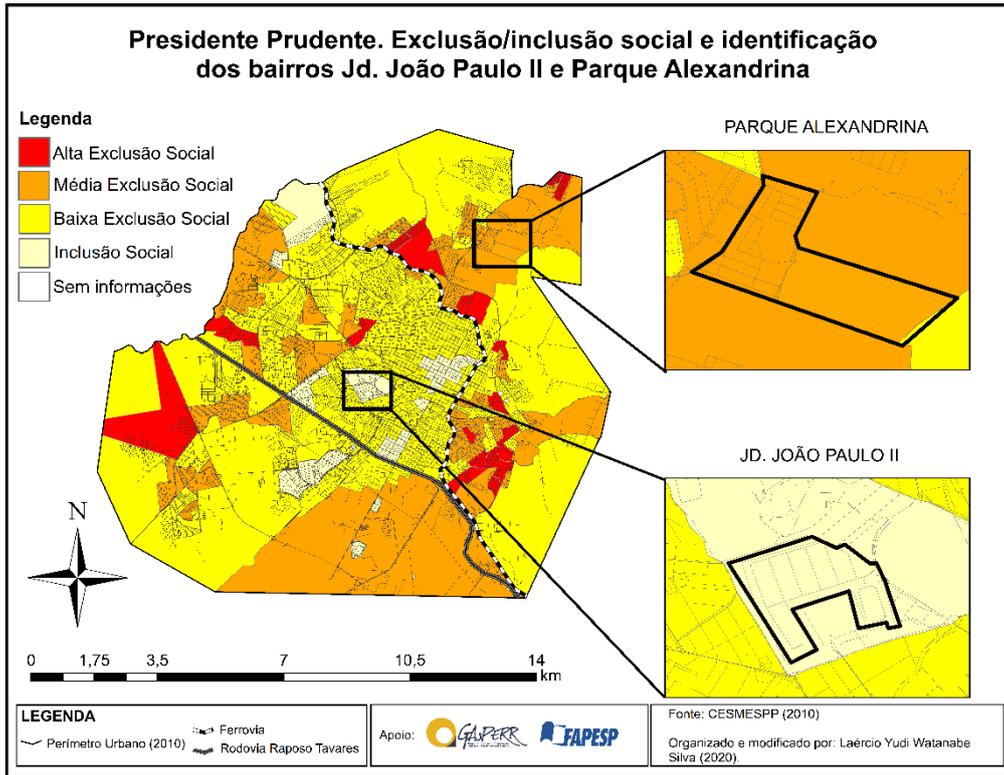
Como primeiro resultado apresentado, temos a identificação dos bairros em análise, Jardim João Paulo II e Parque Alexandrina, tendo como base cartográfica o mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente (Mapa 1). Essa produção cartográfica de síntese, nos permite indicar algumas inferências entre a localização dos bairros de maneira a representar coincidência territorial ou não, entre essas localidades e áreas de inclusão ou exclusão social.

⁴ Este devendo ser encarado como um direito à vida urbana e não apenas um direito a vida, a existência (LEFEBVRE, 1969)

⁵ Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas. Trata-se de um dos grupos de pesquisa da FCT-Unesp

⁶ A ferramenta de análise de indicadores sociais por setores censitários está disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>

Figura 1. Presidente Prudente: exclusão/inclusão social e identificação dos bairros Jardim João Paulo II e Parque Alexandrina



Fonte: CEMESPP (2010). Organizado por: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

O mapa acima mostra que o Parque Alexandrina, originário de um conjunto habitacional, se localiza conformidade com uma área de baixa/média exclusão social na cidade, denotando que esse bairro possui indicadores sociais bem inferiores aos bairros localizados em áreas de inclusão social. Por outro lado, não coincidentemente, o loteamento fechado do João Paulo II está localizado em uma área de inclusão social, por ser um bairro autosegregado⁷.

Antes de iniciarmos a análise dos indicadores sociais, apresentamos as variáveis fixas “Pessoas” e “Domicílios” (Tabela 1), que serão utilizadas dependendo da variável social utilizada em cada indicador. As informações trazidas abaixo, são dados absolutos de pessoas e domicílios em ambos os bairros

Tabela 1. Análise de indicadores sociais: variáveis fixas "Pessoas" e "Domicílios"

Bairros	População residente (pessoas) - 2010	Domicílios particulares e domicílios coletivos (domicílios) - 2010
Jd. João Paulo II	495	144
Parque Alexandrina	1.822	591

Fonte: IBGE (2010). Organização: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

A seguir (Tabelas 2, 3, 4 e 5 e Quadro 1), iremos analisar os indicadores sociais que reforçarão as informações e primeiras inferências trazidas a partir do Mapa 1. Os indicadores escolhidos foram: Cor ou raça, Rendimento, Domicílios e Infraestrutura.

⁷ Nos espaços autosegregados os residentes escolhem se segregarem em um espaço homogêneo e uniforme, por isso recorrem aos residenciais fechados, diferentemente da segregação importa, na qual os cidadãos são obrigados a se segregarem por não terem escolha locacional de moradia.

Tabela 2. Cor ou raça preta: relativização dos dados e determinação de conceitos para os bairros

Bairros	População residente	População residente preta	Quantidade de pessoas residentes para cada preto (a)	Conceito
Jd. João Paulo II	495	0	-	5
Pq. Alexandrina	1.822	200	9,11	1
LEGENDA				
- Conceitos: 5) > 100,00 3) 25,00 – 49,00 1) < 15,00 4) 50,00 – 99,99 2) 15,00 – 24,99				

Fonte: IBGE (2010). Organização: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

Tabela 3. Rendimento: relativização dos dados e determinação de conceitos para os bairros

Bairros	População residente	População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento mensal domiciliar de até 70 reais	Quantidade de pessoas residentes para cada habitante em domicílio particular permanente, com rendimento mensal domiciliar de até 70 reais	Conceito
Jd. João Paulo II	495	0	-	5
Pq. Alexandrina	1.822	25	72,88	2
LEGENDA				
- Conceitos: 5) > 1000,00 3) 100,00 – 149,99 1) < 50,00 4) 150,00 – 999,99 2) 50,00 – 99,99				

Fonte: IBGE (2010). Organização: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

Tabela 4. Domicílios: relativização dos dados e determinação de conceitos para os bairros

Bairros	População residente	Moradores em domicílios particulares permanentes próprios e quitados	Quantidade de pessoas residentes para cada morador em domicílio particular permanente próprio e quitado	Conceito
Jd. João Paulo II	495	446	1,11	5
Pq. Alexandrina	1.822	894	2,04	1
LEGENDA				
- Conceitos: 5) 0 – 1,29 3) 1,45 – 1,59 1) > 2,00 4) 1,30 – 1,44 2) 1,60 – 1,99				

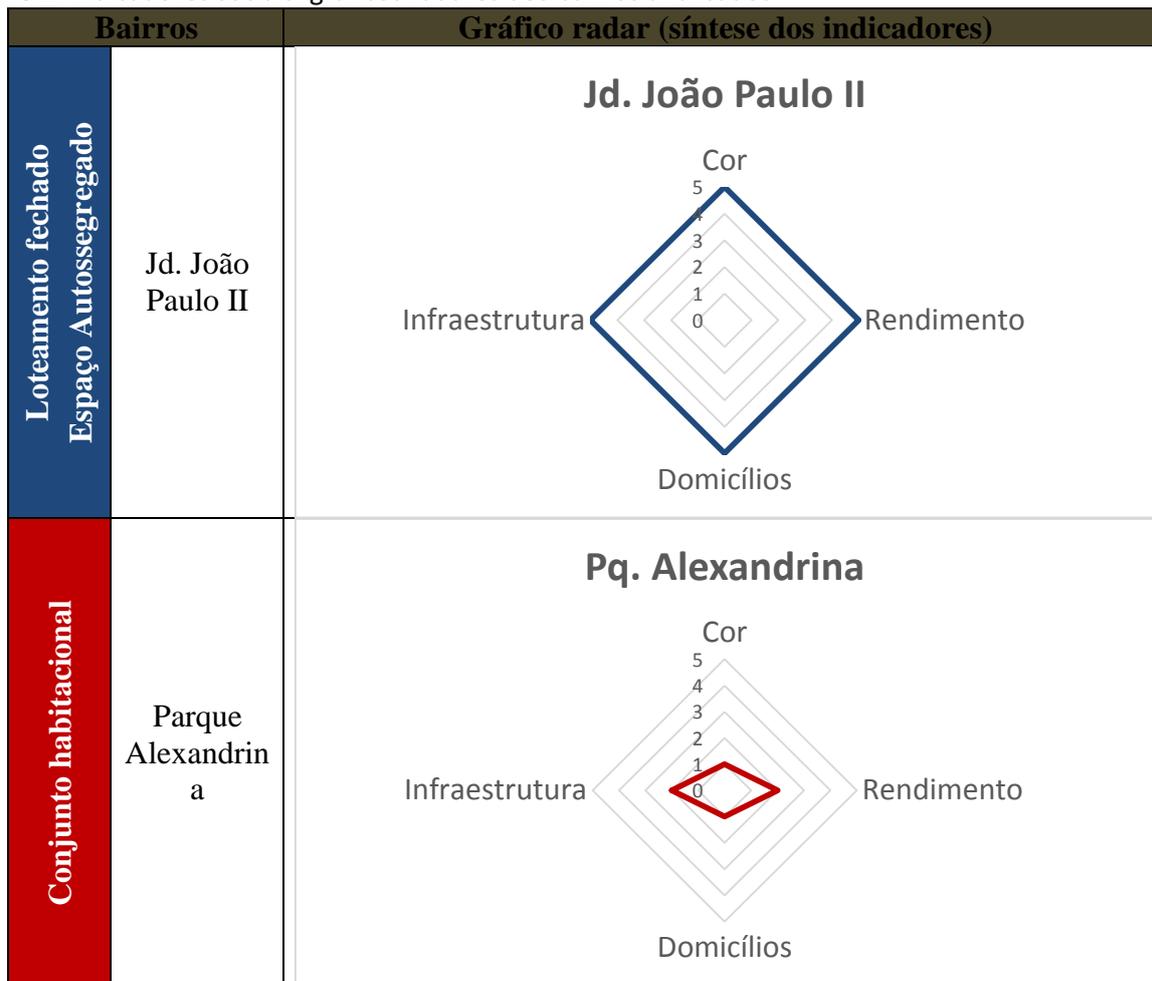
Fonte: IBGE (2010). Organização: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

Tabela 5. Infraestrutura: relativização dos dados e determinação de conceitos para os bairros

Bairros	Domicílios particulares e domicílios coletivos	Domicílios particulares com lixo coletado, banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Quantidade de domicílios necessários para cada domicílio particular com lixo coletado, banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Conceito
Jd. João Paulo II	144	144	1,00	5
Pq. Alexandrina	591	581	1,017	2
LEGENDA				
- Conceito: 5) 1,00 – 1,004 3) 1,010 – 1,014 1) > 1,020 4) 1,005 – 1,009 2) 1,015 – 1,020				

Fonte: IBGE (2010). Organização: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

As discrepâncias inicialmente demonstradas pelo Mapa 1, ao correlacionarmos a inclusão/exclusão social dos bairros em questão no presente trabalho, se confirmam na análise dos indicadores sociais. Porém, para melhor visualização de maneira comparativa entre os bairros, recorreremos a elaboração de gráficos radares por meio do *Microsoft Excel*. Os gráficos, se encontram no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Indicadores sociais: gráficos radares dos bairros analisados

Fonte: IBGE (2010). Elaborado por: Laércio Yudi Watanabe Silva (2020).

Os bairros analisados possuem grandes desigualdades e discrepâncias entre si, revelados por nossas análises. O Jardim João Paulo II é aquele que possui os melhores indicadores; o bairro conta com todos os indicadores sociais com conceito máximo. Por outro lado, o Parque Alexandrina demonstrou possuir índices bem abaixo: dois deles, cor e domicílios, apresentaram conceito 1; e dois indicadores, infraestrutura e rendimento, obtiveram conceito 2. Neste bairro, nenhum dos indicadores sociais obtiveram conceito três ou acima. Sendo assim, concordamos com Alcântara (2018, grifos do autor), ao afirmar que as políticas de habitação social voltam-se, em sua grande maioria, **exclusivamente** para o oferecimento da habitação. Um exemplo dessa lógica é o Parque Alexandrina, que possui indicadores sociais bastante inferiores se comparados a outros bairros não provenientes de políticas habitacionais, como o Jardim João Paulo II.

Para Whitacker (2019), a expansão territorial urbana e dispersão da cidade são causas da exclusão social e desigualdade socioespacial. Essa afirmação é condizente com a localização de habitações de interesse social, como no caso do Parque Alexandrina; são locais de implantação desses empreendimentos, muitas vezes, dispersos e descontínuos, possibilitados pela expansão territorial urbana.

Nossos resultados demonstram que o sentimento de exclusão social está presente no bairro do Parque Alexandrina, como as pessoas mal vistas, mal alojadas, mal localizadas, vulneráveis socioeconomicamente, culturalmente etc. E vista sob o viés da análise das desigualdades plasmadas no interior das cidades brasileiras (MELAZZO, 2006). A diferenciação socioespacial entre áreas, como entre os

dois bairros analisados, se acirram e um de seus resultados é a concentração de pessoas em situação de exclusão social, podendo ser adjetivadas de “aglomerados de exclusão”, proposta por Haesbaert (2004).

O bairro do Jardim João Paulo II encontra-se em situação de inclusão social. O gráfico radar de síntese dos indicadores sociais deste bairro, Quadro 1, é condizente com a situação de inclusão social, identificada no Mapa 1.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

A distinta origem entre os dois bairros Jardim João Paulo II e Parque Alexandrina ajuda a explicar a desigualdade existente entre eles. O primeiro trata-se de um residencial fechado e o segundo um conjunto habitacional, proveniente de habitações de interesse social. O acirramento da diferenciação socioespacial nos espaços urbanos pode ser aplicada as diferenças encontradas entre esses dois bairros, que internamente são bastante homogêneos, mas são, cada vez mais, heterogêneos entre si, evidenciado pelos indicadores sociais levantados de ambos os bairros.

A conformação de espaços concentradores de áreas de inclusão, como nas proximidades imediatas do Jardim João Paulo II, onde há uma concentração significativa de empreendimentos de alto padrão; e de exclusão, são cada vez mais comuns nos espaços urbanos. Isso ajuda a reforçar a exclusão social em algumas partes da cidade, como ocorre no Parque Alexandrina e em suas imediações na Zona Norte da cidade.

Espaços urbanos pautados na equidade, justiça social e que ofereçam condições semelhantes entre os cidadãos, tornam-se um desafio cada vez maior na formulação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais e a exclusão social. O aumento da diferenciação e desigualdade socioespaciais denotam que a produção do espaço urbano deve contemplar os mais vulneráveis e excluídos, pensando no arrefecimento das disparidades encontradas.

REFERENCIAS

ALCÂNTARA, D. “Minha Casa Minha Vida”: trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andreia Loyola. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 222 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

MELAZZO, E. S. Políticas públicas: Conhecimento e intervenção no espaço urbano. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: Um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p.233-251.

VASCONCELOS, P. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, A. B.; NUNES M.; MARTINUCCI, O. da S. Riqueza e exclusão em cidades médias paulistas. In: MELAZZO; Everaldo; GUIMARAES, Raul Borges. **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. Editora Unesp, 2010.

WHITACKER, A. M. Expansão Territorial Urbana, Dispersão da Cidade e Cidades Médias. **Encuentro de Geógrafos de América Latina - Egal**, 2019, Quito - Ecuador. Anales del 17to Egal. Quito – Ecuador, 2019. v.1. p.1 - 20.

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E ATUAÇÃO DO MRV: O CONJUNTO HABITACIONAL DO ANA JACINTA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Laércio Yudi Watanabe Silva, Bruna Ribeiro Corrêa

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: yudisilva92@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa a implantação de habitações de interesse social no bairro Ana Jacinta, no município de Presidente Prudente-SP. Para tanto, recorre-se ao processo de origem desse conjunto habitacional e a inserção de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, através da atuação da empresa MRV Engenharia. Considerando a localização como um dos principais problemas para a produção e desenvolvimento do bairro, elenca-se como objetivo geral do trabalho a identificação de estratégias e padrões adotados para a implantação do do conjunto habitacional em questão. Como metodologia, recorreremos a ferramenta do *Google Earth Engine Timelapse*, questionando a fixação dispersa e descontínua do bairro; a extração de informações se efetiva por meio do sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional e em relatórios da MRV. Problematicamos, com este trabalho, um dos principais problemas que envolvem a habitação social, a localização, muitas vezes, dispersa e descontínua dos empreendimentos.

Palavras chave: Habitações de Interesse Social; Conjunto Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; MRV Engenharia; Produção do Espaço.

SOCIAL INTEREST HOUSING AND MRV'S PERFORMANCE: ANA JACINTA'S HOUSING DEVELOPMENT IN PRESIDENTE PRUDENTE

ABSTRACT

This paper analyzes the implantation of social interest housing in the Ana Jacinta neighborhood, in the city of Presidente Prudente, São Paulo. To do so, we resort to the origin process of this housing development and the insertion of the development of the “Minha Casa Minha Vida” Program, through the action of the “MRV Engenharia” company. Considering the location as one of the main problems for production and development of the neighborhood, is listed as a general objective is the identification of strategies and standarts adopted for implantation of housing development in question. As methodology, we resorted to the “Google Earth Engine Timelapse” tool, questioning the dispersed and discontinuous fixation of the neighborhood; the extraction of information is effected through the website of the Ministry of Regional Development and in MRV's reports. We problematized, with this paper, one of the main problems that involve social housing, the location, many times, disperse and discontinuous of the developments.

Keywords: Social Interest Housing; Housing Development; “Minha Casa Minha Vida” Program; “MRV Engenharia”; Space Production.

INTRODUÇÃO

Iniciamos esse trabalho com um breve histórico da questão habitacional no Brasil. A República Velha é marcada por um Estado liberal, com suas ações centradas na atração do capital estrangeiro, colocando a questão da habitação em segundo plano. Para a atração do capital estrangeiro, o governo colocara em prática o “Plano Agache”, que almejava vender uma imagem positiva do Brasil para o exterior, o plano se baseava no remodelamento e embelezamento das principais cidades do país, demonstrando a indiferença do governo para a questão da habitação e, também, em relação a população mais vulnerável,

reflexos do Estado liberal. Com a revolução de 1930, o Estado, para buscar maior aceitação e legitimação, volta suas atenções para as massas populares. Na Era Vargas, o Estado passa a investir para transformar a economia agrária exportadora em uma sociedade urbano industrial. Para tanto, concentrou os investimentos no sudeste; houve, como consequência, um grande fluxo migratório para as regiões metropolitanas, aumentando a demanda por habitação.

Em 1933 surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensão, os IAP's, que objetivaram captar recursos para investimento na produção de habitações de interesse social, porém os fundos eram de cunho capitalista e pouco contribuíram para a questão habitacional. Os IAP's foram as primeiras políticas estatais voltadas para a questão da habitação social (SANTOS, 2016). Durante o governo Dutra, em 1946, surge o primeiro órgão voltado para a questão habitacional, a Fundação Casa Popular (FCP), porém, assim como os IAP's, a Fundação Casa Popular careceu de articulação e recursos (SOARES, 2012), sendo extinta no regime militar. No ano de 1964, temos a institucionalização do Banco Nacional de Habitação, o BNH. Durante sua atuação demonstrou ser uma ação voltada à aceitação da classe popular, do que combater o crescente déficit habitacional no Brasil, o que revela seu caráter populista. O BNH alcançou a produção de 4,5 milhões de habitações, além de ter iniciado grandes obras de saneamento e infraestrutura (SOARES, 2012). As medidas adotadas tiveram mais efeitos positivos economicamente, em detrimento do social. Apesar do expressivo número de habitações construídas, o BNH revelou ser uma política voltada para o setor médio.

O encerramento do BNH ocorre em 1986, durante o governo de José Sarney. Ele desmembra totalmente o BNH em órgãos institucionais. A década de 1980 é marcada por uma grande crise econômica e estagnação em projetos de grande demanda social, como a habitação. A constituição promulgada em 1988 descentraliza as ações do governo federal na questão habitacional, dando maior autonomia a estados e municípios condução e gestão de programas sociais (SOARES, 2012). Durante o governo de Itamar Franco, podemos destacar os programas: Habitar Brasil e Morar Município; para Ribeiro (2007, p. 4), ambos os programas “dependiam de verbas orçamentárias ou de recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).” Ambos os programas, seguem a mesma lógica vista, até aqui, com contribuição pouco significativa na entrega de moradias. Nesse sentido, Azevedo (1996, p. 88 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 4), afirma que “do ponto de vista político, os programas apresentaram um avanço quanto a gestão da política habitacional através dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação”. Contudo, tiveram pouca efetividade na redução do déficit habitacional (RIBEIRO, 2007).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2013), houveram diversas medidas, todavia pouca efetividade de habitações entregues. Segundo Santos (2016), a maioria das habitações entregues também foram voltadas para a classe média. Portanto, a questão da habitação, desde o início das políticas até o governo FHC, eram medidas, primordialmente, de caráter econômico. Por fim, em 2009, origina-se o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A finalidade do programa é explanada por Rolink *et al.* (2010, p. 22), ao afirmar que “O Programa Minha Casa Minha Vida tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, que residam em qualquer município brasileiro.”

O programa utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a arrecadação de recursos e aplicação de investimentos na construção de habitações de interesse social. O PMCMV estava incluso em um grande “pacote” de medidas e políticas adotadas para fomentar o crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Destacamos, conjuntamente com as ações do PMCMV, o incremento do poder de consumo nos dois primeiros mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), ambos do Partido dos trabalhadores (PT), que mantém um grande nível de consumação em cidades não metropolitanas e de uma grande massa de trabalhadores (CATALÃO; MAGRINI, 2019). É a política habitacional efetiva atrelada ao maior acesso a consumação de bens de consumo para as populações de menor renda, por meio do acesso ao crédito, aumentando a qualidade de vida dos mais vulneráveis. Segundo Santos (2016), as políticas habitacionais, até 2009, tiveram caráter populista e foram utilizadas para maior legitimação e aceitação no poder; a partir do PMCMV, em 2009, a produção habitacional é mais satisfatória, porém, vale ressalva, os problemas relacionados a localização periférica e descontínua desses empreendimentos.

Têm-se como objetivo geral do trabalho, a identificação de lógicas e padrões locacionais por detrás da implantação de habitações de interesse social, como foco no bairro Ana Jacinta. Os objetivos específicos são: analisar e problematizar o local original de implantação do bairro, de maneira descontínua a dispersa a malha urbana adensada; identificar a atuação do PMCMV na implantação de empreendimentos no Ana Jacinta, com foco no MRV; problematizar os padrões observados no processo de produção do bairro, por meio das habitações de interesse social.

MÉTODOS

Nessa pesquisa, buscando sanar o primeiro objetivo específico, recorreremos a ferramenta *Google Earth Engine – Timelapse*⁸, para visualização do traçado urbano da cidade no ano de inauguração do Conjunto Habitacional do Ana Jacinta. Por meio desta, identificamos a implantação dispersa, descontínua e mal localizada do bairro, datado de 1993.

O segundo objetivo específico recai sobre a síntese da questão de habitação de interesse social no Brasil, permeando conjunturas governamentais e políticas públicas de habitação até o ano de 2009, com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida. Para o terceiro objetivo específico, busca-se o detalhamento da atuação do PMCMV, com foco na implantação de empreendimento no Ana Jacinta, foram extraídos dados dos relatórios da MRV relacionados a produção para o Programa Minha Casa Minha Vida, além disso, recorreu-se a extração de informações do site do Ministério do Desenvolvimento Regional os empreendimentos da MRV Engenharia S/A. em Presidente Prudente-SP.

Por fim, através do padrão locacional identificado na implantação do Conjunto Habitacional do Ana Jacinta, discorreremos sobre a proposital implantação deste, e de outras habitações sociais nas periferias, cada vez mais, dispersas. Estaríamos diante de uma paulatina dissolução da cidade compacta e caminhando em direção a cidade dispersa e fragmentada.

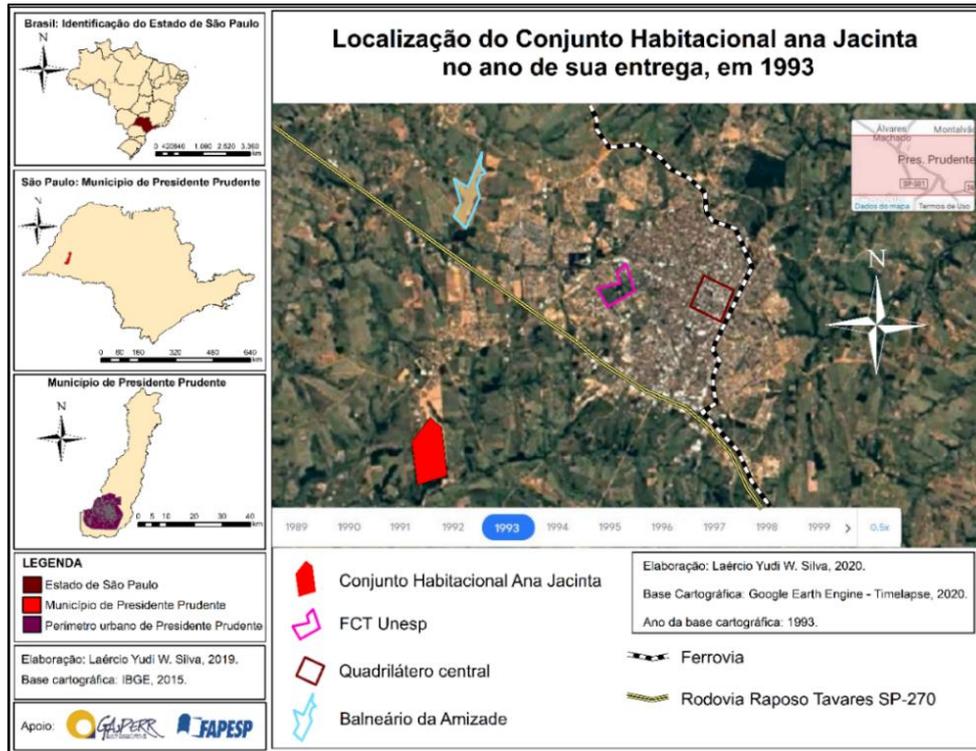
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ana Jacinta fora inaugurado no ano de 1993, o Conjunto Habitacional contou a entrega de 2.500 unidades habitacionais (SANTOS, 2016). O empreendimento efetivou-se por meio de uma ação conjunta entre a Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB-Bauru) e a Companhia Regional de Habitação de Interesse Social (Cohab-CRHIS). Segundo Baron e Silva (2014), têm-se em Presidente Prudente a atuação da Companhia Regional de Habitação de Interesse Social (Cohab – CRHIS), de Araçatuba e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), de 1989 a 2005, construindo inúmeros conjuntos habitacionais, dentre eles o Ana Jacinta.

Realizou-se um levantamento da localização do Ana Jacinta no ano de inauguração do empreendimento, em 2013, através da ferramenta: *Google Earth Engine – Timelapse*. O mapa revela uma grande distância entre a malha urbana adensada e, sobretudo, em relação ao centro tradicional (figura 1).

⁸ Disponível em: <https://earthengine.google.com/timelapse/>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

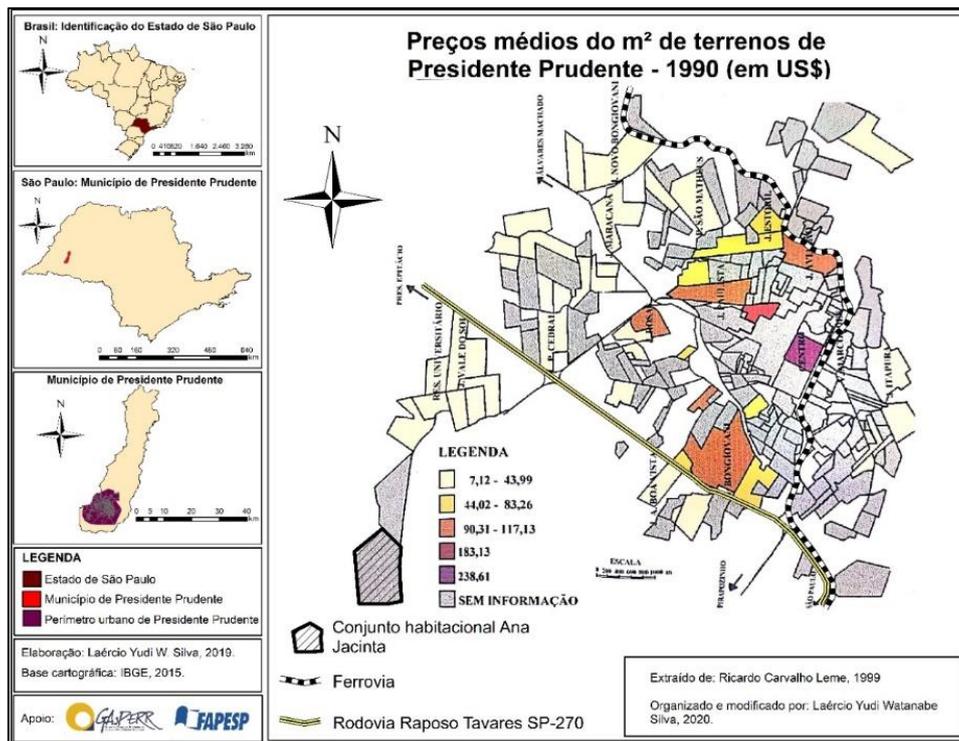
Figura 2. Presidente Prudente: localização do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, em 1993



Fonte: Google Earth Engine - Timelapse (2020). Organização: SILVA, L. Y. W. (2020).

Identificamos, por meio do mapa apresentado, que a mancha urbana da cidade, em 1993, se encontrava “confinada” entre as duas barreiras destacadas no mapa, a ferrovia e a Rodovia Raposo Tavares, sendo que o Ana Jacinta é o grande Conjunto Habitacional precursor da ocupação da região localizada além da Rodovia SP-270, que veremos na ocupação da cidade após o ano de 1993. Importante frisar a lógica do preço da terra, estratégia utilizada na implantação de habitações sociais, visto que quanto menor o preço da terra maior será o lucro, além do fato de que os terrenos de menor preço estão situados na periferia das cidades, assim podemos destacar o fomento do processo de dispersão e descontinuidade das habitações de interesse social. Para inferirmos sobre a escolha locacional da implantação do Ana Jacinta pelo poder público, temos, na Figura 2, uma produção cartográfica analítica sobre o preço do solo urbano em 1990, três anos antes da entrega do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, em 1993.

Figura 3. Presidente Prudente: preços médios do m² de terrenos. Valores em dólares estadunidenses (US\$), 1990.

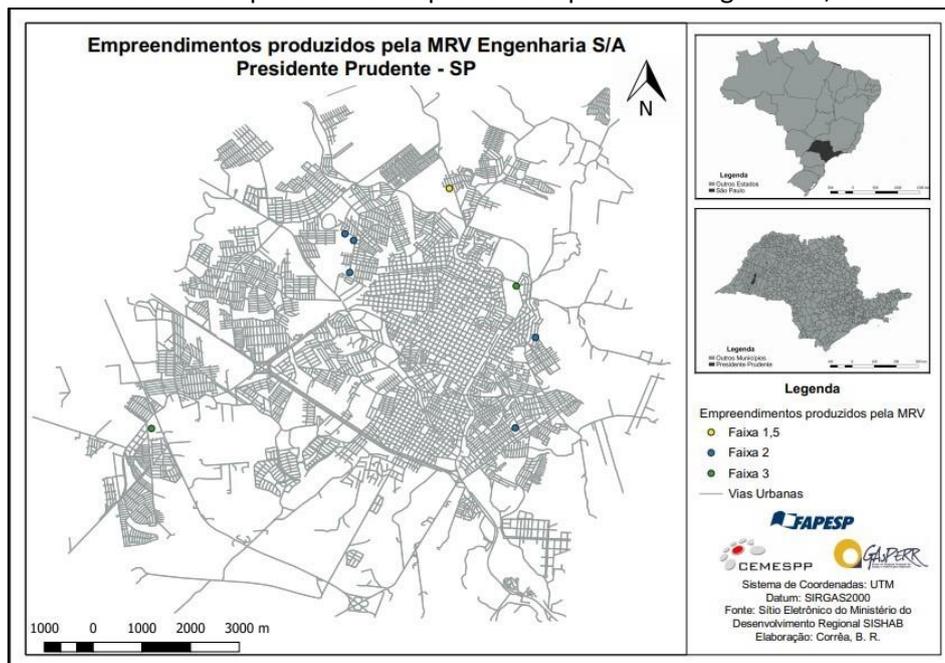


Fonte: Leme (1999). Organizado e modificado por: SILVA, L. Y. W. (2020).

Podemos afirmar, por meio da Figura 2, que a porção oeste da cidade é a maior concentradora de terrenos baratos. Nela, todos os loteamentos estão na primeira categoria de preço do solo urbano, ou seja, são os terrenos mais baratos. Outro ponto relevante é que todos os poucos bairros implantados a sul da Rodovia Raposo Tavares também se encontram na primeira categoria; sendo assim, a mesma lógica prevalece: os terrenos mais valorizados na cidade se localizam no centro e em suas proximidades nos eixos norte, sul e, agora, oeste, com destaque para o Jardim das Rosas e Jardim Paulista, ambos passando de categoria dois, em 1985, para categoria três, em 1990.

Em vista da grande descontinuidade do local de implantação do Ana Jacinta e por este estar localizado em áreas bastante desvalorizadas na cidade em 1990, porção oeste e parte sul da Rodovia Raposo Tavares, podemos inferir, por meio das análises acima, que o Ana Jacinta, assim como os demais conjuntos habitacionais, também foi, provavelmente, adquirido pelo poder público a preços reduzidos, explicando sua localização desfavorável para os cidadãos residentes no conjunto habitacional em meados do ano de sua entrega. A dimensão do conjunto habitacional, com 2.500 unidades no ano de entrega, e grande descontinuidade do Ana Jacinta explica o surgimento de um subcentro e reforça o espraiamento do espaço urbano da cidade.

A MRV seguindo seus padrões de produção, incluindo o preço da terra, lançou em janeiro de 2011 seu primeiro empreendimento em Presidente Prudente- SP, visando expandir sua atuação no mercado local, além do baixo nível de concorrência na região. O empreendimento Parque dos Príncipes no bairro Vitória Régia, foi pioneiro. A figura 3, abaixo, especializa todos os empreendimentos produzidos em Presidente Prudente pela MRV Engenharia S/A, até 2019.

Figura 4. Presidente Prudente: empreendimentos produzidos pela MRV Engenharia, até 2019

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. Organização: CORRÊA, B. R. (2020).

Os empreendimentos MRV no bairro do Ana Jacinta, recorte espacial em análise, encontram-se em andamento e as especificações dos empreendimentos MRV no bairro, se apresentam no quadro 1.

Quadro 6. Presidente Prudente: empreendimentos MRV em execução no bairro Ana Jacinta

Empreendimento	Modalidade	Faixa	Contratadas	Valor da Operação	Situação
PARQUE VALENCIA MODULO 01	CCFGTS	Faixa 3	1	130.000,00	Em Andamento
PARQUE VALENCIA MODULO 02	CCFGTS	Faixa 2	11	1.433.000,00	Em Andamento

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. Organização: CORRÊA, B. R. (2020).

No conjunto Habitacional em questão, a MRV segue seus padrões de construção, tanto no sentido locacional quanto no sentido produtivo dos empreendimentos. Trata-se da atuação nas faixas 2 e 3 do Programa Minha Casa Minha Vida. Os valores das operações se divergem, em demasia, pelo número de unidades contratadas. Ambos os empreendimentos se encontram em execução no bairro.

A produção do espaço no Conjunto Habitacional do Ana Jacinta, ocorre, inicialmente, de maneira dispersa e longe das principais centralidades concentradoras de bolsões de empregos, comércios, serviços, equipamentos públicos e infraestrutura, localizados, sobretudo, na área central. A figura 1 revela a intencional implantação do bairro de maneira descontínua a malha urbana adensada, dando origem a inúmeras glebas de reserva de valor. Essa recorrente prática, beneficia a especulação imobiliária no processo de produção do espaço urbano, conforme afirma Soares (2012, p. 19), ao dizer que os bairros Ana Jacinta, Mário Amato e Jardim Prudentino, localizados a oeste da cidade produziram vazios urbanos entre a periferia e a zona central.

A figura 3 revela que os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha vida, executados pela empresa MVR Engenharia em Presidente Prudente, também ocorrem nas periferias geográficas da cidade, além de fomentar seu padrão construtivo em áreas afastadas do centro urbano, cujo preço da terra é mais

acessível. Trata-se de um padrão locacional, a implantação de habitações de interesse social em áreas periféricas e, quiçá, dispersas e descontínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional foi muito pouco efetiva até a origem do PMCMV, muitas medidas e planos foram adotados, porém com pouca efetividade no combate ao déficit habitacional. Após 2009, o oferecimento da moradia efetivou-se de maneira conjunta ao aumento do crédito e, portanto, do poder de consumo, propiciando aumento a qualidade de vida da população mais vulnerável.

Notou-se que o padrão de implantação de habitações de interesse social se efetiva em glebas desvalorizadas pelo mercado imobiliário que são, muitas vezes, locais dispersos e descontínuos. O bairro do Ana Jacinta segue essa lógica: as glebas mais baratas e desvalorizadas localizavam-se onde o bairro fora implantado, com menores custos na aquisição dessas terras. A grande descontinuidade desse bairro em relação a malha urbana consolidada concorreu para o espraiamento urbano da cidade para além da rodovia Raposo Tavares, onde as descontinuidades são ainda muito visíveis, contanto com a presença de inúmeros e extensos vazios urbanos, indicando descontinuidades na malha urbana da cidade de Presidente Prudente.

A localização de empreendimentos do PMCMV, como aqueles executados pelo MRV, ocorre em conformidade e/ou proximidade com os bairros originados de políticas públicas de habitação, como é o caso do Ana Jacinta. Trata-se de outro padrão, dificilmente há empreendimentos do PMCMV em bairros distantes das principais localidades concentradoras de habitações de interesse social, ou seja, nas áreas com menor destaque no mercado imobiliário.

A questão habitacional necessita ser pensada e planejada de maneira conjunta a outras condicionantes, como: mobilidade urbana, oferecimento de infraestrutura e equipamentos públicos e etc. As políticas, até os dias de hoje, estão pautadas apenas no oferecimento da moradia, e, muitas vezes, deixam diversas consequências negativas para os cidadãos residentes nesses empreendimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Ministério de Desenvolvimento Regional pela disponibilidade de dados e informações em seu site oficial.

O autor declara não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERENCIAS

ANDRADE, G. V. M. **Políticas Habitacionais Brasileiras: Uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em suas duas edições.** 2012. 86 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia de Produção da Escola Politécnica) Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro - RJ. 2012.

AZEVEDO, Sérgio. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986):** Criação, trajetória e extinção do BNH. In: Rev. Adm. Pub. Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 1988, p. 107-119. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458> . Acesso em 02. Jul. 2020.

BARON, C. M. P. e SILVA, M. L. (2014) As Políticas Habitacionais e o Direito à Cidade: a produção dos conjuntos habitacionais em Presidente Prudente In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais do III ENANPARQ: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva.** São Paulo e Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014. v.1. p.1 – 10

CATALÃO, I.; MAGRINI, M. A. Direito a cidade e consumo: contradições e convergências. In: GOES, E; CATALÃO, I.; MAGRINI, M. A.; FURINI, L.; CATELAN, M. J.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). **Consumo, crédito e direito a cidade.** Curitiba: Appris, 2019. p. 133-158.

GREGO, Letícia; ATAIDE, Natália Gironde; BARON, Cristina Maria Perissinotto. A atuação da Companhia Regional de Habitação de Interesse Social COHAB-CRHS em Araçatuba/SP. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2013. p. 01-16. <https://doi.org/10.5747/ch.2013.v10.n2.h139>

MACEDO, Gabriella Abalém Tronconi Campos *et al.* **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Natureza, impactos e dinâmica regional**. 2011.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. III **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís-MA, v. 28, 2007.

ROLNIK, Raquel *et al.* Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. **Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SANTOS, Felipe César Augusto Silgueiro. **O espaço-tempo das políticas habitacionais em Presidente Prudente/SP**. 2019.

SOARES, Vinicius Marçal Café. **Habitação social e parcelamento urbano em Presidente Prudente-SP**. 2012.

MAPA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL E USLE/EUPS DAS BACIAS: CÓRREGO PEREIRA E CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Gustavo De Jesus Andrade, Mariana Lopes Nishizim, Neide Barrocá Faccio

Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho – UNESP. E-mail: gustavo.andrade.fct@gmail.com

RESUMO

A pesquisa em tela apresenta os resultados obtidos na produção de mapas de fragilidade ambiental do Córrego do Pereira e Córrego da Onça, localizados no Município de Presidente Prudente, com o objetivo de contribuir para a análise de uma influência antrópica na degradação do solo. Para a produção dos mapas, foi necessária a delimitação das bacias e a elaboração de mapa hipsométrico, de relevo sombreado, declividade e curvatura. Ao sobrepor os mapas, identificamos que as áreas de maiores perdas de solo ocorrem em locais de vertentes elevadas, o que indica que o solo está exposto nessas áreas, e a cultura de pastagem é a maior causa dessas perdas.

Palavras-chave: Fragilidade Ambiental – Relevo – Solo – Bacia Hidrográfica – USLE.

MAP OF ENVIRONMENTAL FRAGILITY AND USLE / EUPS OF THE BASINS: CORREGO PEREIRA AND CORREGO OF ONÇA IN THE CITY OF PRESIDENTE PRUDENTE - SP

ABSTRACT

The research presents the results obtained in the production of maps of environmental fragility of Córrego Pereira and Córrego Onça, located in the city of Presidente Prudente, in order to contribute to the analysis of an anthropic influence on soil degradation. For the production of the maps, it was necessary to delimit the basins and prepare a hypsometric map, with shaded relief, slope and curvature. By overlaying the maps, we identified that the areas of greatest soil loss occur in places with high slopes, which indicates that the soil is exposed in these areas, and the pasture culture is the major cause of these losses.

Keywords: Environmental Fragility - relief - Soil - Watershed – USLE

INTRODUÇÃO

Para a realização das pesquisas da fragilidade ambiental é imprescindível identificar e analisar cada elemento natural e a ação humana tendo, essa última, grande influência sobre o relevo, podendo causar diferentes níveis de fragilidade.

Com o objetivo de compreender o planejamento ambiental, a partir da perspectiva da Geomorfologia, foi proposta a escolha de uma bacia hidrográfica. Sendo assim, optamos pelas sub-bacias do Córrego do Pereira e do Córrego da Onça, localizadas na área centro-oeste do município de Presidente Prudente – SP, resultando na elaboração do mapa USLE/EUPS.

Foram trabalhados alguns conjuntos de mapas básicos que permitiram a elaboração dos principais mapas sínteses, os quais indicam o nível de fragilidade da sub-bacia Córrego do Pereira; portanto, o objetivo foi o de compreender a importância da atuação de cada elemento natural (declividade, curvatura, hipsometria e solos), bem como o uso e a ocupação da terra pelo homem (que tem influência direta no aumento do nível da fragilidade da área) sobre o relevo.

O processo de elaboração de cada mapa no *software* SIG – Sistema de Informação Geográfica – mais especificamente no programa ArcGis, desenvolvendo os mapas primários e de síntese, possibilitou analisar e entender o mapa final. Tais mapas podem servir para o geógrafo como ferramenta auxiliar para a

compreensão do espaço geográfico, possibilitando o diagnóstico e o prognóstico da sub-bacia, mas é importante ressaltar que tal análise deve ser pensada sempre na perspectiva da relação homem-natureza.

A análise ambiental no Planejamento Ambiental tem como base as condições da paisagem e as características naturais da área de estudo, onde se consideram informações de declividade, pedologia, intensidade pluviométrica, uso da terra e cobertura vegetal, de forma a viabilizar um efetivo gerenciamento ambiental (ROSS, 2012). A aplicação de geotecnologia para a elaboração de produtos cartográficos relacionados com a fragilidade do ambiente difunde-se cada vez mais no Brasil, uma vez que esse é um conjunto eficiente de ferramentas para a gestão territorial e promoção da qualidade ambiental.

A partir dessa concepção, identificamos o ambiente de acordo com a teoria dos Sistemas de Tricard (1977), que parte do pressuposto de que há, na natureza, fluxos de energia e matéria que interagem em equilíbrio, portanto, qualquer desequilíbrio nessa balança, que possa vir a pender para um dos aspectos naturais (clima, vertente, solo e vegetação) levará a um desequilíbrio ecológico, acarretando em áreas com maior tendência à degradação.

ROSS (1994) apud AMARAL (2001) avalia as fragilidades ambientais naturais aplicadas ao planejamento territorial de caráter ambiental, baseando-se no conceito de Unidades Ecodinâmicas preconizadas por TRICART (1977).

Dessa forma, sabe-se que há fatores naturais que podem causar tal desequilíbrio, porém destacamos aqui as ações antrópicas que têm maior influência e, portanto, geram, frequentemente, a instabilidade ambiental.

O Pontal do Paranapanema, localizado no Oeste do Estado, é uma área que foi vastamente modificada, hoje caracterizada por pastagens extensivas em relevo de colinas amplas, apresentando intensos processos erosivos.

De acordo com Passos (2004):

Os “plantadores e pioneiros” do oeste paulista caminharam junto à linha de ferro que se estabeleceu ao longo dos espigões. Foram surgindo, assim, cidades como Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922), esta última na barranca do Rio Paraná. (PASSOS, M. 2004, p. 177).

Concordamos com a concepção de Passos (2004) e complementamos sua ideia, afirmando que, junto com a fundação desses municípios, veio o desmatamento acelerado da mata nativa da região, atacando o primeiro ponto de desequilíbrio da teoria dos sistemas de Tricard (1977).

Passos (2004), ainda afirma que:

O desmatamento irregular de mais de 240 mil hectares da Grande Reserva do Pontal, entre 1945 e 1965, para a implantação de grandes fazendas de gado ou de pequenos sítios de 5, 10 e 15 alqueires, em torno de núcleos urbanos, ao lado da preservação da Reserva Florestal do Morro do Diabo, como um verdadeiro “enclave”, assim como a implantação da Destilaria de Álcool Alcídia S/A, com cerca de 15 mil hectares de terras próprias, a construção das grandes usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera e a atuação do MST pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, criam um mosaico de paisagens e feições regionais em uma área originalmente homogênea e que agora oferece uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas. (PASSOS, M. 2004, p. 178)

Nesse sentido, é necessário manter o equilíbrio do fluxo de energia e matéria para garantir os ciclos naturais presentes no ambiente, seja em relação ao ciclo da água que garante a estabilidade dos demais fatores naturais, ou mesmo em relação à importância de buscar sempre mais conhecimento, assim como um melhor planejamento do uso e da ocupação da terra, diminuindo os impactos que os homens podem causar ao meio ambiente.

A pesquisa teve como objetivo elaborar mapas para o diagnóstico e análise da fragilidade ambiental e USLE/EUPS das sub-bacias Córrego do Pereira e Córrego da Onça, no município de Presidente Prudente – SP.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Os procedimentos para a elaboração dos mapas de Fragilidade Ambiental consistiram em: - --

- Manipulação de dados SRTM;
- Extração de drenagem e hierarquização;
- Delimitação de bacias hidrográficas;
- Elaboração de Mapa Hipsométrico;
- Elaboração de relevo sombreado;
- Elaboração de Mapa de Declividade e de Curvatura do relevo;

A compilação dos mapas “primários” permitiu a elaboração dos mapas de **Fragilidade do Relevo: Declividade + Curvatura do Relevo**; **Fragilidade Potencial: Fragilidade do Relevo + Solos**; **Fragilidade Emergente: Fragilidade do Relevo + Solos + Uso do Solo**. Foram realizadas a classificação e a reclassificação, com base na metodologia de Ross (1990).

Tais mapas foram elaborados em ambiente SIG - Sistema de Informação Geográfica –, mais especificamente no software ArcGis 10.1. Outro mapa elaborado foi o USLE/EUPS, calculado no programa INVEST (ferramenta computacional), cuja fórmula-base do **USLE (EUPS) = R.K.L.S.C.P**, sendo USLE: perda de solo calculada em t/ha/ano; R – fator erosividade, índice de erosão pela chuva; K - fator erodibilidade dos solos face suas características físicas; L – índice relativo ao comprimento da vertente ou rampa; S – índice relativo à declividade média da vertente ou rampa; C – índice relativo ao uso e manejo da terra; e P – índice relativo à prática conservacionista adotada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados utilizados por meio de *softwares* de Sistema de Informação Geográfica (SIG), foi possível elaborar quatro mapas de representação dos dados de: Fragilidade do Relevo (**Mapa 1**), Fragilidade Potencial (**Mapa 2**), Fragilidade Emergente (**Mapa 3**) e Mapa de Perda de Solo em toneladas/ha/ano (**Mapa 4**). Os mapas representam a bacia do Córrego do Pereira, localizado no Município de Presidente Prudente, SP. O Mapa 4, porém, ainda apresenta os dados coletados para a análise do Córrego da Onça, que está localizado ao sul do Córrego do Pereira.

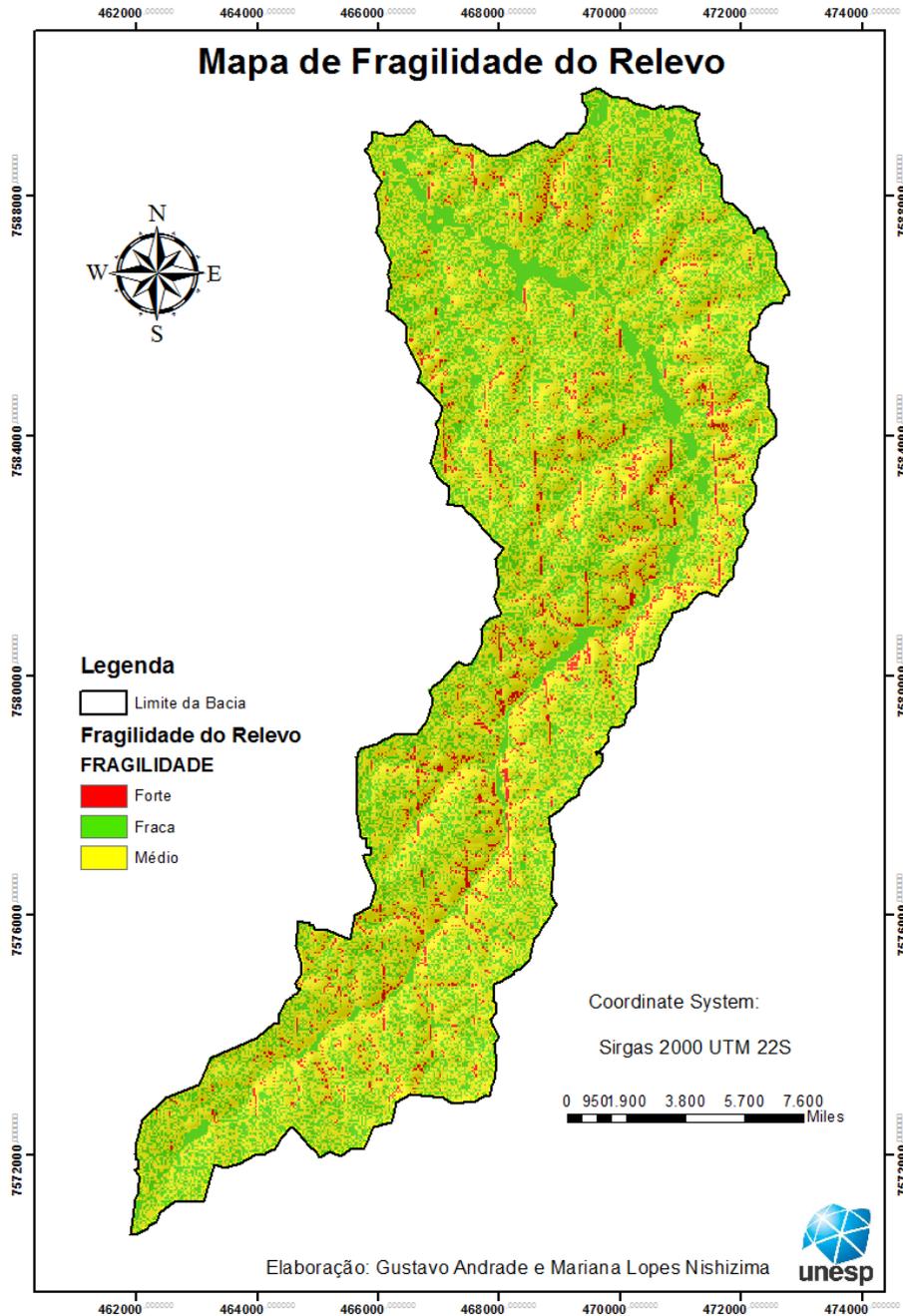
O primeiro mapa é derivado do cruzamento dos mapas de curvatura e declividade do relevo, resultando no mapa de **Fragilidade do Relevo** (Mapa 1) da Bacia do Córrego do Pereira, por meio do qual é possível observar as áreas mais susceptíveis aos processos erosivos.

O segundo mapa é composto pelo resultado do mapa de Fragilidade do Relevo somado ao mapa dos tipos de solos: através dele nota-se o peso dos tipos de solos, influenciando em novas intensidades dos níveis de fragilidade da bacia, cujo resultado é o mapa de **Fragilidade Potencial** (Mapa2)

O mapa 3 – **Fragilidade Emergente** – é composto pela Fragilidade do Relevo (declividade+curvatura), aliado aos tipos de solos e o uso e ocupação da terra, ou seja, nesse mapa temos o fator antrópico representando suas influências e, nesse sentido, são perceptíveis as dinâmicas naturais e antrópicas.

Por fim, o mapa 4 – **USLE/EUPS** – para cuja elaboração foi necessária a seleção de mais uma bacia (bacia vizinha). Optamos, portanto, pela bacia do Córrego da Onça, localizada ao sul do Córrego do Pereira. O mapa USLE representa o cálculo do índice de perda de solos em toneladas por hectare ao ano.

Segundo Modaelli et al. (2009), Presidente Prudente está entre os municípios do Estado de São Paulo com maiores índices de perda de solo por erosões de grande porte. Muitos desses processos erosivos, como constatamos nos mapas, ocorrem próximos a áreas urbanas e, de acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o município apresentou 49 pontos de erosões urbanas. Já na área rural, foi possível constatar 618 pontos de processos erosivos.

Mapa 1. Fragilidade do Relevo (Declividade + Curvatura do Relevo)

Fonte: ANDRADE, G; NISHIZIMA, M. (2020).

Foi possível constatar no “Mapa de Fragilidade do Relevo” (Mapa 1) que as áreas de maior suscetibilidade de movimentação de solo estão presentes nas vertentes dos topos de colinas, onde a declividade é maior e a cobertura vegetal na região aponta apenas para a presença de gramíneas e/ou solo exposto.

Identificamos que, na região central da bacia, há um maior índice de alta fragilidade do relevo, o que se dá, também, pelo fato de haver pasto na região, ou seja, a cobertura vegetal original da área foi retirada quase por completo, sobrando resquícios dela apenas em áreas de proteção permanente (APP). Dessa forma, as áreas de média e alta fragilidade possuem apenas gramíneas e solo exposto, podendo

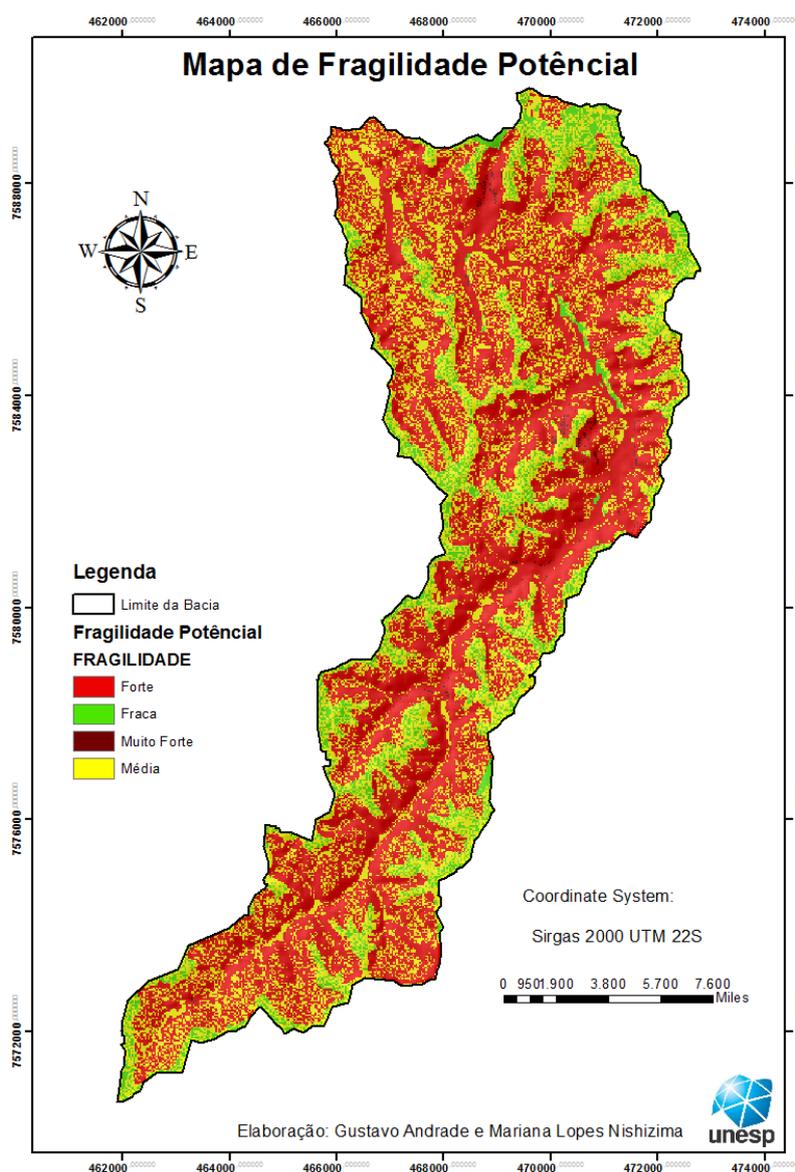
ocorrer erosão laminar pela ação do clima com precipitações, ou erosão linear, pelo constante pisoteamento do gado, causando sulcos, ravinas e, em casos extremos, com a presença de voçorocas.

As áreas de médio índice de fragilidade estão localizadas em média vertente, onde a declividade é menos acentuada, mas os riscos ainda estão presentes devido à falta de cobertura arbórea nas áreas destacadas.

Por ultimo, identificamos as áreas de menor risco, como sendo de fundo de vale e áreas de mata ciliar, onde a declividade é menor do que a dos dados anteriores e a presença de vegetação é mais intensa com áreas de proteção permanente (APP).

A partir dos índices de Fragilidade do Relevo somados ao conhecimento dos tipos de solos foi possível produzir o **Mapa 2**: “Mapa de Fragilidade Potencial da Bacia do Córrego do Pereira do município de Presidente Prudente, SP.

Mapa 2. Fragilidade Potencial (Fragilidade do relevo + Solos).



Fonte: ANDRADE, G; NISHIZIMA, M. (2020).

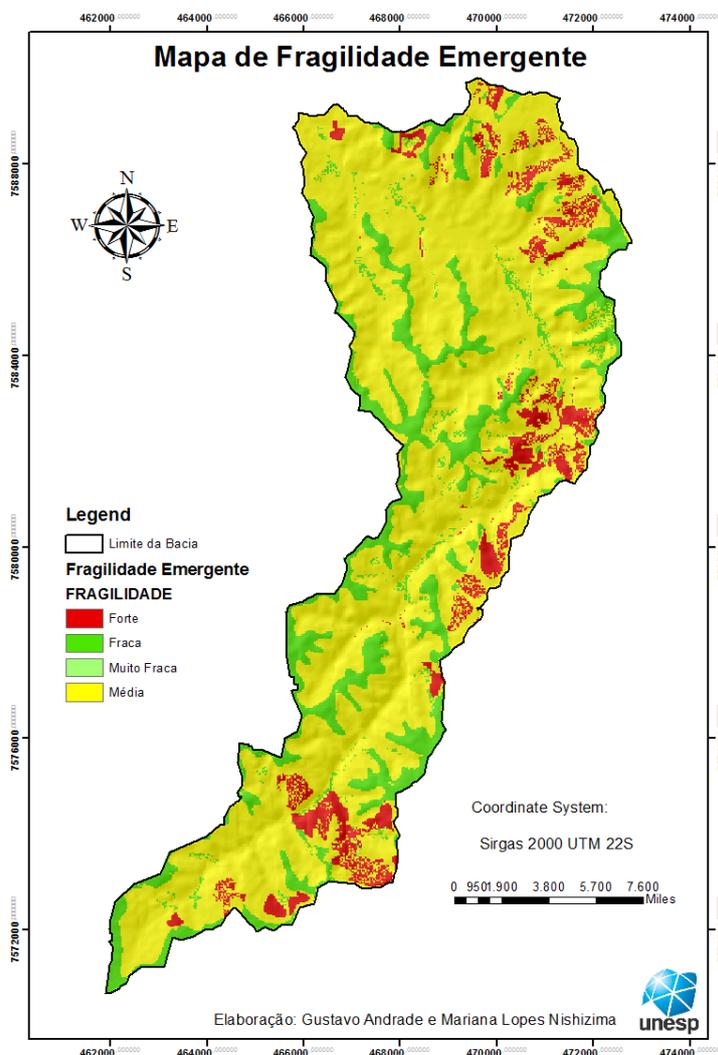
Diferente do Mapa 1, que apresentou maior área de fragilidade do relevo apenas em vertentes mais íngremes, o Mapa 2 de Fragilidade Potencial também demonstra níveis alarmantes de risco para áreas de média e baixa vertentes, já que essas áreas próximas ao fundo de vale também são utilizadas para a implementação do cultivo de monocultura que, além do gado, é um fator de desmatamento na região, causando o risco de fragilidade potencial. Além do desmatamento, destacamos, também, a movimentação de solo por maquinários para promover o plantio, o que torna o solo menos compactado e sujeito à erosão laminar.

Consideramos, então, o mapa de Fragilidade Potencial como o mais preocupante dentro dessa pesquisa, pois ele aponta para cerca de 80% da bacia como sendo área de fragilidade potencial forte ou muito forte. Lembramos, aqui, que a área dessa bacia é composta pelo distrito de Ameliópolis, ou seja, essa área percorre um perímetro onde há habitações.

Além desse risco, também podemos inserir como agravante a perda de solos que se deposita nos fundos de vale e acaba por assorear os córregos da região que servem de afluente para córregos que desaguam em estações de tratamento de água para consumo urbano e também rural.

Com a Fragilidade do Relevo somada aos os tipos de solos e uso do solo foi possível produzir o **Mapa 3**. “Mapa de Fragilidade Emergente da Bacia do Córrego do Pereira do município de Presidente Prudente.

Mapa 3. Fragilidade Emergente (Fragilidade potencial + Solos + Uso do Solos)



Fonte: ANDRADE, G; NISHIZIMA, M. (2020).

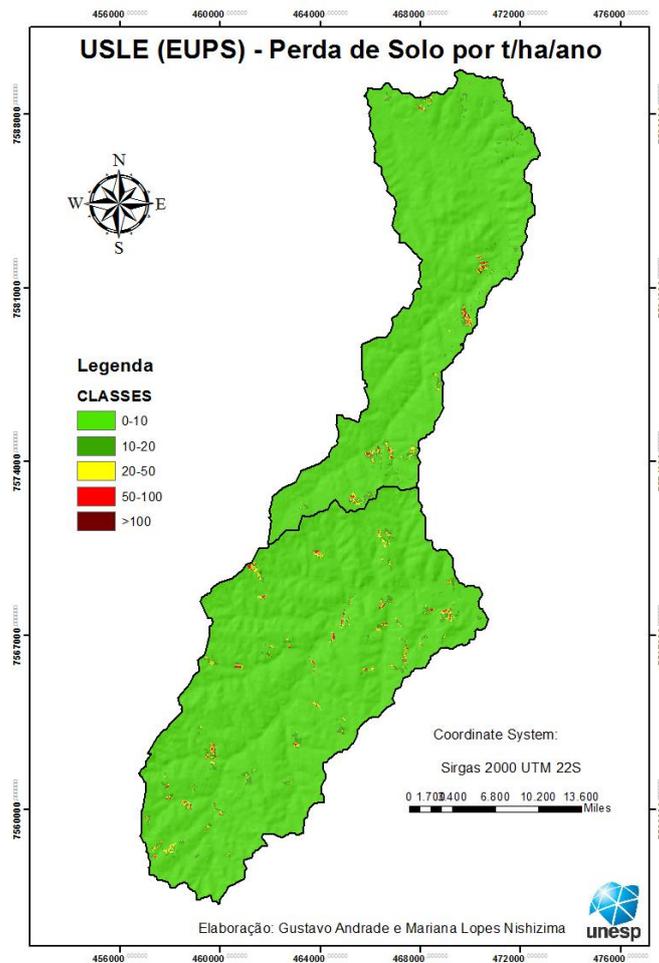
No Mapa de Fragilidade Emergente, identificamos áreas de fragilidade forte, média e fraca. As áreas de forte fragilidade emergente encontram-se nas bordas superiores e inferiores da bacia, bem como em uma porção a leste e representam cerca de 10% da área total da bacia, quase todas elas em encosta de vertente e percorrendo o fundo de vale da área próxima. Já as áreas de baixo índice de fragilidade, que representam cerca de 20% da bacia, estão presentes em quase toda a área de borda da bacia, além de também estarem localizadas próximas às áreas de fundo de vale. As áreas de média fragilidade foram identificadas em cerca de 80% da bacia, ocupando a faixa central, com alta e média vertente, além dos topos de colina.

Apontamos para o fato de que as áreas de fragilidade emergente fortes, são áreas desprovidas de cobertura vegetal, mesmo que de gramíneas. Identificamos que as áreas de alta fragilidade emergente encontram-se tanto em alta, quanto média vertentes, sem se espalhar de forma homogênea, com alguns pontos de média fragilidade emergente dentro de áreas de forte, o que indica que dentro dessas áreas de alta fragilidade emergente pode haver uma cobertura vegetal em alguns pontos isolados.

Outro fator que chama a atenção dentro do Mapa são as áreas de alta fragilidade emergente, muito próximas a áreas de baixa fragilidade, o que indica que pode haver erosão linear em pontos específicos dentro da bacia.

A partir dos dados apresentados de acordo com os mapas 1, 2 e 3, foi possível produzir o **Mapa 4**: “Mapa de Perda de Solo em Toneladas por Hectare ao Ano das sub-bacias do Córrego do Pereira e do Córrego da Onça, localizados no município de Presidente Prudente – SP.

Figura 4. USLE (EUPS) – Perda de Solos em toneladas por hectares por ano.



Fonte: ANDRADE, G; NISHIZIMA, M. (2020).

O Mapa 4 apresenta, por meio da Equação Universal de Perda do Solo (USLE), áreas onde há ocorrência de perdas de solo em toneladas por hectare ao ano. Os dados apresentam perdas de até 10 toneladas, que é considerada uma perda leve; perda entre 10 e 20 toneladas ao ano, considerada entre leve e média; entre 20 e 50 toneladas indica uma perda média; entre 50 e 100 toneladas, um nível alto e acima de 100 toneladas ao ano aponta um nível agravante para perda de solo, considerando que o tempo necessário para a formação/ recuperação de solo é alto.

Nessas áreas, foi possível observar um alto nível de perda de solo ao ano em pontos específicos, onde, embora não haja uma vegetação estabelecida, ainda há uma perda considerável que comprova os dados apresentados no Mapa 3 de Fragilidade Emergente.

Ao sobrepor os Mapas 3 e 4, identificamos que as áreas de maiores perdas de solo ocorrem em locais de vertentes elevadas, o que indica que o solo está exposto nessas áreas e a cultura de pastagem é a maior causa dessas perdas, já que os pontos que apresentam perdas acima de cinquenta toneladas ao ano não cobrem uma área maior do que 2km² (área de maiores proporções que apresenta perdas entre 20 e 50 toneladas de solo ao ano).

A partir dos dados apresentados, pudemos fazer uma análise comparativa com os estudos voltados para fragilidade ambiental e perdas de solo de Moroz e Ross (2019) e Kawakubo *et. al.* (2005) que baseiam-se nos conceitos de Unidades Ecodinâmicas de Tricart (1977), Ross (1990, 1994). Moroz (2019) em sua pesquisa propõe “uma metodologia para a análise empírica da fragilidade de ambientes naturais e antropizados, com o objetivo de orientar estudos integrados aplicados ao planejamento territorial ambiental” (MOROZ, I.; ROSS, J. 2019, p. 124). Dessa forma identificamos que ambos os trabalhos utilizam da mesma metodologia aplicada para análise de fragilidade ambiental.

Segundo Kawakubo *et. al.* (2005). Ao analisar a bacia hidrográfica do córrego do Onofre, principal afluente do rio Atibaia no município de Atibaia, SP, áreas de solo exposto, altas declividades e mal planejamento urbanos estão associadas a regiões onde há uma perda de solo considerável, enquanto que Áreas de Proteção Permanente bem preservadas e um bom planejamento urbano apresentam menor fragilidade para perda de solo.

Segundo concluiu Ferreira *et. al.* (2016) em seus estudos sobre a fragilidade ambiental presente no solo as margens do Córrego do Veado em Presidente Prudente, SP, “se que as áreas indicadas como Classe Forte relacionam se com a presença de solo exposto, curvaturas côncavas, médias a altas declividades, locais que são mais suscetíveis aos processos erosivos e perda de solo” (FERREIRA, N. H; *et al*, 2016, p. 56).

Segundo Ferreira *et. al.* (2016) “a remoção da cobertura vegetal original e posterior implantação de atividades agropecuárias, sem a utilização de medidas de conservação do solo, poderá levar à degradação dos recursos hídricos. Da mesma forma” (FERREIRA, N. H; *et al*, 2016, p. 46).

De acordo com o Art. 30 da Constituição federal:

A preservação dos recursos naturais, assim entendidos todos os elementos da Natureza que mantém o equilíbrio ecológico e a vida em nosso planeta, é dever do Estado e apoia-se no domínio eminente que ele exerce sobre todas as coisas que se encontram em seu território. Mas, como domínio eminente não é domínio patrimonial, o Estado não tem o direito de propriedade sobre todos os bens do seu território, podendo apenas condicionar o uso da propriedade particular para cumprimento de sua função social ou retirá-la compulsoriamente de seu dono, por utilidade pública ou interesse social, através de desapropriação, com justa e prévia indenização.

Assim a preservação dos recursos naturais se faz por dois modos: pelas limitações administrativas de uso, gerais e gratuitas, sem impedir a normal utilização econômica do bem, nem retirar a propriedade do particular, ou, pela desapropriação, individual e remunerada de determinado bem, transferindo o para o domínio público e impedindo a sua destruição ou degradação (MEIRELLES, 1977 apud MOTA, 2003 p.266).

CONCLUSÃO

O uso do território sem planejamento para as atividades: industriais, agrícolas, silvícolas, pecuárias e extrativistas, têm resultando na fragilidade ambiental com os mais variados impactos ambientais que comprometem a conservação tanto do solo como dos fragmentos florestais de seu entorno.

O uso das técnicas de geoprocessamento para a elaboração do mapa de fragilidade ambiental foi imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa e a possibilidade de manipular, analisar os dados ambientais e identificar os principais impactos no município de Presidente Prudente.

A partir da análise dos mapas produzidos para a elaboração deste trabalho, concluímos que a erosão laminar é uma das formas mais prejudiciais de degradação do solo. Além de reduzir o potencial produtivo das culturas, tornando o solo mais desprovido de nutrientes, pode causar sérios danos ambientais e sociais pela poluição de cursos d'água, com a consequente alteração dos ecossistemas aquáticos pelo assoreamento.

Pela "Teoria dos Sistemas", estabelecida por Jean Tricard, podemos compreender que diferentes fatores mantêm o meio em equilíbrio e, com a influência maior de apenas um fator, a dinâmica natural do meio ambiente é alterada. Para a perda de solo, podemos destacar o clima, a cobertura vegetal, o relevo e os tipos de solo como condicionantes naturais para a ação de processos erosivos. Porém, dentro desta pesquisa, identificamos como fator mais presente os condicionantes antrópicos, já que o processo de ocupação do Oeste Paulista, acabou por alterar a dinâmica natural do meio. Tomando como exemplo o Mapa 1, notamos que a falta de cobertura vegetal, associada a precipitações na área, acabou por movimentar o solo em decorrência do desmatamento que a área sofreu para o cultivo de monoculturas.

Dessa forma, utilizar a Equação Universal de Perda do Solo (USLE), permite estimar a erosão, sob diferentes condições de uso e cobertura do solo, declividade e comprimento de vertente que, observada na produção de mapas temáticos, representa importante instrumento de averiguação de processos erosivos.

Pela análise combinada desses mapas, os resultados mostram que mais de 70% da área da "Bacia Pereira" possui fragilidade ambiental considerada média ou alta, tanto potencial como emergente.

Consideramos o mapa de Perda de Solo em Toneladas por Hectare ao Ano, do lado direito da Bacia do Córrego do Pereira, como sendo a área que demonstra maior intensidade de perda de solo acima das 100 toneladas ao ano, o que indica um alto uso da área, apontando para uma ocupação de pastagem estabelecida há décadas. Porém, como "a região dos Córregos da Onça e Córrego do Pereira é de ocupação considerada relativamente nova" em comparação a outras regiões do Estado de São Paulo, os níveis de perda de solo estão em um processo menor; deve-se, porém, ficar atento aos processos erosivos que ocorrem em outras áreas, para que não ocorra o mesmo na área abordada nesta pesquisa.

Os processos erosivos aparentes relacionaram-se com as áreas de alta fragilidade nos produtos cartográficos finais, destacando regiões mais propensas à intensificação de movimentos de solo. Os mapas geraram informações importantes para o planejamento territorial, no qual é possível adequar o uso e a ocupação do solo de forma que não comprometam o meio ambiente e a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. (2001) A fragilidade ambiental na bacia do ribeirão Bonito, município de Teodoro Sampaio-SP. São Paulo, 1v. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Ferreira, N. H. *et. al.* **Mapa de Fragilidade Ambiental como auxílio para o Planejamento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos**, Fórum Ambiental da Alta Paulista, Vol. 12, Nº 03, 2016. <https://doi.org/10.17271/1980082712320161411>

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo: IPT, 1981. Escala 1:1.000.000. v.2.

KAWAKUBO, F. *et. al.* **Caracterização empírica da fragilidade ambiental utilizando geoprocessamento** Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 2203-2210.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977.

MODAELLI, S. D. de O.; SABBAG, E. G.; PRANDI, E. C.; FELIX, U. T.; ARNESSECA, L. F. Controle das erosões urbanas no estado de São Paulo. In: **Simpósio Nacional de Controle de Erosão, VIII**, 2009, São Paulo.

MOROZ, I. C.; ROSS, J. L. S. **Fragilidade Ambiental: uma Proposta de Aplicação de Geomorphons para a Variável Relevo**, Revista do Departamento de Geografia, Volume 37, 2019, P.123-136. <https://doi.org/10.11606/rdg.v37i0.151030>

PASSOS, M. A Paisagem do Pontal do Paranapanema – Uma Apreensão **Geofotográfica**, **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177-189, 2004. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v26i1.1573>

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

ROSS, J.L.S. (1994) Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados.Revista do Departamento de Geografia. n. 8, p. 63-73. <https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0008.0006>

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1977.

MATAS E FLORESTAS: ANÁLISE DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 E 2017 COM OS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO PIRAPÓ NO PARANÁ

Glenda Lislíe Maciel Alves

Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR. E-mail: glendaalves94@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz resultados de um trabalho realizado em 2020 na disciplina “Colonização e Reforma Agrária” da pós-graduação em Geografia da Universidade estadual de Maringá (UEM). O objetivo do trabalho foi fazer uma análise comparativa dos censos agropecuários de 2006 e 2017 com os municípios da Bacia do rio Pirapó. Para esse trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica para a compreensão do tema, e levantamento de dados, as principais fontes consultadas foram a tese de doutorado de Rigon (2012), os sites governamentais do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná – ITCG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Águas Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Os resultados indicaram que ao contrário do que se poderia esperar, as áreas de preservação aumentaram, assim como, o número de áreas florestadas, o que mostra que por mais que algumas áreas tenham sido desmatadas e utilizadas, no geral, o uso está sendo equilibrado e compensado com o reflorestamento e com a recategorização das áreas naturais em áreas de preservação. Conclui-se que as características físicas da Bacia do rio Pirapó estão fortemente relacionadas com o uso e tipo de ocupação do solo: a agricultura, a pecuária, a pastagem e o campo. Entender esses tipos de usos e ocupação é importante para realizar um planejamento territorial com vistas à preservação ambiental, pois por meio dessas informações entende-se quais são as pressões antrópicas que atuam sobre a área, e quais são as partes que requerem maior atenção e um planejamento mais sustentável.

Palavras-chave: Municípios. Rio Pirapó. Paraná. Censo IBGE. Uso do solo.

WOODS AND FORESTS: ANALYSIS OF DATA FROM AGRICULTURAL CENSUSES 2006 AND 2017 WITH THE MUNICIPALITIES OF THE PIRAPÓ RIVER BASIN

ABSTRACT

This article presents results of a work carried out in 2020 in the discipline “Colonization and Agrarian Reform” of the postgraduate course in Geography at the State University of Maringá (UEM). The objective of the work was to make a comparative analysis of the agricultural censuses of 2006 and 2017 with the municipalities of the Pirapó river Basin. For this work, bibliographic research was carried out to understand the theme, and data collection, the main sources consulted were Rigon doctoral thesis (2012), the government websites of the Institute of Land, Cartography and Geology of Paraná - ITCG; Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE; Paraná Waters and the Paraná Environmental Institute - IAP. The results indicated that contrary to what might be expected, the preservation areas increased, as well as the number of forested areas, which shows that even though some areas have been deforested and used, in general, the use is being balanced and compensated with reforestation and the recategorization of natural areas in preservation areas. It is concluded that the physical characteristics of the Pirapó River Basin are strongly related to the use and type of land occupation: agriculture, livestock, pasture and field. Understanding these types of uses and occupation is important to carry out territorial planning with a view to environmental preservation, because through this information it is understood what are the anthropic pressures that act on the area, and which are the parts that require more attention and a more sustainable planning.

Keywords: Municipalities. Pirapó River. Paraná. IBGE Census. Use of the soil.

INTRODUÇÃO

As florestas abrigam grande diversidade de seres vivos tais como: plantas, animais, fungos, bactérias etc., e não vivos, como os recursos minerais, a água e o solo etc., que foram e continuam sendo indispensáveis na evolução do homem. No entanto a exploração desses recursos de forma desenfreada que se vivencia atualmente por meio das atividades agropecuárias, industriais, pela expansão urbana entre outras atividades humanas, tem ocasionado sérios impactos ambientais ao meio ambiente.

Desse modo, os recursos ambientais precisam ser em parte preservados e o restante conservado, fazendo o uso sustentável. Nesse tocante, o estabelecimento de áreas de preservação permanente, de uso sustentável e as leis ambientais exercem papel fundamental de proteção e conservação dos recursos naturais.

A bacia hidrográfica é reconhecida como a unidade de planejamento básica, e o estudo das formas de ocupações da bacia hidrográfica permite compreender as principais atividades, pressões antrópicas exercidas no meio ambiente e traçar os objetivos de preservação. Nesse sentido, torna-se um importante instrumento de diagnóstico e prognóstico da situação ambiental de determinada região

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise comparativa com os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 com todos os municípios da Bacia do Pirapó a fim de compreender as transformações ocorridas no número de hectares das áreas destinadas a categoria matas e florestas.

Em grande parte da Bacia sob estudo predomina-se a classe de agricultura intensiva, na região norte e central encontra-se as áreas de pastagem artificial e os campos naturais, ao sul ocorre o uso misto e uma concentração urbana na região de Maringá (SEMA, 2010). Diante desse contexto, levanta a preocupação se as florestas da região estão sendo exploradas de forma insustentável em função desses tipos de atividades humanas.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para esse trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica para a compreensão do tema, e levantamento de dados, as principais fontes consultadas foram a tese de doutorado de Rigon (2012), os sites governamentais do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná – ITCG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Águas Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 do IBGE foram levantados no próprio site do órgão buscando um município por vez (total 35), tabulados e transformados em tabelas e gráficos para facilitar a análise, a exposição e compreensão dos dados.

Caracterização da área de estudo

A Bacia Hidrográfica do Pirapó está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e compreende uma área de drenagem de 5.096,86 km². A área da Bacia abrange totalmente ou parcialmente um total de trinta e cinco municípios que possuem uma população de 1.011.462 habitantes (IBGE, 2010; RIGON, 2014). Os municípios pertencentes a essa bacia hidrográfica, e suas respectivas áreas dentro da Bacia e populações de habitantes estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Municípios da Bacia do rio Pirapó

Município	Área do município na bacia (km ²)	População (IBGE, 2010)
Ângulo	105,87	2.881
Apucarana	170,36	120.884
Arapongas	194,35	104.161
Astorga	435,70	24.704
Atalaia	137,65	3.913
Cambira	43,31	7.236
Colorado	354,75	22.347
Cruzeiro do Sul	117,96	4.563
Flórida	83,09	2.540
Guaraci	96,25	5.247
Iguaraçu	163,15	3.992
Inajá	0,48	2.988
Itaguajé	131,36	4.568
Jaguapitã	282,57	12.256
Jandaia do Sul	17,16	20.283
Jardim Olinda	34,51	1.409
Lobato	239,67	4.392
Mandaguaçu	220,00	19.784
Mandaguari	242,84	32.667
Marialva	122,00	31.972
Maringá	273,99	357.077
Munhoz de Melo	137,51	3.678
N. Sra das Graças	73,54	3.834
Nova Esperança	82,19	26.613
Paranacity	210,69	10.256
Paranapoema	72,31	2.791
Pitangueiras	123,10	2.814
Pres. Castelo Branco	81,79	4.775
Rolândia	227,89	57.870
Sabáudia	191,07	6.095
Santa Fé	276,62	10.436
Santa Inês	28,95	1.818
Santo Inácio	1,50	5.269
Sarandi	44,14	82.842
Uniflor	76,68	2.465
Total	5.096,86	1.011,462

Fonte: Suderhsa/Instituto das Águas do Paraná – Aguas Paraná, 2007 e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo-2010 elaborado por Rigon (2012).

O rio Pirapó tem sua origem no município de Apucarana a 1000 m de altitude, percorre uma extensão de 168 km em direção norte até sua foz e deságua no Rio Paranapanema a 300 m de altitude no município de Jardim Olinda. A região da bacia apresenta grande variedade de solos, de alta fertilidade característico de áreas de basalto, e de solos com baixa fertilidade natural característicos do Arenito Caiuá, muito suscetíveis à erosão quando desprovidos de cobertura vegetal de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA (2010).

Abordando de forma mais específica os solos da Bacia do rio Pirapó, de acordo com Rigon (2012) podem ser encontrados solos das seguintes classes:

Argissolos Vermelhos: muito presente na bacia, os Argissolos Vermelhos Distróficos aparecem geralmente em relevos de baixa declividade na média bacia em altitudes abaixo de 600 m, se tornando mais presente na baixa bacia, nas vertentes dos afluentes situados entre 480 m e 250 m.

Latossolos Vermelhos: são solos avançados no estágio de intemperização, tendo sofrido várias transformações no material constitutivo. Desse modo, são em geral solos profundos com horizontes A, B, C, em geral também ácidos. O Latossolo Vermelho Distroférico pode ser encontrado na alta bacia em terrenos da Formação Caiuá em altitudes de 840 m até 370 m, na média para baixa bacia em terrenos das Formações Caiuá e Santo Anastácio em altitudes com predominância entre 480 m e 370 m. O Latossolo Vermelho Eutroférico está presente na alta bacia em altitudes entre 720 m e 400 m, em terrenos basálticos da Formação Serra Geral. No entanto, pode ser encontrado também na baixa bacia nas margens tanto do rio Pirapó quanto do rio Bandeirantes do Norte, em altitudes de 480m até 250m.

Neossolos: solos onde atuaram poucos processos pedogênicos, portanto são pouco espessos e em geral possuem uma camada de materiais minerais e orgânicos abaixo de 30 cm. O Neossolo Litólico Eutrófico está presente na alta bacia em altitudes de 720 m a 370 m, em áreas de declividades acentuadas, sobre rochas basálticas.

Nitossolos: nessa classe, enquadram-se os solos classificados como Nitossolos vermelhos, e alguns argissolos, e outros que são, em geral, moderadamente ácidos. O Nitossolo Vermelho Eutroférico pode ser encontrado na alta bacia em terrenos basálticos acompanhando o vale dos rios Pirapó, Bandeirantes do Norte e afluentes.

As temperaturas médias da região noroeste do Paraná oscilam entre valores inferiores a 18° C e valores superiores a 22° C, o clima é classificado como Subtropical Úmido Mesotérmico, com chuvas bem distribuídas durante o ano, a precipitação pode variar de 1.400 mm a 1.600 mm, o que contribui de maneira expressiva para alimentação das vazões de rios e aquíferos (ÁGUAS PARANÁ, 2016).

Em relação ao meio biótico, a Bacia do rio Pirapó possui poucas áreas de preservação ambiental. De acordo com os dados do Instituto Ambiental do Paraná- IAP existe uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável estadual localizada no município de Mandaguari, o “Horto Florestal de Mandaguari” que abrange 21,53 ha; onze unidades de Conservação de Proteção Integral municipais (Tabela 2) que juntas abrangem um total de 512,99 ha, sendo que a maior parte 343,07 ha de floresta se encontra no município de Apucarana.

Tabela 2. Unidades de Conservação de Proteção Integral Municipais da Bacia do rio Pirapó

Denominação	Município	Área (ha)
Parque Municipal da Colônia Mineira	Apucarana	53,07
Parque Municipal da Raposa		290,00
Parque Municipal Bosque dos Pássaros	Arapongas	3,58
Parque Municipal do Cinquentenário 1 e 2	Maringá	11,81
Parque Municipal Borba Gato		7,65
Parque Municipal Guayapo		1,62
Parque do Ingá		47,30
Parque Municipal das Palmeiras		6,11
Parque Municipal das Perobas		26,34
Parque Municipal dos Pioneiros		57,31
Parque Municipal do Sabiá		8,20
Total		512,99

Fonte: Departamento de Unidades de Conservação, IAP/DIBAP – 2012 < <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1238.html>>, elaborado pela autora.

Por fim, dez Reservas do Patrimônio Particular Natural - RPPN que abrangem um total de 1.444,18 ha, sendo o município de Lobato o maior detentor de hectares de florestas (588,50 ha) como pode ser verificado na Tabela 3.

Tabela 3. Reservas do Patrimônio Particular Natural (RPPN) da Bacia do rio Pirapó

Denominação	Município	Área (ha)
RPPN- Fazenda Paradão	Jardim Olinda	243,79
RPPN- Fazenda Novo Paranapanema		159,70
RPPN- Fazenda da Barra	Lobato	588,50
RPPN- José Manzano	Itaguajé	10,16
RPPN- Mata Morena		29,04
RPPN- Fazenda Carambola	Rolândia	129,14
RPPN- Luz do Sol		44,69
RPPN- Recanto das Nascentes	Sabáudia	60,56
RPPN- Fazenda Santa Juliana	Santa Fé	116,28
RPPN- RPPN- Fazenda ao Vista		62,32
Total		1.444,18

Fonte: IAP (2020) < <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1502.html> > elaborado pela autora.

A vegetação da área da Bacia do rio Pirapó era formada por Floresta Estacional Semidecidual Montana e Submontana. Floresta alta de estratificação complexa e diversa em flora, possuía espécies de madeira nobre como cedro, peroba, ipês e jequitibá, atualmente é um dos ecossistemas mais ameaçados. Em virtude dos condicionantes físicos e práticas de manejo inadequadas, a região sofreu com problemas de erosão e assoreamento, que interferiram na vida aquática e na perda de qualidade da água (SEMA, 2016).

A floresta praticamente desapareceu em decorrência do seu elevado valor comercial, e em seu lugar, prosperou culturas como café, milho, soja, trigo, cana-de-açúcar entre outras. Em solos erodidos ou esgotados cedeu-se espaço a pastagens para criação de bovinos. Atualmente restam poucos remanescentes florestais na qualidade de reservas legais em espaços rurais e urbanos, que em grande parte se apresentam antropizadas (RIGON, 2012).

USOS DO SOLO

Predominam na Bacia a agricultura intensiva, a pastagem e o campo como mostra o mapa “Uso do Solo 2001/2002- Estado do Paraná produzido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná-ITCG (2008). De acordo com o mapa na parte alta da Bacia predominam os usos misto e agricultura. Quando comparado com o mapa “Aptidão do Solo – Estado do Paraná” (ITCG, 2008) pôde-se identificar que nas áreas onde se encontram esses tipos de usos, são áreas que os solos são classificados como bons, por essa razão são indicados para a produção de alimentos. Exceto a região de Mandaguari, Astorga e Sabáudia que apresentam em algumas partes, solos inaptos por conta da erosão, por consequência é a região onde predomina o uso misto do solo.

Seguindo a análise dos mapas anteriormente citados, na média Bacia predomina-se o uso para a agricultura e isso pode ser explicado pela aptidão do solo que é classificada em sua maior parte como boa, alguns exemplos de municípios: Iguarçu, Maringá, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco e Ângulo. Uma parte da média Bacia para a baixa os solos estão bem divididos em solos com boa aptidão e solos com regular erosão, por conta dessas características a pastagem e o campo são mais fortes nessas áreas. Os municípios que mais se destacam são: Jardim Olinda, Paranapoema, Santa Inês, Itaguajé, Santo Inácio, Inajá e parte de Colorado.

Pode-se dizer que a agricultura ou pastagem se desenvolve na Bacia do Pirapó em função das características físicas do local, clima, relevo, e outros, mas principalmente em relação ao tipo de solo. Como o mapa de Solos- Estado do Paraná (ITCG, 2008) mostra na alta bacia para a média predominam o Latossolo e o Nitossolo oriundos da decomposição de rochas basálticas, são os mais propícios para a atividade agrícola, mais uma vez, exceto algumas partes de Mandaguari, Astorga e Sabáudia que apresentam uma

classe de solo diferente, o Neossolo (solo difícil de ser utilizado para a agricultura). E na região da baixa Bacia predominam o Latossolo e o Argissolo, estes solos dependendo de suas características naturais podem ser usados para a produção agrícola, porém vale ressaltar que devido ao clima, nessa região as agriculturas que são frágeis a temperaturas mais quentes e a falta de chuvas são mais difíceis de se desenvolverem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro do contexto anteriormente apresentado, pode-se dizer que a Bacia do rio Pirapó apresenta em grande parte características físicas que propiciam o desenvolvimento da agricultura. Corroborando com essa ideia SEMA (2010, p. 88) diz que:

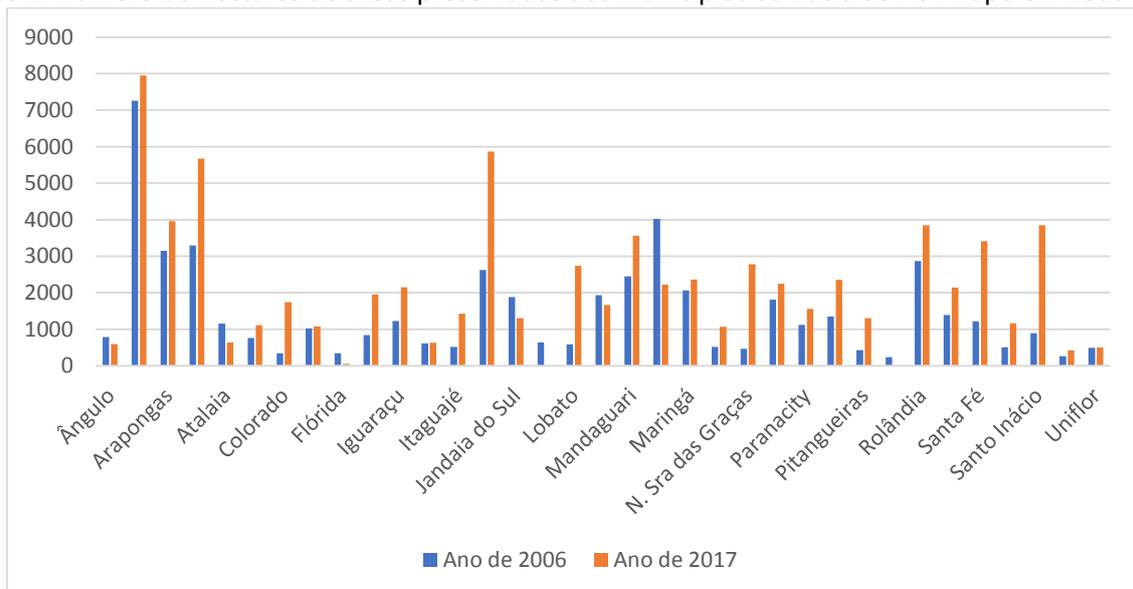
As características do solo da região facilitaram a modernização da agricultura visando a produção intensiva e extensiva de grãos para gerar excedentes, baseando a criação de grandes complexos agroindustriais. As culturas mais importantes são a soja, o milho, o trigo e a cana de açúcar, havendo ainda pastagens. Tal situação gerou uma rápida eliminação das matas para ocupação agrícola do solo e foi a partida para o desequilíbrio ambiental, ocasionando graves problemas de erosão. Como consequência, ocorreu e ocorre ainda hoje, o assoreamento dos cursos de água e a deterioração dos mananciais cujas águas abastecem as cidades e se prestam a outras finalidades e empreendimentos.

Nesse sentido, o tema preservação e conservação das florestas levanta algumas questões: Como se encontram em número as áreas naturais da bacia do rio Pirapó? Se comparado os censos agropecuários de 2006 e 2017, o número de hectares respectivo a matas e florestas aumentou ou diminuiu de um censo para o outro? Se diminuiu, foi em função do avanço das atividades agropecuárias, expansão urbana entre outros sob as florestas? Se aumentou, foi devido a alguma mudança na legislação, projeto etc.? Por meio da análise dos dados se buscará compreender o que vem ocorrendo com as florestas da região da Bacia do rio Pirapó.

Para iniciar a análise é importante mencionar que o IBGE subdivide a categoria “matas e florestas” em: áreas naturais (exceto aquelas destinadas a preservação permanente), áreas protegidas (preservação permanente ou reserva legal) e áreas florestadas.

A começar pela análise das áreas protegidas, o Gráfico 1 indica as mudanças ocorridas nos números de hectares nos períodos estudados 2006 e 2017. Como pode-se perceber por meio desse gráfico, para a maioria dos municípios o número de hectares de áreas de preservação ambiental aumentou.

Gráfico 1. Número de hectares de áreas preservadas dos municípios da Bacia do rio Pirapó em 2006 e 2017



Fonte: IBGE (2006 e 2017) elaborado pela autora.

Alguns municípios por exemplo, aumentaram mais de 100% o total de áreas preservadas, tais como os municípios de: Nossa Senhora das Graças (499,7%); Colorado (408,4%); Lobato (368,6%); Santo Inácio (332,8%); Pitangueiras (201,6%); Santa Fé (180,6%) Itaguajé (176,6%); Guaraci (133,1%) Jaguapitã (123,7%) e Munhoz de Melo (105,9%). Os valores percentuais de aumento das áreas de preservação podem ser verificados na Tabela 4.

Esse fato pode ter ocorrido por meio da incorporação das áreas naturais às áreas preservadas, porém analisando os números de quanto cada município ganhou em hectares de áreas preservadas e o quanto perdeu em áreas naturais, a maioria dos municípios ganhou em números mais hectares que uma simples incorporação de uma subcategoria à outra, ou seja, os ganhos nas áreas de preservação não vieram somente das áreas naturais.

De acordo com o IAP (2017) a partir de 2011 o Governo do Paraná ampliou a proteção de mata nativa, incorporando mais 10,7 mil hectares em áreas de preservação. Ao todo foram criadas 26 Unidades de Conservação de diferentes categorias e outras cinco foram ampliadas, recategorizadas ou regularizadas, observa que esse fato repercutiu nos municípios da Bacia do rio Pirapó que tiveram aumento significativo em suas áreas de preservação.

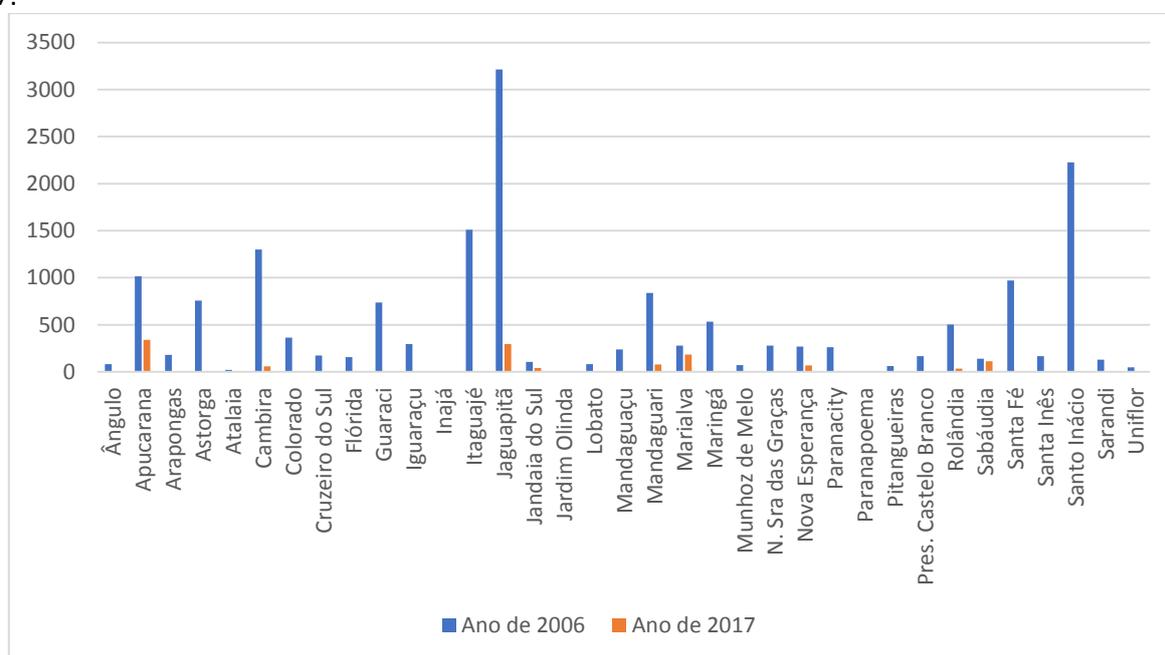
Tabela 4. Municípios que tiveram suas áreas de preservação aumentadas

Município	Áreas preservadas (ha)		Aumento das áreas preservadas em (%)
	2006	2017	
Apucarana	7.258	7.949	9,5
Arapongas	3.146	3.959	25,8
Astorga	3.297	5.679	72,2
Cambira	763	1.109	45,3
Colorado	342	1.739	408,4
Cruzeiro do Sul	1.027	1.074	4,5
Guaraci	838	1.954	133,1
Iguaraçu	1.224	2.154	75,9
Inajá	616	630	2,2
Itaguajé	515	1.425	176,6
Jaguapitã	2.623	5.869	123,7
Lobato	584	2.737	368,6
Mandaguari	2.446	3.559	45,5
Maringá	2.063	2.361	14,4
Munhoz de Melo	519	1.069	105,9
N. Sra das Graças	463	2.777	499,7
Nova Esperança	1.811	2.249	24,1
Paranacity	1.118	1.556	39,1
Paranapoema	1.346	2.351	74,6
Pitangueiras	432	1.303	201,6
Rolândia	2.864	3.850	34,4
Sabáudia	1.394	2.146	53,9
Santa Fé	1.216	3.413	180,6
Santa Inês	510	1.167	128,8
Santo Inácio	889	3.848	332,8
Sarandi	267	421	57,6
Uniflor	493	502	1,82
Total	40.064	68.850	-

Fonte: IBGE (2006 e 2017) elaborado pela autora.

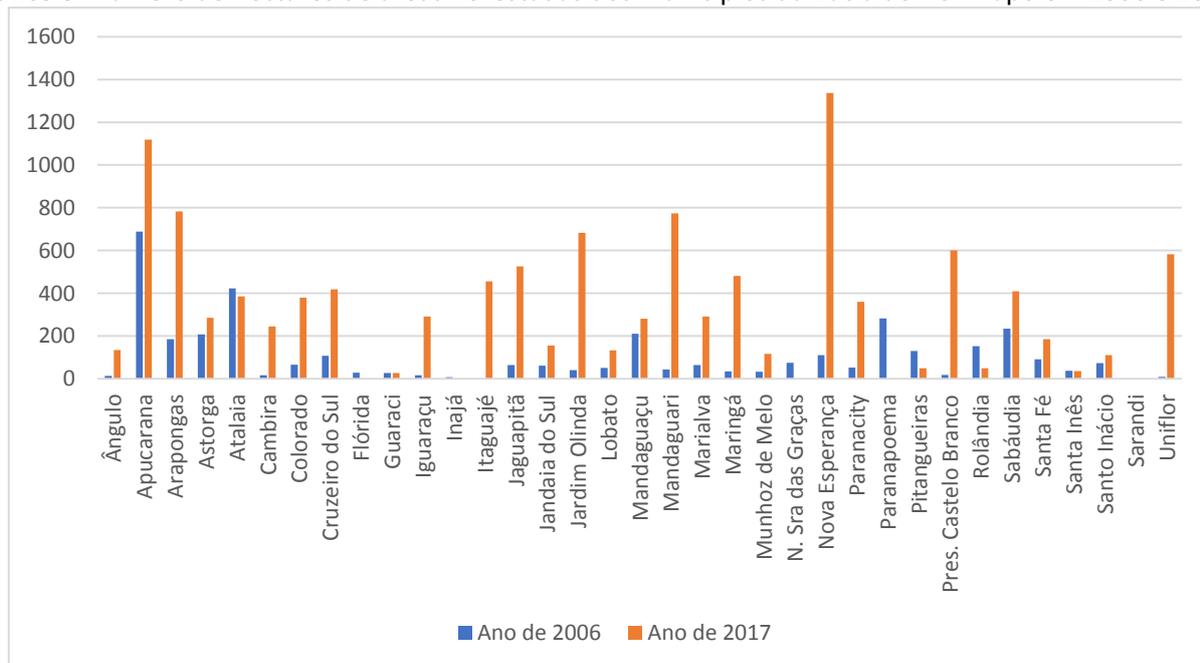
O Gráfico 2 indica as mudanças ocorridas no número de hectares das áreas naturais nos dois períodos estudados. Os dados indicam que a maioria dos municípios os números de hectares de áreas naturais eram maiores em 2006, e em 2017 esses números ou caíram drasticamente ou desapareceram. Mas como já discutido anteriormente essas áreas podem ter sido em grande parte transformadas em áreas de preservação permanente, e em alguns casos podem ter sido realmente exploradas, como nos exemplos de Atalaia e Flórida que tiveram suas áreas de preservação permanente, áreas naturais e áreas florestadas diminuídas. Nos casos de Ângulo, Jandaia do Sul, Jardim Olinda, Mandaguaçu e Marialva e Presidente Castelo Branco, por exemplo, houve a diminuição nas áreas de preservação e áreas naturais, no entanto, ocorreram compensações nas áreas florestadas. Essa diminuição pode ter ocorrido também pelo crescimento populacional e consequente expansão urbana de algumas cidades da região metropolitana, uma vez que segundo Vercezi et al (2009) Maringá por ser uma cidade polo, têm distribuído parte de seu potencial migratório para os municípios vizinhos, já que possui um crescimento demográfico menor que estes, fato este não verificado em todos os municípios da região metropolitana de Maringá.

Gráfico 2. Número de hectares de áreas naturais dos municípios da Bacia do rio Pirapó nos anos de 2006 e 2007.



Fonte: IBGE (2006 e 2017) elaborado pela autora.

Por mais que os dados no Gráfico 2 evidenciem grande diminuição no número de hectares das áreas naturais, além das as áreas preservadas terem aumentado, o mesmo ocorreu com as áreas florestadas, conforme indica o Gráfico 3. Então, dessa forma, pode-se dizer que a utilização das florestas está sendo equilibrada.

Gráfico 3. Número de hectares de áreas florestadas dos municípios da Bacia do rio Pirapó em 2006 e 2017.

Fonte: IBGE (2006 e 2017) elaborado pela autora.

A Tabela 5 mostra os percentuais de crescimento das áreas florestadas, sendo os municípios que mais se destacaram e obtiveram um aumento para mais de 1000%: Uniflor (6.366,6%); Presidente Castelo Branco (3.233,3%); Iguaraçu (1.718,7%); Jardim Olinda (1607,5%), Mandaguari (1.656,8%); Cambira (1.341,1%); Maringá (1.314,7) e Nova Esperança (1.104,5%).

Tabela 5. Municípios que tiveram suas áreas florestadas aumentadas

Município	Áreas florestadas em (ha)		Aumento das áreas florestadas em (%)
	2006	2017	
Ângulo	13	134	930,7
Arapongas	186	782	320,4
Astorga	208	286	37,5
Cambira	17	245	1.341,1
Colorado	66	380	475,7
Cruzeiro do Sul	108	418	287,0
Iguaraçu	16	291	1.718,7
Jaguapitã	64	526	721,8
Jandaia do Sul	61	156	155,7
Jardim Olinda	40	683	1.607,5
Lobato	51	133	160,0
Mandaguaçu	210	281	33,8
Mandaguari	44	773	1.656,8
Marialva	65	292	349,2
Maringá	34	481	1.314,7
Munhoz de Melo	33	117	254,5
Nova esperança	111	1.337	1.104,5
Paranacity	53	360	579,2
Pres. Castelo Branco	18	600	3.233,3
Sabáudia	235	410	74,4
Santa Fé	91	185	103,2
Santo Inácio	73	111	115,0
Uniflor	9	582	6.366,6
Total	1.806	9.563	-

Fonte: IBGE (2006 e 2017) elaborado pela autora.

Pode-se dizer que o conjunto de leis ambientais é responsável pela preservação e ampliação das áreas de preservação e florestadas. As leis ambientais tanto no âmbito federal quanto estadual são importantes instrumentos de proteção, preservação e conservação dos recursos naturais, juntamente com os órgãos federais e estaduais (SEMA; ICMBio; IAP) responsáveis pela fiscalização e monitoramento do meio ambiente exercem papel indispensável para a sociedade. Algumas das principais leis e decretos que foram fundamentais nesse processo, retirado do site do IAP, (2020) <<http://www.iap.pr.gov.br/paginas-80.html>>, podem ser conferidas abaixo:

- Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991: Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências
- Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992: Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a entidade autárquica Instituto Ambiental do Paraná (IAP) adota outras providências.
- Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995: Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

- Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000: Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002: Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
- Resolução Conjunta SEMA / IAP Nº 001/2010: Altera a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação.

CONCLUSÕES

A análise comparativa de um censo para o outro foi importante para compreender o que vem ocorrendo com as florestas da região, e as possíveis causas para o que se observou. Identificou-se que ao contrário do que se poderia esperar, as áreas de preservação aumentaram, assim como, o número de áreas florestadas, o que mostra que por mais que algumas áreas tenham sido desmatadas e utilizadas, no geral, o uso está sendo equilibrado e compensado com o reflorestamento e com a recategorização das áreas naturais em áreas de preservação.

Como já discutido, a região da Bacia do rio Pirapó já teve grande parte de suas florestas nativas exploradas e o pouco que restou atualmente vem sendo preservado e até mesmo recuperado. Vale ressaltar que o conjunto de leis que asseguram a preservação das áreas e os órgãos de fiscalização são importantes e considerados indispensáveis nesse processo.

No entanto esses avanços só são possíveis quando existem governantes que entendem que a preservação do meio ambiente é prioridade, e que deve haver o uso racional dos recursos naturais para continuar se obtendo desenvolvimento econômico. Em um governo que é permissivo as explorações ambientais, a ação predatória dos grandes empresários e produtores rurais se torna muito mais recorrente, elevando o número de desmatamento, da poluição dos rios, da concentração de terras entre outros problemas. Desse modo, o contexto político influencia de forma significativa na preservação ou não das florestas nativas.

Conclui-se que as características físicas da Bacia do rio Pirapó estão fortemente relacionadas com o uso e tipo de ocupação do solo: a agricultura, a pecuária, a pastagem e o campo. Entender esses tipos de usos e ocupação é importante para realizar um planejamento territorial com vistas à preservação ambiental, pois por meio dessas informações entende-se quais são as pressões antrópicas que atuam sobre a área, e quais são as partes que requerem maior atenção e um planejamento mais sustentável.

REFERÊNCIAS

IAP- Instituto Ambiental do Paraná (Paraná). **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/paginas-80.html>>. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

IAP- Instituto Ambiental do Paraná (Paraná). **Governo do Paraná amplia áreas protegidas em 10,7 mil hectares**. Paraná, 11 set. 2017. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/2017/09/1269/Governo-do-Parana-amplia-areas-protegidas-em-107-mil-hectares.html>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo agropecuário, municípios pertencentes a Bacia do rio Pirapó, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo agropecuário, municípios pertencentes a Bacia do rio Pirapó, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Contagem da população- Censo 2010.

ITCG - Instituto De Terras, Cartografia E Geologia Do Paraná (Paraná). **Aptidão do Solo – Estado do Paraná**. Paraná: ITCG, 2008. Mapa. Escala 1:50.000.

ITCG - Instituto De Terras, Cartografia E Geologia Do Paraná (Paraná). **Solos- Estado do Paraná**. Paraná: ITCG, 2008. Mapa. Escala 1:50.000.

ITCG - Instituto De Terras, Cartografia E Geologia Do Paraná – (Paraná). **Uso do solo 2001/2002**. Paraná: ITCG, 2008. Mapa. Escala 1:50.000.

ENGEORPS ENGENHARIA S.A. (São Paulo); ÁGUAS PARANÁ (Paraná) (coord.). **Elaboração do Plano das Bacias: Pirapó e Paranapanema 3 e 4 Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos Pirapanema Produto 08: Relatório Técnico Preliminar – Tomo I**. Paraná: Águas Paraná, 2016. 247 p.

SEMA - Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Bacias hidrográficas do Paraná: série histórica**. Curitiba: SEMA, 2010. 138 p.

RIGON, O. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem da Bacia Hidrográfica do rio Pirapó-PR (1970-2010)**. Orientador: Dr. Messias Modesto dos Passos. 2012. 188 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, [S. l.], 2012.

RIGON, O. Estudo Fisiográfico da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó-PR. **Geografia (Londrina)**, Londrina, p. 35-56, jan./jun. 2020.

SUDERHSA/Instituto das Águas do Paraná – Aguas Paraná, 2007.

VERCEZI, J.T. et al. Pseudocondomínios: o caso da cidade média de Maringá, Paraná Brasil. In: Encontro de geógrafos de América Latina: caminando en una América Latina em transformación, 12., 2009, Montevideu. **Anais [...]** . Montevideu: Observatório Geográfico da América Latina, 2009. v. 12, p. 1-15. Disponível em:<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/186.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

O CONCEITO DE 'LUGAR' EM SUAS MÚLTIPLAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS

Thiago de Moraes dos Passos, Diana Mirela da Silva Toso, Neide Barrocá Faccio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: thiagomoraespasos@gmail.com

RESUMO

O presente artigo versa sobre as potencialidades e aplicações do conceito lugar de vertente humanista, para a compreensão da experiência vivida dos sujeitos sociais em suas inter-relações com o mundo. O artigo em tela é composto por duas partes: primeiramente, abordam-se brevemente as origens da Geografia Humanista, de bases fenomenológicas e o resgate do conceito de lugar por ela. Em seguida, apresentam-se os debates sobre o conceito *lugar* na Geografia e a contribuição de seus usos para as temáticas emergentes da disciplina, evidenciando os encontros e desencontros com outros posicionamentos do pensamento geográfico contemporâneo sobre o conceito. Utilizamos metodologicamente de uma revisão bibliográfica, a “pesquisa teórica” e a “desconstrução textual” das obras. Este estudo resultou numa compreensão mais ampla da utilização do conceito de *lugar* na ciência geográfica, apresentando os debates recentes acerca do uso do método hermenêutico-fenomenológico na Geografia e em seus temas.

Palavras-chave: Epistemologia; Geografia humanista; Lugar.

THE CONCEPT OF 'PLACE' IN ITS MULTIPLE POTENTIALITIES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

This article deals with the potentialities and applications of the concept of a humanistic aspect, to understand the lived experience of social subjects in their interrelations with the world. The on-screen article consists of two parts: first, the origins of the humanist geography of phenomenological bases and the rescue of the concept of place by it are briefly addressed. Next, the debates about the concept place in geography and the contribution of its uses to the emerging themes of the discipline show the encounters and mismatches with other positions of contemporary geographical thought about the concept. We methodologically used a bibliographic review, the "theoretical research" and the "textual deconstruction" of the works. This study resulted in a broader understanding of the use of the concept of place in geographic science, presenting.

Keywords: Epistemology. Humanistic geography. Place.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela traz à discussão o papel da Geografia Humanista nas pautas acadêmicas no Brasil e no mundo. Versa sobre as potencialidades do método hermenêutico-fenomenológico na Geografia. Destaca, também, o *lugar*, conceito central dessa corrente. Compartilhamos o posicionamento de Sposito (2002) de que,

deixando de lado a multiplicidade metodológica decorrente da fragmentação da ciência moderna, partimos do pressuposto de que há somente três métodos distintos e filosoficamente coerentes para o trabalho intelectual: são os métodos hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (SPOSITO, 2002, p. 16).

Para tanto, tomam-se como referência principal para a estruturação do presente texto as leituras de Buttimer (1974; 1976 e 1982) Relph (1976, 2012), Heidegger (2012); Marandola Jr, (2010, 2012); Holzer (1999; 2008) Massey (2000; 2008) Harvey (1992; 2004). Sposito (2008); Triviños (2008).

De maneira geral, o artigo em tela apresenta brevemente os percalços, avanços e as potencialidades da Geografia Humanista de base fenomenológica, sobre temas salutar da contemporaneidade.

A Geografia humanista, após quatro décadas de existência, passou por várias fases que vão de um momento de efervescência na década de 1970, a um ostracismo no final da década de 1980 (MARANDOLA JR, 2013). Contudo, desde o final da década de 1990 ela vem se consolidando, e as pautas de sua agenda acadêmica mostram-se adequadas às demandas.

Nas décadas de 1920 e de 1950, Sauer e Eric Dardel, respectivamente, iniciaram uma ruptura com o modelo cartesiano-positivista, até então vigente na disciplina geográfica, mas somente na década de 1970, o “projeto” humanista se consolidou.

Registra-se a grande importância dos Annals of the Association of American Geographers de 1976, para a estruturação dessa corrente. Pontualmente, destaca-se o papel de três professores que articularam as ideias para a configuração do que conhecemos por Geografia Humanística atualmente: Eduard Relph, Anne Buttimer e Yi-Fu-Tuan (BUTTIMER, 1974, 1976, 1982; TUAN 2012; 2013; RELPH, 1976, 2012; HOLZER, 2008).

Relph “foi o primeiro a colocar em um artigo as possibilidades de a fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir todos os geógrafos” (HOLZER, 2008, p. 140). Anna Buttimer, por sua vez, com sua abordagem fenomenológica/existencialista, pretendeu emancipar a Geografia dos ditames cartesianos e positivistas. Para a autora, a Geografia deveria adentrar a esfera subjetiva da sociedade (HOLZER, 2008). Tuan defende dois modos da leitura dos conceitos geográficos: o primeiro, a partir dos processos físicos que afetam as formas da Terra e o segundo, pelas nas marcas que o homem imprime na natureza como agente (HOLZER, 2008).

Tuan:

Levantava e enumerava diversas “aproximações humanistas”, tais como: as atitudes do indivíduo em relação a um aspecto do ambiente; atitudes do indivíduo com relação às regiões; a concepção individual da sinergia homem-natureza; a atitude dos povos acerca do ambiente; e as cosmografias nativas. Outra destas aproximações ele considerava como que totalmente negligenciada: a das atitudes em relação à natureza focalizando a atenção nas paisagens que adquirem um significado simbólico especial (HOLZER, 2008, p. 139).

A Geografia Humanista sobressaiu-se por alicerçar-se no método fenomenológico, esse que “seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as essências da estrutura perceptiva” (HOLZER, 2008 p.141). Essa corrente da Geografia “[...] tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana” (TUAN, 1985, p. 144).

Para Tuan,

A oportunidade, para o humanista, reside na tentativa de entender em profundidade a natureza das crenças, atitudes e conceitos; a força com a qual são mantidos; suas ambivalências e contradições inerentes; e seus efeitos, tanto diretos como indiretos, sobre as ações (TUAN, 1985, p. 158).

Delineamento metodológico

A Geografia não é de início, um conhecimento; a realidade geográfica não é, então, um objeto; o espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido e a seguir colorido. A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado a terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre (DARDEL, 2011, p. 1-2).

Utilizamos-nos da prática metodológica de pesquisa teórica e “desconstrução textual” que objetiva aprimorar fundamentos teóricos, no nosso caso, o conceito de *lugar* e suas potencialidades na pesquisa geográfica.

Segundo Demo (2000), a prática metodológica em pesquisa teórica dedica-se a reconstruir os caminhos de determinada teoria, temas ou conceitos. Para tanto, realizamos leituras sistemáticas das obras supracitadas, resenhas críticas e fichamentos. A metodologia de “desconstrução textual é proposta pelo professor Bernardo Mançano Fernandes e publicado por Garcia (2005)”. Segundo ele,

O objetivo da atividade de desconstrução de textos é a análise das principais partes da obra, tendo sempre como referência o todo. Isso faz com que, embora esta seja uma síntese, não se trate de um resumo. O movimento do nosso pensamento neste exercício tem que ser transversal e inverso ao movimento da construção da obra em si. Basicamente, a atividade da desconstrução é definida como um procedimento metodológico de caráter filosófico. Seu produto é um outro texto. Na continuação, apresentamos o que resultou da nossa escolha, dividido em dois momentos (GARCIA, 2005, p. 78).

Categorizamos, sistematicamente, as visões sobre o conceito, seus componentes e fundamentos dentro das diferentes escolas; para isso, criamos uma ficha de análise utilizada para sintetizar as obras lidas, apresentada no **Quadro 1**.

Quadro 1. Ficha síntese utilizada para análise das obras

Referência bibliográfica completa:
Sobre o (a) autor (a):
Objetivos centrais da obra e objeto de estudo: “a pergunta que deve ser feita é: qual o objeto que o autor estudou? De modo genérico, o objeto pode ser: espaço (tempo), relação social, sujeito, objeto, pensamento.”
Teoria: “é o pensamento pensado, o pensamento do outro. A pergunta é: quais pensamentos o autor utilizou para interpretar o objeto? Quais os autores que ele utilizou como referencial teórico? Esses autores estão citados na obra. Qual a corrente teórica a que pertence: positivismo, neopositivismo, materialismo histórico dialético, fenomenologia? Para identificar as correntes teóricas é indispensável a observação dos conceitos e autores utilizados pelo autor do trabalho. Uma possibilidade de conhecer os conteúdos das teorias ou correntes teóricas ou paradigmas é por meio das suas características (compreendida como propriedade ou qualidade distintiva fundamental).”

Método: é o pensamento do pensador, do autor que o utiliza para relacionar a teoria com a realidade, interpretando o objeto. Ou seja, como o autor pensa o objeto, a partir da relação com o referencial teórico. O método é o pensamento do autor, mas também é um pensamento científico que o autor utiliza para construir o seu pensamento. Nessa atividade, o método não é concebido como um modo predefinido de pensar o objeto, mas sim como o autor pensa o objeto, de acordo com as principais características da corrente teórica que utiliza.

Estrutura do texto: Esse é um elemento principal a ser identificado, sendo que engloba diversos outros elementos e diversas perguntas a serem respondidas. A primeira coisa a identificar é a forma como o autor organizou a obra. Ele partiu do geral para o particular ou fez o contrário? Outro elemento é se a discussão teórica e a leitura do objeto estão interagidas ou separadas. Qual o grau de complexidade com que ele organizou a obra? É uma estrutura simples ou complexa?

Principais referências utilizadas: As obras mais recorrentes e basilares.

Resumo com citações importantes: fichamento sistemático e crítico sobre os principais pontos da obra.

Para o trabalho em tela, analisamos as leituras de Buttimer (1974; 1976 e 1982) Relph (1976, 2012), Heidegger (2012); Marandola Jr, (2010, 2012); Holzer (1999; 2008) Massey (2000; 2008) Harvey (1992; 2004). Sposito (2008); Triviños (2008), dentre outros, objetivando contrapor duas visões sobre o conceito de lugar. De um lado, a perspectiva da Geografia humanista, amparada pelo método hermenêutico-fenomenológico. De outro lado, a perspectiva de Massey (2000; 2008) Harvey (1992; 2004).

RESULTADOS

Diante da realização deste estudo, observamos que as obras associadas à perspectiva humanista apresentam preocupação direta com o conceito de *lugar*, tendo destaque nas obras humanista. Nas obras de Massey e Harvey, observamos críticas aos estudos de cunho fenomenológico. Partindo de uma análise dialógica com esses autores, contrastamos as visões acerca

do conceito de lugar a fim de argumentar pontos de aproximação e de distanciamento dessas abordagens.

Tomamos como base teórica a contribuição de Relph (1976), que entendia o *lugar* como um fenômeno, e sua obra exponencial: *Place and placelessness*, publicada em 1976, (MARANDOLA JR, 2010), é um ponto-chave para as ideias que aqui discorrerão, pois:

O livro é uma bem sucedida construção de uma perspectiva teórica e metodológica para pensar os lugares a partir da fenomenologia, integrando o horizonte das intervenções e do planejamento urbano com aquele da percepção do ambiente, entendida enquanto experiência do espaço (MARANDOLA JR, 2010, p. 1).

É em Heidegger que Relph busca o conceito de habitar, basilar em seu pensamento. Segundo Marandola Jr (2010), foi “a ideia de habitar que o ajudou a construir o sentido existencial de lugar, e o entendimento heideggeriano de identidade e diferença” (MARANDOLA JR, 2010, p. 2). Estrutura-se, portanto, a ideia das identidades dos lugares (MARANDOLA JR, 2010).

Dessa forma a “identidade dos lugares (expressa pelas diferentes formas de envolvimento com o lugar, denominadas pelo autor de **exterioridade** e **interioridade**) e a ideia de autenticidade e inautenticidade dos lugares” (MARANDOLA JR, 2010, p. 2, grifos do autor).

Por *lugar*, entende-se um fenômeno que evoca o ‘enraizamento’ dos indivíduos com sua localidade; ele “significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um, a partir da orientação e estruturação do espaço” (HOLZER, 1999, p. 71).

Para Holzer (1999), o *lugar* tem uma personalidade e um sentido. O tempo é uma variável inextricável, pois, “é necessário um longo tempo de residência e um profundo envolvimento emocional que implicam um conhecimento detalhado do lugar, e na constituição de raízes, de um centro de significados que se torne insubstituível” (HOLZER, 1999, p. 71-72).

Mas como mensurar os níveis de envolvimento para com seu lugar? Buscando meios para apreendermos esses diversos níveis de envolvimento com o lugar, são essenciais os conceitos de interioridade e exterioridade, empregados por Relph (1976) para compreender os níveis e as formas de interação dos indivíduos com o seu espaço vivido. **interioridade** (*insideness*) e **exterioridade** (*outsideness*), são substantivos, significando estar dentro ou de estar fora dos lugares (MARANDOLA JR, 2010). Está é a essência, segundo Marandola Jr (2010) para a experiência com os lugares.

Essas duas formas de se relacionar com o lugar possuem níveis. A ‘interioridade’ que pode ser existencial, comportamental e empática e vicária. A três primeiras dizem respeito a um relacionamento direto com o lugar, uma experiência direta, enquanto a vicária faz parte do conjunto de experiências indiretas. Referente à ‘exterioridade’, essa pode ser: objetiva, incidental ou existencial e fazendo parte do tipo de experiência indireta com o lugar (MARANDOLA JR, 2010).

Para melhor compreender os significados desses níveis de envolvimento podem-se exemplificar os desdobramentos dessas ideias mediante o resumo sistemático do **Quadro 2**.

Quadro 2. Níveis de envolvimento com o lugar

EXPERIÊNCIA DIRETA	Interioridade	Existencial	Envolve sentimento de apego ao lugar, uma relação orgânica e inconsciente.
		Comportamental	Envolvimento funcional com o lugar; um relacionamento objetivo com o lugar.
		Empática	Envolve estar aberto a um envolvimento profundo com o lugar, a partir da empatia e de um interesse sincero.

EXPERIÊNCIA INDIRETA		Vicária	Dá-se por meio do imaginário e imagem que pinturas, literatura cinema produzem, permitindo nos envolver por meio da comunicação criativa.
	Exterioridade	Objetiva	Envolve uma atitude deliberada desapaixonada de separação do lugar, como o olhar do cientista, do planejador ou de qualquer um que considere o lugar de forma estritamente objetiva sem envolvimento.
		Incidental	Quando lugar é apenas o cenário para atividades simples, mantendo-se pouco diferenciado.
		Existencial	Aquela situação em que a pessoa se sente fora do lugar. Isso pode ser por alienação, por topofobia ou pelos atributos físicos, mas o importante é que são situações não intencionais.

Fonte: Baseado em Relph (1976) Marandola Jr (2010). Org.: Passos (2015).

Em síntese, o que está passível de análise é o sentido de identidade e pertencimento, “estar dentro e estar fora, de pertencer e de não pertencer” (MARANDOLA JR, 2009, 2010). Identidade neste contexto conota a diferenciação dos lugares intrínseca à existência e à identidade ligada à noção de lugar (MARANDOLA JR, 2010; RELPH, 2012).

Dessa forma, cabe questionar os modos de diferenciação: “como diferenciar os processos de produção autênticos dos inautênticos? O que seria um lugar inautêntico, e um autêntico?” (MARANDOLA JR, 2010, p. 6).

De forma sucinta, define-se autenticidade, ou seja, a “existência autêntica está associada tanto a assumir responsabilidades diante de sua própria existência quanto a envolver-se, de forma inconsciente, no seu mundo coletivo imediato, a mundanidade” (HEIDEGGER, 2002, p. 55). Contrariamente, a inautenticidade é a construção dos lugares como algo distinto e afastado do ‘ser’. (MARANDOLA JR, 2010).

Nestes casos, não são relações orgânicas de historicidade e de geograficidade que constroem os lugares, estando ausente qualquer processo de identificação com o ser: a identidade é apenas a mesmice com o próprio lugar, enquanto padrão ou repetição, não com um pensar vivido e experienciado que lhe confere uma diferenciação. Com a atual mundialização, estes processos de produção de lugares inautênticos, se acentuam, dada a possibilidade de comunicação e imposição de padrões e de ideais estéticos e funcionais mundo afora (MARANDOLA JR, 2010, p. 7).

Pois bem, para melhor compreender as potencialidades conceituais do estudo dos lugares – autênticos e inautênticos, podemos retomar o conteúdo do **Quadro 1**, observando as relações atinentes às experiências diretas (interioridades) com as experiências indiretas (exterioridades), há uma série de níveis intermediários de relacionamento com o lugar, que irão depender da escala de

análise. Por exemplo: pode-se ter grande afeição pelas ruas, praças, estabelecimentos comerciais e com as pessoas da vizinhança, cidades ou mesmo com a escala nacional. (MARANDOLA JR, 2010).

Pode-se, porém, questionar a importância de um estudo que prima pela intersubjetividade e percepção de sujeitos pertencentes a um determinado grupo ao seu lugar e, se esse for o caso, dir-se-á que a compreensão das relações existenciais pautadas pela Geografia humanista/cultural objetiva clarear as relações desses sujeitos com seu “habitar” ser-estar-no-mundo, nos preceitos Haideggerianos, ou seja, por suas experiências em evidência, suas histórias e anseios, revigorando, assim, o sentido de lugar.

Percebe-se, então, que, pela abordagem humanística da Geografia, o enfoque não são as estruturas materiais, arquitetura, o bosque e as matas, mas sim, a percepção que se tem desses e os níveis de envolvimento para com essas materialidades. Assim, é na ‘experiência-vivida’ das pessoas que os signos e significados são constantemente (re)significados. (BUTTNER, 1982).

O *lugar* assume seu papel como conceito principal. As externalidades são entendidas como processos a quem, àqueles que vivenciam o lugar. Dessa forma, suas influências no cotidiano das pessoas com seus lares, ruas, comunidades e tantas mais, são passíveis de verificação, se há ou não internalidades e externalidades. E, para uma contribuição contundente, pensa-se, então, na relevância desses estudos, por exemplo, para o planejamento, gestão e compreensão do Patrimônio arquitetônico com a inserção dos homens, mulheres e crianças que os vivenciam de forma existencial⁹.

São muitas as investidas contra essa concepção de lugar da Geografia humanista. As principais são provenientes de Massey (1994; 2008) e Harvey (1992; 2004). Segundo estes autores, o *lugar* na corrente humanista tem uma conotação singularmente passiva e reacionária e, por essas características, não seria cabível na discussão geográfica, principalmente em se tratando de discussões teóricas contextualizadas em países periféricos na economia global (MASSEY, 2000, 2008; HARVEY, 1992, 2004).

O caráter a-histórico¹⁰ da pesquisa de fundamentação fenomenológica é um dos principais pontos que fazem com que essa concepção de *lugar* seja duramente criticada. Outro elemento atinente à pesquisa de caráter fenomenológico¹¹ é sua postura diante da realidade “o fenomenólogo estuda a realidade como o desejo de descrevê-la, de apresentá-la tal como ela é, em sua experiência pura, sem o propósito de introduzir transformações substanciais nela” (TRIVIÑOS, 2008, p. 47).

Contudo, em absoluto, tais características podem negar as potencialidades de estudos pautados em preceitos fenomenológicos. É necessário ressaltar as aplicações outras, que tais estudos podem vir a contribuir para a sociedade.

A Geografia Humanista, trilhando caminhos próprios e com indagações próprias, intenciona dar cabo de temáticas ignoradas ou inalcançáveis a outros modelos teóricos da Geografia. Uma salutar contribuição da Geografia Humanista foi fazer com que o *lugar* se tornasse o conceito central.

E assim foi, até meados dos anos 1990, como escreve Relph (2012) “o interesse em *lugar* como tema acadêmico estava restrito à Geografia Humanista e a alguns ramos da psicologia ambiental e da arquitetura [...] desde então, *lugar* emergiu das sombras da academia” (RELPH, 2012, p. 20).

Depois da década de 1990, houve uma apropriação de outros campos do conhecimento do debate acerca do lugar. Relph (2012) atribui esse interesse à vontade de superação dos ditames modernistas que galgavam um projeto pós-moderno. As pautas das minorias: gênero e étnicas;

⁹ Menezes (2012) articula ideias ligadas às formas com que vêm sendo tratado conceitualmente o Patrimônio cultural no Brasil. Para o autor, há um esvaziamento do conteúdo existencial, para que se privilegiem os “perversos usos culturais da cultura” (MENEZES, 2012, p. 25).

¹⁰ Esta dimensão a-histórica do estudo fenomenológico, precisamente, tem servido muitas vezes de alvo para os ataques de seus adversários, especialmente daqueles que provêm dos países do terceiro mundo, convictos de que muitos problemas destas nações têm suas explicações, as suas raízes, nas características de seu desenvolvimento social, econômico e cultural (TRIVIÑOS, 2008, p. 47).

¹¹ No método fenomenológico, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações, a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado [...] resumindo, o método fenomenológico-hermenêutico contém a redução fenomenológica e a intencionalidade, indo além do subjetivismo através da consciência. Na pesquisa científica, a figura do pesquisador faz-se presente na redução do fenômeno para sua abordagem total (SPOSITO, 2004, p. 38-39).

políticas e arquitetônicas fizeram com que disciplinas se debruçassem sobre temas como identidades dos lugares (RELPH, 2012).

Tudo isso me pareceu muito positivo, mas havia dois problemas. O primeiro era que as corporações multinacionais constaram que as identidades dos lugares tinham agora valor de mercado e, se necessário, começariam a explorar seu potencial, utilizando para isso a criação e manipulação. O segundo foi que, quase ao mesmo tempo, geógrafos radicais e economistas políticos, como David Harvey e Doreen Massey, começaram a criticar as ideias humanistas de lugar como “locais de nostalgia” que eram limitados, autênticos e de algum modo entendido como eterno. (RELPH, 2012, p. 21)

Nessa perspectiva alternativa do *lugar* destacada por Relph (2012) e defendida principalmente por Massey (1994) em seu texto “sentido global de lugar”, a autora “considera lugares como nós particulares das interações das redes sociais, econômicas e política global, na qual os lugares são manifestações locais de macroprocessos econômicos ao invés de emergirem de um contexto histórico específico” (RELPH, 2012, p. 21).

Para Massey (2000), o lugar é um processo, eles também não possuem fronteiras, não possuem identidades únicas e singulares e, por último, nesse sentido de lugar não há uma negação da singularidade e essa especificidade é, de forma contínua, reproduzida (MASSEY, 2008).

Essa é uma maneira de conceber geograficamente o conceito *lugar* que não é a que aqui optamos por explorar. Todavia, discordamos da alcunha reacionária legada à noção humanista do lugar.

É crível o caráter a-histórico do método fenomenológico, bem como sua característica descritiva, própria de trabalhos orientados por essa corrente do pensamento (SPOSITO 2004; TRIVIÑOS 2008). Dentre suas potencialidades, destacamos sua afinidade com pesquisas de natureza qualitativa.

A rigor, uma pesquisa voltada para os preceitos humanistas requer do pesquisador um grau acentuado de disciplina. Para abranger na totalidade seu objeto geográfico é preciso vivenciá-lo e, assim, “alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição, [*procurando*] um entendimento do mundo humano através dos estudos das relações das pessoas com a natureza” (TUAN, 1985, 143, grifo nosso). Para tal feito, faz-se mister inserir-se como observador e reduzir – numa atitude de método, os fenômenos apreendidos por meio de uma ‘descrição densa’ dessa observação (GEERTZ, 2013).

Desse objetivo de desvelar o mundo intersubjetivo, surge a necessidade indissociável de adotar metodologias que deem subsídios para que o pesquisador possa inserir-se no universo do objeto geográfico para apreender a vivência dos sujeitos em relação ao seu mundo vivido. Tuan (2013) apresenta a necessidade de apreender, em campo, todas as nuances do espaço e do tempo: as sazonalidades do clima; as horas de convívio entre as pessoas e os lugares. Observar os fluxos de transeuntes nos mais variados horários; captar as relações sensíveis das pessoas para com o mundo constitui uma forma de apreensão do espaço e do tempo (TUAN, 1985; 2013; DARDEL, 2011; BUTTIMER, 2015).

Essa forma de abordagem não pode correr o risco de cair num solipsismo pseudocientífico (TRIVINÕS, 2008); deve procurar coerência entre o método estudado e a metodologia, a disciplina, o rigor e a ética. Como a natureza da pesquisa em tela é fenomenológica, isso pressupõe o estudo centrado nas estruturas intersubjetivas, nos fenômenos e nas suas essências (TRIVINÕS, 2008).

Em outras palavras, o pesquisador que adota a abordagem qualitativa, dentro da perspectiva da Geografia Humanista, deve lançar-se ao “campo”, desprovido de apriorismos hipotéticos ou outra forma de premeditação pelo resultado final da pesquisa (TRIVIÑOS, 2008).

[...] a competência do humanista repousa na interpretação da experiência humana em sua ambiguidade, ambivalência e complexidade. Sua principal função como geógrafo é esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar [...] uma das funções do

humanista é tornar explícitos as virtudes e defeitos de uma cultura. Deve ser capaz de sugerir ao planejador que em algumas culturas as pessoas preferem viver bem próximas; por outro lado, deve ser capaz de lembrar às pessoas que a proximidade, muito embora aconselhável, é alcançada à custa de certos e outros valores humanos (TUAN, 1985, p. 158)

Para Triviños (2008), o pesquisador, ao optar pela perspectiva fenomenológica, dentre outras, deve “salientar [a] necessidade de observar os sujeitos não em situações isoladas, artificiais, senão na perspectiva de um contexto social, coloca ênfase na ideia dos significados latentes do comportamento do homem” (TRIVINÓS, 2008, p. 117).

Sabe-se das dificuldades inerentes a uma pesquisa que visa chegar ao entendimento da experiência íntima dos sujeitos sociais. Por essa razão, há de se “considerar uma série de estratégias metodológicas, marcadas, fundamentalmente pela flexibilidade da ação investigativa” (TRIVINÓS, 2008, p. 123). Essa é a razão também para o caráter dialógico com outras disciplinas do campo das humanidades, como é o caso da Antropologia/Etnologia, cuja contribuição teórica e metodológica são substanciais para dar conta da abrangência do fenômeno estudado. Sabe-se, também, que a pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior nos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador) para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc (TRIVINÓS, 2008, p. 132).

Existem pontos específicos na pesquisa qualitativa de base fenomenológica. Triviños (2008) postula cinco características importantes (**Quadro 3**).

Quadro 3. As características e a base fenomenológica da pesquisa qualitativa

PESQUISA QUALITATIVA DE CUNHO FENOMENOLÓGICO	
CARACTERÍSTICAS	BASE FENOMENOLÓGICA DA PESQUISA QUALITATIVA
I A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.	Ressalta a importância do ambiente na configuração da personalidade, problema e situação de existência do sujeito. Ambiente constituído por elementos culturais. Parte do fenômeno social concreto. O importante e verdadeiro é o conteúdo da percepção.
II A pesquisa qualitativa é descritiva.	Essencialmente descritiva. Descrição dos fenômenos impregnados de significado que o ambiente outorgou. Produto de uma visão subjetiva [intersubjetiva], rejeita toda expressão quantitativa. A interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Os

	resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias, acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas.
III Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com os processos e não simplesmente com os resultados e com o produto.	Individualização como atividade científica da pesquisa qualitativa. A pesquisa com base fenomenológica estuda o processo dos fenômenos. Interpretação a-histórica que estuda as circunstâncias imediatas que envolvem o fenômeno.
IV Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.	Parte do fenômeno social e diretamente sobre esse começa a análise. Os significados, a interpretação surge da interpretação do fenômeno visto num contexto. Assim, chega-se ao nível de abstração, ao conceito. A pesquisa é qualitativa, com fundamentos fenomenológicos,
V O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.	Uma das postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas. O enfoque fenomenológico privilegiou essa análise porque considerou que os significados dados pelos sujeitos aos fenômenos dependiam, essencialmente, dos pressupostos culturais próprios do meio que os alimentavam na sua existência. Por isso, os investigadores dessa corrente aprofundam, por meio da entrevista semiestruturada e da observação livre, o estudo do que pensavam os sujeitos sobre suas experiências, sua vida, seus projetos. Na busca do que estava aí, muitas vezes, invisível, os pesquisadores procuravam detectar os significados que as pessoas davam ao fenômeno.

Fonte: Adaptado de Triviños (2008).

A Geografia Humanista necessita, invariavelmente, do contato íntimo e empático do pesquisador com o universo particular e singular das pessoas e, assim, apreende a geograficidade – laço profundo entre sujeito e mundo.

Sua ação não é dada aprioristicamente, mas as implicações e aplicações dos estudos dessa natureza têm subsidiado demandas em vários temas debatidos na Geografia. Defende-se, portanto, esse caráter que a pesquisa ocupada de compreender a apreensão do lugar pelas pessoas, comunidades, aglomerados e tantos mais. Igualmente, essa abordagem alicerça não só no plano teórico, mas, principalmente, tem auxiliado no plano interventivo.

Nesse sentido, contribui em temas como: planejamento, gestão ambiental em integrações como comunidades locais, compreensão das diferentes manifestações do habitar, o habitar o patrimônio histórico, arquitetônico e natural, temas que, antes, a Geografia não alcançava de forma efetiva e aprofundada, porque não se ocupava da intersubjetividade por detrás desses fenômenos, temas esses que hoje vêm à luz. Em outras palavras, *lugar*, na perspectiva humanista da Geografia “não é meramente aquilo que possui raízes” (RELPH, 2012, p. 21). É muito mais do que a alcunha de conservadora e reacionária faz parecer.

DISCUSSÃO

Não há motivo para defrontação entre noções divergentes acerca de método e conceitos. O Lugar abordado pela perspectiva crítica da Geografia ou da humanista, é um conceito que nos ajuda a compreender – talvez com perspectivas diferentes da realidade geográfica que ocorrem “em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização” (RELPH, 2012, p. 31).

Embora em nossas vidas diárias possamos ser indiferentes aos profundos laços psicológicos e existenciais que temos com lugares onde vivemos, isso não os torna menos importantes para nós. *Lugar* pode ser apenas uma aparência física, a paisagem de um lugar que é importante para nós, ou pode ser a consciência da persistência de lugar ao longo do tempo, ou o fato de que aqui é onde nós conhecemos e somos conhecidos, ou onde a experiência mais importante de nossas vidas tenha ocorrido. Mas, se estamos realmente enraizados em um lugar e ligados a ele, se esse lugar é autenticamente nossa casa, todas essas facetas do lugar, do nosso lar, de nossa casa, tornam-se profundamente significativas e inseparáveis. Tais lugares de origem são, de fato, fundamentos da existência das pessoas, proporcionando, não só o contexto para toda a atividade humana, mas também a segurança e identidade para indivíduos e grupos (RELPH, 1976).

Assim, mostra-se em valor, a contribuição da Geografia humanista, por um outro viés, tem se preocupado com os temas globais e locais. Não há necessidade de um enfrentamento que visa enfraquecer essa ou aquela perspectiva do mundo. Mais do que nunca os geógrafos têm que fortalecer seu compromisso com a ‘realidade’ (com todas as ressalvas possíveis a esse termo) que o circunda.

O método é uma adequação para um ‘fim’ – compreensão, análise, descrição, superação etc. Ou seja, ele é um ‘meio’. Uma lente a ser escolhida que deve ser adequada à realidade, nunca ao contrário, pois não podemos encaixá-la [a realidade] em um modelo pré-estabelecido.¹²

Seria adequado ao pesquisador, frente ao objeto de pesquisa, superar sua predileção a determinado método e analisar seriamente se o seu uso será ou não pertinente àquela realidade em específico.

Nesse contexto, seria inapropriado o tipo de comportamento ‘bairrista’ que, às vezes, alguns pesquisadores adotam em relação a correntes da Geografia que são contrárias à sua visão epistemológica. Queremos deixar claro que o propósito maior da presente discussão não é o tipo de enfrentamento improdutivo, pois é exatamente a heterogeneidade dos métodos que dá toda salubridade a ciência geográfica. Contudo, notoriamente, a Geografia humanista, que se utiliza de orientação fenomenológica, sofre duras críticas.

Tomado, por conservador, nas palavras de Triviños (2008), e até mesmo de reacionário, como escreve Massey (2000), o método hermenêutico-fenomenológico é subestimado em potencial. *Lugar* não é um conceito raso, pelo contrário, o núcleo do significado de lugar se estende [...] em

¹² A metáfora das lentes foi feita por Sposito (2010) em aula ministrada para o curso de licenciatura/bacharel em Geografia pela disciplina método em Geografia, pela FCT/UNESP.

suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. *Lugar* é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco” (RELPH, 2012, p. 31).

Pensando nisso, o presente trabalho pretendeu defender uma ciência Geografia arejada por seus métodos¹³ diversos e apresentar os debates recentes acerca do uso do método hermenêutico-fenomenológico na Geografia e em seus temas. Salientando que não estamos falando de um anarquismo teórico de Feyerabend (1989) e muito menos que “tudo vale” (FEYERABEND, 1989). A defesa que aqui se faz é simples: a responsabilidade na escolha do método e respeitabilidade aos demais e uma tomada de consciência acerca da contribuição que cada uma dessas correntes pode, mesmo que de formas diferentes, trazer para a ciência e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BUTTNER, Anne. **Values in geography**. Washington: Association of American Geographers, 1974. 58p.

_____. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 66, n. 2, p. 277-292, jun. 1976. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1976.tb01090.x>

_____. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 25-43

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna** : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1992

_____; **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEIDEGGER, M. **Sobre o problema do ser** ;O caminho do campo /Martin Heidegger ; tradução de Ernildo Stein ; revisão de José Geraldo Nogueira Moutinho. São Paulo : Duas Cidades, 1969

_____: **Ser e Tempo**. Tradução de Maria Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 4 ed, 2012.

HOLZER, W. O lugar da Geografia humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

_____; A GEOGRAFIA HUMANISTA: uma revisão. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, EDIÇÃO COMEMORATIVA, P. 137-147, 2008.

GARCIA, Maria Franco. Geografia e Desconstrução. **Pegada**. vol. 6, n. 1. 2005.

MENESES, U. T. B. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: **IPHAN**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

¹³ O método, “tem seu papel na orientação da produção do conhecimento científico de diferentes maneiras. Ora por se identificarem com critérios de verdade, de ideologia, por exemplo; ora por se identificarem com disciplinas; ora por serem fundamentais para a estruturação de elementos lógicos básicos para o encaminhamento do raciocínio (SPOSITO, 2004, p. 16).

MARANDOLA JR., E. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento geográfico**, 2, 2009.

_____; Identidade e Autenticidade dos Lugares: o pensamento de em *place and placelessness*, de Edward Relph. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, Julho 2010.

_____; **Fenomenologia e pós-fenomenologia**: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na Geografia contemporânea. *Geograficidade* | v.3, n.2, Inverno 2013. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.32.a12864>

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pilon, 1976.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.

TRIVIÑOS, A, N. S. **Pesquisa Qualitativa**. In introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo. Ed. Atlas, pag. 116 – 170, 2008.

TUAN, I. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

OS KAINGANG DO OESTE PAULISTA – COSMOLOGIA E CERÂMICA

Julia Araujo Carvalho, Neide Barrocá Faccio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: juhlcarvalho@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho parte da Geografia Histórica em conjunto com a Arqueologia na busca pela compreensão de quem são os Kaingang na história do que hoje se conhece por “oeste paulista” a partir de uma perspectiva diferente daquela amplamente divulgada, de modo a proporcionar que a comunidade, sobretudo a comunidade residente no oeste paulista, conheça mais sobre a organização político-cultural e sua representação através da cerâmica tradicional dessa etnia que ocupava a região do Planalto Ocidental Paulista (região escolhida pela nação indígena Kaingang para consagrar como seu território) desde milhares de anos atrás. Para isso apresentamos aqui uma síntese do conteúdo apresentado parte de Relatório final de atividades desenvolvidas entre setembro de 2018 e agosto de 2019, acerca do debate da cerâmica Kaingang. Trabalhando com uma análise comparativa da cerâmica Kaingang em conjunto com denso resgate bibliográfico na busca por construir base para estudos posteriores acerca das especificidades da cerâmica Kaingang, em especial daquela observada no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Kaingang, cerâmica, cosmologia, memória, oeste paulista.

THE KAINGANG OF WEST PAULISTA - COSMOLOGY AND CERAMICS

ABSTRACT

This work starts from Historical Geography in conjunction with archeology in the search for the understanding of who the Kaingang are in the history of what is known today as “western São Paulo” from a perspective different from that widely disseminated, in order to provide that the community, especially the community resident in the west paulista, learn more about the political-cultural organization and its representation through the traditional ceramics of this ethnic group that occupied the region of the Planalto Ocidental Paulista (region chosen by the Kaingang indigenous nation to consecrate as its territory) since thousands of years ago. For this, we present here a summary of the content presented, part of the Final Report of activities developed between September 2018 and August 2019, about the Kaingang ceramics debate. Working with a comparative analysis of Kaingang ceramics in conjunction with a dense bibliographic rescue in the search to build a basis for further studies on the specificities of Kaingang ceramics, especially that observed in the State of São Paulo.

Keywords: Kaingang, ceramics, cosmology, memory, western São Paulo.

INTRODUÇÃO

A história dos Kaingang é cheia de divergências discursivas dentro e fora do universo acadêmico, isso porque o processo colonizador valorizou a escrita em detrimento da oralidade, de modo que as fontes históricas foram construídas e registradas desde uma perspectiva eurocentrada, colonizadora, que buscava legitimar e fortalecer relações de poder impostas.

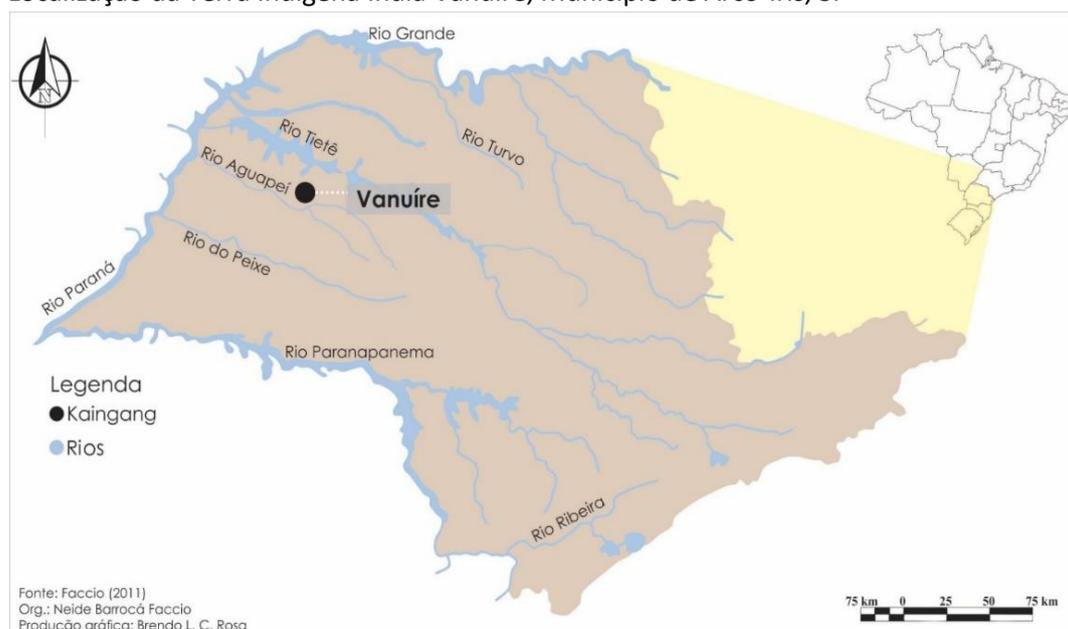
Logo, o que se tem registrado sobre a cultura desse povo parte da escrita daqueles que buscavam dominá-los. Assim sendo, evidenciamos uma vez mais, a importância da escrita para a legitimação da trajetória de um povo e os desafios enfrentados por diversas etnias que não se utilizam/utilizavam de um princípio de transmissão cultural gráfico.

O povo Kaingang é subdividido em cinco povos que se encontram no contínuo de planícies que se estendem desde o Estado de São Paulo até o Estado de Rio Grande do Sul - estando neste último Estado o

foco da maioria dos estudos sobre o povo Kaingang. Buscamos aqui, voltar o olhar para as particularidades dos Kaingang que se encontram no oeste paulista apresentando a cosmologia compartilhada por todos que partilham da identidade étnica Kaingang e a partir de uma análise comparativa com a cerâmica Kaingang da região sul do país e da cerâmica Guarani (a mais expressiva quantitativamente na região do oeste paulista) de modo a construir elementos para uma base própria da cerâmica Kaingang do oeste paulista, evidenciando as especificidades da cerâmica do grupo especializado nesta área.

Enquanto a análise da cerâmica Kaingang nos atemos ao material arqueológico proveniente de quatro sítios arqueológicos localizados no entorno da Terra Indígena (T.I) Índia Vanuíre, localizada no Município de Arco – Iris – SP (**Figura 1**).

Figura 1. Localização da Terra Indígena Índia Vanuíre, Município de Arco-Iris, SP



Fonte: Adaptado de Faccio (2011).

Área originalmente Kaingang, cuja a ocupação no Estado de São Paulo por esses índios é registrada desde o final do Século XVII, muito embora haja grandes discordâncias acerca desta data, onde muitos estudiosos defendem que a ocupação desta região por Kaingangs seja anterior ao século XVII (FACCIO, 2011).

Sobre a mesma, Darcy Ribeiro (1970) discorre que no início do século XX, a marcha do café para o oeste do estado de São Paulo resultou em violentas consequências para os Kaingang que ocupavam este território, estes eram atacados constantemente, tornando-se alvos de grandes chacinas, as vezes de aldeias inteiras e, ainda sofriam com a divulgação negativa da imprensa influenciando na opinião pública e no valor das terras por estes ocupada. O extermínio dos Kaingang não se completou devido à ação do SPI – Serviço de Proteção aos Índios a da Índia Vanuíre (uma Kaingang trazida do Paraná como estratégia de atração dos Kaingang para aldeamento e atuação como interprete). O fim dos conflitos em 1912, resultou no surgimento de duas áreas de aldeamento Kaingang, hoje as Terras Indígenas Vanuíre (1916) e Icatu, localizadas respectivamente em Arco-Iris e Braúna (SP).

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho é resultado de uma densa análise documental de fontes primárias e do levantamento bibliográfico de produções acadêmicas. A análise documental consiste em uma pesquisa que se utiliza de fontes primárias de informação, onde é essencial atentar-se a legitimidade e confiabilidade dos dados, uma vez que não existem documentos anteriores que validem o documento em análise. Para a análise

documental, relatórios, tabelas, legislações, fotografias, vídeos, cartas e discursos oficiais, bem como suas traduções são consideradas fontes primárias de informação (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A análise documental possui três etapas onde, a primeira categorizada como pré-análise ou análise prévia, busca por todo material bibliográfico referente ao tema em foco, filtrando das referências bibliográficas as fontes primárias de informação e verificando a confiabilidade dos dados; a segunda consiste na organização documental, seleção das fontes primárias a serem trabalhadas e análise individual de cada elemento; por fim, a terceira consiste na análise dos resultados, uma análise conjunta de todo o material levantado, com produção de uma síntese cuidadosa dos dados obtidos e, por fim, verificação do material final, a fim de minimizar a postura de escrita tendenciosa.

Já o levantamento bibliográfico consiste em um tipo de pesquisa onde é consultado bancos de dados nacionais e internacionais para saber o que já existe sobre um determinado assunto. Nesse caso, os estudantes que estão fazendo uma monografia ou outro trabalho acadêmico podem consultar bibliotecas e solicitar o levantamento bibliográfico de um tema em específico.

Além disso, foi realizada uma reanálise dos fragmentos cerâmicos de quatro sítios arqueológicos anteriormente identificados como pertencentes à etnia Kaingang, todos localizados dentro da Terra Indígena Índia Vanuíre no Município de Arco-íris – SP. Para isso nos baseamos nas categorias de análise cerâmica propostas por La Salvia e Brochado, nos dados acerca da cerâmica Kaingang encontrada na região sul do país e nos aparelhos sensoriais para revisão analítica de acordo com o proposto por lideranças indígenas da América Latina durante o Encontro de Geógrafos da América Latina realizado em Quito, Equador em abril de 2019.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Como já apresentado anteriormente, muitos aspectos sociais Kaingang foram perdidos, tanto pela inexistência de escritos em períodos anteriores a “pacificação” quanto pelas profundas mudanças derivadas do contato, em um processo nem um pouco amistoso.

Sendo assim, nos dedicamos aqui a transmitir a totalidade do conhecimento que se tem acesso acerca da organização social Kaingang, na busca pela valoração do povo Kaingang e sua cultura pela comunidade em geral, sobretudo a aqueles que vivem próximos a estes.

Sabe-se que as moradias Kaingang dentro de um mesmo acampamento temporário respeitavam um certo distanciamento de modo que cada moradia pudesse estabelecer uma pequena roça para si e, entre um grupamento Kaingang e outro, também se respeitava certo distanciamento, de modo a garantir caça o suficiente para a sobrevivência de ambos os grupos, além de garantir a auto regulação da natureza (PINHEIRO, 1992).

A diminuição dos territórios tribais causou grandes transformações no dia-a-dia dos Kaingang. A sedentarização das aldeias, após o contato, sufocou hábitos tribais sem, contudo, estimular concretamente o hábito da agricultura e da criação de animais entre eles. Mulheres e, principalmente, homens, perderam grande parte de suas funções sociais. Em São Paulo, a restrição dos territórios Kaingang ocorreu de forma ainda mais violenta. A invasão de homens brancos foi acompanhada da invasão de plantas e animais até então estranhos ao ambiente ecológico. Esses novos elementos destruíam as plantas nativas e expulsavam a caça. Desta forma, antes de conviver com o homem branco, o Kaingang passou por longos períodos de miséria e carestia, em constantes fugas de emboscadas. Nessa época, a prática do aborto era vivenciada pelas mulheres dessa etnia, em constante êxodo para permanecer viva (PINHEIRO, 1992).

O povo Kaingang, que se constituía como um povo nômade, vivia principalmente da caça e da coleta de alimentos. Mantinham como atividade secundária pequenas roças dentro de seus acampamentos. Nestas, cultivavam sobretudo o milho, que se constitui como a base da alimentação ritualística Kaingang, além de abóboras, erva-mate e raízes, como a mandioca (PINHEIRO, 1992).

O trabalho era dividido por gênero, sobretudo entre os Kaingang paulistas. Os homens caçavam, pescavam e guerreavam, erguiam as habitações e faziam o fogo, que a mulher se encarregava de conservar aceso. Além disso, era atribuição da mulher cuidar dos assuntos domésticos. A caça era feita pelo caçador só ou em grupo, mas não era costume ser comida pelo próprio caçador nem pelos seus parentes próximos, com exceção de sua esposa para quem a carne caçada pelo marido era bem-vinda. Não consumiam o sal e

assavam a carne em covas abertas ao lado das choupanas entre pedras aquecidas. Ainda em relação a caça, havia uma predileção por aves de pequeno porte, principalmente maitacas (maritacas) e mutuns (SOUZA, 1918; PINHEIRO, 1992).

O povo Kaingang de São Paulo também consumia muito o pão de milho, alimento feito de milho crioulo, que teve seu sabor atribuído, como sendo amargo por Souza (1918). Para prepará-lo procedia-se da seguinte forma:

Amassam a farinha azeda com água, para o que enchem a boca e esborrifam a água sobre a massa. Uma vez homogênea a pasta, colocam-na, já moldada, sobre o brazeiro e cobrem-no todo com cinza. Quando assado, o pão é retirado das cinzas e lavado, pelo mesmo processo da boca torneira (SOUZA, 1918, p.745; apud, PINHEIRO, 1992, p. 62).

Apesar de se observar uma divisão sexual do trabalho entre os Kaingang, é importante ter em mente que estes se constituem em um povo que preza pela complementariedade e assimetria que não atribui valor de prioridade ou importância para as diferentes atividades, uma vez que todas as atividades são complementares, por exemplo: se o homem não conseguir o fogo, não há razão para a mulher mantê-lo; se a mulher não buscar água ou não produzir a cerâmica, não tem como preparar a caça do homem.

Inferimos então que, os Kaingang viviam em um sistema de complementariedade, onde não era necessário nenhum utensílio muito elaborado, pensando que eles se deslocavam de acordo com o esgotamento da caça na área em que se assentaram. Sendo assim, os utensílios eram simples e práticos, adaptados ao sistema sócio-ecológico ao qual pertenciam e criaram. Machados e pilões de pedra ou madeira, purungas atadas com fibras vegetais ou partidas ao meio na forma de pás, vasilhas de barro, cestos, pinças de madeira, alguma tapeçaria, adornos, flechas e fios de fibras de abacaxi ou urtiga, utilizados pelos homens para carregar a caça e proteger o sexo compunham o repertório de utensílios utilizados, qualquer outra necessidade encontrada deveria ser suprida por elementos da natureza, presentes na área que se fixassem, sem necessidade de transporte (SOUZA, 1918, p.742 , 918; PINHEIRO, 1992, p.64).

COSMOLOGIA E CERÂMICA KAINGANG

Os Kaingang são diferentes dos outros povos Jê em não conceituar a sociedade em dualismos de indivíduo – comunidade, masculino – feminino, dentro e fora, e não construíam suas aldeias em círculo conforme estes dualismos, ainda que, preservem a estrutura de metades exogâmicas (FREITAS; FAGUNDES, 2003), respeitando assim um sistema de complementariedade assimétrica, onde embora haja distinções dentro de um mesmo grupamento, elas se completam e não tem valor hierárquico atribuído.

Como outras sociedades Jê, os Kaingang pensam o mundo organizado em duas metades exogâmicas, cosmológicas, sociológicas, assimétricas, complementares nas quais agrupam fenômenos da natureza, seres, coisas, ideias, conhecimentos, pessoas – a metade Kamé e a metade Kairukré. No pensamento Kaingang, a fertilidade do mundo depende da relação entre Kamé e Kairukré, relação que se desdobra, em termos mitológicos, na saga dos heróis Kamé e Kairukré que encenam a criação do mundo. A Kamé estão associados seres e coisas de formas alongadas, assim como os atributos de persistência, perfeição, duração; Kairukré relaciona-se à criação de seres e coisas de formas redondas, circulares, e aos atributos de iniciativa, pioneirismo, ao início das coisas. Na cultura material, o princípio do dualismo Kamé e Kairukré se traduz em peças artesanais definidas por traços de marca comprida (rã téi), associadas à metade Kamé, e a peças de traços redondos (rã ror), associadas à metade Kairukré (FREITAS; FAGUNDES, 2003, s.p).

Os Kaingang dividem-se em duas metades exogâmicas chamadas Kamé e Kairu. Os Kamé se relacionam com o Oeste e usam a pintura facial com motivos compridos ou de listas e têm duas secções Kamé e Wonhétky. Os Kairu estão relacionados com o Leste com pintura redonda ou de pontos e têm secções Kairu e Votor. As últimas secções têm certas funções cerimoniais e funerárias para com os outros. Uma pessoa pertence a metade e secção do seu pai, e recebe um nome apropriado desta divisão. Os

membros da sua metade são chamados 'primos' e da outra metade são 'cunhados' (VEIGA 1994, *apud*, PHILLIPS, 2014).

A complementariedade e a assimetria são características presentes nos mitos Kaingang. As narrativas atualizadas apresentam sempre a perfeição contraposta à imperfeição como elementos organizadores do discurso seja no cristianismo, seja no emprego da tradição xamânica ancestral. Além disso os mitos Kaingang sempre apresentam animais que, assim como no princípio pensam, falam e agem como os humanos (TOMMASINO; FERNANDES, 2001).

Borba narra a história dos irmãos mitológicos Kamé e Kairu que, após o grande dilúvio, saíram do interior da serra Crinjijimbé:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Crinjijimbé emergia das águas. Os Caingangues, Cayrucrés e Camés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha incendiadas. Os Cayrucrés e os Camés cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra.... Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjijimbé. Os Cayrucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas (BORBA 1908:20-21).

Baseados nos escritos de Borba (1908) e Veiga (1994), Tommasino e Fernandes (2001), acreditam que Kamé e Kairu não criaram apenas os seres da natureza, como também definiram as regras de conduta para os homens, bem a forma de definição das metades por patrilinearidade, impondo os casamentos exogâmicos.

A cerâmica integra parte importante do repertório tradicional Kaingang. Atualmente, a maioria das comunidades remanescentes não desenvolvem as práticas ceramistas tradicionais. Tal fato explica-se pelo processo de desterritorializações constantes que as fez perder o acesso as várzeas dos rios, onde se encontram as grandes reservas de argila, limitando assim sua produção cerâmica (FREITAS; FAGUNDES, 2003).

Além disso, as diversas aprendizagens por nos obtidas durante a interação e os movimentos de troca junto aos Kaingang da Terra Indígena Índia Vanuíre nos apontam que a produção da cerâmica se configurava um importante momento de troca entre os núcleos, uma vez que, em sua cadeia produtiva continham tanto funções atribuídas ao feminino, quanto ao masculino e, em casos específicos de cerâmicas de função ritualística, a cadeia operatória da mesma reunia as secções religiosas das metades exogâmicas de modo a obterem um produto final que congregasse toda a complexidade do Universo e do Povo Kaingang.

A CERÂMICA KAINGANG NO OESTE PAULISTA

A cerâmica Kaingang possui características que o distinguem das demais cerâmicas de outras etnias indígenas. A técnica de manufatura da cerâmica é roletada, onde os roletes são sobrepostos até que se obtenha a forma e o tamanho desejado. Na sequência as paredes são alisadas com sementes Olho de boi ou seixos rolados. Após atingirem o formato e a espessura desejada, as peças são postas para secar na sombra por sete dias, de modo que se evite trincos durante a queima. Então, após a secagem a superfície da peça é novamente polida e, por fim vai ao fogo. Após queima, a cerâmica recebe um tratamento de superfície que consiste em se fazer uma fogueira com palha de milho verde, palha esta que em contato com o fogo gera uma fuligem, o vaso é então pinçado e novamente levado ao fogo, esse processo é chamado de brunidura e o resultado é uma cerâmica enegrecida e lisa (SILVA, 2001).

Quanto a análise cerâmica Kaingang no Oeste Paulista Rodrigues, afirma que:

O principal atributo da análise cerâmica que nos utilizamos como referência comparativa, diz respeito a decoração. Da sistematização desse dado, observamos a presença frequente de manchas de fuligem tanto na parte externa como na face interna, com casos em que toda a peça fica escurecida como também, com apenas parcelas do fragmento esfumado [...] percebemos a presença de brunidura, caracterizado por um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho que se destaca em sua superfície [...] as

peças apresentam ainda paredes finas, com uma massa leve de proporções pequenas. Todo esse panorama fortalece a ideia da presença da população Kaingang no contexto do oeste paulista, principalmente na região do médio-alto curso do rio Feio/Aguapeí, pelo menos, a partir do século XIV como se configura no resultado da datação do material cerâmico (RODRIGUES, 2007, p.181, 182).

Ainda sobre a cerâmica Kaingang, o mesmo autor descreve a designação e os tipos de vasilhas utilizadas pelos Kaingang:

Os Kaingang de Varuíre utilizam o termo Kokrõ quando querem se referir a cerâmica produzida por suas oleiras. Também utilizam o termo Kokrõ ti para as peças de menor proporção. Do ponto de vista tecnológico os vasilhames Kaingang apresentam características bastante homogêneas. Nas análises que realizamos dos Kokrõs Kaingang pudemos perceber uma estrutura aberta, com contorno do corpo variando entre infletido e o simples, com boca de forma circular [...] Quanto ao formato desses potes cerâmicos realizamos uma divisão básica onde definimos quatro tipos principais: panela, tigela para beber, jarra para bebida e outras formas. (RODRIGUES, 2007, p. 135-136). (Figura 2).

Figura 2. Cerâmicas com decoração bunidura, que lhes confere aparência enegrecida e refletiva, produzidas por Ena, importante ceramista da Terra Indígena Índia Vanuíre



Fonte: Wagner Souza e Silva/ Museu Índia Vanuíre.

A partir destas premissas, analisamos a cerâmica de quatro sítios arqueológicos identificados por Rodrigues (2007), de modo a caracterizar a cerâmica Kaingang, estabelecendo assim um acervo conceitual acerca da cerâmica Kaingang no Estado de São Paulo. Os dados que seguem, referem-se aos Sítios Coiós I, Coiós II, Coiós III e, Coiós IV, todos identificados nas imediações da Terra Indígena Vanuíre no Município de Arco-íris – SP.

Partindo da premissa de que bases bibliográficas que trabalham e constroem metodologias de análise da cerâmica Guarani, como La Salvia e Brochado (1989) e Faccio (1988, 1992) não são capazes de serem adaptadas para a análise da cerâmica Kaingang e que foge de nosso conhecimento autores que construam uma metodologia própria de análise da cerâmica dessa etnia, tratamos de estabelecer nossa própria metodologia de análise da cerâmica Kaingang.

Assumimos, então que, a análise comparativa entre cerâmicas de diferentes etnias é importante - principalmente na definição das características gerais da cerâmica Kaingang, sendo elas: fragmentos cerâmicos pequenos, em geral enegrecido, monocromático, de espessura variável entre 0,3cm e 1,3cm

(consideravelmente mais fina em relação as demais) e antiplástico mineral. Assim, verificamos que a análise de atributos que referenciam apenas as medidas e as características da superfície e da forma não é suficiente para explicitar todas as características derivadas da cosmovisão Kaingang.

A fim de superar tais limitações, nos acercamos do universo sensorio perceptivo menos eurocentrado, bem como o universo cognoscitivo dos povos tradicionais latino-americanos. Para isso, adotamos os aparelhos táteis e auditivos, estabelecendo assim uma análise multissensorial, de modo a nos ater a nuances muito sutis, que nos permitiram, por exemplo, diferenciar aquilo que, através da visão seria caracterizado unicamente como brunidura. Dessa forma acrescentamos as classes de apresentação do padrão monocromático escurecido em: 1) manchas de fuligem; 2) marcas de exposição ao fogo (caracterizando fundos de recipientes levados ao fogo); 3) brunidura; 4) padrões gráficos pintados com e sem barbotina.

A análise multissensorial da cerâmica dos Sítios Arqueológicos Coiós, consistiu na verificação sequencial de todo material em cada aparelho sensorio na seguinte ordem, aparelho visual, aparelho tátil e, aparelho auditivo. Em cada fase foi estruturado um nível de observação categorizada, a partir das categorias de análise propostas por La Salvia e Brochado (1989).

A distinção entre marcas de fuligem e brunidura é muito difícil de ser identificada desde o aparelho visual, sobretudo quando nos deparamos com fragmentos tão pequenos como ocorre com os fragmentos cerâmicos Kaingang. No entanto ao serem analisadas desde os aparelhos táteis e auditivos a diferenciação entre tais categorias se faz notável.

Ao tocar as peças com marcas de fuligem se tem uma sensação tátil de aspereza próxima a sensação produzida ao tocar a parte externa de um ovo, e o som produzido pode ser comparado ao som de uma lixa de unhas. Já as peças que apresentam brunidura, produzem uma sensação acetina e lisa ao toque, enquanto ao som produzido se observa uma aproximação do som que se produz a partir do atrito entre pele e tecidos de malha.

As diferenciações seguiram abrindo ainda a categoria de decoração barbotina e desenho. A barbotina é identificável desde o aparelho visual, mas não é comum inseri-la na análise da cerâmica Kaingang, muitas vezes sendo categorizada como brunidura. O som produzido pelas duas categorias em questão é similar, no entanto a coloração difere em muito e a textura da barbotina é levemente craquelada (seguindo o mesmo padrão da barbotina Guarani).

Por fim, foram identificados duas peças que não se enquadravam em nenhum dos padrões anteriormente apresentados, onde seus pontos escurecidos apresentavam direcionamento e formas visuais que os conectavam com as metades exogâmicas Kamé e Kairu, característica tátil grosseira e irregular e som seco. Devido a soma de características distintivas e a identificação de um sentido na produção dos pontos escurecidos, com o agravante da conexão existente entre as metades exogâmicas, categorizamos tais peças como pintados e provavelmente de uso específico e pontual (talvez ritualístico).

Em síntese, tal metodologia reúne a análise comparativa já conhecida (La Salvia e Brochado (1989); Faccio, 1988, 1992, 2011) e a assimilação das características genéricas de tal cerâmica, além de incorporar uma análise sensorial que transita entre a reafirmação de cada elemento observado pela visão através dos aparelhos táteis e auditivos.

Dentre os três primeiros sítios arqueológicos, compostos inteiramente de peças cerâmicas Kaingang, enquanto o quarto e último sítio mostrou-se majoritariamente composto por cerâmica Guarani. De modo que este último sítio, passou por uma classificação previa, identificando a presença das cerâmicas pertencentes a etnia Kaingang e enfim analisando estas com atenção especial para a frequência de sua ocorrência, bem como a forma de ocorrência destas.

Neste último sítio, Sítio Arqueológico Coiós IV, foram identificados dentre centenas de fragmentos cerâmicos Guarani, três fragmentos associados a etnia Kaingang, todos com características muito parecidas e encontrados a 60 centímetros de profundidade. Isso nos leva a acreditar que se trata de um conjunto de fragmentos de um único recipiente de uma ocupação pontual (possivelmente um acampamento improvisado durante uma caçada) e que o mesmo espaço, tempos mais tarde, foi cenário de uma ocupação Guarani, hipótese que justifica a grande quantidade de material cerâmico Guarani encontrada em superfície e em profundidade até 20 centímetros.

Dentre os Sítios Arqueológicos Coiós I, Coiós II e Coiós III, nos foram disponibilizadas para análise, pelo Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA), um total de 540 peças cerâmicas, tendo sido a maioria destas coletada em nível de superfície.

Para além disso, construímos um quadro de frequência (**Quadro 1**) síntese do processo de análise das peças dos três sítios:

Quadro 1. Síntese de frequências registradas na análise dos sítios Coiós I, Coiós II e Coiós III, classificadas por categoria de análise

Nome	Interno	Externo	Interno/Externo	Subtotal	Total (%)
Antiplástico – Mineral	-	-	-	540	100
Espessura de parede (0,3 cm – 1,3 cm)	-	-	-	540	100
(> 1,3 cm)	-	-	-	0	0
Categoria – Bordas	-	-	-	41	7,6
– Paredes	-	-	-	480	88,88
– Parede angular	-	-	-	9	1,66
– Bases	-	-	-	3	0,55
– Bolota de argila	-	-	-	1	0,18
– Fragmento cerâmico	-	-	-	1	0,18
– Não identificado	-	-	-	5	0,92
Tratamento de superfície – Alisado	56	13	16	75	13,88
– Polido	25	79	412	516	95,55
– Não Identificado	29	17	2	48	8,88
Decoração – Brunidura	77	83	157	474	87,77
– Manchas de fuligem	26	72	25	123	22,77
– Desenho	0	2	0	2	0,37
– Engobo Branco	0	2	0	2	0,37
– Barbotina	3	3	1	7	1,29

Fonte: A autora (2019).

A análise da cerâmica Kaingang dos três sítios estudados, reafirmou os pressupostos que indicam a cerâmica Kaingang aquela produzida com o uso do antiplástico mineral e de espessura variável entre 0,3 cm e 1,3 cm.

Pudemos ainda observar que o tratamento de superfície polido predomina nessa indústria e, a partir da análise da porosidade da cerâmica em questão pudemos iniciar uma suposição de que esta é diretamente relacionada a eficácia do processo de brunidura e que salvo aquelas cerâmicas de funcionalidade especificamente cerimonial, o “padrão estético” era secundarizado em vistas da funcionalidade e durabilidade dos artefatos.

Ainda se atendo a porosidade das peças com a o acréscimo da direção e disposição dos padrões enegrecidos nos fragmentos cerâmicos analisados, foi possível identificarmos dois destes fragmentos como sendo pintados e por consequência relacionados a usos cerimoniais, como explicaremos a seguir (**Figura 3**).

Figura 3. Fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Coióis II identificados como sendo pintados



Fonte: A autora (2019).

Visualmente são duas peças comuns com manchas de fuligem, mas quando analisadas a partir dos demais aparelhos sensoriais e posterior análise de imagem aumentada pudemos identificar padrões lineares regulares e descontínuos na imagem da esquerda, traços que somados as características físicas da peça nos levam a crer que se trata de uma pintura associada a metade exogâmica Kamé, enquanto o artefato da esquerda obedece a um padrão circular que se associa a metade exogâmica Kairu.

Tal característica (a pintura) configura tais peças como extremamente únicas uma vez que o padrão monocromático é um traço cultural muito forte e específico da cerâmica Kaingang de tal modo que, a indígena Dona Candire, liderança e ceramista referência da tradição Kaingang afirmou em entrevista ao Museu Pedagógico Índia Vanuíre do Município de Tupã – SP que se a cerâmica fosse pintada não seria mais Kaingang, perderia a originalidade. Tal contradição, associada as características regionais, nos levam a sugerir que durante um evento pontual houve a necessidade de imprimir na cerâmica os padrões exogâmicos Kaingang.

A partir da análise detalhada das bordas, obtivemos ainda um panorama geral da morfologia das cerâmicas produzidas pelos grupos Kaingang estudados no Estado de São Paulo.

Ao fim da análise atenta das bordas, observou-se que a variabilidade de diâmetro de boca das cerâmicas de nossa amostra está entre 2 centímetros e 16 centímetros. Além disso as bordas são verticais ou extrovertidas, não havendo nenhuma borda introvertida na amostra analisada. Por fim, observou-se que a maioria das bordas apresentam algum tipo de decoração nas duas faces.

Paralelamente a análise de laboratório, teve início um trabalho dos Professores da Escola Indígena da Terra Indígena Índia Vanuíre em parceria com o Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG) da FCT/UNESP para construir um livro com elementos culturais de todas as etnias do território em questão. Até o momento, concluiu-se o tópico referente a alimentação tradicional, processo este que promoveu a interação entre as crianças, jovens, adultos e idosos da Terra Indígena, auxiliando no processo de transmissão cultural e contato, por exemplo, com sementes crioulas, como ilustram as imagens a seguir (**Figuras 4 e 5**).

Figura 4 e Figura 5. Registros do processo de construção do material do livro, relacionado aos usos do milho crioulo



Fonte: Acervo LAG (2018).

Enquanto para os professores da Escola Indígena Índia Vanuíre nossa equipe auxiliou no processo de transmissão cultural e interação entre as diferentes etnias e faixas etárias, para nós, estes momentos tem se mostrado como momentos de grande aprendizado e de oportunidade honrosa, ao podermos vivenciar, ainda que pontualmente, uma dinâmica conduzida em um tempo e uma lógica diferente da que somos acostumados, além de tanto crescermos pessoalmente com a riqueza cultural dos grupos envolvidos no projeto (Kaingang, Krenak e Terena).

CONCLUSÕES

Todos os processos construtivos deste documento, bem como os resultados anteriormente evidenciados, apontam para análise atenciosa e respeitosa da cerâmica Kaingang do Estado de São Paulo como a mais importante ferramenta de investigação do modo como a cultura e a tradição Kaingang se manifestavam materialmente antes do “contato” com os não indígenas, o que, em realidade, representa a chacina deste povo.

Além disso, compreendemos que entender a cerâmica Kaingang é muito mais do que dominar os elementos visuais desta ou os processos da cadeia operatória de confecção da cerâmica Kaingang. É também compreender as razões por detrás do fato de os Sítios Arqueológicos de Cerâmica Kaingang serem consideravelmente menores em relação aos Sítios Arqueológicos de Cerâmica Guarani, fato este derivado do diferente padrão de assentamento humano entre os dois grupos. É também, por fim, entender toda a complexidade que envolve os movimentos de resistência dos povos Kaingang na atualidade e a importância de se considerar e estudar a fundo as especificidades de sua cerâmica, independentemente da quantidade de vestígios cerâmicos contidos em seus Sítios.

Finalmente, este trabalho proporcionou momentos de interação geracional entre os residentes da T.I Vanuíre e da equipe envolvida no projeto, fornecendo não só uma expansão do conhecimento coletivo acerca de elementos culturais do povo Kaingang e a importância da mesma dentro do contexto do oeste paulista.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Robson Rodrigues e ao MAPA de Araraquara por nos autorizarem a realizar a reanálise dos fragmentos cerâmicos durante todo o período da pesquisa e pela disponibilidade em nos oferecer suporte durante o processo.

A toda a equipe do Laboratório de Arqueologia Guarani e Análise da Paisagem (LAG) pela partilha, confiança e disponibilidade em todo o processo de construção metodológica de análise da cerâmica Kaingang.

A força das lideranças indígenas femininas que nos brindaram com suas trajetórias e modos de ver e vivenciar o mundo, nos conduzindo ao esforço de uma mudança processual na análise cerâmica.

A CNPQ pelo financiamento durante o período de realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BORBA, Telêmaco. 1908. **Actualidade Indígena** (Paraná, Brazil), Curitiba, Imprensa Paranaense. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1908_actualidade. Acessado em 10 de jul de 2020.

FACCIO, Neide Barrocá. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia**: a contribuição do LAG/MAR. In: Revista Confins, USP, São Paulo – SP, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.21188>

FACCIO, Neide Barrocá. **Arqueologia Guarani na área do Projeto Paranapanema**: os sítios de Iepê, SP. Tese de Livre docência. MAE/USP, 2011.

FACCIO, Neide Barrocá. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. 1992. 154 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Neide Barrocá **Arqueologia dos cenários das ocupações hortícolas da capivara, Baixo Paranapanema**. 1998. 295 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; FAGUNDES, Luís Fernandes Caldas. **Projeto fazendo cerâmica hoje com nossas avós/Gohor hanja ũri ãg jóg si ag rikén**: uma experiência de educação intercultural em esfera municipal, in: ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luís Caldas (org.). Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas. Núcleo de pesquisa de políticas públicas para povos indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2003.

LA SALVIA, F. & BROCHARDO, J.P. **Cerâmica guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I**. - São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os Nômades**: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

PHILLIPS, David. Jr, **Kaingang**, Indígenas do Brasil, 2014. Disponível em: <https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-k/60-118-kaingang.html>. Acessado em: 7 de jul de 2020.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1970.

RODRIGUES, A. Robson. **Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, S. B. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SOUZA, Dr. Geraldo H.P. "**Notas sobre uma visita a um acampamento de índios Caingangs**". Revista do Museu Paulista. Tomo X, São Paulo, 1918, p.745; VON IHERING, H. "A Antropologia do Estado de São Paulo".

TOMMASINO, Kimiye, FERNANDES, Ricardo Cid 2001, '**Kaingang**', Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang. Acessado em: 2 de jul de 2020

VEIGA, Juracilda, 1994, **Órganzação Kaingang**, in: Portal Kaingang. Organização social e cosmovisão Kaingang: Uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional.', Campinas: Unicamp, 1994 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: www.portalkaingang.org/indexcultura1.htm. Acessado em 9 de ago de 2020.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA: CONDEPHAAT, IPHAN E CONDEPHAAPASA

Thiago de Moraes Dos Passos, Neide Barrocá Faccio, Diana Mirela da Silva Toso

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: thiagomoraepassos@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta o histórico Vila Ferroviária de Paranapiacaba, contextualizando-o com as medidas para proteção desse patrimônio cultural, arquitetônico e tecnológico. O artigo em tela discute a articulação entre Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - SP (CONDEPHAAPASA). Para tanto, utilizamo-nos, metodologicamente de análise do Plano diretor de Paranapiacaba e das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural. Os resultados desta análise revelam as contradições e os descompassos ainda existentes entre as concepções, objetivos e diretrizes de preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano e econômico existentes entre os órgãos. mostram assim, numa compreensão mais ampla da realidade dos sítios históricos habitados. Há de se observar as escalas geográficas e verificar que a variável que o se apresenta é a variável humana, da vida cotidiana, algo que não pode ser zoneado por perímetros de tombamento. Isso significa, em outras palavras, que há muito para se avançar no que diz respeito a políticas de proteção do patrimônio cultural.

Palavras chave: Paranapiacaba; Patrimônio Cultural; Planejamento

POLICIES FOR THE PROTECTION OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF THE RAILWAY VILLAGE OF PA/RANAPIACABA: CONDEPHAAT, IPHAN AND CONDEPHAAPASA

ABSTRACT

The article presents the historic Railway Village of Paranapiacaba, contextualizing it with measures to protect this cultural, architectural, and technological heritage. The on-screen article discusses the articulation between IPHAN, CONDEPHAAT and the Municipal Council for the Defense of Historical, Artistic, Architectural-Urban and Landscape Heritage of Santo André - SP (CONDEPHAAPASA) and reveals the contradictions and missteps still existing between the conceptions, objectives and guidelines of preservation of heritage and urban and economic development existing among them. Taking as parameter the example of the village of Paranapaicaba. To this end, we use methodologically the analysis of the Paranapiacaba Master Plan and public policies for the protection of cultural heritage. Thus, resulting in a broader understanding of the reality of inhabited historical sites. It is necessary to observe the geographical scales and verify that the variable that presents it is the human variable, of everyday life, something that cannot be zoned by tipping perimeters. This means, in other words, that there is much to advance about policies to protect cultural heritage.

Keywords: Paranapiacaba; Cultural Heritage; Planning

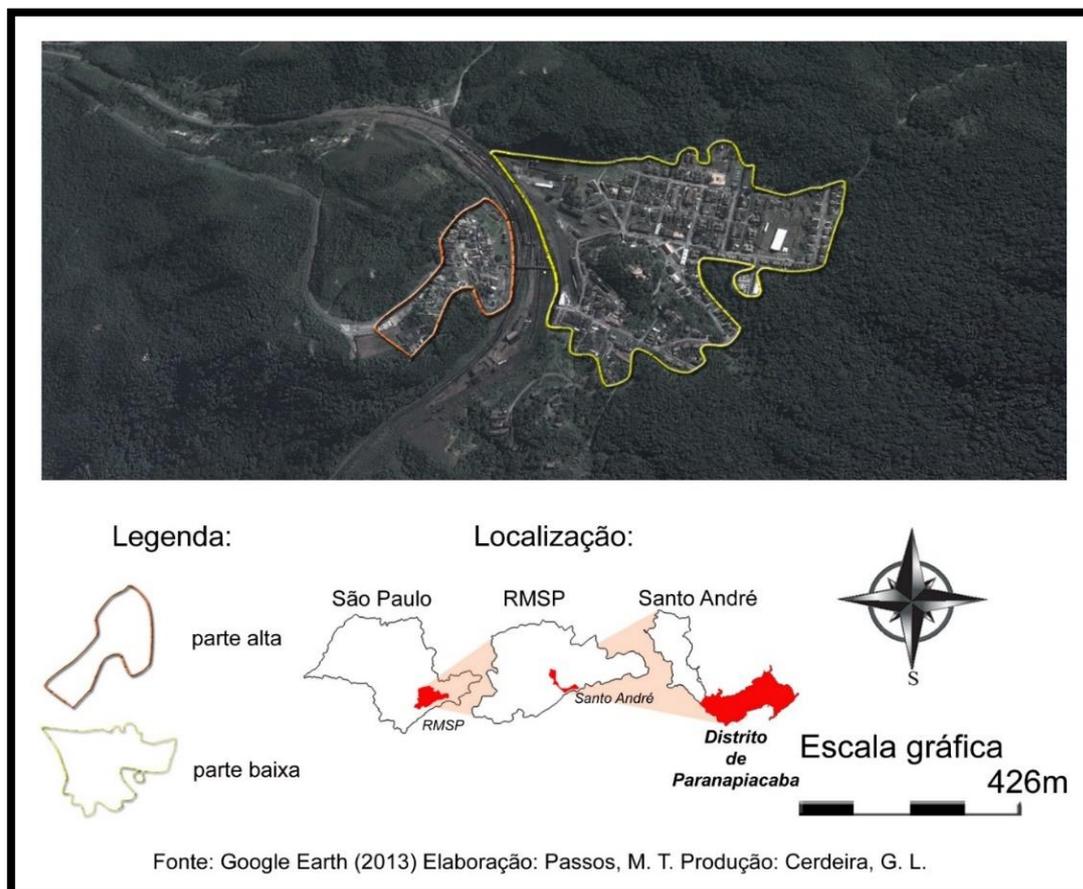
INTRODUÇÃO

Paranapiacaba (**figura 1**), que na linguagem indígena significa “local de onde se vê o mar”, conserva um significativo acervo tecnológico ligado a São Paulo Railway e testemunhos de um padrão arquitetônico e urbanístico bastante avançados para sua época. Em 1946, a ferrovia e todo seu patrimônio foram incorporados ao Governo Federal.

Em 1987, teve seu patrimônio tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e em 2003 pelo órgão municipal.

A Vila está inserida na região da Mata Atlântica, declarada Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo em 1994 pela UNESCO. Em 2008 Paranapiacaba tornou-se o primeiro patrimônio industrial ferroviário brasileiro e primeiro patrimônio cultural paulista a compor a lista indicativa do IPHAN ao título de Patrimônio da Humanidade da UNESCO.

Figura 1. Área da parte urbana de Paranapiacaba.



A Vila Ferroviária de Paranapiacaba, localizada a aproximadamente 50 km da capital paulista, no Município de Santo André, cidade pertencente a grande ABC, região metropolitana de São Paulo, hoje considerada um patrimônio arquitetônico, tecnológico e natural, tem uma história impar não só no âmbito nacional, mas também no contexto internacional (MINAMI, 1999).

O fator motriz desse empreendimento ferroviário em plena Serra do Mar de São Paulo esteve ligado a necessidade de escoar a produção das “principais regiões produtoras de café ao seu terminal exportador, o porto de Santos” (MINAMI, 1996, p. 114). O café, principal produto de exportação da época, assegurava a economia brasileira. “Este gradativamente ganhou espaço como um bem de grande valor comercial e possibilitou o surgimento, aqui, da “single-enterprise” ferroviária¹⁴ (MINAMI, 1996, p. 115).

¹⁴ Na região da nova Inglaterra, nos Estados Unidos, no século XIX, a economia da industrialização propiciou o surgimento de “factory town”, ou seja, aglomerados urbanos projetados e produzidos pela indústria com características modelares e por isso denominado “model company town”. Este era gerenciado por um tipo de organização denominada “single-enterprise”, empreendimento que se caracteriza pela exploração de uma única atividade, que no caso da região da nova Inglaterra era uma atividade industrial de tecelagem, fição, mineração (MINAMI, 1996, p. 114).

Assim, “os primeiros levantamentos para a construção de uma estrada de ferro ligando o Porto de Santos ao planalto tiveram início em 1835, mas foi somente a partir de 1850 [...] Barão de Mauá, empenhou-se na construção desta via” (PASSARELLI, 1989, p. 7).

Os esforços de Mauá para a construção de Santos Jundiá iniciaram-se quando lei geral do império concedia vantajosa condições de lucro aos investidores (Lei Cochrane de 1852). Em 1855, uma nova lei provincial estimulou, ainda mais, a realização do empreendimento e, no dia 26 de abril de 1856, o decreto imperial nº 1759 concedeu à recém-criada firma inglesa “São Paulo Railway Company Ltd” o privilégio de construção da estrada de ferro Santos Jundiá e o prazo de 90 anos para sua exploração. (PASSARELLI, 1989, p. 8).

Como Passarelli (1989) escreve: “a Vila de Paranapiacaba nasceu e se desenvolveu com a antiga São Paulo Railway Co” (PASSARELLI, 1989, p. 5). As obras iniciaram-se em 1860 e ficaram a cargo do Engenheiro Daniel M. Fox, especialista em ferrovias em regiões serranas (PASSARELLI, 1989).

As dificuldades de um empreendimento ferroviário na serra do mar exigiram que a São Paulo Railway (SPR) utilizasse o sistema funicular de tecnologia de ponta, para superar as dificuldades de implantação de uma estrada de ferro na serra do mar. (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996).

Este sistema funicular foi utilizado nas minas de carvão do norte da Inglaterra, onde quatro máquinas fixas tracionavam e movimentavam cabos de aço de duas pontas, os “tail-end”, que eram presos nos “serra-breques” para realizar o movimento de subida pelos planos inclinados da serra. (PASSARELLI, 1989, p. 8).

Pelo ‘tail-end’ os trens eram puxados e tracionados por uma máquina a vapor fixa “com carga máxima de 60 toneladas numa extremidade e 30 na outra, em direção ao litoral” (CRUZ, 2007, p. 58). Cruz (2007) descreve o locobreque ou Serra-Breque como sendo um carro que “era acoplado às composições por meio de um dispositivo engatado em uma extremidade do cabo” (CRUZ, 2007, p. 58).

De uma extremidade a outra – Alto da Serra (atual Paranapiacaba) a Piaçaguera, a operação do sistema funicular dava-se de forma sincronizada quanto ao posicionamento dos três, indo de um patamar inferior ao superior (MINAMI, 1996; CRUZ, 2007).

O movimento era dado aos trens por meio de quatro máquinas fixas implantadas na Serra [...] por meio de roldanas, subterraneamente colocadas, passavam os cabos da casa de máquinas para os planos, onde se desenrolavam por sobre polias, 4800 no total, com diâmetro de 0,225m nas curvas e 0,304m nas tangentes. (CRUZ, 2007, p. 60).

Segundo Passarelli (1989), o desafio maior para o término desse empreendimento consistiu na superação do grande desnível da Serra do Mar, de fato uma barreira natural quase inescrutável. Os fatores climáticos e pedológicos, as chuvas torrenciais constantes e o solo frágil, eram outros fatores preponderantes que obrigou “grande número de operários abrigados em conjuntos de casas precárias de pau-a-pique e sapé em meio às árvores da Mata Atlântica (PASSARELLI, 1989, p. 3). Assim foi iniciada a ocupação da Serra.

Estes primeiros acampamentos precários, tinham o caráter provisório. Assim que se deu a inauguração da ferrovia houve também a necessidade de manter os trabalhadores no local¹⁵, para complementar as obras, ainda não totalmente acabadas da serra, bem como para manter a então inaugurada ferrovia, no ano de 1867 (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996). A fixação destes operários demandou, então, a construção da estação do alto da serra, realizada entre os anos de 1867 e 1868 (PASSARELLI, 1989, p. 8).

O acampamento (**Figura 2**) localizava-se em um vale contornado por morros cuja a primeira alcunha ficou conhecida como Alto da Serra (PASSARELLI 1989; CRUZ, 2013). Ab’Saber (1985) descreve essa paisagem como sendo uma forma de alvéolo colinoso entre um colar de pequenas serranias seguidas pelo paredão da Serra do Mar (AB’SABER, 1985).

¹⁵ “A fixação destes operários demandou a construção da estação do alto da serra, realizada entre os anos de 1867 e 1868”. (PASSARELLI, 1989, p. 8).

Segundo Cruz (2013) a escolha do local estava ligada a topologia menos acidentada em relação a região, um platô em meio a Serra (CRUZ, 2013).

Esse primeiro acampamento ficou conhecido, posteriormente, como Vila Velha e “foi a primeira fase de ocupação inglesa, no local, com data, aproximada, de 1860 a 62 [...] A Vila Velha é onde estão localizados os mais antigos depósitos da empresa (a maioria já demolido ou reformado)” (SANTOS 1990, p. 19).

Como característica notória, “as casas da Vila Velha não tinham recuos de frente, localizados, portanto, nas testadas dos lotes que a empresa dividia e distribuía trabalhadores” (SANTOS 1980, p. 19) para abrigá-los. Essa característica ainda é perceptível atualmente, bem como aqueles edifícios, que nesse período eram destinados aos funcionários ligados a atividades burocráticas que hoje são moradias (SANTOS 1980; CRUZ, 2007).

Figura 2. Representação gráfica das casas da Vila Velha.



Fonte: Santos (1980).

As condições estruturais do primeiro acampamento eram severas: os calçamentos precários que dificultavam a circulação dos transeuntes, por que, na Vila Velha, “as distribuições das moradias foram feitas desordenadamente, sendo que não foi implantado um modelo de arruamento para a Vila, mas apenas um eixo principal (rua direita) que dá acesso aos depósitos e oficinas. (SANTOS 1980, p. 19).

As residências da Vila Velha, segundo Santos (1980), por ser o primeiro núcleo de ocupação em Paranapiacaba, “é o lugar onde as residências mais se aproximam das oficinas e casas de máquinas de empresas ferroviárias; sendo que algumas residências chegam a dar fundo de lote para as oficinas” (SANTOS, 1980, p. 19).

Ainda, “dessa observação, presume-se que isso tenha sido feito de forma a facilitar o acesso dos trabalhadores para as oficinas diminuindo assim o percurso e mantendo uma interrelação de ambiente e espaço, trabalho e moradia (SANTOS 1980, p. 19 - 21).

Com a construção da segunda obra de subida e descida da serra o núcleo original se estendeu para as áreas vizinhas ao longo do vale¹⁶. Porém, essa expansão urbana junto a outra porção do vale, em continuidade ao núcleo original de 1867, teve um controle mais rígido e planejado, dando início a implantação de um modelo urbano projetado, possivelmente o primeiro existente no Brasil, ligado a atividade ferroviária (MINAMI, 1996).

Por causa da rápida expansão econômica da região planaltina, o escoamento da produção do café foi tornando-se insuficiente, necessitando de novas alternativas, resolvidas a partir da construção do segundo sistema funicular ou serra nova. Este executava suas operações em cinco planos inclinados por meio de cabos de aço contínuos que tracionavam as composições movidas por cinco máquinas fixas, assentadas nos patamares. Basicamente, o funcionamento do segundo sistema funicular se dava da seguinte forma: no plano inclinado, trilhos permitiam que duas composições trafegassem, ao mesmo tempo, em sentidos contrários, e no meio de cada par de trilhos havia um cabo de aço assentado por diversas polias. Esse cabo de aço, saindo da primeira casa de máquinas localizada sempre num patamar superior, descia através do plano inclinado, no meio dos trilhos, dando uma volta no volante da segunda casa de máquinas. Daí subia no meio dos outros trilhos, refazendo o percurso em sentido inverso, ou seja, subindo de volta até a primeira casa de máquinas. Para a circulação das composições usava-se uma locomotiva de pequeno porte denominada “locobreque”, que era dotada de um mecanismo de sapatas em sua parte de baixo, entre rodas, que tracionava os cabos de aço (MINAMI, 1996, p.115).

Na verdade, a extensão do núcleo original, a Vila Velha, originando a Vila Nova ou Vila Martin Smith, vem comprovar a qualidade de organização da empresa “single-enterprise” que, “centrada na atividade ferroviária de transporte do café dispôs-se a investir num empreendimento de modelo urbano, após a construção da segunda funicular” (MINAMI, 1996, 116-117). “Ao duplicar sua via, a São Paulo Railway edificou uma vila ferroviária no alto da Serra: a Vila Martin Smith, adotando os padrões sanitários correntes na Europa após a revolução industrial, e recém adotados no Brasil” (PASSARELLI, 1989, p.11).

Segundo Santos (1980) “a vila nova foi a área planejada de Paranapiacaba [...] o pátio usado pela ferrovia iria ser ampliado com mais trilhos para as manobras e tráfegos das locomotivas [...]” (SANTOS, 1980, p. 25). O objetivo maior da instalação desse núcleo urbano planejado era, a priori, ter espaço adequado para receber um número maior de funcionários necessários para a manutenção da ferrovia e para as residências dos trabalhadores (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1990; MINAMI, 1996).

Com a ampliação e sofisticação tecnológica da ferrovia, advinda com a sua duplicação, “era preciso ampliar o número de trabalhadores que teriam diferentes funções no pátio, nas oficinas, nas máquinas, ou seja, em setores específicos da empresa” (SANTOS, 1980, p. 25).

No que concerne ao padrão arquitetônico, as residências construídas eram, em sua maioria, de maneira sobre alvenaria, “as paredes de vedação e a estrutura são levantadas em madeira (sendo algumas de pinho de riga); essa foi a solução técnica para o conforto térmico do ambiente interno, devido ao alto índice de umidade do solo da região (SANTOS, 1990, p. 25).

Portanto, esse novo conjunto, projetado pela companhia, formava um sistema disciplinarmente organizado mediante técnica de aglomeração disposta hierarquicamente e conforme o arranjo que definia o desenho das habitações. Isso vinha a reforçar o aspecto britânico das construções já existentes, que eram arquitetonicamente diferenciadas pela utilização de sistema construtivo em madeira, a maioria pinho-de-riga, porém trazia novidades quanto ao sistema construtivo pois as habitações possuíam uma tipologia pré-definida. (MINAMI, 1996, p. 117).

¹⁶ Pelo decreto número 126, de 18 de novembro de 1821, o governo federal autorizou a São Paulo Railway Co. a realizar a duplicação de sua linha que foi iniciada em 1896 e terminada em 1901 [...] No trecho da serra do mar, foram construídos os novos planos inclinados da Serra, ou simplesmente, a Serra Nova, compreendendo cinco planos inclinados com rampa de 8% e extensão total de 10, 5 quilômetros (PASSARELLI, 1989, p.11).

Outra característica marcante no padrão construtivo da Vila Martin Smith é a sua morfologia homogênea. Segundo Passarelli (1989) as edificações da vila apresentavam “uma extrema hierarquia na forma de habitar que se expressa no tamanho da casa e do lote, na localização do banheiro, dentro ou fora da residência, definindo assim, para cada padrão de edifício, uma categoria diferente de funcionário” (PASSARELLI, 1989, p.12).

As tipologias na Vila Martin Smith era uma forma de distinção hierárquica das habitações. É possível distinguir cinco categorias de tipologia: A, B, C, D e E. Algumas residências, entretanto, não possuem classificação, é o caso, por exemplo, de casarões isolados do auto escalão e alguns barracões para funcionários solteiros (CRUZ, 2007). Assim, as diferentes funções exercidas pelos funcionários da ferrovia, tais como, “engenheiros, maquinistas, foguistas e ajudantes conviviam em um único espaço urbano, residindo, porém, em casas de projetos diferenciados (PASSARELLI, 1989, p.12).

A influência da revolução industrial inglesa do século XIX figurava em todos os conjuntos de casas. Suas chaminés, colunas de ferro, mãos francesas, inclinações de telhado denotavam as linhas clássicas do “victorian style” inglês. Em vez da adaptação às cores locais, ocorria o inverso: a paisagem natural é que incorporava o tipo de construção, dando como resultado características específicas impares, única encontrada no Brasil. Finalizando, podemos dizer que este aglomerado sui generis urbano em solo brasileiro comporta soluções construtivas que tinham traços comuns a existente na “Model Company Town” norte-americana: tanto pela origem, administração e período, quanto pelo sistema construtivo e material. Ambos, a Vila Martin Smith e a “Model Company Town” eram de um mesmo agente gestor: “a single-enterprise”. (MINAMI, 1996, p. 116).

Do exposto até o momento, apresentamos duas das três fases da Vila de Paranapiacaba. Pois, segundo Santos (1980) há uma divisão de “3 núcleos, ou seja: levantamento arquitetônico da Vila: Vila Velha; Vila Martin Smith (Vila Nova); parte alta (vila dos aposentados)” (SANTOS 1980, p. 14). Essa terceira etapa de ocupação tem sua origem ligada a intencionalidade de abrigar a classe de trabalhadores aposentados pela “São Paulo Railway” (SANTOS, 1980, p. 30).

A Parte Alta, ou Morro, como também é denominada, contrasta com a Vila Inglesa, pois, sua arquitetura e traçado urbano traz as marcas notórias de uma ocupação tipicamente portuguesa (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980; MINAMI, 1996; CRUZ, 2007). As “ruas estreitas foram erguidas unidades de pequena frente, edificadas junto ao alinhamento, e, devido a acentuada declividade da área, foi necessária a execução de muitos cortes no terreno (PASSARELLI, 1989, p. 12).

A ocupação da área do ‘morro’ data de 1860, quando Bento Rodrigues da Silva, o ponteiro, como ficou conhecido, atraído pela notícia da construção da ferrovia pelos ingleses, construiu um rancho de pau-a-pique no morro, onde hoje encontra-se a rua Rodrigues Quaresma (PASSARELLI, 1989).

As construções, em geral, surgiram com uso híbrido entre moradia e comércio, sendo este núcleo “o único centro de abastecimento da população” (SOUZA, 1990, p. 13). Em sua maioria, as casas são geminadas e na maior parte fazem frente ao pátio ferroviário (PASSARELLI, 1989).

SANTOS (1980) define a parte alta como uma “área de espaço mais dinâmico e também a que mais se caracteriza com o tempo” (SANTOS, 1980, p. 13). Isso ocorre, em parte, pelo fato da Parte Alta nunca ter pertencido a ferrovia¹⁷. Diferente da Parte Baixa, a parte alta desde o início teve liberdade construtiva e decorativa, as fachadas das casas são um bom exemplo, pois foram pintadas pelos próprios moradores, com “as cores que chamam a atenção de qualquer indivíduo que esteja passando por elas” (SANTOS, 1980, p. 13).

É na Parte Alta que se encontra a igreja (até então capela do Bom Jesus¹⁸) e o cemitério. Os terrenos foram doados, na época, pelo próprio Bento Rodrigues da Silva, que também se incumbia de delimitar parcelas da gleba que a ele foram concebidos na Parte Alta para, sobretudo, comerciantes. A

¹⁷ “[...] existiu por parte da SPR uma intensão de planejamento para a Parte Alta: um tipo de zoneamento do local, setorizado a área comercial” (SANTOS, 1980, p. 13).

¹⁸ A igreja, no alto do Morro, sofreu amplas alterações com a virada do século. O grande número de operários e novos moradores na região, atraiu a atenção do pároco de São Bernardo que, em 1909, enviou um missionário para residir no alto da Serra [...] (PASSARELLI, 1989, p. 15).

ocupação da Parte Alta, ocorre concomitantemente com a inauguração da ferrovia em 1867 (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980). Contudo,

Contrastando com a limpeza e a arrumação da Vila planejada dos ingleses, o Morro sofria de total falta de infraestrutura. Somente a capela e o Club Recreativo Flor da Serra possuíam luz elétrica, enquanto que o restante do Morro vivia às escuras [...] a maior parte das famílias aloja-se em verdadeiros cortiços, sem ar, sem luz, entre paredes a ressumar humidade. As casas escantelam-se uma sobre a outras, e as paredes meias comprometem a intimidade do lar. (PASSARELLI apud MARTIN, 1956, p. 10).

Com o passar dos anos ficou evidente a desigualdade de infraestrutura entre esses dois núcleos urbanos. As marcas da ação do tempo são mais perceptíveis no Sítio Histórico da Parte Alta da Vila de Paranapiacaba.

A Vila Velha; a Vila Nova e a Parte Alta compõem o complexo sítio histórico de Paranapiacaba, que, do final do século XIX e início do século XX manteve o estatus de uma vila próspera. Com o decorrer do tempo houve mudanças significativas na vila de Paranapiacaba, marcadamente, em 1907, foi criado o distrito de paz de Paranapiacaba¹⁹ (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980). O início do século XX, foi marcado por intensa atividade sociocultural que, segundo Passarelli (1989), perdurou até meados de anos de 1940. Em 1934 foi introduzido as primeiras “locomotivas de tração diesel-elétrica nos trechos do planalto e da baixada santista em 1944 iniciaram a implantação do projeto de eletrificação de suas linhas no trecho de São Paulo a Jundiaí” (PASSARELLI, 1989, p 16). Essas adequações tecnológicas foram um marco para época e refletiu positivamente na economia local (SANTOS, 1980).

Outro episódio salutar a ser citado foi a mudança, em 1945, do nome da estação do Alto da Serra para Paranapiacaba. Segundo Passarelli (1989) foi então que, definitivamente, o nome da Vila, Parte Alta e Parte Baixa, deixa de ser Alto da Serra e passa a ser denominada oficialmente como Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989).

Em 1946²⁰, a São Paulo Railway Co. foi acampada pela união e, em 1956 passou a ser administrada pela rede ferroviária federal S. A RFFSA, um marco, pois finda a presença inglesa na Vila de Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996).

A bibliografia refere-se a esse período como o marco do abandono da vila e da deterioração do patrimônio da ferrovia, apesar de haver algumas iniciativas com intenção de continuar a manutenção e melhoria tecnológica da estrada de ferro. (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996). Como consta no seguinte trecho:

Logo a assumir, a administração da Estrada de Ferro Santos Jundiaí deu prosseguimento à modernização do sistema ferroviário iniciado pelos ingleses, inaugurado, em 1950, a eletrificação no trecho entre São Paulo e Jundiaí e, posteriormente, estendendo-se até Paranapiacaba. Também os vagões de madeira para passageiro foram substituídos pelos de aço inoxidável, importados dos Estados Unidos. No ano de 1956, foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A – REFESA – empresa vinculada ao ministério de transporte, que passou a administrar o transporte ferroviário e o patrimônio da antiga estrada “inglesa” (PASSARELLI, 1989, p. 19).

As melhorias no pátio ferroviário iniciadas pela RFFSA entre a décadas de 1950 e 1980, ocorreram transformações no quadro econômico, social e de infraestrutura no país, com destaque para a região Leste do Estado de São Paulo, como a instalação das indústrias automobilísticas, construções de rodovias, instalação de indústrias petroquímicas na região do ABC e da Baixada Santista (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980; MINAMI, 1996).

O ano de 1946 está enraizado no imaginário coletivo de uma parcela dos moradores da Vila de Paranapiacaba. Essa data é o marco do fim do período da concessão inglesa da ferrovia. Moradores e

¹⁹ “A Lei Estadual número 1098, cria-se o distrito de Paz de Paranapiacaba, sendo então, o terceiro distrito do Município de São Bernardo, que possuía apenas o distrito sede, instalado em 1837, e do Ribeirão Pires, de 1897” (PASSARELLI, 1989, p. 15).

²⁰ Em 1946, expirando-se o prazo de concessão de noventa anos, a estrada de ferro foi encampada pela união (decreto de 13 de outubro de 1946), passando a se denominar estrada de ferro Santos-Jundiaí (MINAMI, 1996, 115).

autores fazem relação desse ano com o início do abandono e descaso. O ano de 1946 marca o fim do “legado” da administração Inglesa na Vila de Paranapiacaba, numa espécie de analogia entre causa-efeito (PASSARELLI, 1989; SOUZA, 1980; ALAMINO, 2011).

Essa relação tem uma conotação um tanto quanto perigosa, pois dá a entender que todo o processo de deterioração do patrimônio ferroviário estaria ligado a saída dos ingleses da administração da ferrovia, quando na verdade, a realidade que a Vila de Paranapiacaba viria presenciar, estaria ligada a uma complexa conjuntura político-administrativo de âmbito nacional.

Segundo Brum (1999), o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek objetivava, na época, aplicar 26, 6% dos investimentos na área dos transportes. Estava previsto nesse plano de metas, o reequipamento das estradas de ferro e a construção de novas ferrovias para o escoamento das exportações, como de fato foi feito em certa medida. Contudo, como aponta Matos (1974) a maior parte desse montante destinado ao transporte dirigiu-se a construção e pavimentação das estradas de rodagem no Brasil (MATOS, 1974; BRUM, 1999). As estradas de ferro brasileira deixariam de ser um nódulo de grande expressão para o escoamento das produções do país, para atuarem de forma coadjuvante nesse novo cenário que ora se engendrava (ALAMINO, 2011).

Dando continuidade a política de construir estradas iniciadas por Washiton Luiz na década de 1930, Juscelino Kubitschek abriu as portas do país às multinacionais automobilísticas na década de 1950, começando assim um longo processo de sucateamento da malha ferroviária, com desativação de trechos considerados “poucos lucrativos”, degradação do material rodante e precarização dos serviços oferecidos aos passageiros. Este inclui a degradação da ferrovia Santos-Jundiaí, onde as manutenções de vários trechos deixaram de ocorrer com a mesma frequência, vagões da antiga SPR foram abandonados a céu aberto em terrenos da vila de Paranapiacaba, a decadência da malha ferroviária foi sentida violentamente pela vila ferroviária. (ALAMINO, 2011, p. 4).

A ligação da ideia de descaso e abandono do complexo ferroviário da Vila de Paranapiacaba com o fim da concessão da São Paulo Railway configura-se como uma infeliz coincidência, haja vista a iminência do abandono pelas razões supracitadas por Alamino (2011). Contudo, há de se relevar que a mudança da administração também é um marco de mudança cultural dentro da Vila. O imaginário acerca desse período histórico enraizou-se profundamente e está presente na mitologia da vila até os dias atuais e é constantemente reforçado pelas narrativas dos moradores e pelo Merchandising do turismo local.

Quando a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) acampou os bens da extinta SPR, em meados da década de 1957, quando a ferrovia passa a ser denominada Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, o projeto brasileiro de implementação de rodovias já estava em andamento. A RFFSA claramente não tinha interesse nas residências da vila, focando sua atenção na estrutura do pátio ferroviária (PASSARELLI, 1989; MORETTO NETO, 2005; ALAMINO, 2011).

O cenário de descaso e abandono com o transporte ferroviário em detrimento dos investimentos rodoviários – marco governamental do presidente Juscelino – sempre teve contornos contraditórios com a realidade, pois, mesmo com os avanços econômicos do período e o crescente investimento no nódulo rodoviário foi necessário a instalação de um novo Sistema Ferroviário por sobre os traçados da serra velha. Os primeiros levantamentos para essa empreitada iniciaram-se em 1960 e foi inaugurada em 1974. Esse sistema é conhecido como Sistema cremalheira-aderência²¹ (ALAMINO, 2011, MINAMI, 1996).

Outro marco a salientar, refere-se a um processo de demissões compulsórias dos antigos trabalhadores da SPR ocorrido neste período. A história ferroviária – que compreendemos como história operária, ligada ao período de concessão inglesa esfacelava-se. Inúmeros trabalhadores que habitavam a Vila tiveram que deixar suas casas em busca de novas oportunidades, haja vista que, recém-inaugurado Sistema Cremalheira-aderência, a RFFSA volta-se completamente para transporte de mercadorias para exportação. Essa mudança de prioridade viria a culminar na extinção completa do transporte de

²¹ A cremalheira-aderência foi construída com tecnologia japonesa, trata-se de um sistema de tração, parecido com as operações de escadas rolantes, em grenagens que se juntam e se ajustam às locomotivas, que, além de rodas convencionais, possuem uma terceira roda dentada, no meio da composição, que se ajusta a cremalheira (MINAMI, 2003).

passageiros na Vila. Seus moradores presenciaram, pouco a pouco sua Vila Ferroviária deixar de possuir trem de transporte humano (PASSARELLI, 1986; ALAMINO 2011).

Esse quadro que perdurou durante quase duas décadas, chamou a atenção de indivíduos e órgãos que tinham interesse na preservação do patrimônio ferroviário. Os autores referem-se a década de 1970 como o marco das ações que viriam a culminar nos futuros processos de tombamento (PASSARELLI, 1989, 2003).

Para Passarelli (1989) essas ações iniciaram-se, com maior vigor em 1977, quando o então vereador de Santo André, José Mendes Botelho articulou-se com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT) para iniciar o processo de tombamento da Vila de Paranapiacaba, atendendo o apelo dos moradores e das entidades envolvidas com Paranapiacaba no nível estadual (PASSARELLI, 1989). O tombamento da Vila de Paranapiacaba ocorreu uma década depois dos primeiros esforços, por meio da Resolução 37, de 30 de setembro de 1987 (PASSARELLI, 1989).

Destaca-se a década de 1970, quando, nas palavras de Passarelli (1989), a Vila “sofre o golpe fatal. Pressionada a atender à crescente demanda de transporte de carga das indústrias instaladas ao longo da linha férrea, a Rede Ferroviária inaugurou em 1974 um novo sistema de transposição da Serra do Mar²²” (PASSARELLI, 1989, p. 19).

Essas mudanças, advindas da modernização do transporte, vieram a provocar a “desativação parcial do Sistema Funicular da Serra Nova que passou a operar com dois trens diários para passageiros. Com isso, muito dos antigos funcionários da estrada de ferro foram dispensados ou aposentados e a Parte Baixa recebeu novos moradores” (PASSARELLI, 1989, p. 20).

No ano de 1981, a serra Nova foi finalmente desativada. As inúmeras residências do trecho da Serra foram demolidas e a antiga estação sofreu um incêndio, de causas até hoje não esclarecidas. Dos tempos antigos, restou apenas o famoso relógio, transferido para a nova plataforma dos trens suburbanos em 1979 [...] algumas unidades da via férrea e ao início da descida da serra também foram demolidas para dar lugar ao pátio de manobras de maiores proporções e para subestação de energia elétrica que passou a alimentar a vila e o novo sistema de cremalheira. (PASSARELLI, 1989, p. 20).

Na década de “1980, divulgou-se, na imprensa uma série de denúncias sobre os efeitos da poluição do polo petroquímico de Cubatão sobre a reserva biológica de Paranapiacaba” (PASSARELLI, 1989, p. 21). Iniciava-se, concomitantemente, um movimento ‘Pró-Paranapiacaba’, que culminaria na organização de moradores e simpatizantes na luta pela preservação da Vila. Esse movimento embrionário viria a ser fundamental nos processos de preservação da Vila junto aos órgãos de proteção do patrimônio.

MÉTODOS

Para melhor compreender as conjecturas político-administrativa que alicerçam as políticas de proteção da Vila Paranapiacaba bem como os processos de tombamento do sítio histórico realizamos visita técnica ao acervo da prefeitura Municipal de Santo André com intuito de levantar acervo documental das intervenções cotidianas nos bens imóveis. Visita técnica aos centros documentais do IPHAN, CONDEPHAAT e realizamos CONDEPHAPASA.

Utilizamos-nos das ferramentas digitais destes órgãos – tais como o Sistema Eletrônico de Informações SEI do IPHAN realizando um levantamento sistemático dos processos relacionados ao patrimônio cultural de Paranapiacaba: reformas, restauro e intervenções de outras naturezas ou de planos de ações.

²² Na década de 1960, começaram os estudos para o aumento da capacidade de tráfego na Santos-Jundiaí, o que resultou na implantação do sistema de esteiras dentadas construídas exatamente em cima do traçado da serra velha. Assim, inaugurava-se, em 1974, a chamada cremalheira-aderência, com tecnologia japonesa. Em sistema de tração, parecido com a operação de escadas rolantes, com engrenagens que se juntam e se ajustam às locomotivas, que, além das rodas convencionais, possuem uma terceira roda dentada, no meio da composição, que se ajusta às cremalheiras [...] com o sistema cremalheira-aderência, desapareceu o primeiro plano inclinado construído na década de 1860. O segundo plano inclinado continuou em atividade até 1982, sendo então desativado comercialmente (MINAMI, 1996, 116).

Analizamos os processos de tombamentos, as leis municipais e o plano diretor do município de Santo André, São Paulo, dialogando com a bibliografia especializada objetivando alcançar um quadro mais abrangente do contexto em que se insere o objeto de pesquisa no temário patrimonial.

RESULTADOS

Sobre as ações precedentes do processo de tombamento da vila pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), podemos destacar a formação de uma comissão organizada para debater as questões atinentes a preservação dos bens herdados da SPR, em 1982. A comissão, posteriormente denominada “Movimento Pró-Paranapiacaba” visava encontrar alternativas de preservação para os bens da ferrovia, uma vez que a RFFSA vinha deflagrando um processo de demolição por entres os patamares da Serra, que, caso não houvesse intervenção, inevitavelmente alcançaria as casas da vila (PASSARELLI, 1989).

O Movimento Pró-Paranapiacaba teve atuação basilar nesse período de fragilidade que se encontrava o patrimônio ferroviário da Santos-Jundiaí. Em 1983 houve outro ponto importante para barrar a depredação de Paranapiacaba.

Ocorreu nesse ano o primeiro simpósio Pró-Paranapiacaba, que objetivou construir uma proposta de preservação da Vila e formas de utilização do seu potencial turístico (PASSARELLI, 1989).

É salutar frisar que desde os primórdios das discussões sobre o destino da Vila de Paranapiacaba sempre esteve presente o ideário de potência turística.

Segundo Passarelli (1989), em resposta a esse primeiro encontro, a Prefeitura Municipal de Santo André declarou a Vila e seu entorno como uma área de proteção ambiental e de interesse de preservação por meio da portaria número 1.730, de Setembro de 1983 (PASSARELLI, 1989; PMSA, 2015). Subsequentemente, em 1985 ocorreu o segundo Encontro do Movimento Pró-Paranapiacaba, que culminou na publicação da Portaria 312, de 30 de maio de 1985, ligada a pasta do Ministério de Transportes. Essa portaria destaca a importância da preservação do Sistema Funicular, especificamente do quarto e quinto patamares da serra (PASSARELLI, 1989). Sabe-se que,

junto à necessidade do ministério do transporte, veio a determinação de restauro do trecho da Serra Nova entre o 4º e 5º patamares e de seis edifícios de uso comum: o castelinho, o Lira, o Mercado, a Pensão dos solteiros, a Delegacia e o SENAI. (PASSARELLI, 1989, p. 24).

Contudo, os esforços não foram suficientes para assegurar o que, provavelmente, seria um ponto estratégico na luta pela preservação dos imóveis, que consistia na aquisição dos imóveis pelos moradores. Em meados de 1985 a RFFSA, alegando a falta de um plano de proteção eficiente suspendeu as vendas destes imóveis para os habitantes da Vila. (PASSARELLI, 1989).

No ano seguinte, como proposta do então presidente do CONDEPHAAT, Dr. Modesto Carvalhosa, a elaboração do plano foi encaminhada para a EMLASA que, para tanto, reuniu todo o material já desenvolvido pela comissão Especial Pró Paranapiacaba dando, assim, continuidade aos trabalhos [...]. Em 30 de setembro de 1986, em comemoração ao dia do ferroviário, a Rede Ferroviária entregou ao público o sistema ferroviário entre o 4º e o 5º patamares e o castelinho, que passou a abrigar o centro de preservação da história de Paranapiacaba. Ambos os equipamentos, recuperados com a orientação do Programa PRESERVE e passaram a serem operados pela A.B.P.F. (PASSARELLI, 1989, p. 25).

No que concerne a medida de proteção do patrimônio de Paranapiacaba, toda essa atenção recém readquirida dos meios de comunicação, dos especialistas e técnicos ligados aos órgãos competentes, da sociedade como um todo, naquele período, foi o que engendrou todas as demais ações que fazem com que a Vila, hoje seja, protagonista no que diz respeito a complexa e burocrática tarefa de gestão do patrimônio cultural. Porém, mesmo com as, até então, recentes obras de revitalização e com o tombamento do CONDEPHAAT, não foram suficientes para dar seguimento orgânico aos projetos organizados naquele momento. Para Passarelli (1989):

O tombamento da vila e seu entorno foi bastante festejado devido a possibilidade de se utilizar os recursos da Lei Federal 7505 – lei Sarney – para restauração da vila, no entanto, o Plano de Preservação e Revitalização da Vila apresentava, apenas, diretrizes gerais de atuação em toda a área, necessário, ainda, ser realizado todo o detalhamento do Plano para sua implantação. Ao mesmo tempo, a comissão especial não conseguiu reunir todos os seus membros para o detalhamento do plano [...] as diversas tentativas de reunir o grupo de técnicos que já vinham trabalhando na comissão especial não conseguiu reunir todos os seus membros para o detalhamento do plano. (PASSARELLI, 1989, p. 25).

O tombamento efetuado pelo CONDEPHAAT²³ foi antecedido pela implementação da Resolução 40/85 referente a lei que tombou a Serra do Mar de Paranapiacaba e o Parque Estadual da Serra do Mar (CONDEPHAAT, 2016). A compreensão que o CONDEPHAAT chegou é que A Vila de Paranapiacaba possui elementos inerentes a ação humana que são indissociavelmente integrados ao ambiente biótico do entorno, construindo em alvo de um tombamento pertinente e avançado para a época. (ALAMINO, 2011).

No Brasil, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que se iniciou a implantação da maior parte das estradas de ferro, construídas basicamente com recursos ingleses. Paranapiacaba é um núcleo com características urbanísticas e arquitetônicas peculiares, marcadas por influências inglesas. A Parte Alta de Paranapiacaba, tão antiga quanto o núcleo ferroviário, se desenvolveu, ao longo do tempo, prestando serviços à população local, configurando-se como um exemplo de implantação autônoma em contraposição à parte baixa, residencial, destinada aos funcionários da ferrovia. O tombamento incluiu, além da Vila Ferroviária, a Parte Alta, ferrovia e acervo, paisagem envoltória, representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drenagem formadoras do Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba, além das cabeceiras que abastecem o núcleo urbano. A área tombada situa-se entre as coordenadas UTM 7.372,00-7368,00 kmN e 363,00-370,00 kmE. (CONDEPHAAT, 2016).

Alamino (2011) escreve que “a base do tombamento foram as recomendações do Conselho da Europa que, orienta-se a partir do conceito de “paisagem cultural” (ALAMINO, 2011, p. 5).

De fato, a recomendação do Conselho da Europa, em seu anexo número R (91) 13, elenca cinco princípios para a salvaguarda e valorização do patrimônio arquitetônico do século XX: I identificação do patrimônio; II proteção de elementos mais significantes do patrimônio, III gestão e conservação do patrimônio; IV sensibilização dos responsáveis da administração e do público; V perspectiva de uma indispensável cooperação europeia (CONSELHO DA EUROPA, 1991).

Dentre esses princípios, o segundo coloca:

a necessidade de conceder estatuto de proteção, não apenas às obras dos criadores mais reputados de um período ou estilo arquitetônico, mas também aos testemunhos menos conhecidos, mas representativos da arquitetura e da história de um determinado período; - a importância de incluir, entre os fatores de seleção, quer os aspectos estéticos, quer a contribuição das obras no âmbito da história das técnicas construtivas e o desenvolvimento dos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais; - **o indispensável alargamento da proteção ao conjunto das componentes do meio envolvente construído, englobando, não apenas as construções independentes, mas também as estruturas produzidas em série, nomeadamente, loteamentos, grandes conjuntos edificados e cidades novas, bem como os espaços e arranjos em áreas públicas**; - a necessidade de estender a proteção às decorações exteriores e interiores bem como aos equipamentos e mobiliário concebidos em simultâneo com a arquitetura e conferindo significado à criação arquitetônica. (CONSELHO DA EUROPA, 1991, p. 2, Grifo nosso).

O tombamento do CONDEPHAAT compreendeu todo o entorno, como reservas biológicas, Vila Velha, Vila Martin Smith e a Parte Alta, seguindo a recomendação do Conselho da Europa. A desarticulação de políticas públicas, principalmente no que concerne ao planejamento e repasse de verba entre os níveis

²³ Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 276, p. 71, 18/07/1988

Estadual e Federal, havendo desigualdade de repasse dentro do território da Vila e, também, como veio a afetar a noção de sentimento de pertença e identidade com o patrimônio cultural entre os moradores.

Ocorre que, 15 anos mais tarde houve o tombamento da Vila pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) e no ano seguinte, 2003, a Vila foi tombada a nível municipal pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - SP (CONDEPHAAPASA). O tombamento do IPHAN, iniciado em 1985 e finalizado em 2002, restringiu-se a contemplar os bens imóveis ligados a ferrovia, justificando o valor histórico indelével do conjunto. Manteve-se a denominação da Vila como sendo a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, e assim foi inscrita no livro do tomo histórico (MORETTO NETO, 2005; ALAMINO, 2011; FIGUEIREDO, 2011).

Sobre o perímetro, o tombamento circunscreveu-se, predominantemente, às instalações que tem relação direta com a ferrovia e, portanto, estão excluídas a Parte Alta e toda a área natural envoltória da vila (ALAMINO, 2011). Na perspectiva adotada para o processo de tombamento (processo número 1. 252 – T- 87) exclui-se, portanto, tudo o que não tem relação direta aos planos inclinados e com a parte construtiva da Vila pela SPR.

A restrita área de proteção do conjunto tombado pelo IPHAN, tomando como parâmetro o tombamento realizado pelo CONDEPHAAT, pode ser considerado um ponto retrógrado, pois não considera os componentes do meio envolvente construído que, mesmo indiretamente, são partes constituintes do complexo ferroviário de Paranapiacaba. Por exemplo, como dizer que o Morro/parte Alta não se configura como componente englobante da história da Vila, sendo que esse sítio histórico tem origem indissociável da sua contraparte “inglesa”? Toda via, sabe-se que, do momento em que houve “o tombamento do Iphan, todos os projetos que visam alterar os bens integrantes do conjunto tombado na esfera federal, assim como aqueles relacionados à sua vizinhança, ficam sujeitos ao exame e à aprovação por parte do instituto”. (ALAMINO, 2011, p. 7).

Em 2003 deu-se o tombamento a nível municipal, contudo, o processo data de 1996, mais especificamente de 17 de dezembro de 1996 (Processo número 56616/96/5), com homologação em 7 de julho de 2003. Notoriamente, a abrangência da área de proteção supera os tombamentos de âmbito Federal e Estadual. O CONDEPHAAT inclui toda área urbana da Vila, ou seja, diferentemente do IPHAN, que inclui a Parte Alta/Morro. Ainda, a Vila Velha, Vila Martin Smith, Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, além da linha férrea, em toda sua completude, que abarca as ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º patamar (MORETTO, 2005; ALAMINO, 2011; FIGUEIREDO, 2011; 2012, 2013; PMSA, 2015).

Embora seja uma experiência pontual, os tombamentos realizados nos três níveis, CONDEPHAAT; IPHAN, CONDEPHAAPASA, respectivamente, exemplifica como a desarticulação conceitual entre os órgãos de proteção do patrimônio cultural se dá. Impactando, sobretudo, as tentativas de gestão do patrimônio cultural de forma horizontal. Na experiência de Paranapiacaba ainda houve um avanço significativo com a elaboração da Lei de Zonas Especiais de Interesse do patrimônio de Paranapiacaba (ZEIPP). Uma iniciativa de âmbito municipal vanguardista que cobre as lacunas deixadas pelos tombamentos anteriores, principalmente sobre o perímetro tombado do IPHAN.

A ZEIPP configura-se como um marco substancial no que tange a gestão pública do patrimônio cultural. A sua implantação deu base sólida para o que havia sido feito até então. Segundo Figueiredo (2012) A ZEIPP “foi criada e demarcada em 2004 pelo Plano Diretor de Santo André (Lei nº. 8.696/04) e regulamentada em 2007 pela Lei Específica 9.018/07” (FIGUEIREDO, 2012, p. 13).

A natureza específica do Sítio Histórico de Paranapiacaba tornou a experiência de elaboração da ZEIPP em um laborioso desafio cujo o objetivo consistia em articular e atender todas as prerrogativas dos mais diversos órgãos dos três níveis de poder: Federal – estatuto da cidade, IPHAN; Estadual – CONDEPHAAT e Municipal – CONDEPHAAPASA. Bem como a Legislação ambiental das três esferas do poder (MORETTO NETO 2005; FIGUEIREDO, 2012, 2013).

Figueiredo (2012) é enfática quando relata as dificuldades encontradas para superar as divergências conceituais e pragmáticas dos tombamentos realizados pelos órgãos de proteção do

patrimônio cultural. A saber, o primeiro obstáculo referia-se aos diferentes perímetros do tombamento – enquanto o CONDEPHAAT abrangia todas as partes da vila – Parte Baixa, Morro, Rabique, o IPHAN, por exemplo, restringia-se a porção da Parte Baixa da Vila de Paranapiacaba (FIGUEIREDO, 2012).

Outra questão relevante é que os tombamentos no Brasil recorrentemente não estabelecem diretrizes para a preservação, restringindo-se apenas a uma descrição e justificativa da relevância cultural e, no máximo, à fixação de níveis de tombamento e abaritos para as áreas envoltórias dos bens, como observado no caso de São Paulo. A ausência de diretrizes pré-estabelecidas e pactuadas entre os órgãos levam freqüentemente a orientações distintas, antitéticas e até personalizadas quando da aprovação de projetos de intervenção, configurando uma atuação pouco objetiva, sem critérios e nada institucionalizada. Por outro lado, no debate conjunto com os órgãos de preservação afloraram problemas de ordem conceitual. A complexidade, a confusão e os conflitos em torno dos conceitos praticados na área do patrimônio era tamanha que foi necessária a pactuação de uma carta patrimonial para Paranapiacaba referenciada, obviamente, nas premissas e diretrizes das cartas internacionais e nacionais, mas atendendo às especificidades relativas à preservação de um conjunto urbano, patrimônio industrial ferroviário, inserido em área de conservação ambiental e compreendido como paisagem cultural (FIGUEIREDO, 2012, p. 14).

Outro exemplo do impacto da hierarquização e desarticulação dos órgãos de proteção do patrimônio cultural no cotidiano dos moradores da Vila de Paranapiacaba pode ser observado, quando, em 10 de julho de 2013, o Ministério Público Federal (MPF), anunciou que a União e o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) teriam que apresentar um projeto para a recuperação dos bens de valor histórico, artístico e cultural do Complexo Paranapiacaba, no município de Santo André, SP (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

Segundo o MPF, o projeto teria que especificar as medidas tomadas no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC, cidades históricas) e deveria conter a descrição dos trabalhos a serem realizados e a divisão de atribuições entre a União e o IPHAN (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

Concomitantemente a essa ação do MPF, foi divulgado pela imprensa a notícia de que “a vila ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André (Grande São Paulo), seria contemplada a receber R\$ 42,4 milhões do Governo Federal para restaurar parte das antigas instalações da São Paulo Railway Company” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Montante esse proveniente do PAC2 das cidades históricas.

DISCUSSÃO

Atualmente, as obras do PAC2 estão em andamento. Mas queremos chamar a atenção para o quadro que se apresenta atualmente, como o PAC2 é de âmbito federal somente foi contemplada a porção da Vila de Paranapiacaba tombada pelo IPHAN, sendo assim, a Parte Alta, tombada pelo CONDEPHAAT e CONDEPHAAPASA, mesmo apresentando sérios problemas estruturais em alguns bens imóveis, não pode ser contemplada.

Embora, seja inegável a contribuição da política pública para a valorização do Patrimônio Cultural, esta deve ser subsidiada pelo diálogo entre as diferentes esferas de poder (PASSOS, 2016). No caso de Paranapiacaba, aqui apresentado, pudemos observar a problemática associada aos descompassos existentes entre as diferentes concepções das esferas de poder repercutindo diretamente na vida cotidiana dos moradores.

A realidade de sítios históricos habitados é muito complexa. Os resultados desta análise revelam as contradições e os descompassos ainda existentes entre as concepções, objetivos e diretrizes de preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano e econômico existentes entre os órgãos. Mostram assim, numa compreensão mais ampla da realidade dos sítios históricos habitados. Há de se observar as escalas geográficas e verificar que a variável que se apresenta é a variável humana, da vida cotidiana, algo que não pode ser zoneado por perímetros de tombamento. Isso significa, em outras palavras, que há muito para se avançar no que diz respeito a políticas de proteção do patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo diagnosticamos que, mesmo que a ZEIPP e o plano de ação do PAC-CH tivessem sido mecanismos importantes para suprir as deficiências advindas da verticalização dos tombamentos em Paranapiacaba, ainda assim não foram suficientes para abranger a Vila em sua totalidade.

A segregação setorial da Vila, pela parcialidade da implementação do PAC-CH, solapou vínculos de identidade entre moradores, causando uma desigualdade na preservação material do patrimônio arquitetônico da Vila que deveria, em tese, compor o mesmo contexto cultural, abrangendo a totalidade da paisagem, num tombamento integralizado em nível federal.

É imprescindível compreendermos e elucidarmos as problemáticas advindas das divergências conceituais dos tombamentos e como reverberaram política, econômica e culturalmente no cotidiano dos sujeitos em todas as suas dimensões.

As divergências técnico-conceituais dos órgãos de proteção do Patrimônio Cultural podem impactar na esfera do mundo vivido; da experiência do Lugar e das paisagens. Nesses termos, estariam os órgãos de proteção do patrimônio cultural a dar conta dessa escala geográfica de experiência dos sujeitos sociais com os bens culturais acautelados pelo Estado?

Pois evidenciamos que as sobreposições dos tombamentos, bem como as diferentes concepções técnicas conceituais dos órgãos de proteção mencionados impactaram em certa dimensão a implantação do PAC-CH na Vila de Paranapiacaba. Essa investigação se apresenta como uma discussão profícua para dimensionarmos os arranjos de grupos sociais que habitam lugares com forte caráter de identidade histórica.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 7-20, 1985

ALAMINO, C. A. M. Vila de Paranapiacaba: paradoxo de um patrimônio histórico e um ponto turístico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011**

CRUZ, T. F. S. **PARANAPIACABA: arquitetura e o urbanismo de uma vila ferroviária**. Dissertação de mestrado do programa de Pós-graduação em teoria e história da arquitetura e do urbanismo. Escola de engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. 2007.

CONDEPHAAT. Complexo Ferroviário de Paranapiacaba. <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=00ae0a5455bac010VgnVCM2000000301a8c0> acesso, janeiro de 2016.

CONDEPHAAPASA. Bens Tombados de Santo André. <http://comdephaapasa.blogspot.com.br/p/relacao-dos-bens-materiais-tombados-da.html>. acesso, janeiro de 2016.

CONSELHO DA EUROPA. Cartas. 1991.

FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. **Revista Labor & Engenho. Campinas, Brasil V.5, n. 3.** 2011. <https://doi.org/10.20396/lobore.v5i3.128>

FIGUEIREDO, V. G. B. O Patrimônio e a Lei: o Papel das Zonas Especiais na Preservação da Paisagem e no Desenvolvimento Urbano. **VI Encontro Nacional da Anppas. Bélem – PA – Brasil.** 2012.

FIGUEIREDO, V. G. B. As Zonas Especiais na Preservação do Patrimônio Cultural e no Desenvolvimento Sustentável: questões sobre a experiência de São Paulo e Santo André. In: **XV ENANPUR - Encontro da**

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV ENANPUR. Recife: UFPE, 2013.

IPHAN. Paranapiacaba. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/829>. Acesso Janeiro de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. União e Iphan terão que recuperar patrimônio histórico, artístico e cultural de Paranapiacaba, em Santo André. Disponível em <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/10-06-13-2013-uniao-e_iphan-terao-que-recuperar-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-de-paranapiacaba-em-santo-andre> Acesso em 10 de junho de 2013.

MENESES, U. T. B. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.*

MATOS, O. N. Café e Ferrovias. Editora Alfa-Omega 1974.

MINAMI, I. **Vila de Paranapiacaba: patrimônio ambiental, tecnológico e arquitetônico.**: YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. de C. A. da, Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i6p71-77>

MORETTO NETO, M. Protagonismo Comunitário Em Paranapiacaba: O impacto das ações governamentais no desenvolvimento sócioeconômico- comunitário da Vila de Paranapiacaba no período de 2001 a 2004. **Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.** 2005

PASSARELLI, S. H. SOBRE A VILA DE PARANAPIACABA. In **Paranapiacaba: estudos e memórias.** Santo André PUBLIC gráfica e fotolito. 1989.

Passos, Thiago de Moraes dos. Habitando o Patrimônio Arquitetônico: os curadores de Paranapiacaba, Santo André, SP /. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia 2016 240 f. : il**

PMSA, **Memorial da ZEIPP - Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba.** Santo André. Prefeitura de Santo André, 2005.

PMSA, **Sumário de Dados de Paranapiacaba e Pq. Andreense.** Santo André. Prefeitura de Santo André, 2008.

PMSA, **Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Paranapiacaba.** Santo André. Prefeitura de Santo André, 2007.

SANTOS, J. PARANAPIACABA. In **Paranapiacaba: estudos e memórias.** Santo André PUBLIC gráfica e fotolito. 1980.

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Vila de Paranapiacaba. Santo André: FAUUSP-LUME, 1999..

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. Plano Patrimônio. Santo André: PMSA, 2001

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense. Acesso em <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/institucional-sgrnppa> 2015.

TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ABORDAGEM GEOGRÁFICA E A ABORDAGEM ETNOLÓGICA NA ANÁLISE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INDÍGENAS

Gustavo De Jesus Andrade, Neide Barrocá Faccio

Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho – UNESP. E-mail: gustavo.andrade.fct@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a análise de três ocupações de grupos caçadores-coletores: Sítio Arqueológico Santa Rita, Sítio Arqueológico Estância Santa Rita e Sítio Arqueológico Santa Cruz de Anhumas II. Esses Sítios estão localizados a uma distância de no máximo 6 km um do outro, ocupando áreas de tamanhos semelhantes e materiais líticos-lascados de morfologias similares. Este estudo foi realizado a partir da desconstrução do conceito de território. Partindo do pressuposto de que o território é um recorte espacial definido por relações de poder, controle e apropriação, onde há vínculos de identidade e de enraizamento de grupos populacionais.

Palavras-chave: Território, Sítio Arqueológico, caçador-coletor, espaço.

TERRITORY: APPROXIMATION BETWEEN THE GEOGRAPHIC APPROACH AND THE ETHNOLOGICAL APPROACH IN THE ANALYSIS OF INDIGENOUS ARCHAEOLOGICAL SITES

ABSTRACT

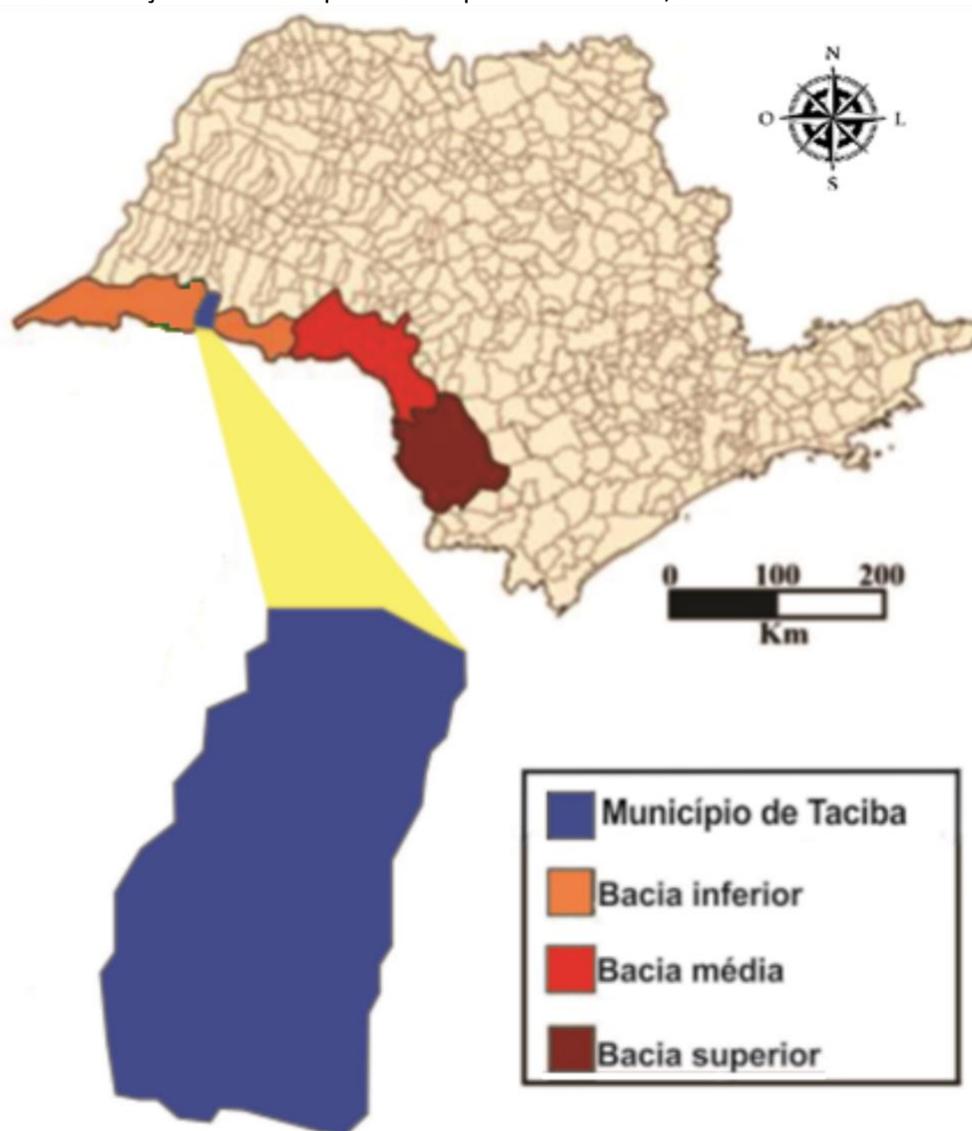
The present work presents the occupation analysis of hunter-gatherer groups present at the Archeological Sites Santa Rita, Santa Rita Estancia and Santa Cruz de Anhumas II with a maximum distance of 6 km between them, occupying areas of similar sizes and lithic-chipped materials of similar morphologies. These similarities may indicate that archaeological sites were occupied by the same group, where this group may have occupied each area in different periods. This study was carried out from the deconstruction of the concept of territory. Starting from the assumption that the territory is a spatial cut defined by relations of power, control and appropriation, where there are ties of identity and rooting of population groups

Keywords: Territory, Archaeological Site, hunter-gatherer, space.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o estudo de três sítios arqueológicos de grupos indígenas caçadores-coletores, sendo eles: Santa Rita, Estância Santa Rita e Santa Cruz de Anhumas II a partir de uma análise interdisciplinar entre a Arqueologia e a Geografia. Esses sítios estão localizados nos municípios paulista de Taciba (**Figura 1**). O estudo em tela foi realizado a partir do conceito de território. Tal análise, parte de uma pesquisa maior, que busca conhecer os padrões de ocupação de caçadores-coletores no Oeste do Estado de São Paulo.

Figura 1. figura de localização dos municípios de Pirapozinho e Taciba, SP



Fonte: o autor.

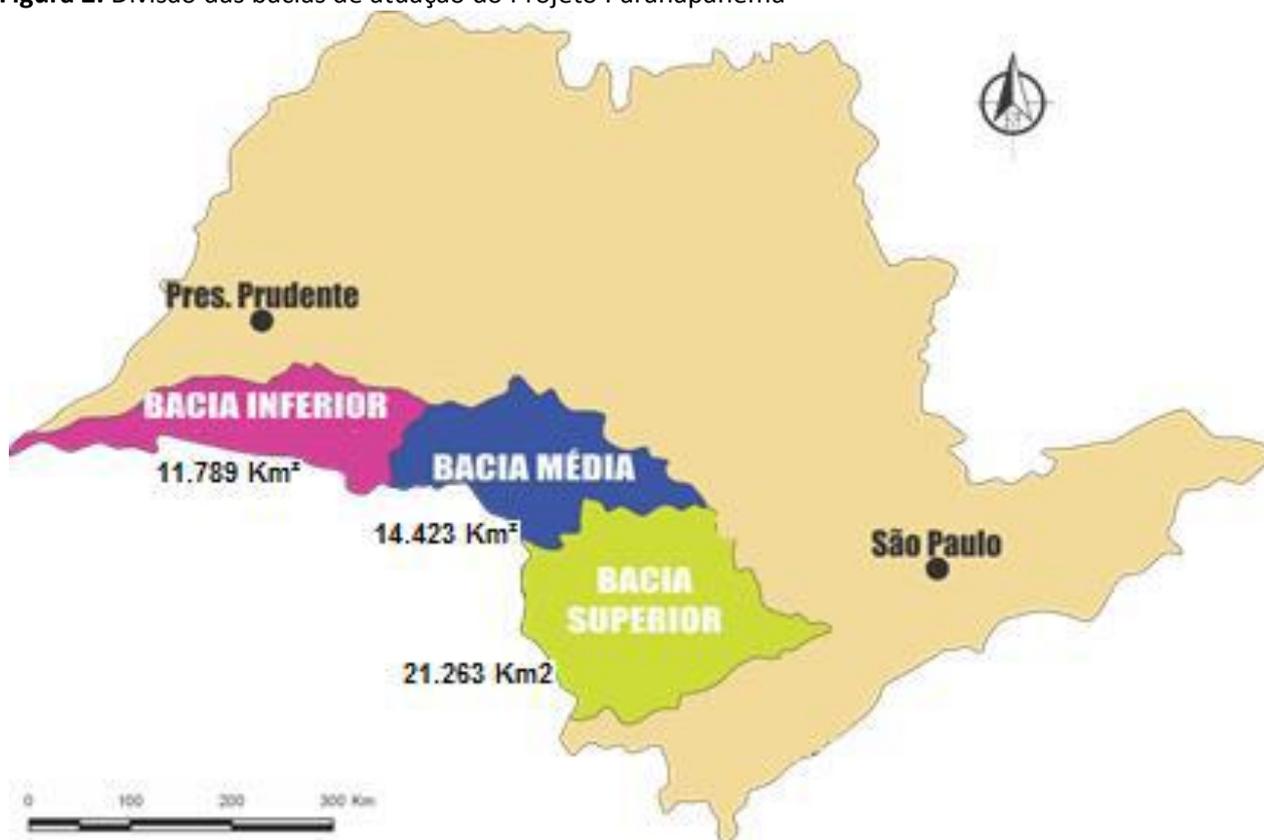
Os sítios em estudo constituem parte de um cenário maior de ocupação da área do Vale do Rio Paranapanema, lado paulista, constituído por grupos caçadores-coletores. Este cenário tem sido objeto de pesquisas arqueológicas realizadas desde a década de 1960 sob a chancela do ProjPar (Projeto Paranapanema) e, hoje, é estudado pelo Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG-FCT/Unesp); (Brasil).

O Projeto Paranapanema (ProjPar) foi criado no ano de 1967, sob a coordenação da Professora Luciana Pallestrini, com enfoque para o método etnográfico. Na década de 1980, a coordenação do ProjPar passou para o professor José Luiz de Moraes da USP, com enfoque para análises regionais, da Paisagem e Geoarqueológica (FACCIO, 2011).

O Projeto Paranapanema desenvolveu métodos e técnicas de campo para o estudo de sítios arqueológicos no interior paulista. Com enfoque para a análise intrassítio, de caráter interdisciplinar.

Para possibilitar as pesquisas arqueológicas na área do ProjPar que compreende 114 municípios e cerca de 47 mil quilômetros quadrados, o coordenador dividiu a área da Bacia do Rio Paranapanema em três partes: Bacia Superior (21.263 km²); Bacia Média (14.423 km²) e Bacia Inferior (11.789 km²), como representado na **Figura 2**.

Figura 2. Divisão das bacias de atuação do Projeto Paranapanema



Fonte: Faccio 2011, editado pelo autor.

O ProjPar, proporcionou grande avanço na interiorização das pesquisas arqueológicas no Estado de São Paulo, haja vista que, anteriormente ao projeto as investigações de cunho arqueológico no Estado ficavam praticamente restritas à estudos dos sambaquis no litoral. Pela primeira vez foram pesquisados grandes assentamentos de comunidades indígenas pré-coloniais no interior do Estado de São Paulo.

De acordo com os dados apresentados, salienta-se que, o ProjPar objetivou criar condições favoráveis para o estudo e a proteção do patrimônio arqueológico, arquitetônico, urbanístico, ambiental e paisagístico, enquanto bens de uso comum de diversas populações, com o intuito de promover o desenvolvimento social das comunidades da Bacia do Rio Paranapanema, pelo incentivo à participação coletiva (MORAIS, 1987).

MÉTODOS

“Para Ratzel (1882), no que se refere ao Estado, a Geografia Política está desde há muito tempo habituada a considerar junto ao tamanho da população, o tamanho do território. Tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p.52).

Na Geografia clássica, Ratzel (1882), ao tratar do território, vincula-o ao solo, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade.

O território surge na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem seu território, no sentido de identidade cultural (CASTRO, et al., 2003 p. 84).

Sposito (2004) ao tratar da origem do conceito de território afirma que ele é:

Um termo geral utilizado para descrever uma porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado. Quando associado com o Estado o termo tem duas conotações específicas. A primeira é aquela da soberania territorial, através da qual um Estado reivindica controle de legitimidade exclusivo sobre uma dada área definida por fronteiras claras. A segunda conotação refere-se ao fato de que uma área não está inteiramente incorporada na vida política de um Estado, como acontece com o território colonial do Nordeste da Austrália, ou os territórios do Norte do Canadá (SPOSITO, 2004, p. 111).

Ratzel traz o conceito de território para a Geografia e para as ciências humanas. Segundo o autor, “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74).

“Partimos do princípio de que para a análise geográfica é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço” (GIRARDI, 2008, p. 35).

De um ponto de vista estruturalista, Milton Santos (1978, p.189) afirma que “um Estado-nação é essencialmente formado de três elementos: 1) O território; 2) Um povo e 3) A soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania”. Para Santos, “o território é imutável em seus limites” (SPOSITO, 2004, p. 115, apud. SANTOS).

“A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço” (p.277), ou seja, o território comporta todas as dimensões do espaço, mas é particular por sua delimitação (GIRARDI, 2008, p.39).

De acordo com Espíndula, “a organização de uma sociedade depende estritamente da natureza de seu solo, de sua situação, o conhecimento da natureza física do país, suas vantagens e desvantagens pertencem à história política” (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p. 52). O autor ainda aborda que “historicamente, a concepção de território associa-se à ideia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder” (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p. 52).

Para Espíndula “o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder” (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p. 52).

O território vincula-se a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o espaço vital expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. “Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica” (CASTRO, et al., 2003 p. 81).

Hasbaert (2005) ao tratar do conceito de território apoiando-se em Sake afirma que além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

Hasbaert (2005) ao tratar de multiterritorialidades afirma que a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma multiterritorialidade.

Não há hoje possibilidade de conceber “uma superposição tão absoluta entre espaço concreto com seus atributos materiais e o território como campo de forças” (ESPÍNDULA, et al., 1999, p. 52).

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional - em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação, em defesa do “território pátrio”, em guerras. O território pode ser entendido também a escala nacional e associação com o Estado como grande gestor (CASTRO, et al., 2003 p. 81).

Para Espindola (1999) “territórios são no fundo relações sociais projetados no espaço”. Por consequência, este espaço concreto pode formar-se ou dissolver-se de modo muito rápido, podendo ter existência regular, porém periódica, podendo o substrato material permanecer o mesmo.

“O território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder” (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p. 52).

De acordo com Santos (1978) o território surge na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerado de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem seu território, no sentido de identidade cultural.

Becker (1997) procura responder à questão de como a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental estão alterando as práticas do poder e a valorização estratégica do território. Podemos dizer que a estrangeirização está alterando as práticas de poder e a estratégia do território. Dessa forma, o território como sendo um sinônimo de poder está atualmente transformando-se em uma ferramenta geopolítica de corporações multinacionais, onde as mesmas moldam e ditam as dinâmicas territoriais de acordo com seus interesses.

De acordo com Sposito (2004):

Atualmente, podemos, com as mudanças que ocorrem mundialmente, procurar dois caminhos para a compreensão do território. O primeiro refere-se ao estabelecimento de redes de informação que com o rápido desenvolvimento tecnológico, permitem a disseminação de informações em frações de tempo, tornando-se significativas por romperem com a barreira da distância – elemento fundamental para a apreensão do território em sua escala individual. Dessa maneira os territórios perdem fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, conseqüentemente, sua configuração geográfica [...] O segundo caminho pode ser aquele do questionamento da volta ao indivíduo e sua escala do cotidiano, como formas de apreensão das dimensões territoriais e da capacidade de projetar a liberdade como meio de satisfação das necessidades individuais (SPOSITO, 2004, p. 114-115).

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. A desterritorialidade seria, portanto, resultado de um processo de desterritorialização, na perspectiva do desenraizamento dos produtos, capitais, mão de obra e, sobretudo, de grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos em processos de transferências de fronteiras ou desmantelamento de identidades territoriais. Trata-se de um processo de transferência de fronteiras, raízes, centros decisórios e de pontos de referência nas esferas econômica, política e cultural (IANNI, 1992; apud NEVES, 2002) (**Tabela 1**).

Tabela 1. Quadro Síntese dos conceitos e definições acerca de território

Conceito	Definição
Território	Recorte espacial definido por relações de poder, controle e apropriação. Extensão de um poder, associado a limites e fronteiras.
Territorialização	Ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais. É também sinônimo de qualificação ou organização territorial.
Desterritorialização	É o oposto da territorialização, pois envolve o desenraizamento e a desorganização de territórios pela saída ou perda de vínculos identitários da população que constitui um território/territorialidade, ou pela ação externa de comandos estatais ou empresariais que introjetam novas lógicas de modernização capitalista e de controle político estranhos ao território.
Re-territorialização	Movimento ou ação de reconstrução de vínculos identitários e de enraizamento de grupos populacionais e atividades em territórios, em uma reorganização territorial influenciada pelo cruzamento com novas lógicas sociais.

Fonte: Adaptado de Neves (2002)

Sendo assim, de acordo com Neves (2002) pode-se interpretar o território de três diferentes maneiras, onde em todas as definições, há um processo de vinculação identitário com uma porção do espaço para a construção do território.

Ao território vincula-se a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o espaço vital expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. “Seria, assim, uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica” (CASTRO; CORRÊA; GOMES, 2000 p. 81).

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. A desterritorialidade seria, portanto, resultado de um processo de desterritorialização, na perspectiva do desenraizamento dos produtos, capitais, mão de obra e, sobretudo, de grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos em processos de transferências de fronteiras ou desmantelamento de identidades territoriais. Trata-se de um processo de transferência de fronteiras, raízes, centros decisórios e de pontos de referência nas esferas econômica, política e cultural (IANNI, 1992).

A Geografia e a Arqueologia desde suas origens interagem para o estudo do espaço, natureza e tempo. Diferentes sociedades desenvolveram técnicas e utilizaram o espaço como instrumento capaz de suprir suas necessidades diárias, relacionando-se e moldando o espaço em que viviam. De acordo com Cosgroove, “toda atividade humana é ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação” (COSGROOVE, 2003, p. 103).

Santos (2008) ao tratar do tempo e o espaço em sua obra “A natureza do espaço” afirma que:

Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. O problema havia sido exposto por Jean Brunhes, em sua Geografia Humana, quando se referiu a uma nova espécie de complicação resultante de diferentes fenômenos que se sucedem no curso do tempo no mesmo espaço. O cenário geográfico, acrescenta Brunhes, “permanece o mesmo, mas os homens que nele

habitam passam por necessidades crescentes, mutáveis e crescentemente complexas. (SANTOS, 2008, p. 146).

Entendemos a importância dos estudos arqueológicos associados aos geográficos, tendo em vista que demandam conhecimento do meio físico-biótico (Geologia, Geomorfologia, aspectos climáticos, recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, entre outros) e da cultura material em inter-relação no espaço geográfico. O homem, por meio dos seus conhecimentos técnicos e culturais, influencia o espaço e é influenciado por ele. Claval (2014) defende a abordagem cultural na Geografia, pois, para o autor, todos os fatos geográficos são culturais.

Embora a terra seja essencial na relação de identidade e pertencimento do indígena, sua ausência não é capaz de anular tal identidade, uma vez que a relação entre indígena e território, por vezes, se dá no campo da memória e imaginação, como aponta Silva (2009) ao analisar os Krenak de Vanuíre.

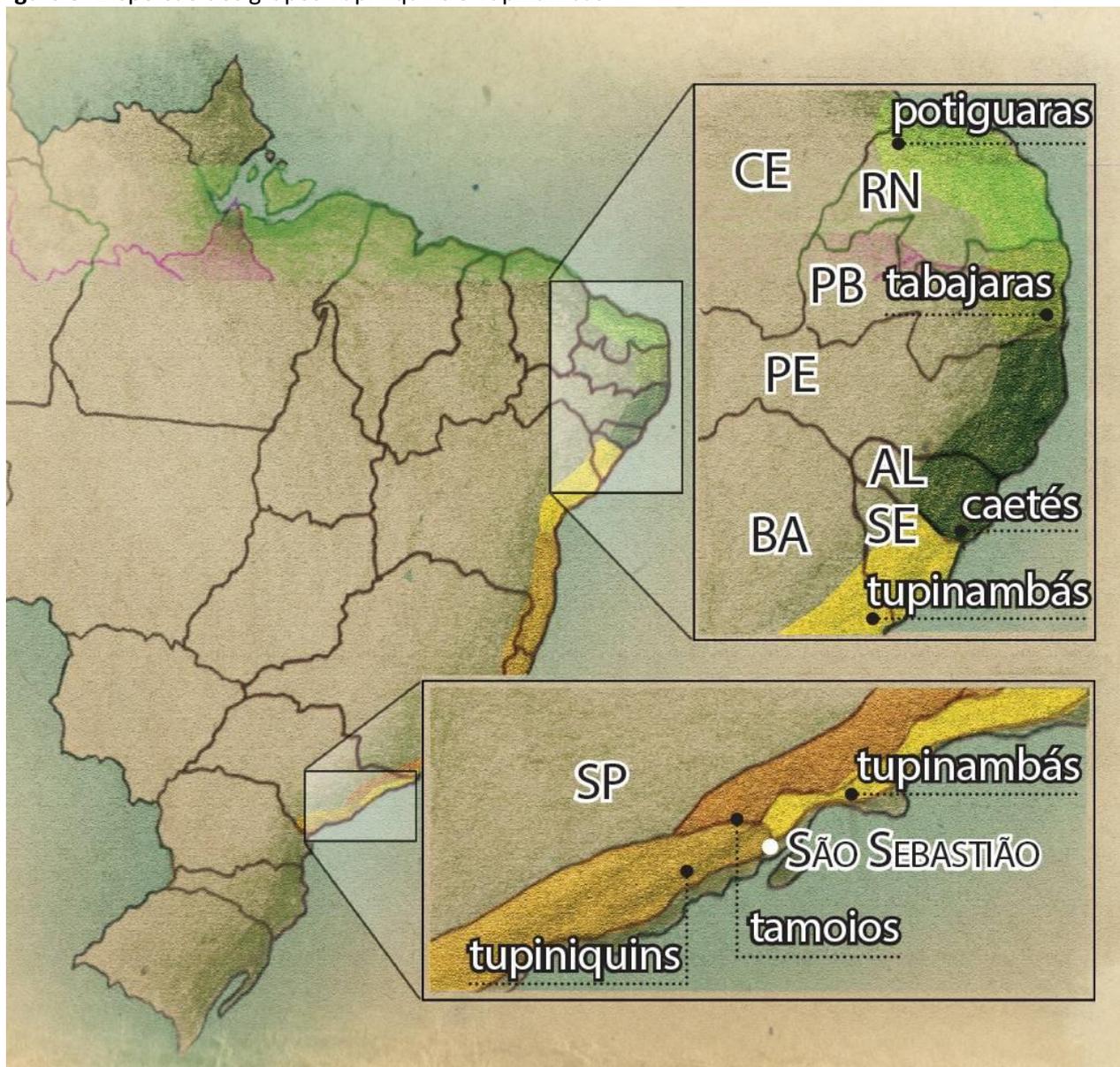
Embora o vínculo com o território seja profundo, a identidade de um grupo se manifesta além dos limites territoriais antes estabelecidos. A vinda dos índios para o Posto Indígena Vanuíre, não foi capaz de apagar o sentimento de pertença étnica. A identidade étnica que os define como índios Krenak não pode ser pensada como uma essência ou substância; ela é construída e reconstruída frente a um contexto (SILVA, 2009, p. 14).

Ao relacionar a temática do uso e ocupação do território por comunidades indígenas, concordamos com Heidrich (2000) quando o autor ao referir-se à constituição do território, nos diz que:

A diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é, por sua apropriação como território em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorreu desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada **exclusivamente** para a **organização e manutenção do poder**" (ESPÍNDULA, et. al., 1999, p.52).

Os povos Tupiniquins e Tupinambás são um exemplo de que os povos considerados "primitivos" possuíam uma organização territorial, mesmo que de forma subjetiva para essas culturas. Esses povos indígenas, reconhecidamente rivais desde antes do período colonial a diferentes frentes de recolonização. Os Tupiniquins aliaram-se aos franceses e os Tupinambás aos portugueses (ABREU, 2009). O território desses dois povos era muito bem delimitado, com uma serra de fronteira entre um assentamento e outro, uma invasão do território inimigo era considerado um ato de guerra (**Figura 3**).

Figura 3. Dispersão dos grupos Tupiniquins e Tupinambás



Fonte: Fernandes, (1989).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

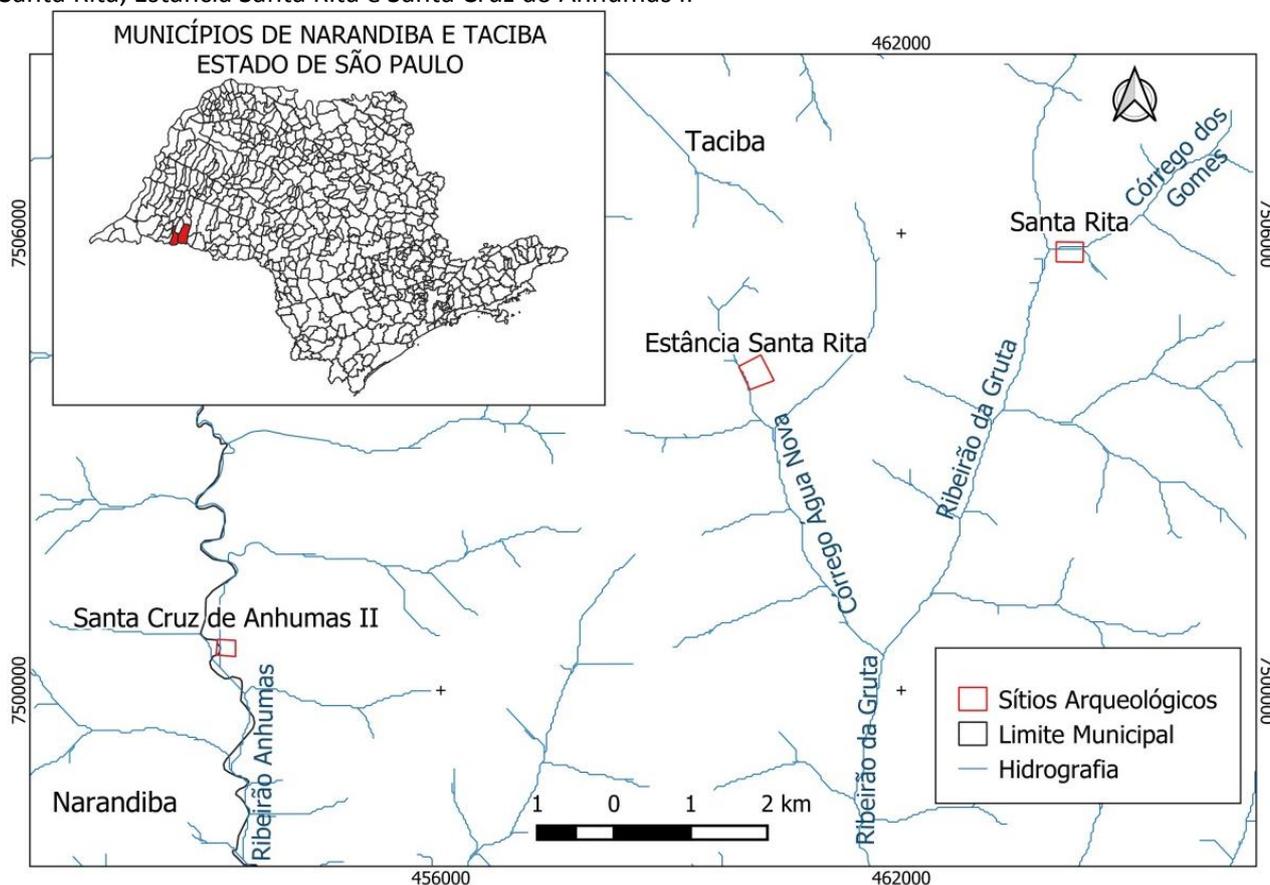
Povos caçadores-coletores por não dominarem técnicas de cultivo de grãos e dependerem da caça e coleta de recursos, tinham no modo de vida nômade a solução para sobrevivência de seus grupos. No entanto, cabe ressaltar que mesmo nômades, esses índios possuíam um território, que percorriam durante as estações do ano.

Caracterizam-se aqui esses povos como “povos desterritorializados”, ou povos caçadores-coletores para descrições etnológicas, onde esses povos ocupavam mais de uma área buscando por recursos naturais capazes de atender as necessidades desses grupos. A **Figura 4** apresenta um mapa de localização de três sítio arqueológicos de uma possível ocupação de um grupo caçador-coletor nos municípios de Narandiba, SP e Taciba, SP.

De acordo com Faccio (2019) as ocupações desses grupos são frequentes em áreas próximas aos Rios Paranapanema, Paraná e Tietê, além de pequenos córregos ou ribeirões em terraços colúvio-fluviais marginais. Somam-se a essas características, a presença de mata galeria, corredeiras e a proximidade de rochas aptas ao lascamento, sejam na forma de cascalheira ou de afloramentos rochosos.

Segundo Sposito (2004) podemos ver ao longo da história da humanidade, povos sem território, povos nômades, ou como diz Bertrand Badie (1995), na introdução de seu livro “La fin des territoires “identidades múltiplas e geograficamente confinadas, concepções diversas e frequentemente contraditórias das relações do homem com a terra”, em comparação com as normas territoriais ocidentais precocemente construídas.

Figura 4. Municípios de Taciba e Narandiba, Estado de São Paulo e localização dos Sítios Arqueológicos Santa Rita, Estância Santa Rita e Santa Cruz do Anhumas II



Fonte: Faccio (2016), elaboração o autor (2019).

De acordo com a Figura 3 apontamos para a presença de três sítios arqueológicos com uma distância de no máximo 6 km entre eles, ocupando áreas de tamanhos similares e materiais líticos-lascados de morfologias similares, o que pode indicar ser de ocupação de um mesmo grupo, onde o mesmo ocupou cada área em diferentes períodos, contemplando a teoria de “povos desterritorializados” de Sposito (2004).

Diante disso, as atividades do homem são compreendidas como um estudo geográfico. Segundo Sauer (2014) o trabalho humano não está condicionado apenas pelo meio, mas pelo fato de que o homem é objeto indireto da investigação geográfica, partindo como análise de sua expressão física a sua área de relação com o meio (SAUER, 2014).

Para compreender as diferentes ocupações dos sítios arqueológicos abordados neste trabalho, fez-se necessário o entendimento da terminologia elaborada por Morais (1999/2000) de “Sistema Regional de Ocupação”. Para estudar o Sistema Regional de Ocupação Indígena Morais (1999/2000) fez uso de mapas de distribuição de sítios e de artefatos, identificando um sistemático de padrão espacial dos sítios arqueológicos no espaço geográfico reconhecendo diferentes paisagens.

Pereira (2011), com base na investigação de Morais aponta que a partir do padrão de assentamento, pode-se conhecer as estratégias socioespaciais das antigas comunidades que influenciaram na distribuição dos registros pelo espaço geográfico. Assim, entende-se por sistema regional de

povoamento, a coordenação entre os sítios ou conjuntos de sítios cartografados em certa região, e que demonstrem “relações concomitantes por contemporaneidade”.

O Sítio Arqueológico Santa Rita (**fotos 1 e 2**) está inserido em área rural do Município de Taciba, SP. Neste sítio foram encontrados materiais líticos lascados. A paisagem da área do Sítio Santa Rita apresenta o curso d’água “Córrego dos Gomes”, que está a cerca de 14 quilômetros do Rio Paranapanema, em área de meia encosta, caracterizando-se por possuir material arqueológico em uma dispersão menor em relação a sítios arqueológicos da região do Rio Paranapanema (FACCIO, 2016).

Fotos 1 e 2. Paisagem da Área do Sítio Arqueológico Santa Rita. Município de Narandiba, SP.



Fonte: Faccio (2016).

Na área do Sítio Arqueológico Estância Santa Rita (**Fotos 3 e 4**), foram encontrados líticos lascados em arenito silicificado. O Sítio Estância Santa Rita está localizado em área rural do município de Taciba e encontra-se em área de média/baixa vertente próximo a um córrego, que é afluente do Rio Laranja Doce, sem denominação, há 10 km do Rio Paranapanema (FACCIO, 2016).

Fotos 3 e 4. Paisagem da área do Sítio Arqueológico Estância Santa Rita. Município de Narandiba, SP.



Fonte: Faccio (2016).

Na área do Sítio Arqueológico Santa Cruz do Anhumas II (**Fotos 5 e 6**), foram encontrados líticos lascados em arenito silicificado e quartzo. O Sítio Santa Cruz de Anhumas II está localizado em área rural do município de Taciba e encontra-se a 50 metros do Ribeirão Anhumas, em área de média/baixa vertente e a 7,5 km do Rio Paranapanema. Na margem direita deste corpo d’água o padrão de colinas é semelhante, exceto por algumas intrusões de basalto existentes que tornam o relevo mais íngreme (FACCIO, 2016).

Fotos 4 e 5 Paisagem da Área do Sítio Santa Cruz do Anhumas II. Narendiba, SP.



Fonte: Faccio (2016).

Na área ou no entorno das áreas onde foram identificados os sítios em tela, são desenvolvidas atividades econômicas de plantio de cana-de-açúcar. Além da cana-de-açúcar, também é comum nessa área a extração de basalto (brita) para utilização na construção civil.

Na análise da matéria-prima dos líticos-lascados do Sítio Arqueológico Santa Cruz de Anhumas II identificamos que 100% das peças foram confeccionadas sobre seixo de arenito silicificado.

O Sítio Arqueológico Santa Rita apresentou 75% das peças confeccionadas sobre seixo de arenito silicificado e 25% sobre seixos de silexito.

No Sítio Arqueológico Estância Santa Rita, verificou-se a frequência de 60% de peças confeccionadas sobre seixo de arenito silicificado e 40% sobre seixo de silexito.

Tanto o arenito silicificado quanto o silexito são matérias-primas abundantes na região da Bacia Inferior do Paranapanema (figura 2).

A área de contexto desses três sítios arqueológicos é composta por colinas amplas e suaves, com corpos d'água na base, onde, em alguns pontos, aflora o basalto, tornando o relevo mais íngreme.

Cabe ressaltar que o arenito silicificado intrusivo no basalto constitui excelente fonte de matéria-prima para a confecção de instrumentos para raspagem, corte e furar, por grupos indígenas e constitui a matéria-prima mais utilizada para o lascamento na região.

CONCLUSÕES

Apontamos de maneira sintética algumas características conceituais de território. Como vimos, diversos geógrafos descrevem o conceito de território relacionando-o às ideias de poder sobre um espaço e seus recursos, porém evidenciamos que atualmente o poder de ditar o território não está mais nas mãos apenas do Estado.

Trata-se também de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com sua dimensão natural, extraíndo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território.

A natureza, enquanto recurso associado à ideia de território, já não é mais necessária. Nestas territorialidades, a apropriação se faz pelo domínio de território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria, a exemplo das territorialidades por vezes estudadas, citamos o território onde há comércio de drogas. Estas territorialidades apresentam-se como voláteis e constituem parte do tecido social.

Concluimos então que o território é mutável, tanto para benefício (expansão e desenvolvimento) quanto como uma desvantagem (crise, escassez de recursos, guerras, etc). Também notamos que há uma relação não apenas de poder da sociedade para com o território, mas também de pertencimento e de identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos da História Colonial: Primeiros conflitos**. Centro Edelstein de Pesquisa Social, Rio de Janeiro, 2009. pp. 28-31. <https://doi.org/10.7476/9788579820717.0004>
- BECKER, B. K. “Novos Rumos da Política Regional: Por um Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica”. In: BECKER, B. K. & MIRANDA, M. H. P. (orgs.), *Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 421-443.
- BERTRAND B. *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et l'utilité sociale du respect*, 1995.
- CASTRO, I, E. O Problema da Escala na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.
- CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.
- ESPÍNDULA, C. J. et al. **Cadernos Geográficos**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 23, n.12, p. 47-59, Florianópolis, maio de 1999.
- FACCIO, N. B. *Arqueologia Guarani na área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê, SP. Volume I. Tese (Livre Docência em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.*
- FACCIO, N. B et al. *Relatório de Campo: Cocal - Narandiba, SP. 2016.*
- FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR. *Revista Confins*, Paris, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.21188>
- FERNANDES, F. *A organização social dos Tupinambá*. 2a. ed. S.Paulo : Hucitec, 1989. 1. ed.1946.
- GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008. p. 29-41.
- HASBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10, 2005, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774-6792.
- HEIDRICH, Á. L. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MORAIS, J. L. *Plano Diretor do Projeto Paranapanema*, São Paulo, 1987.
- MORAIS, J. L. Arqueologia da Região Sudeste. *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 194-217, dezembro/fevereiro 1999-2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p194-217>

NEVES, G.R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., Território: Globalização e fragmentação. 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

PEREIRA, D. L. T. Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Santo Anastácio-SP: Estudo do Sítio Célia Maria. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2011

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2008. Segunda Parte: A produção das Formas-Conteúdos. p. 111-168.

SAUER, O. C. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHN, Z. (Org.) Introdução a Geografia Cultural. Bertrand Brasil. 2014. p. 19-26.

SOUZA, M. L. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. Universidade Estadual Paulista, p. 87-119, São Paulo, 2004. <https://doi.org/10.7476/9788539302741>

TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DAS MORTES, DO MEDO E DAS RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR CORPOS DISSIDENTES

Wilians Ventura Ferreira Souza

Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho – UNESP, Presidente Prudente, SP. E-mail: wilians.ventura@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho constitui um avanço significativo e pertinente no reconhecimento e avaliação das violências impostas e impressas nos corpos considerados dissidentes a partir de alguns parâmetros construídos socialmente como o patriarcado, o racismo, a heteronormatividade, o heterossexismo e a cisgeneridade, que posiciona esses corpos à margem dos processos de decisão e representação política, social e cultural. Os territórios da morte foram representados a partir da materialização dos crimes de ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais brasileiros a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia entre os anos de 2000 a 2019. Os territórios do medo foram representados a partir dos processos de violação em curso contra os corpos LGBTQIAP+ a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. Por fim, os Territórios de Resistência foram representados pelo número de Paradas e ações similares construídas em diferentes municípios entre os anos de 2006 a 2019. A violência direcionada a esses corpos é motivada por alguns discursos que se sustentam, sobretudo, pela religião e por algumas figuras do poder público. O mapa "Território da Morte, do Medo e de Resistência" evidencia o que temos de pior e de mais cruel. São corpos considerados "anormais", "doentes" ou que se encontram em pecado, dessa forma, necessitam ou da cura que reverterá esse corpo "desviante" em um corpo "normal" ou da violência que pune e elimina os símbolos que determinados corpos carregam.

Palavras Chave: Territórios; Morte; Medo; Resistência; LGBTQIAP+; Corpo.

TERRITORIES OF DEATH, FEAR AND RESISTANCE LGBTQIAP+: A GEOGRAPHICAL READING OF DEATHS, FEAR AND RESISTANCE BUILT BY DISSENTING BODIES

ABSTRACT

The present work constitutes a significant and pertinent advance in the recognition and evaluation of violence imposed and printed on bodies considered dissenting from some socially constructed parameters such as patriarchy, racism, heteronormativity, heterosexism and cisgenerity, which positions these bodies on the margins of decision-making processes and political, social and cultural representation. The territories of death were represented from the materialization of hate crimes against lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, queer, intersex and asexual Brazilians from the data made available by the Gay Group of Bahia between the years 2000 to 2019. The territories of fear were represented from the ongoing rape processes against LGBTQIAP+ bodies based on data provided by the Ministry of Family, Women and Human Rights. Finally, the Resistance Territories were represented by the number of Stops and similar actions built in different municipalities between 2006 and 2019. Violence directed at these bodies is motivated by some discourses that are supported, above all, by religion and some figures of public power. The "Territory of Death, Fear and Resistance" map shows what we have the worst and cruelest. They are bodies considered "abnormal", "sick" or found in sin, in this way need or the healing that will reverse this "devious" body in a "normal" body or violence that punishes and eliminates the symbols that certain bodies carry.

Keywords: Territories; Death; Fear; Resistance; LGBTQIAP+; Body.

TERRITÓRIOS DE MUERTE, FEAR Y RESISTENCIA LGBTQIAP+: UNA LECTURA GEOGRÁFICA DE LAS MUERTES, EL MIEDO Y LA RESISTENCIA CONSTRUÍDA POR LOS CUERPOS DISSIDENTES

RESUMEN

La presente obra constituye un avance significativo y pertinente en el reconocimiento y evaluación de la violencia impuesta e impresa a los organismos considerados disidentes de algunos parámetros socialmente construidos como el patriarcado, el racismo, la heteronormatividad, el heterosexismo y la cisgeneridad, que posiciona a estos órganos al margen de los procesos de toma de decisiones y de la representación política, social y cultural. Los territorios de la muerte estuvieron representados a partir de la materialización de crímenes de odio contra lesbianas, gays, bisexuales, travesties, transgénero, mariscos, intersexuales y asexuales brasileños a partir de los datos puestos a disposición por el Grupo Gay de Bahía entre los años 2000 a 2019. Los territorios de miedo estuvieron representados a partir de los procesos de violación en curso contra los organismos LGBTQIAP+ sobre la base de datos proporcionados por el Ministerio de Familia, Mujer y Derechos Humanos. Finalmente, los Territorios de Resistencia estuvieron representados por el número de Paradas y acciones similares construidas en diferentes municipios entre 2006 y 2019. La violencia dirigida a estos cuerpos está motivada por algunos discursos que son apoyados, sobre todo, por la religión y algunas figuras del poder público. El mapa "Territorio de la Muerte, el Miedo y la Resistencia" muestra lo que tenemos peor y más cruel. Son cuerpos considerados "anormales", "enfermos" o encontrados en el pecado, de esta manera la necesidad o la curación que revertirá este cuerpo "retorcido" en un cuerpo "normal" o violencia que castiga y elimina los símbolos que ciertos cuerpos llevan.

Palabras clave: Territorios; La muerte; Miedo; Resistencia; LGBTQIAP+; Cuerpo.

INTRODUÇÃO

Como produto de toda da relação construída entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais de Presidente Prudente – SP e região, bem como dos dois anos de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o apoio do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e a Rede DATALUTA, foi possível afinar o nosso conhecimento em torno das temáticas que permeiam a diversidade sexual em diferentes escalas. Apresentaremos como produto final das três variáveis trabalhadas durante os dois anos da pesquisa o mapa síntese “Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+”, um resultado inovador e que provocou inúmeras discussões dentro e fora dos grupos de pesquisa que estamos inseridos.

O mapa síntese “TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+” representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos sociais que surgem para enfrentar e combater as práticas de violência gerando territórios do medo e da morte. Vamos apresentar alguns elementos mais significativos do mapa e também lançar algumas questões que estão contidas na esfera metodológica da pesquisa.

Ressaltamos três pontos principais que facilitarão a leitura e interpretação do mapa que tentamos tornar o mais didático e polido possível. 1) O que entendemos por Territórios da Morte, do Medo e de Resistência? 2) Eles estabelecem um diálogo, quais são as aproximações entre estes territórios? 3) Utilização dos dados absolutos.

Utilizamos Territórios da Morte para designar práticas criminosas cometidas contra pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais) ou que não performam um padrão de feminilidade e masculinidade contidos na lógica binária e heteronormativa e por não performarem ou se comportarem à margem desse padrão são assassinadas e violentadas.

Entendemos que a pergunta central é a seguinte: por que utilizamos Territórios da Morte? Os motivos são vários e de alguma forma direta ou indiretamente eles se interseccionam ou fazem parte do que Filho (2016) chama de reciprocidades constitutivas, isto é, a capacidade de ser isto e aquilo ao mesmo tempo (ser travesti e preta por exemplo), ou então do nó górdio cunhado pela Heleieth Saffioti (2013).

O primeiro dado que nos faz pensar em um Território do Medo e Morte está contido nas entrevistas semiestruturadas. Realizamos dezenas de entrevistas a pessoas de diferentes letrinhas do Movimento, identificamos que na fala de muitas dessas pessoas a violência é algo que faz parte do seu dia a dia. Algumas delas já foram violentadas e quase perderam a vida, outras relatam a perda de amigos/as a partir desses crimes que possuem um requinte de crueldade.

A segunda informação que nos faz pensar em uma terminologia como essa, é a existência de uma narrativa construída pelos movimentos que lutam contra todo esse processo de violência e morte. Os movimentos já intitulavam na década de 90 a existência desses crimes motivados pelo ódio ao que se estigmatizavam de subversivo e dissidente, assim, nós enquanto geógrafos e enquanto pesquisadores/as, podemos pensar para além de uma leitura simplesmente discursiva, sim, os crimes de ódio existem, mas eles acontecem e se materializam em determinados espaços do território e em outros não, existem alguns trabalhos que evidenciam esse processo como: Serra (2019), Ortolano (2015), Cabral (2015), Cesar e Duarte (2017), Silva (2008).

Um exemplo emblemático e que facilita a compreensão do que queremos dizer, são os casos de travestis assassinadas em via pública: 1) que se trata de um território utilizado pela prostituição ocupado, principalmente, por travestis, 2) esses territórios são reconhecidos pelos militantes/ativistas, pela mídia e pelos sujeitos que dele fazem parte como perigosos e violentos. Assim, o que faz desse território, um território da morte, é o fato de que pessoas são mortas e assassinadas cotidianamente simplesmente por ocuparem um espaço que, na leitura tradicional, simbolicamente indicam que não deveria ser ocupado por aquele corpo que carrega um pênis e um seio siliconado ao mesmo tempo.

O que diferencia um Território da Morte de um Território do Medo? As tipologias das práticas de violência. No Território da Morte as/os LGBTQIAP+ são mortos, assassinados, têm seus órgãos genitais decapitados, são mortos com 50 facadas, 15 tiros e por aí vai. Já nos territórios do medo, temos um processo de violação dos direitos, ou seja, o/a LGBTQIAP+ sofre uma violência física, psicológica, patrimonial, moral, entre outras.

Eles estabelecem um diálogo, quais são as aproximações entre estes territórios? A possibilidade de cruzarmos essas três informações é real, primeiro porque elas estabelecem um diálogo entre si, sobretudo, os dados relacionados aos crimes de ódio e denúncias feitas pelo Disque 100, ambas retratam um processo de violência e violação de direitos básicos, a diferença está na tipologia da violência. Ex: uma travesti é morta com 30 tiros ou tem seu pênis decapitado - Crimes de ódio/Território da Morte. Outro exemplo: um estudante é constantemente humilhado pelos professores na universidade por ser homossexual – Território do Medo.

Os dados são diferentes, mas se interseccionam. Quando pensamos nas Paradas e ações congêneres (mesas, marchas, rodas de discussão, passeatas, carreatas, entre outros) falamos de uma categoria que só surge em resposta as duas anteriores, isto é, a violência, ao processo de violação, entre outras questões que LGBTQIAP+ sofrem cotidianamente.

Nós temos um problema, o primeiro deles é a ausência das informações e dados, vale lembrar que o STF equiparou a "homofobia" ao crime de racismo (7.716/1989) em 2019, isso interfere diretamente na existência dos dados. Assim, tivemos que realizar um trabalho minucioso, ano a ano, desde 1980 a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia para entender a espacialização desses crimes no Brasil. O segundo passo foi identificar que a ausência da informação não necessariamente faz desses territórios menos violentos, já que a subnotificação é algo muito comum no trabalho desses dados.

METODOLOGIA

A etapa metodológica que envolve o mapeamento do conjunto de informações e dados agrupados dentro do banco de dados da violência e das ações e manifestações realizadas pelo movimento LGBTQIAP+, criado durante o caminhar científico, nos possibilitou a interpretação mais aguçada da realidade desses sujeitos, seja com relação à violência implícita expressa em assassinatos brutais, seja através da violência institucional expressa no desrespeito ao nome social. Todas essas violências materializadas na realidade da população LGBTQIAP+ brasileira.

Além da violência explícita e implícita, nesse novo momento da pesquisa apresentamos um conjunto de ações e manifestações realizadas por movimentos, coletivos e sujeitos organizados e não organizados. Essa representação se dará através do mapeamento das ações e paradas realizadas entre 2006 e 2019 – Territórios de Resistência.

O mapeamento faz parte de um processo de construção longo e desafiador. É importante lembrar que mapear ou tornar algo identificável espacialmente, não se configura como um procedimento simples, já que em diferentes momentos nos chocamos com dados incompletos, com a subnotificação e a generalização que acaba por prejudicar a representação, mas sabemos que toda representação provoca generalização.

Realizamos inicialmente a coleta das informações, alimentamos o banco de dados utilizando o EXCEL®, realizamos a separação dos dados geograficamente referenciados e dos dados relacionados ao que pretendemos representar cartograficamente, assim, é possível observar através da figura 6 como os dados referentes as ações e paradas foram agrupados.

Quadro 1. Disposição e organização das ações e manifestações no banco de dados das ações e paradas LGBT

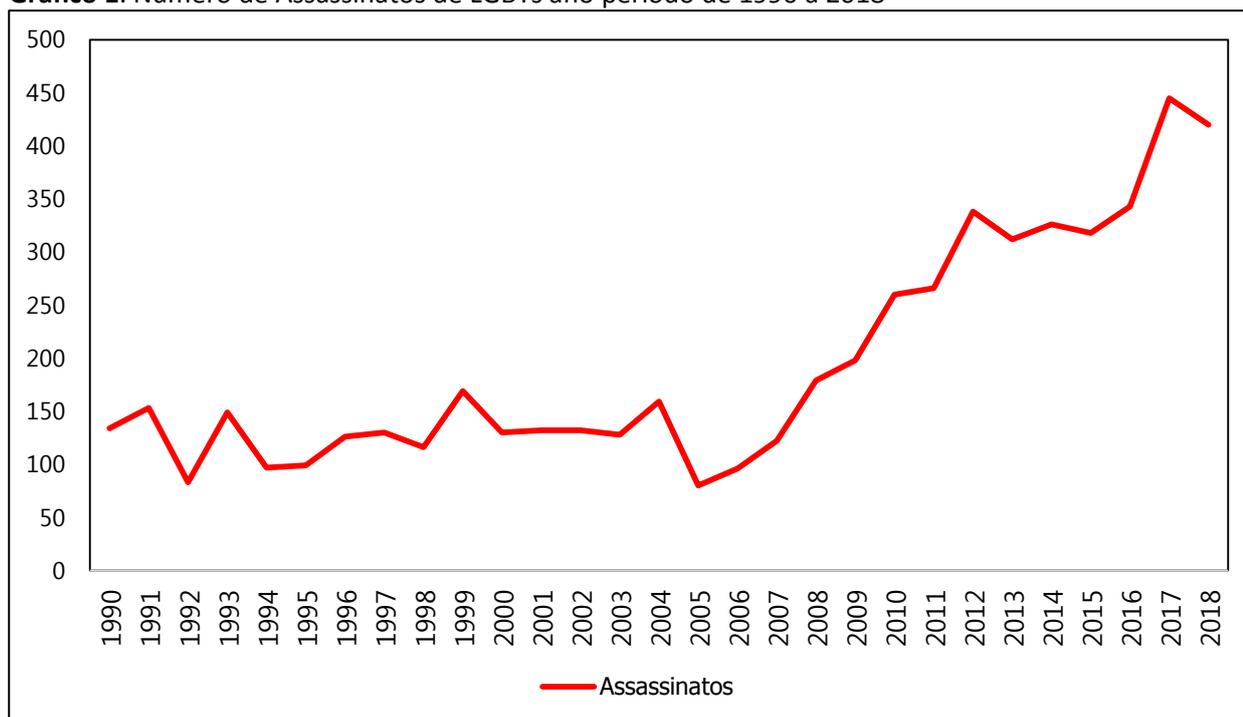
ID	MUNICÍPIO	N°	ESTADO	REGÃO	LOCAL DA AÇÃO
2400208	Açu	1	Rio Grande do Norte	Nordeste	Não identificado
3101607	Alfenas	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
4300604	Alvorada	1	Rio Grande do Sul	Sul	Não identificado
5201108	Anápolis	2	Goiás	Centro-Oeste	Não identificado
2800308	Aracaju	2	Sergipe	Nordeste	Não identificado
3103504	Araguari	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
2700300	Arapiraca	1	Alagoas	Nordeste	Não identificado
3503208	Araraquara	1	São Paulo	Sudeste	Não identificado
1501402	Belém	3	Pará	Norte	Não identificado
3106200	Belo Horizonte	2	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3106705	Betim	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
4202404	Blumenau	1	Santa Catarina	Sul	Não identificado
1400100	Boa Vista	1	Roraima	Norte	Não identificado
5300108	Brasília	2	Distrito Federal	Centro-Oeste	Não identificado
2602902	Cabo de Santo Agostinho	1	Pernambuco	Nordeste	Não identificado
3300704	Cabo Frio	3	Rio de Janeiro	Sudeste	Não identificado
5204508	Caldas Novas	2	Goiás	Centro-Oeste	Não identificado
2905701	Camaçari	1	Bahia	Nordeste	Não identificado
3509502	Campinas	1	São Paulo	Sudeste	Não identificado
5002704	Campo Grande	1	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	Não identificado
3301009	Campos dos Goytacazes	1	Rio de Janeiro	Sudeste	Não identificado
3113305	Carangola	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3201308	Cariacica	1	Espírito Santo	Sudeste	Não identificado
2604106	Caruaru	1	Pernambuco	Nordeste	Não identificado
3115300	Cataguases	2	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3201506	Colatina	1	Espírito Santo	Sudeste	Não identificado
3118601	Contagem	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
2702306	Corunee	1	Alagoas	Nordeste	Não identificado

Fonte: Disque 100, 2020. Organização: o autor, 2020.

Posteriormente a esse procedimento realizamos a utilização do software de cartomática, aplicamos a planilha em EXCEL® e reproduzimos cartograficamente os dados contidos na planilha. Por fim, o mapa é salvo no formato Adobe Illustrator® (AI). Nesse software de edição realizamos o processo de criação de legenda, titulação do mapa e o salvamento em formatos como (JPEG, PNG), entre outros formatos resultando, por fim, nos mapas apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão que norteia a discussão aqui realizada é a seguinte: pelo que ou por qual motivo LGBTQIAP+ se organizam em movimentos socioespaciais e socioterritoriais?

Gráfico 1. Número de Assassinatos de LGBTs ano período de 1990 a 2018

Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2020

Org: o autor, 2020.

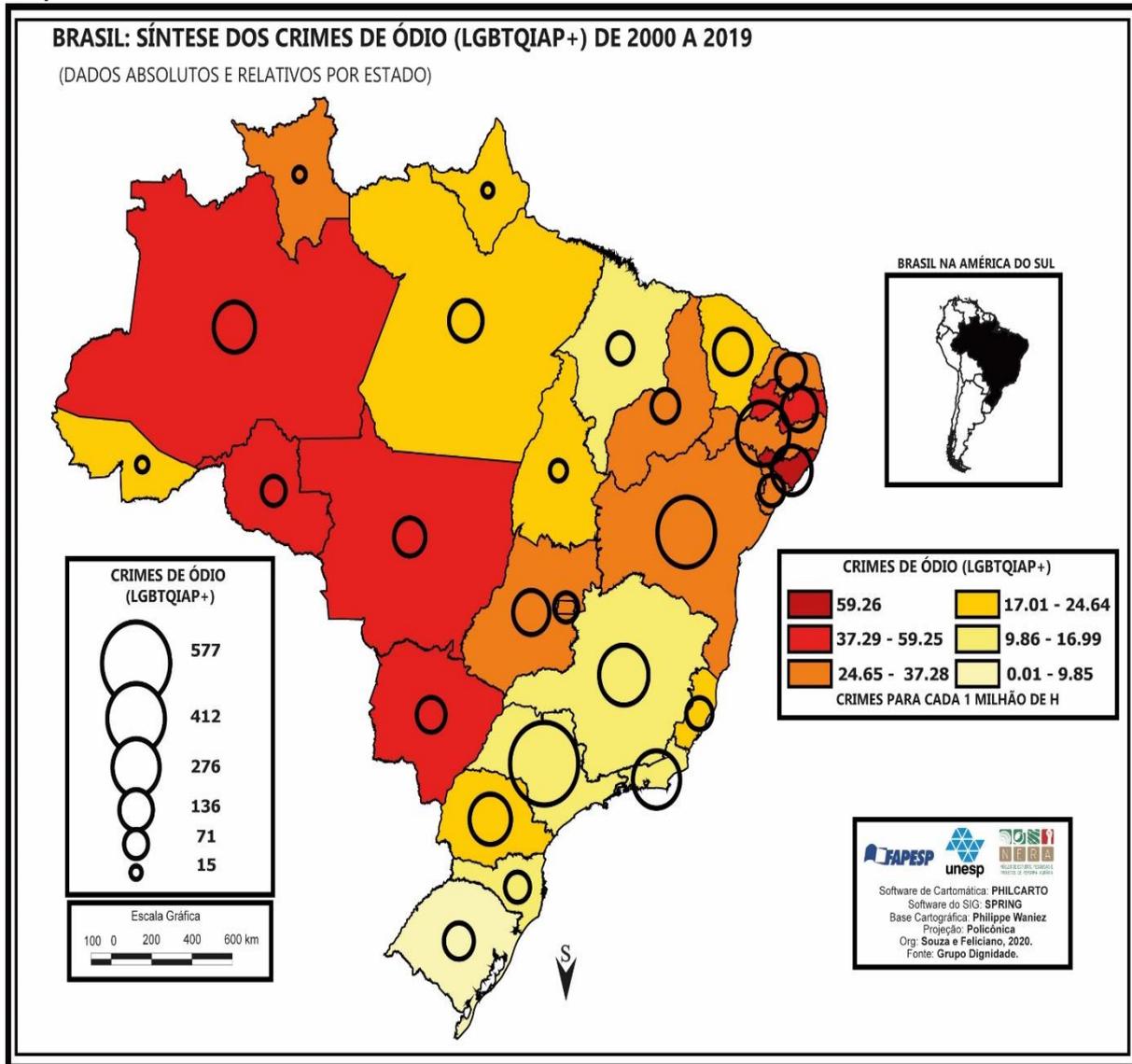
O gráfico 1, concentra o número de assassinatos de LGBTQIAP+ de 1990 a 2018. No primeiro momento de observação, torna-se explícito um processo de crescimento no número de crimes. No ano de 1990, foram mortos no Brasil 164 LGBTQIAP+, vinte anos depois, em 2010, foram mortos 260 LGBTQIAP+ no Brasil, um aumento de aproximadamente 63% no número de crimes. No entanto, o maior número de assassinatos registrado foi no ano de 2017, documentadas 445 mortes de LGBTQIAP no Brasil, segundo o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (2018).

É inegável a existência da violência contra essa comunidade. Ao mesmo tempo, destacamos que essa violência não é qualquer violência, é uma violência que mata, fere e brutaliza esses corpos, expondo-os ao ridículo e a extremos processos de exclusão.

Entendemos a partir da exposição do mapa 1, que a violência se espacializou ano após ano, atingindo enormes números. No entanto, é possível observar através do mapa, onde, de fato, a violência se especializou e em quais territórios se fez presente.

Em relação aos dados absolutos, representados pelos crimes de ódio, o Estado de São Paulo se apresenta como o mais violento, concentrando um total de 577 assassinatos, seguido da Bahia com 412 assassinatos, Pernambuco com 343 assassinatos, seguido de Minas Gerais com 303 assassinatos e, por fim, o Rio de Janeiro com 276 assassinatos.

Em relação aos dados relativos, isto é, o número de assassinatos para cada um milhão de habitantes, Alagoas se colocou como o Estado mais violento com 59,26 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 53,82 crimes para cada um milhão de habitantes, Rondônia com 40,15 crimes, Paraíba com 40,02 crimes, seguido de Mato Grosso do Sul com 38,84 crimes e, por fim, Mato Grosso com 37,29 crimes para cada um milhão de habitantes.

Mapa 1. Síntese dos crimes contra LGBTQIAP de 2000 a 2019.

Fonte: Grupo Gay Bahia, 2020.

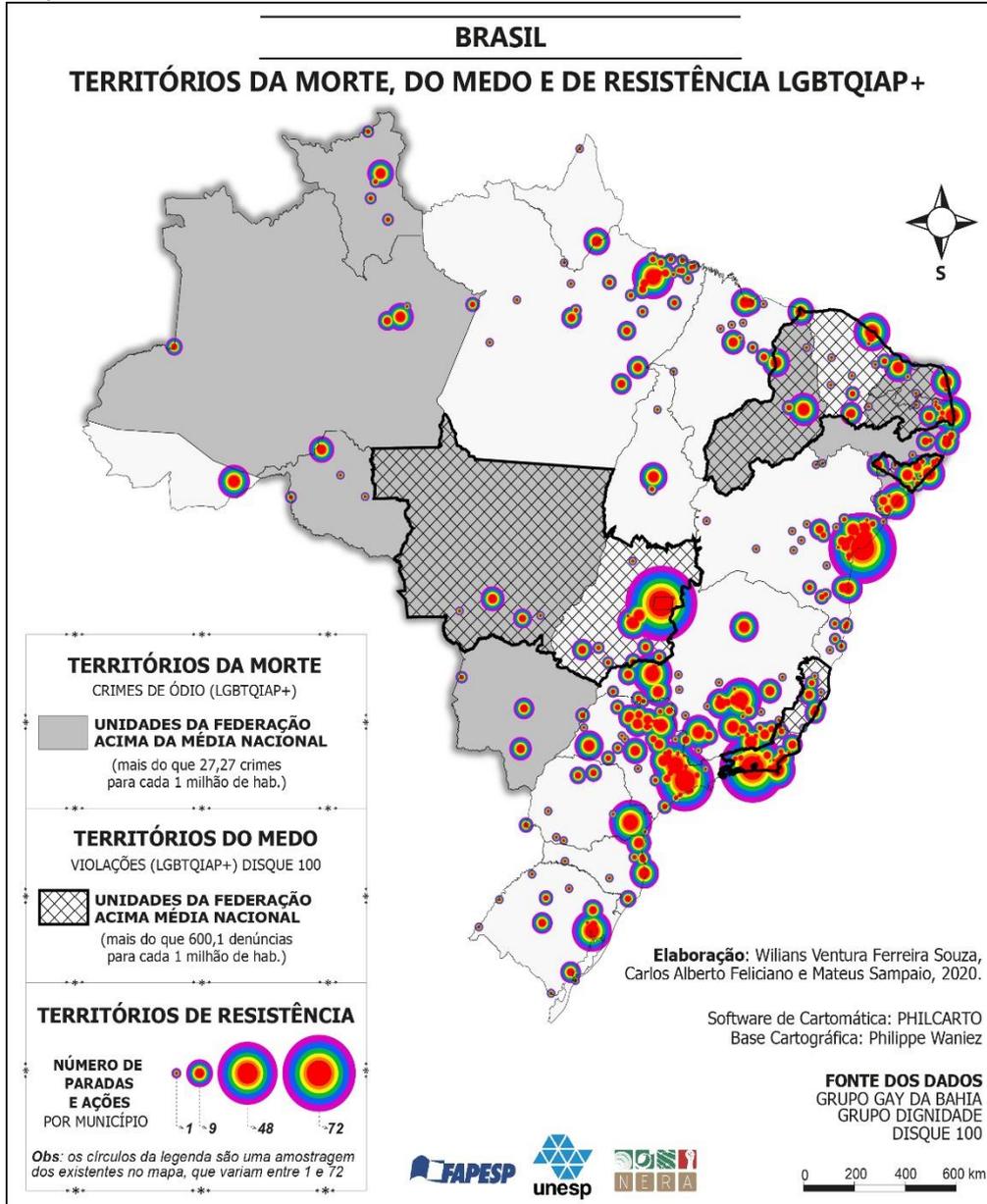
Organização: O autor, 2020.

A espacialização da violência, isto é, a materialização da violência no espaço, é para a geografia um importante dado, já que a concepção de violência sempre está ligada a um território que possivelmente tem como estrutura básica a desigualdade, a violação, o estigma e, até mesmo, a subalternidade dos sujeitos que sofrem diferentes processos de violência. A análise dos dados relacionados ao número de A A

A espacialização da violência, isto é, a materialização da violência no espaço, é para a geografia um importante dado, já que a concepção de violência sempre está ligada a um território que possivelmente tem como estrutura básica a desigualdade, a violação, o estigma e, até mesmo, a subalternidade dos sujeitos que sofrem diferentes processos de violência. A análise dos dados relacionados ao número de crimes e denúncias feitas por pessoas LGBTQIAP+ que sofreram algum tipo de violação, é justificada a partir do que Fernandes (2012, p. 11) traz ao dizer que “no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos”. Denominamos esses movimentos de processos geográficos, os processos geográficos identificados com base em nosso mapeamento e nas denúncias feitas por esses sujeitos, se coloca como processos onde a violência tem papel hegemônico e opressor.

A leitura, análise e a criação de mapas, gráficos e tabelas, tem por objetivo enriquecer esse trabalho na busca pela compreensão dos processos geográficos relacionados à população LGBTQIAP+; identificar onde a violência acontece, nos faz compreender melhor os processos geográficos, os espaços de disputa, os territórios e territorialidades, assim como nos leva, de fato, para uma análise geográfica da ação da violência e do surgimento de movimentos contra hegemônicos ou contra-heteronormativos, através da identificação dos Movimentos Sociais existentes que lutam contra essa violência imposta aos corpos LGBTQIAP+, fazendo com que suas vidas tenham menor valor.

Mapa 2. Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil



Fonte: Grupo Gay

Bahia; disque 100; Grupo Dignidade, 2020. **Organização:** O autor, 2020.

O território da morte representa o número de crimes de ódio cometidos entre os anos de 2000 a 2019 e está representado pela cor cinza a partir de um valor relativo (número de crimes/população x 1 milhão). Os Estados mais violentos se concentram, sobretudo, na porção Oeste (Norte e Centro-Oeste) do país e também na região Nordeste, compondo esse contexto: Alagoas com 198 crimes e 59,26 crimes de ódio para cada 1 M, seguido do Amazonas com 212 crimes de ódio e 53,82 crimes para cada 1M, Paraíba

com 159 crimes e 40,02 crimes para cada 1 M, seguido de Rondônia com 71 crimes de ódio e 40,15 crimes para 1M, Mato Grosso do Sul com 103 crimes e 38,84 crimes para cada 1M, Mato Grosso com 122 crimes e 37,29 crimes para cada 1M, Pernambuco com 343 crimes e 36,70 crimes para cada 1M, Roraima com 18 crimes e 35,59 crimes para cada 1M, Sergipe com 79 crimes e 35,22 crimes para cada 1M e, por fim, Piauí com 94 crimes e 29,33 crimes para cada 1M.

O território do medo está representado pelo número de denúncias de práticas de violência (violência física, psicológica, moral, patrimonial, etc.) realizadas entre 2011 e 2017 no Brasil. Dessa forma, o Distrito Federal aparece como o mais violento com 517 denúncias e 201 para cada 100 mil habitantes, seguido do Piauí com 388 denúncias e 124 para cada 100 mil habitantes, Paraíba com 358 denúncias e 95,04 para cada 100 mil habitantes, Rio Grande do Norte com 250 denúncias e 78,91 para cada 100 mil habitantes, Espírito Santo com 263 denúncias e 74,82 para cada 100 mil habitantes, Alagoas com 209 denúncias e 66,97 denúncias para cada 100 mil, Mato Grosso 202 denúncias e 66,55 denúncias para cada 100 mil, Ceará 556 denúncias e 65,78 denúncias para cada 100 mil, Rio de Janeiro com 1013 denúncias e 63,35 denúncias para cada 100 mil habitantes e, por fim, Goiás com 377 denúncias e 62,79 denúncias para cada 100 mil habitantes.

Os territórios da resistência se constituem a partir das ações realizadas pelos sujeitos sociais de combate ao preconceito, a violência e a todas as mazelas provocadas pelo sistema vigente. Dessa forma, é possível observar uma ampla espacialização, sobretudo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Brasília aparece como a maior promotora de eventos dessa natureza com 72 ações, seguido de Salvador com 65 ações, Rio de Janeiro com 61 ações, São Paulo com 48 ações, Campinas com 30 ações, etc.

Temos feito isso desde o início por já ser uma construção dos próprios movimentos e coletivos (Grupo Gay da Bahia, Grupo Dignidade) e também pelas bibliografias retratarem especificamente os crimes de ódio a partir dessas duas variáveis. Se um mapa já possui um grau de abstração gigante, o que significa trabalharmos com dados relativos como esse, significa uma abstração ainda maior.

Por se tratar de um mapa síntese tivemos que representar ou optamos por representar os extremos, aquilo que mais nos chama atenção no cruzamento dessas três variáveis (Número de Paradas e Ações Congêneres + Número de Crimes de ódio/1 milhão de habitantes + Número de Denúncias/100 mil habitantes). São três informações diferentes, mas que estabelecem a construção de um diálogo.

Filho (2016), autor do artigo "Corpos Brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT", realiza uma distinção muito interessante do que consiste um crime de ódio (o que chamamos de territórios da morte) e a dissertação da Nicole Gonçalves da Costa "Do disque 100 ao call center: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT" nos traz reflexões sobre o que chamamos de territórios do medo.

Os crimes de ódio são calculados em 1 milhão de habitantes pela tipologia de sua representação. Quando falo em Territórios da Morte me refiro, especificamente, aos crimes de ódio, crimes que marcam os corpos e que estabelecem e consolidam os Territórios da Morte, existe na fala de alguns entrevistados a seguinte questão: "se você é LGBTQIAP+ e pisar ali você pode ser morto".

Quando falamos sobre os Territórios do Medo estamos falando especificamente dos dados de denúncias de processos de violação (Direitos Humanos) do disque 100, a partir da observação de alguns trabalhos (artigos, dissertações e teses), notamos que em nenhum deles foi usado a taxa para cada 1 milhão de habitantes, mas sim para cada 100 mil habitantes, já que existem alguns Estados que não possuem 1 milhão de habitantes por exemplo, dessa forma, optamos por manter essa taxa. É importante frisar que são categorias distintas, elas estabelecem um diálogo, mas são distintas.

Nós estabelecemos essas conexões entre TERRITÓRIOS DA MORTE - DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+, exatamente pela tipologia dos dados trabalhados durante os três anos dessa pesquisa. Fica claro não só na fala dos militantes violados em seu direito de existir, como também no comportamento da mídia, dos governos, dos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, etc. É por esses motivos que lutamos por essa terminologia, 1) porque é representada pelos dados (a partir de sua qualidade), 2) porque essas informações estabelecem a construção, seja simbólica, seja territorial, de um Território da Morte, do Medo e da Resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A heterossexualidade é imposta a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas, o resultado dessa imposição é lamentável, já que diversas pessoas são impedidas de viverem sua plena sexualidade e liberdade. As práticas espaciais desses sujeitos também nos revelam o medo contido a partir dessa imposição.

A sexualidade não é um resultado meramente biológico, mas é construída a partir das relações e interações sociais que se dão cotidianamente, as sexualidades tidas como desviantes são colocadas à margem e categorizadas como pecado, como crime e até em alguns momentos da história como doença. Existe, assim, um projeto de masculinidade e feminilidade, um projeto vigente que encerra e coordena as maneiras de ser e de viver.

O mapa síntese “TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+” representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como, no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos sociais que emergem para enfrentar e combater as práticas de violência que constroem territórios do medo e da morte.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo Gay da Bahia, ao Disque 100 e ao Grupo Dignidade pela disponibilização dos dados aqui utilizados e trabalhados. Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento dessa pesquisa.

O autor declara não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

ACETTA, Marcelo Furst de Freitas. **GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICAS DISCURSIVAS: ESCOLA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE**. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AMARAL, Julião Gonçalves. **LUTAS POR RECONHECIMENTO E HETERONORMATIVIDADE NAS UNIVERSIDADES**, um estudo sobre os coletivos Universitários de Diversidade Sexual do Brasil. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

CABRAL, V. **ESPAÇO E MORTE NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS FEMININAS**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.19286>

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>

COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

FACCHINI, R. RODRIGUES, J. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FILHO, R. E. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460311>

FREIRE, Lucas. **A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Grupo Gay da Bahia. **Relatórios da violência Homotransfóbica no Brasil**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000, p. 7-34.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEDON, N. R.; DALPÉRIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras expressões, 2014. 39-68.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 136-165, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6990"

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê "Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade" - v. 1, n. 16, p. 121-140, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283

SOUZA, W. V. F. Movimento LGBT ocupando e transformando os espaços. **GEOGRAFIA EM ATOS (ONLINE)**, v. 1, p. 15, 2017.

SERRA, L. N. **A psicanálise e os crimes de ódio contra a população LGBT.** Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMOS DE PESQUISA

A DIRETRIZ DO TURISMO PAULISTA: ANÁLISE DOS TRÊS MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO	3672
ANÁLISE PRELIMINAR DA LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DAS ACADEMIAS DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR.	3673
ANÁLISE PRELIMINAR DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMES NA CIDADE DE UBIRATÃ-PR NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018	3674
NOVA REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	3675

A DIRETRIZ DO TURISMO PAULISTA: ANÁLISE DOS TRÊS MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO

MARIANA D'AMICO CHIODA
DANIELLI C. GRANADO

No Oeste Paulista, vários municípios buscam se beneficiar do turismo, utilizando recursos naturais como meio de atração, entre eles os recursos hídricos, que são abundantes na região. O estudo dessas cidades se torna necessário, do ponto de vista ambiental e de desenvolvimento da atividade. Este trabalho busca analisar o turismo, em relação à organização da atividade, em três municípios da região: Presidente Epitácio, Martinópolis e Rancharia. Foram selecionadas pelo título que detêm, de acordo com a Lei Estadual N. 1261, que institui a criação dos chamados Municípios de Interesse Turístico-MIT, além das Estâncias Turísticas, que já existiam no Estado. Foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais (normas estaduais e dos municípios, em especial, o Plano Diretor de Turismo e conteúdos disponibilizados nos sites das prefeituras) e trabalhos de campo para observações in loco. Resultados preliminares mostram que os recursos hídricos são responsáveis pelo título que os municípios detêm. O represamento de rios alterou as paisagens e nas margens foram construídos balneários. Em Presidente Epitácio, o Rio Paraná foi transformado num imenso reservatório para geração de energia elétrica, onde diversas atividades recreativas são desenvolvidas, entre elas, a pesca. O Balneário Figueiral e a Prainha da Orla são os locais mais frequentados, assim como toda a orla fluvial. Em Martinópolis, a represa no Rio Laranja Doce é onde está instalado o Balneário Municipal e cerca de 800 casas, além de clubes. Em Rancharia, o Balneário na represa do Rio Capivari e o reservatório da Usina Capivara são apontados como principais atrativos. Nas três cidades o turismo se organiza, em função desses principais atrativos. Os recursos hídricos são responsáveis pela classificação recebida pelos municípios. Presidente Epitácio é a Estância Turística, desde 1990 e sua organização e informações estão mais bem sistematizadas e acessíveis, em relação ao turismo, que os demais. Martinópolis e Rancharia foram classificados em MIT, em 2017 e encontram-se em processo de organização das documentações e informações. A categorização e sistematização, a partir de critérios pautados na Lei N.1261 e em outras políticas públicas pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nos municípios, auxiliando a organização da atividade. Além disso, colabora para a conservação dos espaços utilizados pela atividade, entre eles, os recursos hídricos, que são abundantes e bastante explorados na região. Órgão de fomento financiador da pesquisa: FAPESP

ANÁLISE PRELIMINAR DA LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DAS ACADEMIAS DA TERCEIRA IDADE NO
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR.

ALINE ROCHA AMARAL

As academias da terceira idade (ATI's) ou academias ao ar livre são equipamentos metálicos, que servem para alongar, fortalecer, trabalhar a capacidade aeróbica desenvolvendo assim a musculatura dos usuários que frequentam o local. Esta pesquisa teve como objetivo identificar as academias da terceira idade (ATI) na cidade de Campo Mourão-PR, bem como analisar sua estrutura física. A pesquisa desenvolveu-se com base em trabalho de campo com a observação in loco das ATI's. Após o mapeamento das mesmas foi realizado uma análise dos aparelhos, avaliando seu estado geral e de funcionamento. Foi observado a acessibilidade para se chegar as academias e realizado uma classificação das mesmas de acordo com o número de aparelho que cada uma possuía. Atualmente o município de Campo Mourão se divide em 152 jardins, no qual consta com 25 academias ao ar livre, sendo as mesmas localizadas: 1 ATI no Parque bosque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira; 1 ATI na praça jardim Flor de Lis; 1 ATI dentro do estádio municipal Roberto Brezezinsk; 1 ATI no jardim Nossa Senhora Aparecida; 1 ATI na praça jardim Três Marias; 1 ATI no jardim Urupês; 1 ATI na Comunidade Km 128; 1 ATI na Vila Rural Flor do Campo; 1 ATI no jardim Garujá; 1 ATI na Praça jardim Lar Paraná; 2 ATI's no Conjunto Milton Luiz Pereira; 1 ATI no jardim Santa Cruz; 1 ATI dentro do Lar dos velhinhos Frederico Ozanan; 1 ATI na praça municipal Parigot de Souza; 1 ATI jardim Tropical; 1 ATI na praça jardim Araucária; 1 ATI na praça Alice Alves de Macena, jardim Santa Nilce; 2 ATI's no Jardim Cidade Nova; 1 ATI no Jardim Cidade Alta II; 1 ATI no Jardim Fortunato Perdocini; 1 ATI no Conjunto Milton de Paula Walter; 1 ATI no loteamento jardim Santa Rosa; 1 ATI no loteamento Jardim Imperial. As academias foram classificadas em ATI's completas onde possuem de 8 a 12 aparelhos e ATI's desmembrada onde possuem 3 a 4 aparelhos. Foi observado a falta de acessibilidade de algumas academias sendo as mesmas instaladas no meio de canteiros sem rampa de acesso, sendo que o usuário precisa andar na grama até chegar nos aparelhos que ficam fixados em um piso de concreto. Foi identificado também a falta de manutenção dos aparelhos, onde muitos permanecem quebrados podemos ocasionar risco de acidente ao usuário do local. O que pôde-se concluir com essa análise preliminar é que há uma falta de planejamento por parte dos gestores em relação as instalações das ATI's, bem como a falta de manutenção das mesmas.

ANÁLISE PRELIMINAR DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMES NA CIDADE DE UBI RATÃ-PR NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

RAFAEL GALHARDO RODRIGUES
ANA PAULA COLAVITE

A violência é um grande problema enfrentado pela sociedade moderna e permeia a vida da população brasileira. Este resumo tem como objetivo analisar a distribuição espacial dos crimes no primeiro semestre de 2018 na cidade de Ubitatã, estado do Paraná, considerando a natureza do crime e a localidade do ato. Consiste em resultados preliminares de pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao PPGSeD. A abordagem metodológica teve como base o método analítico, buscando a estatística dos crimes por meio de coleta de informações na 50ª Delegacia Regional De Polícia Civil De Ubitatã, após foram organizados em planilha separando por dia do ato criminoso, local do crime e a natureza criminosa da infração. Com base nesses, verificou-se os tipos de crime mais frequentes e a concentração desses no espaço urbano. No primeiro semestre de 2018 foram registrados um total de 125 ocorrências das quais temos a prática de: 23 ameaças; 18 lesões corporais dos quais, por consequência de violência familiar, 7 vezes; 17 por conduzir veículo automotor sob influência de álcool; 11 Furtos (simples ou qualificados); 9 Tráficos de drogas; 6 Perturbações da tranquilidade e sossego; 5 Portes de drogas para consumo pessoal; 4 Posses ou portes ilegais de arma de fogo; já os crimes de dano, desacato, receptação e estupro, englobando maiores e menores de idade, apareceram 3 vezes; estelionato, injúria, atendimento de morte e roubo 2 vezes, outros 11 crimes foram registrados apenas uma vez. Com relação a distribuição espacial 44% ocorreram no centro; 18,4% registradas na BR 369 e estradas adjacentes no perímetro urbano e rural; 6,4% ocorreram no Jardim São Vicente; 4,8% na Vila São Joaquim; 4% na Vila Recife; 3,2% no Parque dos Ipês; 2,4% no Bairro Tropical e os demais crimes 16,8% dispersos pela cidade. Pode-se observar que há um predomínio de ocorrências no centro da cidade, local este vigiado por câmeras de segurança. Também se deve notar que há um alto índice de criminalidade fora da área urbana, que foram registradas no posto da Polícia Rodoviária Federal de que a cidade dispõe, sendo assim crimes atendidos por eles são repassados a delegacia e a Polícia Civil Estadual. Ubitatã é uma cidade pequena, mas tem um número considerável de ocorrências, mesmo com sistema de monitoramento na região central da cidade, há um maior número de ocorrências nesta região. Ademais deve-se atentar o trabalho conjunto entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil Estadual no combate à criminalidade.

NOVA REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

EDUARDO NARDEZ

A cidade de Presidente Prudente é o principal centro do Oeste Paulista, local de saída e chegada de mercadorias. Sua centralidade promove a fixação de órgãos públicos e estabelecimentos. Dentre esses, destaca-se a indústria com a sua capacidade de proporcionar um sistema de produção e de relações sociais para geração de renda e emprego. A problemática é de atualizar as definições e paradigmas adquiridos por Sposito em 1980 em termos de localização industrial em Presidente Prudente. Relação a motivação da pesquisa está relacionada com o interesse de aprender a escrever um projeto científico, como visualizar os caminhos e as decisões a serem tomadas. A busca de como colocar em prática as teorias utilizadas em sala de aula e como ser mais organizado para que seja possível dedicar à graduação e ao projeto. Com esta pesquisa objetiva-se mapear a espacialização das indústrias em Presidente Prudente/SP, bem como os ramos de atuação e a distribuição espacial de seus investimentos. O estudo está pautado na revisão de literatura; em questionários; na consulta de dados da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), na PIESP (Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo) e do CNEFE (Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos); a construção de mapas, no final, mostrará a espacialização dos resultados. Atualmente, as empresas se realocaram, indo para os distritos industriais. Contudo, algumas continuam dispersas, a exemplo disso são os ramos madeireiros, marcenarias, gráficas, entre outras. As indústrias da cidade são predominantemente pequenas e microempresas vinculadas aos setores tradicionais, e com origem de capital familiar. No que diz respeito aos investimentos no setor industrial, pode-se dizer que a Região Administrativa (RA) de Presidente Prudente se mantém com aplicações baixas em comparação com as demais RAs do estado. Os resultados parciais do projeto apontam transformações na localização das indústrias de Presidente Prudente. Sposito (1986/1987) mapeou a caracterização espacial das indústrias no município. Elas estavam dispersas, com alguns focos de concentração. Até o momento, conclui-se que as indústrias de Presidente Prudente se realocaram para os distritos industriais. São empresas predominantemente ligadas à segunda revolução industrial com origem de capital familiar, sendo que a maioria sente falta de novas tecnologias e automação. Além disso, notamos baixo nível de inversões para o setor industrial. Órgão de fomento financiador da pesquisa: FAPESP

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

CARTOGRAFIA TÁTIL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR 3677

CARTOGRAFIA TÁTIL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR

ELIAS AZEVEDO DA SILVA
IRACIMARA DE ANCHIETA MESSIAS

Nos últimos anos, o sistema educacional no Brasil passou por mudanças significativas no que se refere à inclusão, sendo que essa temática, ganha cada vez mais espaço nos debates entre os especialistas (GOUVEIA, 2018). Quando falamos sobre inclusão, é evidente a questão das pessoas público alvo, Educação Especial sendo que essa é uma questão social e de direito previsto em Lei CF art. 208 (BRASIL, 1988). Entretanto, o que discutimos aqui não trata somente no direito de garantir a matrícula, mas, sobretudo o acesso a real aprendizagem que é, de fato, a verdadeira inclusão. Para isso é necessário assegurar uma escola alinhada às necessidades e especificidades de como será a inclusão, com a criação de recursos para que o aluno garanta seu desenvolvimento humano e intelectual, estando apto ao mercado profissional e uma convivência equivalente na sociedade. Partindo desse pressuposto, vemos na disciplina de Geografia ordenada ao conteúdo cartográfico uma oportunidade que possibilita a inclusão. Para alunos com deficiência visual a cartografia tátil é uma dessas possibilidades, como um recurso permitindo através da confecção de mapas a leitura do espaço geográfico por pessoas cegas e/ou de baixa visão. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi utilizar a cartografia tátil como instrumento na inclusão escolar, promovendo e facilitando a aprendizagem dos alunos que possui deficiência visual. Como resultados obtidos com o presente trabalho, podemos observar sua contribuição em diferentes aspectos, tais como:(i) aprendizagem no ensino cartográfico pelos os alunos que produziram os mapas táteis;(ii) aprendizagem e compreensão de paisagens e alterações do ambiente e espaço representados cartograficamente por aluna com cegueira de nascença que não compreenderia por outra metodologia;(iii) produção de dispositivo intermediário (mapas táteis) que serão utilizados como auxiliar na realização das sequências didáticas em sala de aula;(iv) promoção da verdadeira inclusão escolar, com o envolvimento de todos (alunos/professores/gestores). Portanto, concluímos que, a cartografia tátil quando desenvolvida e aplicada coletivamente, possibilita a real inclusão escolar, tornando o ensino da Geografia efetivo e completo. O trabalho foi desenvolvido na E. E. João Brásio, no município de Panorama - SP, onde alunos da 1ªSérie do E.M. e do 7ºAno do E.F. produziram mapas táteis para aluna do 7ºAno do E.F. com deficiência visual.